

resenha

de política exterior do brasil

número 79, 2º semestre de 1996

ministério das relações exteriores
2008

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 79, 2º semestre de 1996

Ano 23, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Primeiro Secretário Henrique Archanjo Ferrari
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Padronização / Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva

Endereço para correspondência:
Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 1º subsolo
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9273, (61) 3411-9037, fax: (61) 3411-6591

© 2008 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores. –
Ano 1, nº 1 (jun. 1974) -. Brasília, Ministério das Relações Exteriores,
1974 –.

248p.

ISSN 0101 2428
Semestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores

CDU: 327 (05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS

A Execução da Política Externa Brasileira

Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, para os estagiários da Escola Superior de Guerra, sobre o tema “A execução da política externa brasileira”, 3 de julho de 1996 11

V Centenário do Descobrimento do Brasil

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na cerimônia de instalação da comissão nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, Brasília, 4 de julho de 1996 27

Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Discurso do Presidente da República por ocasião da sessão solene de abertura da reunião de Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 17 de julho de 1996 29

Cerimônia de Condecoração

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Cerimônia de Condecoração de sua Santidade Karekin I, Patriarca Supremo da Igreja Apostólica Armênia, com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, Brasília, 2 de agosto de 1996 33

Assinatura do protocolo de cooperação entre o Itamaraty e o BNDES

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da assinatura do protocolo de cooperação entre o Itamaraty e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Brasília, 7 de agosto de 1996 35

Comemorações da Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil

Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, por ocasião das comemorações da Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil, sobre o Tema “A Política Externa Brasileira”, Recife, 11 de agosto de 1995. 37

Brasil - Chile

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Academia Diplomática Andrés Bello, Santiago, 13 de agosto de 1996 49

Brasil-Mali

Brinde do Presidente da República, por ocasião do jantar que oferece ao Primeiro-Ministro da República do Mali, Senhor Ibrahim Boubacar Keita. Brasília, 21 de agosto de 1996 57

Brasil-Japão

Discurso do Presidente da República, por ocasião do almoço que oferece ao Primeiro-Ministro do Japão, Senhor Ryutaro Hashimoto, Brasília, 26 de agosto de 1996 59

ALADI

Discurso do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, em sessão solene do comitê de Representantes da Aladi, Montevideu, 27 de agosto de 1996 61

Abertura do Seminário de Villa D'este

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura do Seminário de Villa D'este (Itália), sobre o tema "Latin America And Brazil: After The Storm", Villa D'Este, 1º de setembro de 1996 65

OEA

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço que oferece ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, César Gaviria, Brasília, 5 de setembro de 1996 71

Brasil-Colômbia

Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do jantar oferecido à Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Emma Mejía, Brasília, 9 de setembro de 1996 73

Brasil-Coréia

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso por ocasião do jantar que oferece ao Presidente da República da Coréia, Kim Young Sam, Brasília, 11 de setembro de 1996 75

Brasil-República Tcheca

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Presidente da República Tcheca, Vaclav Ravel, Brasília, 16 de setembro de 1996 77

Brasil-Alemanha

Discurso do Presidente da República, por ocasião do jantar que oferece ao Chanceler da República Federal da Alemanha, Helmut Kohl, Brasília, 17 de setembro de 1996 79

Abertura da 51ª Assembléia-Geral das Nações Unidas

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na sessão de abertura da 51ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, Nova York, 23 de setembro de 1996 83

América Latina e Caribe

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido aos Chanceleres e Representantes Permanentes do Grupo Latino-Americano e do Caribe junto às Nações Unidas, Nova York, 24 de setembro de 1996 89

“A Pledge to New Interamericanism”

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido pela “Americas Society”, em associação com o Conselho das Américas, sobre o tema “A Pledge to New Interamericanism”, Nova York, 25 de setembro de 1996 91

Sociedade Ibero-Americana

Pronunciamento do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião da Conferência da Sociedade Civil Ibero-americana, sobre o tema “O Estado, o Setor Privado e a Sociedade Ibero-Americana ante a Globalização da Economia e as Relações Internacionais”, Brasília, 4 de outubro de 1996 95

Abertura da V Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Abertura da V Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil - Venezuela, Caracas, 10 de outubro de 1996 101

Brasil-Venezuela

Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, no almoço oferecido pelo Chanceler da Venezuela Miguel Angel Burellirvas, Caracas, 10 de outubro de 1996 103

La Política Exterior Brasileña y las Relaciones Brasil-Venezuela en El Contexto da la integración sudamericana

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da inauguração da Cátedra Brasil da Universidad Central de Venezuela, sobre o tema “La Política Exterior Brasileña y las Relaciones Brasil-Venezuela en El Contexto da la integración sudamericana”, Caracas, 10 de outubro de 1996 105

O Brasil e o Mundo no Século XXI - Uma Visão do Itamaraty

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, sobre o tema “O Brasil e o Mundo no Século XXI — Uma Visão do Itamaraty”, Rio De Janeiro, 14 de outubro de 1996 109

Mercosul-União Européia

Exposição do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião do Encontro Empresarial Brasil-Alemanha, Dresden, 14 de outubro de 1996 119

XXIII Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica

Exposição do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião da Abertura da XXIII Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica, Dresden, 15 de outubro de 1996 125

Abertura da III Reunião de Comissão Geral de Coordenação Brasil-Uruguai

Pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Abertura da III Reunião de Comissão Geral de Coordenação Brasil-Uruguai, Rivera, 16 de outubro de 1996 129

Visita oficial do Chanceler do Paraguai

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, a ser proferido na cerimônia de assinatura de atos, por ocasião da visita oficial do Chanceler do Paraguai, Embaixador Rubén Darío Melgarejo Lanzoni, Brasília, 23 de outubro de 1996 133

Brasil-Dinamarca

Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido a sua Alteza Real, o Príncipe Herdeiro Frederik da Dinamarca, Brasília, 30 de outubro de 1996 135

III Encontro de Negócios e Marketing do Cone Sul

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do III Encontro de Negócios e Marketing do Cone Sul, Florianópolis, 31 de outubro de 1996 137

Encerramento do 3º Congresso de Marketing e Negócios

Discurso do Presidente da República na sessão de encerramento do 3º Congresso de Marketing e Negócios, Organizado pelo Fórum de Integração do Cone Sul, Florianópolis, 1º de novembro de 1996 141

Cerimônia de Comemoração do Cinquentenário da Unesco

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Cerimônia de Comemoração do Cinquentenário da Unesco, Brasília, 4 de novembro de 1996 145

Abertura do ciclo de palestras sobre a política exterior do Brasil

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, na abertura do ciclo de palestras sobre a política exterior do Brasil, promovido pela Universidade de Brasília e pela Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 5 de novembro de 1996 147

Brasil-China

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Peng, Brasília, 8 de novembro de 1996 155

VI Conferência de Cúpula Ibero-Americana

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão de abertura da VI Conferência de Cúpula Ibero-Americana, Santiago do Chile, 10 de novembro de 1996 159

Inauguração da Expotecnia

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Inauguração da Expotecnia, na presença de sua Alteza Real o Príncipe das Astúrias, São Paulo, 24 de novembro de 1996 . 161

Brasil-Angola

Discurso do Senhor Presidente da República no Almoço oferecido pelo Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, Luanda, 25 de novembro de 1996. 163

Brasil-África do Sul

Discurso do Senhor Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do banquete que lhe oferece o Presidente da República da África do Sul, Nelson Mandela. Pretória, 27 de novembro de 1996 167

Globalização e Política Internacional

Conferência do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Universidade de Witwatersrand, sobre “Globalização e Política Internacional”, Joanesburgo, 27 de novembro de 1996 171

Seminário sobre Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, sobre o tema “Política Externa e Defesa Nacional”, por ocasião do Seminário sobre Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Brasília, 28 de novembro de 1996 179

Brasil-Portugal

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do banquete oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, Lisboa, Palácio das Necessidades, 4 de dezembro de 1996 189

I Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na I Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, Cingapura, 9 de dezembro de 1996. . 193

XI Reunião do Conselho do Mercosul

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na XI Reunião do Conselho do Mercosul, Fortaleza, 17 de dezembro de 1996 197

Política Externa

Mensagem de fim-de-ano do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Brasília, 30 de dezembro de 1996 201

ATOS INTERNACIONAIS	203
----------------------------------	-----

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Informação à imprensa sobre “fatos sobre a questão timorense: a posição brasileira”, 15 de julho de 1996	207
--	-----

Informação à imprensa sobre a aprovação do tratado sobre proibição completa de testes nucleares - CTBT, 11 de setembro de 1996	208
--	-----

Nota sobre o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos na área de combate ao tráfico e uso de drogas, 1º de outubro de 1996	208
---	-----

Nota sobre o regime automotivo brasileiro e os interesses exportadores norte-americanos, 1º de outubro de 1996	209
--	-----

Comunicado conjunto Brasil-Chade, 8 de outubro de 1996	209
--	-----

Comunicado conjunto Brasil-Djibouti, 22 de outubro de 1996	209
--	-----

UNESCO - cerimônia comemorativa do 50º aniversário da organização, 4 de novembro de 1996	209
--	-----

Notas sobre a eleição do Ministro Francisco Rezek para a Corte Internacional de Justiça, do Embaixador Baena Soares para a Comissão de Direito Internacional e do Embaixador Álvaro Alencar para o Comitê de Contribuições das Nações Unidas, 6 de novembro de 1996	210
---	-----

Nota sobre assinatura do tratado sobre cumprimento de pena no país de origem entre Brasil e Espanha, 7 de novembro de 1996	210
--	-----

Nota sobre reféns na Embaixada do Japão em Lima, 18 de dezembro de 1996	211
---	-----

Mensagem do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao Presidente do Peru, Alberto Fujimori, sobre a ocupação terrorista da Embaixada do Japão em Lima, 20 de dezembro de 1996	211
---	-----

ARTIGOS

”Mercosul-Chile, um acordo de qualidade”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na “Gazeta Mercantil”, Rio De Janeiro, 12 de julho de 1996	213
---	-----

“Brasil e Portugal na Comunidade”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1996	214
---	-----

“Política Comercial: os pingos nos is”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Gazeta Mercantil, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1996 215

“O Brasil e a Armênia”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal de Brasília, Brasília, 6 de agosto de 1996 217

“Brasil - Chile, Una amistad sin límites”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal “El Mercurio”, Santiago, 11 de agosto de 1996 218

“Uma contribuição de qualidade”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, para a publicação “Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)” editada pela Universidade de São Paulo. São Paulo, setembro de 1996 219

“O Brasil e os processos de integração na sociedade global”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para a publicação na obra “Seis cumbres, una comunidade”. Outubro de 1996 220

“O marketing no Mercosul”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Diário Catarinense. Florianópolis, outubro de 1996 224

“O Brasil e a integração hemisférica”

Artigo do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, publicado na Gazeta Mercantil. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1996 224

“Os próximos passos no Mercosul”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 17 de outubro de 1996 226

“O Brasil e o mundo no século XXI”

Artigo “do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Folha de São Paulo. São Paulo, 20 de outubro de 1996 228

“A cláusula social no comércio internacional”

Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Folha de São Paulo. São Paulo, novembro de 1996. 229

“Algumas verdades acerca da cláusula social”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia., publicado no Jornal o Globo. Rio de Janeiro, novembro de 1996 231

“Os Resultados da reunião da OMC em Cingapura”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Gazeta Mercantil. Rio de Janeiro, dezembro de 1996 232

“A nova política de assistência aos brasileiros no exterior”

Artigo do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros. Dezembro de 1996 234

ENTREVISTA

Entrevista do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para a Revista da Embaixada do Chile em Brasília. Brasília, agosto de 1996 241

INDICE REMISSIVO 245

A Execução da Política Externa Brasileira

Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, para os estagiários da Escola Superior de Guerra, sobre o tema “A execução da política externa brasileira”, 3 de julho de 1996

Introdução

Quero agradecer ao Comandante e Diretor de estudos da Escola Superior de Guerra, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Masao Kuwanami, e a toda a Diretoria e Corpo Docente desta Instituição, por mais esta oportunidade de discutir a brasileira em um clima de grande cordialidade e franqueza.

A ESG projetou-se no Brasil como um espaço de reflexão sobre a realidade e os interesses nacionais. Os estagiários da Escola Superior de Guerra tradicionalmente representam setores importantes e participativos da sociedade brasileira. O interesse dessa sociedade pela é legítimo e alentador para o Itamaraty, que tem a responsabilidade de assessorar o Presidente da República na tarefa de conceber e executar a nossa diplomacia.

Por isso, esta oportunidade de apresentar e discutir as grandes linhas da diplomacia brasileira com os estagiários da ESG é da maior importância para o Itamaraty. Ao longo dos anos, a presença do Ministro das Relações Exteriores e de outros altos funcionários do Itamaraty nesta Casa tem sido um exercício proveitoso de organização das idéias e de sistematização dos fundamentos da brasileira. Mas esta é também uma ocasião para conhecer o pensamento e o sentimento dos estagiários aqui presentes em relação aos temas que nos mobilizam

na tarefa de projetar e defender os interesses brasileiros no exterior.

Farei portanto uma apresentação sucinta da que vem sendo posta em prática pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, situando-a em seus contextos mais importantes e procurando mostrar-lhes como a nossa diplomacia procura fazer a ponte entre o interno — do ponto de vista político, econômico e social — e o externo, ou seja, nossa presença e atuação nos cenários regional e internacional.

Nossa hoje se move em função das transformações que ocorreram nesses dois planos — no Brasil e no mundo. É preciso, portanto, que tenhamos uma noção clara da natureza e extensão dessas mudanças, para que a relação a ser estabelecida pela entre os dois planos seja a melhor possível, isto é, reverta em benefício concreto para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A visão brasileira de um mundo em transformação

Há quinze ou vinte anos atrás, quem ousasse antecipar a natureza e o alcance das transformações que alterariam tão profundamente a face do mundo e as relações internacionais, no final dos anos 80 e início dos anos 90, certamente seria visto como um sonhador. Muitos de meus predecessores vinham à

ESG para falar de um mundo rigidamente conformado ao longo de clivagens político-ideológicas e econômicas muito claras e quase sempre intransponíveis. Norte e Sul, Leste e Oeste eram referências precisas na geografia política mundial. E, é preciso reconhecer, a análise dessas oposições conceituais quase sempre era dominada por uma concepção estática, como se estivéssemos para sempre condenados àquela realidade, o que aliás tornava mais fácil a concepção do mundo, do nosso papel e das nossas prioridades e limitações.

Hoje, isso mudou radicalmente.

Uma revolução democrática varreu o mundo, começando pela América Latina, e hoje a imensa maioria dos povos vive sob regimes democráticos, com novos padrões de comportamento político que afetam as esferas econômica e social.

Uma revolução econômica se operou, à base do esgotamento dos modelos mais fechados prevalecentes nos anos 50 a 70, e hoje a imensa maioria dos povos vive em sistemas econômicos baseados na liberdade de mercado, buscando integrar-se competitivamente com seus vizinhos e na economia global.

E também ocorreu uma revolução de comportamento dos Estados, com a crescente universalização de regras de convivência política e econômica regulando áreas como a não-proliferação de armas de destruição em massa, o comércio internacional de bens e serviços, a promoção dos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental e assim por diante.

Mesmo sem que tenham desaparecido as desigualdades e as diferenças de poder nacional e de bem-estar social entre países e regiões do mundo, é inegável que se romperam as fronteiras entre Norte e Sul, Leste e Oeste. Parece definitivamente fechado o caminho do isolamento, da autarquia, das opções à margem da estrada principal por onde correm as relações internacionais – à margem da democracia, da liberdade econômica, da participação nos esquemas de integração regional e livre comércio,

da busca constante de credibilidade e confiabilidade na relação tanto com parceiros desenvolvidos quanto com parceiros em desenvolvimento. Há um custo claro e intolerável na marginalidade e no nacionalismo xenófobo, e esse custo se expressa não apenas em termos político-diplomáticos, mas também em termos econômicos e sociais.

O conceito de globalização, cujo uso hoje muitas vezes se reduz ao aspecto produtivo e financeiro do sistema internacional, pode ser usado para compreender precisamente esse fenômeno complexo: a crescente homogeneização das relações internacionais.

Democracia, liberdade econômica e participação nos esquemas de integração econômico-comercial e nos sistemas universais de regulação das relações entre Estados passaram a ser padrões. Sem o fator relativizador da Guerra Fria e com a competição internacional agora efetivamente centrada nos aspectos econômicos e científico-tecnológicos, os países são classificados e interagem com base nesses padrões. Eles se transformaram em uma espécie de “grau zero” das relações internacionais, em que os desvios têm um custo político e econômico cada vez maior e a credibilidade é tanto maior quanto menor for o afastamento desse “grau zero”.

E isto porque democracia se traduz em estabilidade; enquanto liberdade econômica e participação nos esquemas de integração e de livre comércio se traduzem em investimentos, acesso a mercados e a tecnologias, competitividade e empregos.

A globalização como fator de transformação

O germe da transformação do sistema internacional cujo principal marco foi a queda do muro de Berlim, em 1989, já se encontrava na globalização vertiginosa da economia, tanto na esfera da circulação dos capitais quanto na da produção de bens e serviços. Muito antes do fim da Guerra Fria, uma transformação estrutural das relações internacionais vinha se processando, inclusive através da ascensão de potências econômicas — o Japão, a então Comunidade Econômica Europeia, os chamados

“Tigres Asiáticos” — que disputavam poder e influência com as duas superpotências.

Ou seja, ao mesmo tempo em que se evidenciava a perda relativa da participação das superpotências no produto mundial e no comércio internacional, o processo de acumulação internacional se desviava para países como o Japão, a Alemanha e outros países europeus e vários países da região da Ásia-Pacífico, detentores, ainda hoje, das maiores taxas de poupança e de investimento no globo.

Não quero entrar aqui em uma discussão sobre se a globalização é de fato o fenômeno recente que muitos apontam ou se ela já organizava as relações internacionais há muito mais tempo. É conveniente desmistificar um pouco o conceito de globalização, que tende a ser percebido imediatamente como uma ameaça aos países em desenvolvimento e portanto como algo que nós deveríamos e poderíamos combater.

A globalização, antes de mais nada, corresponde a um novo processo produtivo em escala mundial. Ou seja, o que antes era produzido de forma mais concentrada em um país ou grupo de países próximos, hoje é produzido em uma cadeia mais extensa, buscando justamente a melhor relação custo-qualidade-competitividade-retorno do investimento. Isso naturalmente afeta os fluxos de investimento, que começam a orientar-se pela cadeia produtiva mais estendida e a beneficiar-se da maior abertura proporcionada pelo desejo dos países de participar dessa cadeia produtiva.

Uma consequência natural da globalização da produção foi seu efeito multiplicador sobre o comércio internacional, que cresce em proporção muito superior à do produto mundial. E não apenas isso. Ela tem tido um impacto muito grande sobre as próprias políticas econômicas dos países tradicionalmente mais fechados e vem impulsionando os processos regionais de integração em áreas antes dominadas por essas economias mais fechadas.

Aspectos básicos da vida dos Estados soberanos, como o nível da atividade econômica, o

nível de emprego, a competitividade dos seus produtos nos mercados externos e nos seus próprios mercados — todos eles aspectos que têm impacto sobre o nível de bem-estar, a estabilidade política e a estabilidade econômica e, naturalmente, sobre a própria soberania em sentido mais amplo — passaram a ter um grau muito maior de incidência de fatores internacionais. O mundo ganhou uma dimensão que antes não tinha no âmbito interno dos países, refletindo-se essa nova realidade até nos padrões de consumo das populações, para não falar por exemplo do impacto positivo de uma oferta ampliada de bens e serviços sobre os esforços de estabilização de economias como a brasileira.

Justamente por causa da importância acrescida da dimensão internacional na vida dos países, estabilidade política e econômica, abertura comercial e aos capitais de investimento internacionais e capacitação tecnológica e em recursos humanos passaram a ser muito mais importantes do que considerações geopolíticas ligadas aos fatores tradicionais do poder nacional, como tamanho do território e recursos naturais.

Essas, aliás, são as forças que já estavam por trás da mudança radical de projeto nacional de países como o Japão e a Alemanha, que abandonaram pretensões territoriais e hegemônicas e políticas externas militarmente agressivas para transformar-se em Estados mercadores — *trading States*. Nessa nova realidade, o poder nacional mede-se muito mais pelos indicadores sociais, pela capacidade tecnológica e pela competitividade econômica do que pelo tamanho da força militar Armadas.

Oportunidades, desafios e riscos

Essas transformações geraram um mundo diferente, o mundo em que vivemos hoje. Mas ele é diferente muito mais no sentido de que muitas das forças que se encontravam em segundo plano sob o domínio da Guerra Fria passaram ao primeiro plano, oferecendo algumas oportunidades, mas evidenciando, como disse, desafios e riscos para um

país das características e com os imperativos de inserção externa do Brasil.

Insisto, aliás, em que não podemos ter a ingenuidade de acreditar que a força da globalização é capaz de automaticamente minorar ou resolver problemas graves que persistiram, como a pobreza, as desigualdades sociais e regionais, a concentração de riqueza, o mau uso do meio ambiente e as agressões contra os direitos de grupos ou indivíduos dentro dos países em todo o mundo. É importante adotarmos uma visão objetiva e crítica do fenômeno: trata-se de uma realidade que é preciso compreender para melhor lidar com ela.

Ao dizermos que o mundo contemporâneo apresenta oportunidades, desafios e riscos, não estamos inovando em nada, porque essa é a característica de qualquer ambiente em que exista atividade humana. O que é preciso fazer é reconhecer que o mundo dos anos 90 apresenta novas oportunidades, novos desafios e novos riscos, diretamente vinculados às forças ou tensões que passaram a dominar o cenário mundial com a retração das tensões de natureza ideológica e estratégico-militar próprias da Guerra Fria.

Em vez de preocupar-se com a preservação da sua forma de vida diante das ameaças de outro sistema político-estratégico, os Estados hoje pensam muito mais no jogo das forças econômicas, conscientes de que a soberania, o poder nacional e a capacidade de influência se ampliam com o fortalecimento da economia e dos indicadores sociais.

É do sucesso econômico e social — e não mais da proteção do guardachuva estratégico de uma superpotência ou da doutrina da “segurança nacional” — que dependem os elementos fundamentais para a preservação de um Estado: estabilidade política e social, crescimento econômico sustentável, geração de empregos, bem-estar da população. É desse sucesso, e não de políticas de prestígio, que depende a projeção internacional dos países.

Os riscos dessa nova realidade estão ligados muito mais à incapacidade que um Estado tenha de

se adaptar para fazer face às novas condições da competição internacional. A marginalização por força de mazelas sociais e econômicas internas e pela incapacidade de competir passa a ser um risco real, com conseqüências materiais e graves prejuízos para a soberania.

Uma sociedade mal integrada e com baixo desempenho econômico é muito mais susceptível de ser afetada adversamente por problemas como o narcotráfico, o terrorismo, o crime organizado e a corrupção, subprodutos de um mundo ainda longe da perfeição e em que se acirram fatores propulsores dessas distorções.

Por outro lado, o isolamento internacional torna-se ainda mais impraticável sob a vigência da democracia, um sistema que tem sido o grande catalisador das forças da aglutinação nas relações internacionais. E não só por isso. É na democracia que se fortalece o papel do consumidor como agente econômico, cujas decisões individuais — a busca do melhor preço e da melhor qualidade e o exercício de direitos inalienáveis próprios da sua condição de consumidor e cidadão — acabam por exigir da economia um desempenho melhorado, para o qual é imprescindível a componente internacional que vem sob a forma do desafio da competitividade ou dos investimentos e tecnologias que garantirão uma maior e melhor oferta de bens e serviços.

Da mesma forma, diante da tendência a que se consolidem regras universais para regular a transferência de tecnologia, a não-proliferação, a promoção e a proteção de investimentos, o acesso a mercados, e face à postura claramente competitiva com que os países se voltam para o exterior, configuram-se novas áreas em que o isolamento tem um preço a ser pago — um preço que se mede precisamente pelo acesso a mecanismos decisórios, a mercados, a investimentos produtivos e a tecnologias.

Nessa ordem de raciocínio, riscos reais próprios da atual estrutura internacional convertem-se em desafios e oportunidades quando um país

procura estar na vanguarda da internalização das transformações em curso no mundo. Não falo, naturalmente, de uma internalização acrítica ou subserviente, mas sim de um processo refletido de aperfeiçoamento dos mecanismos que nos integram ao mundo através do aperfeiçoamento de nós mesmos.

Em outras palavras, a liberdade econômica que prevalece como força motriz das relações internacionais de hoje nos abre mercados antes muito restritos ou fortemente protegidos. E ela nos induz a buscar fórmulas criativas, entre as quais a da integração regional, para ampliar a escala e melhorar a competitividade da nossa economia — não apenas para torná-la mais apta a disputar fatias de mercado e explorar janelas de oportunidade no exterior, mas também para torná-la mais atrativa para os países que dispõem de reservas de capital e de conhecimento tecnológico e buscam parcerias orientados pelos imperativos da globalização da produção e da maior participação nos benefícios do comércio mundial.

A esses desafios e oportunidades se somam novas perspectivas surgidas com o fim ou a atenuação de conflitos regionais — na África Austral, no Oriente Médio, na América Central — ou com a abertura econômica de países como a Índia, a China, o Vietnã ou a Rússia e os antigos países socialistas da Europa Central e Oriental.

A diplomacia brasileira em um mundo em transformação

A diplomacia que o Governo Fernando Henrique é chamado a exercer deve ser uma resposta a mais completa possível a essa nova realidade internacional e aos imperativos internos brasileiros, valendo-se obviamente das condições mais favoráveis que temos hoje para melhor inserir-nos em nossa região e no mundo.

A diplomacia defende e projeta no exterior os interesses nacionais, da mesma forma que ela procura melhorar a inserção internacional do país que representa. Mas ela não cria interesses, nem pode projetar o que não existe. O país que se encontra

por trás da diplomacia é o único elemento a partir do qual ela pode operar. Por isso, a diplomacia só poderá responder adequadamente às transformações do cenário internacional se essas transformações forem, de alguma forma, internalizadas pelo país e metabolizadas de acordo com os nossos interesses e necessidades.

Daí a insistência nas reformas como um fator básico de propulsão do Brasil no mundo, como os vetores que nos possibilitarão ser mais competitivos tanto para projetar-nos lá fora quanto para atrairmos os investimentos e as tecnologias que nos ajudarão a crescer com dinamismo.

E a diplomacia de um país como o Brasil opera necessariamente a partir de um patrimônio diplomático. Ela não admite mudanças irrefletidas ou bruscas, nem barganhas voltadas para o curto prazo, nem jogos de cena ou buscas irrealistas de prestígio.

Temos um sólido patrimônio político construído com os diferentes grupos de países com os quais nos relacionamos, temos uma tradição de atuação equilibrada e amadurecida nos foros multilaterais e temos interesses claros como grande país continental, com uma economia cada vez mais dinâmica e integrada ao exterior e que cresce como referência para outras economias.

O Brasil visto pela sua diplomacia

Feitas essas precisões, é preciso caracterizar o Brasil, seu projeto de desenvolvimento e suas prioridades atuais, de forma a orientar a ação diplomática.

Temos nossas características intrínsecas — dimensão continental, população, recursos naturais, tamanho do mercado consumidor potencial, situação única no Hemisfério Sul, distante dos grandes pólos de poder com capacidade de galvanizar economias menores e mais próximas. E temos o que dá uma dimensão dinâmica a essas características.

Temos uma tradição de inserção internacional que nos foi legada pela nossa própria irrupção na História como colônia de exportação de produtos

tropicais e matérias-primas. Nossa formação social, fortemente marcada pela imigração, reforçou ao longo do último século essa vocação universalista do Brasil. Até pela própria mentalidade aberta ao mundo dos brasileiros, nunca foi seriamente admitida entre nós, nem a título de especulação teórica, a idéia da autarquia.

O mundo exterior, que nunca deixou de chegar-nos com a rapidez cada vez mais impressionante dos meios de comunicação, sempre constituiu um padrão contra o qual nós nos julgamos e julgamos o que fazemos. A referência externa é um componente central da psicologia brasileira — um componente que comparece sem despertar traumas, temores ou receios exagerados, provavelmente porque, além de uma personalidade própria, temos firmado no inconsciente coletivo o significado de 125 anos de paz ininterrupta com nossos vizinhos e a sensação de confortável segurança que nos dão a nossa própria localização geográfica, as nossas dimensões físicas e os nossos indicadores macroeconômicos.

Nossa economia cresceu e diversificou-se com o aporte continuado de capitais de empréstimos e de investimentos estrangeiros — ingleses, primeiro, a que se somaram os norte-americanos, os de outros países europeus, do Japão e mais recentemente outros países asiáticos, da própria América Latina. Temos uma tradição de economia de mercado das mais sólidas nos países em desenvolvimento. O vigor e a complexidade do nosso parque produtivo nos coloca em posição de vantagem relativa no conjunto dos países em desenvolvimento.

Durante mais de duas décadas, a substituição de importações — que reservava para o produtor instalado no Brasil um mercado potencial de dimensões continentais — foi responsável pela nossa capacidade de atrair investimentos produtivos. Contudo, esses investimentos, pouco a pouco, se foram concentrando mais em áreas como a mineração de ferro e alumínio, até se estancarem por força das limitações geradas pela crise da dívida externa, alta inflação, excesso de intervenção estatal e políticas

erráticas na área industrial, comercial e macroeconômica.

Ao mesmo tempo em que crescíamos a ritmo acelerado nos anos 70 e consolidávamos a diversificação da nossa economia, fomos capazes de ampliar consideravelmente a nossa presença internacional, em grande parte pela nossa capacidade de atuar, sem exclusões voluntárias, nos mais variados tipos de mercado.

Ficou cada vez mais evidente que parte da nossa atividade econômica dependia da dimensão externa da nossa economia e da nossa capacidade de ampliar a nossa presença global, com as conseqüências político diplomáticas desse imperativo.

A evolução do quadro econômico interno brasileiro só fez acentuar a dimensão internacional do Brasil. A superação do modelo de substituição de importações, pela incidência adversa que vinha tendo na competitividade da economia brasileira e até mesmo por pressões oriundas de um mercado consumidor mais exigente, obrigou-nos a um exercício de conscientização sobre as tendências dominantes no cenário internacional e no cenário interno dos países que figuram na nossa faixa de inserção.

A estabilização como alavanca da inserção externa

O imperativo de estabilizar a economia e garantir bases para o seu crescimento sustentado, tão bem traduzido pelo Plano Real, tem também uma forte dimensão externa, ainda que boa parte das suas condições mínimas digam respeito a questões de natureza interna, como o equilíbrio fiscal, a austeridade monetária e a própria confiabilidade do plano, que desta vez recusou choques, surpresas, intervenção na economia, congelamentos. A própria abertura da economia ao exterior foi fator fundamental para assegurar o êxito do plano: pela primeira vez se pôde utilizar a oferta externa para enfrentar a pressão da demanda provocada pelo aumento do poder aquisitivo da população com a redução da inflação.

A solução adequada da questão da dívida

externa, depois de doze anos como hipoteca sobre boa parte da agenda externa brasileira, foi também uma condição necessária ao êxito do plano, e a ele se somou no capítulo das novas credenciais com que o Brasil busca renovar ou aprofundar suas parcerias no mundo.

Não preciso aqui estender-me sobre o efeito positivo que a estabilização da economia, o ajuste, as reformas em curso, a integração regional e a retomada do crescimento em bases mais seguras têm tido sobre a imagem do Brasil no exterior e sobre o crescimento do interesse de nossos parceiros pelo Brasil. A percepção do Brasil como país de oportunidades e como força emergente na economia mundial parece consolidar-se.

O meu testemunho, depois de um ano e meio de exercício no cargo e um grande número de contatos com autoridades estrangeiras, no exterior ou no Brasil, é de que nós passamos a ocupar um lugar de realce na agenda mundial. Essa condição se reforçará na medida em que avançarmos nas reformas e o Plano se mantiver firme.

Democracia consolidada, sinônimo de estabilidade

Não preciso tampouco estender-me sobre considerações a respeito da consolidação das nossas instituições democráticas que resistiram, nos últimos dez anos, à morte de um Presidente-eleito e ao *impeachment* de outro. Essas instituições têm sido capazes de canalizar demandas, conflitos e contradições próprias de uma sociedade complexa como a brasileira.

Do ponto de vista do padrão internacional vigente hoje, nossa democracia traduz-se em um trunfo importante, insubstituível: estabilidade política e a certeza de regras transparentes no jogo político em sentido mais amplo. Combinada à estabilização econômica, a estabilidade política passa a ser um fator central da projeção externa brasileira. E, como disse, a democracia passa a alimentar um interesse concreto da sociedade por aspectos da que afetam mais diretamente a vida dos indivíduos, grupos,

regiões e agentes econômicos, os quais reagem através do exercício da cidadania ou por intermédio das instâncias de intermediação — partidos, sindicatos, ONGs etc.

Brasil, país em desenvolvimento

Outro dado básico da realidade brasileira é a permanência de indicadores sociais ainda muito abaixo da média, a funcionar como fator de constrangimento em várias áreas — isto apesar dos avanços que inegavelmente temos feito em muitas áreas e regiões, conforme atesta o recente estudo produzido pelo PNUD e ao qual os jornais brasileiros deram ampla divulgação. Comparado a alguns dos seus competidores internacionais, o Brasil ainda perde em capacitação de mão-de-obra, em escala real do mercado consumidor frente à escala potencial, em custos sociais (custo da enfermidade, custo da baixa produtividade), em engajamento dos cidadãos no projeto nacional e na defesa dos interesses do país.

A concentração social e regional de renda afeta nosso potencial de desenvolvimento, de poupança e de consumo. E esses aspectos negativos, que é forçoso reconhecer, nos recordam claramente que o país, embora tenha várias dimensões de desenvolvimento, enfrenta desafios de natureza social que ganham sentido de urgência. Seria ilusório pensar que reduzimos muito ou eliminamos um traço comum de identidade que nos une à imensa maioria dos países em desenvolvimento no mundo.

Somos um país em desenvolvimento, com uma economia industrial forte e inúmeras marcas de desenvolvimento, mas ainda marcado por muitas das características do subdesenvolvimento e da pobreza. Esse é um dado primário da nossa inserção internacional e portanto uma condicionante fundamental da nossa. Não podemos fingir que os esquecemos ou achar que podemos alterá-los pela simples força das imagens.

A importância das reformas

O amadurecimento político do país e a

consciência dos nossos desafios e constrangimentos gerou um quase-consenso sobre a necessidade e a urgência de reformas que nos permitam reduzir as disparidades sociais e regionais com medidas eficazes e duradouras, que não comprometam a médio ou longo prazo a estabilidade econômica e o crescimento. Essas reformas se vêm fazendo com o ritmo próprio de uma democracia complexa. Já avançamos muito em matéria de flexibilização de monopólios e equidade no tratamento dos capitais nacionais e internacionais.

Temos avançado na desestatização, com a abertura de monopólios e a privatização, com as cautelas que ela requer. Afinal, como disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso em sua recente viagem ao Japão, não somos um pequeno país que está privatizando uma linha aérea ou dois ou três pequenos bancos provinciais. Estamos falando de empresas de grande porte, que necessitam de capitais privados, mas que constituem um importante patrimônio público com grande incidência sobre o sistema produtivo do país. O interesse que essas empresas geram constitui sem dúvida um trunfo em nossa relação com nossos parceiros no exterior.

Alguns elementos definidores da nossa

Com esse panorama interno e internacional, torna-se mais fácil compreender as linhas-mestras da diplomacia que o Governo Fernando Henrique Cardoso vem implementando nestes quinze meses.

Não quero buscar um rótulo que designe essa , mas sim caracterizá-la pelos seus elementos definidores centrais. Não andamos atrás de slogans, mas sim de resultados.

Nossa diplomacia é universalista e não-excludente. Essa é uma característica que deriva da própria inserção internacional do Brasil, um país com relações equilibradas entre quatro grandes pólos — a Europa, a América do Norte, a América Latina e a Ásia. Buscamos reforçar ou criar parcerias com base em interesses concretos e naturais, no seu impacto no nosso nível de atividade econômica, e no seu papel

na configuração de uma rede de presença internacional do Brasil. Queremos estender essas parcerias em todas as áreas do globo, em especial naquelas que mostram maior dinamismo, como a Ásia, a última região em que nos restam amplos espaços a explorar — a última grande fronteira da nossa diplomacia.

Não há elementos ideológicos que presidam a busca dessas parcerias.

Com princípios, mas com pragmatismo, buscamos as oportunidades onde elas existam. E não há, na concepção brasileira, razão para privilegiar um ou outro relacionamento externo, um ou outro foro internacional ou agrupamento regional ou temático, em prejuízo ou detrimento de outros.

Os limites de nossa ação diplomática serão os limites dos nossos próprios recursos. Sua principal baliza é o princípio de que é importante para o Brasil assumir, nas suas relações com o resto do mundo, um lugar condizente com as suas dimensões e com as suas características de grande país em desenvolvimento.

Traduzindo em termos práticos relativos ao ano de 1996, isso quer dizer que a diplomacia brasileira é um instrumento a serviço da estabilização da economia brasileira, da melhoria do nosso acesso a mercados, a investimentos e a tecnologias, e da ampliação da nossa presença nos mecanismos decisórios internacionais que lidem com assuntos políticos ou econômicos que nos digam respeito.

Para isso, estamos fazendo os ajustes necessários em nossa ação.

Ampliamos nossa reflexão e, embora conscientes da importância do nosso patrimônio diplomático, estamos evitando, a todo custo, ações reflexas, atitudes mecânicas e pré-concebidas e dogmatismos que são *in limine* incompatíveis com as mudanças que caracterizam o mundo e o nosso próprio país.

Por fim, nossa diplomacia é ativa, não reativa, como corresponde a um país que tem interesses concretos a promover nos mais variados âmbitos da

política internacional. Repudiamos toda falsa cautela e todo principismo abstrato que justificam a inação e podem ser responsáveis por perdermos espaço na cena internacional e tempo nos movimentos estratégicos que se impõem.

Estamos empenhados em consolidar e estender o Mercosul, hoje um parceiro internacional respeitado e procurado e uma espécie de segunda dimensão da nossa projeção internacional graças à força econômica e comercial — portanto, política — que nos acrescenta. O recém-firmado acordo com o Chile reflete o acerto dessa estratégia.

Não queremos chegar tarde às áreas novas que se reincorporam ao convívio internacional, e por isso estamos fazendo uma política ativa na África Austral e no Oriente Médio; erigimos em prioridade concreta as nossas parcerias com os países da ASEAN, possivelmente o núcleo de países que mais cresce no mundo, e atualizamos a nossa relação com a China, a Índia e o Japão; estamos participando com interesse e espírito aberto e construtivo dos debates em torno da reforma das Nações Unidas; e temos estado ativos no seguimento da Cúpula de Miami, preocupados em dar um curso positivo, construtivo e realista ao processo de integração hemisférica a partir dos arranjos sub-regionais. Estamos envolvidos

também em um processo paralelo de criação de uma área de livre comércio com a União Européia, a fim de manter o perfil equilibrado do comércio exterior do Mercosul.

Algumas áreas de atuação

São muitos os exemplos de ações que temos promovido para tornar palpáveis essas diretrizes. Um ano e meio de particularmente ativa já são suficientes para mostrar o grau em que praticamos a dialética que se consagrou na nossa história diplomática: a renovação combinada com a continuidade.

Insistindo no fato de que a lista sucinta que apresento a seguir é exemplificativa e não exclui outras áreas de atuação e prioridades da nossa (como a

própria União Européia, que só mencionarei de passagem), gostaria de encaminhar-me para o final mencionando alguns desses exemplos da nossa atuação diplomática mais recente.

Diplomacia Presidencial

A diplomacia promove os interesses do país no exterior através de diversos meios — as nossas Embaixadas, as missões especiais, as viagens do Chanceler e outros altos funcionários, as missões empresariais e, evidentemente, as viagens presidenciais. Não são instrumentos que se excluem; ao contrário, completam-se, no desempenho de uma tarefa cada vez mais complexa, em um mundo competitivo em que os países investem pesadamente na promoção dos seus interesses no exterior.

As viagens internacionais do Presidente Fernando Henrique Cardoso não são apenas o exercício, pelo Brasil, da diplomacia de Chefes de Estado e Governo, característica das relações internacionais nas últimas décadas e uma prática hoje comum entre os Estados. Elas traduzem também uma estratégia deliberada de nos valermos do instrumento dos encontros de cúpula, com sua capacidade única de mobilizar meios governamentais, a imprensa e a opinião pública, para promover uma atualização da presença externa brasileira no mundo. Essa atualização se faz ainda mais necessária se pensamos nos desenvolvimentos positivos que o Brasil vem tendo e que é preciso apresentar à comunidade internacional.

O programa de viagens presidenciais é coerente com as prioridades da do Governo. Com sentido de equilíbrio e de abrangência, vamos cobrindo o universo das relações exteriores do Brasil em termos de parcerias importantes — na América do Sul, na América do Norte, na Europa e na Ásia, futuramente na África e no Oriente Médio.

Os resultados que temos colhido são, na minha avaliação, os mais favoráveis possíveis. Basta citar os países visitados pelo Presidente nestes quinze meses para se ter uma idéia da importância desse

projeto de diplomacia presidencial: Chile, Estados Unidos, Portugal, Alemanha, Bélgica e União Européia, China, Malásia, Índia, México, Japão, Argentina e França, sem contar as posses presidenciais e reuniões multilaterais de cúpula em que temos estado ativamente presentes. O Brasil hoje é respeitado e olhado com interesse no exterior não apenas porque temos uma nova realidade política e econômica aqui dentro, mas porque temos sabido promover essa realidade junto aos nossos principais parceiros valendo-nos da habilidade, da experiência e do interesse diplomático do presidente da República.

A diplomacia presidencial é um instrumento útil para a nossa. Ao utilizá-lo, não estamos inovando, mas apenas seguindo uma tendência mundial em um sistema internacional competitivo e em no qual os grandes interesses e as grandes questões que afetam os países devem ser tratados sem timidez, com toda a nossa capacidade.

Proteção aos nacionais brasileiros no exterior

Talvez o dado mais novo para a diplomacia brasileira nestes últimos tempos seja o da imigração brasileira ao exterior. Em países fronteiriços ou em países desenvolvidos, o contingente de brasileiros que vive temporariamente ou em bases mais definitivas no exterior aumentou geometricamente, alcançando hoje perto de 2 milhões de cidadãos. A eles se agrega um número crescente de turistas, estudantes e empresários, levados ao exterior pela estabilidade da moeda brasileira e pelas oportunidades que se abrem fora do país.

A proteção ao nacional no exterior é tradicionalmente uma das atribuições básicas da diplomacia, ao lado da representação, da negociação e da informação. Para a diplomacia brasileira, nunca houve uma situação comparável. Os desafios que se abrem para nós são imensos.

Além da demanda por serviços cartoriais prestados pela rede consular, aumentam as necessidades de apoio consular a brasileiros e de incentivo à organização das comunidades brasileiras

fora do país. Temos respondido a esses novos desafios através do fortalecimento da nossa rede consular e de fórmulas criativas, como os Consulados Itinerantes, as cartilhas consulares e os Conselhos de Cidadãos — formas de levar ao cidadão brasileiro no exterior a presença do Estado brasileiro e os serviços e a participação a que esse cidadão tem pleno direito.

União Européia

A Europa tem sido tradicionalmente, em conjunto, o mais importante parceiro econômico e comercial do Brasil, responsável por cerca de 30 por cento do nosso comércio exterior e por algumas das mais importantes parcerias individuais do Brasil no mundo, como é o caso da Alemanha, da Grã-Bretanha, da França e da Itália. Embora a Europa tenha perdido algo de sua posição relativa no comércio exterior brasileiro e nos investimentos no Brasil, ela constitui uma das bases do equilíbrio que caracteriza nossa inserção no mundo. Nosso interesse é manter e reforçar esse equilíbrio, inclusive porque estão em curso iniciativas, como a projetada integração hemisférica, que poderão incrementar em muito as relações comerciais e financeiras entre o Brasil e o Continente americano.

Esse é um dos fundamentos da política européia que temos seguido e que encontra seu melhor exemplo na viagem presidencial à Alemanha, em setembro de 1995, e na visita à França, agora em maio. Outras iniciativas semelhantes obedecem à preocupação de manter a Europa como grande parceiro econômico, comercial e tecnológico do Brasil. Entre elas, ressalta o nosso compromisso firme com progressos nas negociações entre o Mercosul e a União Européia, ao amparo do recém-assinado Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional, com vistas a criar futuramente uma área de livre comércio entre os dois agrupamentos regionais.

Temos defendido enfaticamente a necessidade de dar caráter operacional ao Acordo, iniciando um mapeamento e um inventário das áreas

e questões que deverão ser cobertas pelas negociações. Nosso objetivo é criar um processo paralelo de negociação entre a integração hemisférica e a aproximação União Européia-Mercosul. Nosso interesse, como já disse, é evitar que os progressos que já temos feito na ALCA — Área de Livre Comércio das Américas — possam de alguma forma alterar em nosso desfavor a situação de relativo equilíbrio do nosso comércio internacional, retirando da Europa a condição de nosso principal parceiro comercial, desviando correntes de comércio e concentrando no Hemisfério a maior parte das nossas relações econômicas externas.

Estados Unidos

Mesmo tendo em conta a perda relativa do poder econômico e político norte-americano ao longo dos últimos 50 anos, as relações com os Estados Unidos continuam sendo um dos paradigmas da brasileira desde que o Barão do Rio Branco, no início do século, operou a mudança no principal eixo de relacionamento internacional do país, movendo-o de Londres para Washington. Os EUA são o principal parceiro individual do Brasil e hoje a única potência com real capacidade política e estratégica global. A importância do diálogo político e do intercâmbio econômico-comercial e tecnológico com os Estados Unidos é patente para o Brasil. Ao mesmo tempo, cresce a consciência de que esse interesse é uma via de duas mãos, a ser trilhada na base do respeito e com uma abordagem construtiva e positiva.

A visita presidencial aos Estados Unidos, em abril de 1995, serviu ao propósito de redimensionar essa parceria tradicional do Brasil, valendo-se dos novos elementos de que dispomos no cenário interno brasileiro: a estabilização, a abertura econômica, as reformas, o crescimento, a consolidação da nossa credibilidade. Ampliamos e avançamos nossa agenda com os Estados Unidos, uma agenda afirmativa, que mostra o compromisso dos dois Governos de trabalhar ativamente pelo fortalecimento do intercâmbio e pela solução das diferenças que

naturalmente aparecem em um relacionamento da densidade e complexidade do nosso.

Posso dizer hoje com muita tranquilidade que possivelmente nunca, desde a Segunda Guerra, foram tão boas e equilibradas as relações Brasil-Estados Unidos. Com os Estados Unidos, temos tido um diálogo maduro e franco sobre temas de interesse comum ou iniciativas conjuntas: as relações comerciais bilaterais, a integração hemisférica, a reforma das Nações Unidas. Graças, em grande medida, aos enormes avanços que fizemos no Brasil, a relação com os Estados Unidos se encontra hoje livre de grandes diferendos. Nossa agenda, mais do que positiva, é afirmativa, no sentido de que existe uma preocupação constante em construir sobre os aspectos positivos que vão compondo o universo das relações.

Ainda assim, temos defendido de maneira firme que os Estados Unidos reciproquem as oportunidades comerciais e de investimentos que têm tido no Brasil, graças à abertura econômica, à ampliação do nosso mercado e à desestatização, promovendo o levantamento de barreiras protecionistas que continuam a afetar alguns importantes produtos da nossa pauta de exportação para aquele país.

Mercosul

O Mercosul é talvez, hoje, a síntese do que tradicionalmente foi o nosso outro paradigma diplomático no campo das relações bilaterais: os países do Prata. Mais do que síntese, o Mercosul é também um símbolo do grande avanço qualitativo que essas relações tiveram a partir da década de 80, quando o signo da cooperação e da parceria completa substituiu definitivamente o signo da competição nas relações entre os dois maiores sócios do empreendimento, a Argentina e o Brasil.

O Mercosul é área prioritária da brasileira. Mais do que isso, já se consolidou como um instrumento de política econômica para cada um dos seus Estados-membros. Com sentido de realismo e pragmatismo e tendo em vista os interesses da

estabilização brasileira para a própria consolidação do Mercosul, procuramos adaptar a iniciativa aos imperativos que podem derivar de conjunturas macroeconômicas adversas ou potencialmente arriscadas para os Estados-membros, e creio que temos tido grande êxito.

Continuamos a trabalhar pela consolidação da União Aduaneira e a promover as bases para um relacionamento mais amplo entre o Mercosul e outros países ou grupos de países. Começamos com a União Européia, através do acordo de cooperação econômica firmado em dezembro último em Madri. A intenção é chegarmos a um acordo de livre comércio entre as duas regiões, que fortaleça, do nosso ponto de vista, o equilíbrio relativo do comércio exterior dos quatro países que integram a nossa união aduaneira.

Estamos atuando também no sentido de chegar a acordos de liberalização comercial entre o Mercosul e outros países da nossa região, começando pelo Chile, que acaba de assinar um acordo 4+1, e seguindo com a Bolívia e a Venezuela. Pouco a pouco, o Mercosul vai completando o seu caráter de nova grande realidade econômica e política na América do Sul — um dos núcleos a partir dos quais será possível ampliar a integração hemisférica.

Firmemente apoiado no caráter democrático dos países que o compõem, o Mercosul firma-se como um parceiro internacional e como um importante reforço à identidade e à projeção externa dos países que o compõem. E, convém não esquecer, o Mercosul tem tido um impacto impressionante sobre o comércio entre os seus quatro integrantes, que se multiplicou por quatro nos últimos cinco anos, e sobre o comércio internacional da nossa união aduaneira, que dobrou nesse mesmo período.

América Latina

Estamos ampliando a nossa parceria com nossos vizinhos latinoamericanos, dando ênfase à interconexão física e à cooperação fronteiriça com esses países, respondendo a um interesse concreto cada vez maior dos agentes econômicos e das populações que

negociam através de nossas fronteiras.

A América Latina volta a ocupar hoje, com vantagens, o lugar de destaque que teve em nosso comércio exterior no final dos anos 70 e início dos 80; hoje, esse comércio é maior ainda, mais diversificado e mais equilibrado, e participa com perfil elevado tanto na geração de atividade econômica no Brasil quanto no suprimento de bens de consumo e matérias-primas para a nossa economia.

Um dado a reter é que hoje a Argentina já é o nosso primeiro fornecedor de petróleo, com uma média de 135 mil barris diários neste primeiro semestre, o que revela uma alteração substancial em nosso esquema de fornecimentos de petróleo. As visitas presidenciais ao Chile e à Venezuela, em 1995, ao México, em fevereiro último, e à Argentina, em abril, respondem a essa diretriz de intensificar ainda mais o intercâmbio e a cooperação bilaterais com países da nossa região.

Em nossa região, a dimensão multilateral, de integração no âmbito do Mercosul, não substitui nem exclui a dimensão dos relacionamentos bilaterais com todos e cada um dos países latino-americanos — inclusive, individualmente, com os nossos três sócios do Mercosul. A dimensão bilateral e multilateral se integram perfeitamente, fortalecendo-se mutuamente e contribuindo para que a América Latina consolide a sua posição como um dos quatro grandes blocos de relacionamento externo do Brasil, ao lado do NAFTA, da União Européia e da Ásia.

Integração hemisférica

O Brasil tem participado das reuniões de seguimento da Cúpula das Américas animado do mesmo espírito construtivo que orientou a nossa participação em Miami, em dezembro de 1994. Nosso compromisso com o processo iniciado em Miami é firme.

Para nós, fortalecer as relações interamericanas sobre a base de um expressivo crescimento do comércio e dos fluxos de investimentos intra-regionais constitui um instrumento

insubstituível no marco mais amplo de uma melhor inserção da economia brasileira na economia internacional.

A realidade de que estamos partindo é complexa, mas extremamente favorável. A Organização Mundial do Comércio nos dá uma estrutura de regulação e liberalização do comércio já em pleno funcionamento e em processo de aperfeiçoamento. Os arranjos sub-regionais de integração ou liberalização do comércio já são importantes focos de interação econômica. No Continente, a liberdade econômica e a abertura competitiva ao exterior consolidam-se como forças propulsoras do desenvolvimento econômico e do progresso social.

Mas essa realidade complexa que nos permite ser otimistas sobre a integração hemisférica aconselha-nos uma abordagem cuidadosa do processo. Queremos evitar expectativas irrealistas ou temores que possam ser nocivos ao processo a mais longo prazo. Queremos ir com cautela e sentido de responsabilidade em áreas onde não existe consenso ou onde o consenso será alcançado passando necessariamente pela OMC e pelos arranjos regionais. E queremos estar certos de que os processos unilaterais de abertura e reforma econômica, que têm sido a dominante na nossa região, estão se consolidando.

Em suma, queremos evitar uma exposição precoce e descontrolada da economia brasileira e um segundo choque de abertura competitiva ao exterior — e a economias muito mais produtivas do que a nossa, como a canadense e a norte-americana — antes de que se consolidem as adaptações e aperfeiçoamentos impostos pelo primeiro choque. Afinal, de 1990 para cá, fizemos uma ampla abertura comercial em três níveis — unilateral, regional, no âmbito do Mercosul, e internacional, no âmbito dos acordos da Organização Mundial do Comércio. E muitas vezes essa abertura não encontrou reciprocidade na eliminação de barreiras protecionistas que dificultam o acesso de produtos brasileiros os mais variados ao

mercado norte-americano.

Em nossa visão, não há atalhos para chegar a um objetivo da magnitude da área de livre comércio das Américas. Queremos garantir que a obra que realizaremos trará a marca da permanência e do interesse consensual de todos os países participantes e, dentro de cada país, dos seus agentes econômicos.

África

Na África, estamos redimensionando nossa presença e adequando-a à nossa capacidade diplomática. Apostamos fortemente na pacificação e na reconstrução de Angola e Moçambique, que têm todo o potencial para serem dois dos nossos mais importantes parceiros no mundo em desenvolvimento. Esse é o sentido da nossa participação na UNAVEM III, a Força de Paz das Nações Unidas que ali conta com mais de 1.100 soldados brasileiros — nossa maior força militar fora do país desde a Segunda Guerra.

Estamos também repensando nosso relacionamento com a África do Sul, país que surge, com a sua democratização, como um dos pólos mais dinâmicos de desenvolvimento no Hemisfério Sul, além de ser o foco da atenção quase universal pelas suas potencialidades e pelo seu vigor econômico, ampliado com o fim do embargo e a volta dos investimentos.

Esses exemplos falam de uma nova perspectiva que se abre para o Brasil na África, que volta a figurar no horizonte das nossas prioridades graças a uma feliz combinação de fatores internos brasileiros com progressos sensíveis no cenário africano.

Oriente Médio

Também no Oriente Médio estamos reequilibrando nossa presença, a partir da própria evolução do processo de paz que tenta pôr fim a um conflito que por décadas assolou a região e virtualmente subtraiu-a ao convívio internacional e aos esforços pelo desenvolvimento. Embora conturbado por atos de oposição violenta e pelas complexidades

próprias de um intrincado mecanismo negociador, que coloca em presença muitos interesses e visões conflitantes e mesmo opostos e sobre o qual ainda incidem as alterações na política interna dos países da região, o processo de paz no Oriente Médio merece o apoio imparcial e decidido da comunidade internacional e o Brasil não poderia agir diferentemente.

Estamos atentos às oportunidades que a região vem produzindo e ao efeito multiplicador que cada etapa do processo de paz vem tendo sobre essas oportunidades.

Ásia-Pacífico

Na Ásia, estamos reforçando nossa presença diplomática, equipando melhor algumas Embaixadas em países dinâmicos, definindo uma agenda e pondo em prática uma ampla iniciativa de diplomacia presidencial, que começou, em dezembro de 1995, com a visita à China e à Malásia, dois casos de sucesso na revolução econômica mais recente que transforma a região da Ásia-Pacífico no pólo mais dinâmico da economia mundial nos anos 90. Essa iniciativa prosseguiu em janeiro com a visita à Índia, devida há mais de duas décadas e voltada a colocar virtualmente a Índia na tela dos nossos interesses e das nossas boas parcerias na região. E completamos a primeira fase dessa diplomacia asiática com a visita ao Japão, que sinalizou a retomada da relação bilateral sobre uma nova base de confiança recíproca e com novos elementos a favorecer a relação. Os resultados foram apreciáveis, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico.

MTCR e outros mecanismos regulatórios

Graças aos compromissos que assumiu e consolidou em matéria de controle de exportações de materiais e tecnologias sensíveis e de não proliferação de armas de destruição em massa, o Brasil foi admitido, em outubro último, no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. A participação no MTCR foi resultado de um importante processo

de coordenação interna do Governo brasileiro e de atualização das nossas posições em face de desenvolvimentos internacionais importantes.

Percebendo o desinteresse de manter uma posição principista contrária ao caráter restrito do MTCR em matéria de participação, o Brasil passou a ver no regime uma garantia de acesso a tecnologias indispensáveis ao desenvolvimento do seu programa espacial.

Não abrimos mão do nosso programa; ao contrário, ele se mantém absolutamente intacto dentro de suas características de programa pacífico controlado por uma agência civil, a Agência Espacial Brasileira, e já começa a colher os benefícios da nossa adesão ao MTCR na forma do interesse desimpedido de grandes empresas em participar e da possibilidade de ter facilitado o acesso a tecnologias e componentes que ainda não temos condições de desenvolver internamente.

Essa mesma abordagem pragmática nos orientou em nossa adesão ao Grupo de Supridores Nucleares, formalizada no dia 23 de abril, na reunião de Buenos Aires. Reconhecendo nossa condição objetiva de supridor, estamos assumindo as responsabilidades internacionais inerentes a essa condição e garantir aos nossos parceiros que nós nos pautamos por regras estritas em matéria de comércio de bens e insumos da área nuclear.

Trata-se de mais uma credencial em nossa atuação na área de desarmamento e não-proliferação, que ao mesmo tempo facilita o nosso acesso a tecnologias e fortalece a credibilidade geral do país — uma moeda particularmente apreciada nas relações internacionais de hoje.

Conselho de Segurança

Finalmente, para encerrar esta lista exemplificativa, temos procurado influir positivamente nas discussões em torno da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, defendendo a tese de que a melhoria da eficácia do órgão, para cumprir o papel renovado que lhe cabe no sistema

internacional pós-Guerra Fria, depende do aumento da sua legitimidade internacional e da sua representatividade — o que se traduz em um aumento criterioso de membros permanentes e não-permanentes.

Sem nos mobilizarmos em uma campanha por uma candidatura a membro permanente, temos deixado claro que defendemos uma reforma do Conselho nesses moldes e que estamos dispostos a colaborar em um Conselho ampliado, se formos chamados a fazê-lo. Mais uma vez, convém que se reafirme: não se trata de um pleito ou de uma candidatura.

Não se trata tampouco de uma iniciativa de busca de prestígio e liderança. E muito menos estamos subordinando qualquer interesse da nossa em geral ou da intensa teia de relacionamentos com nossos parceiros em todo o mundo a esse objetivo. Fazemos, isso sim, uma defesa sincera da necessidade de reformar as Nações Unidas, até como signo de sua vitalidade, ao iniciar-se seu segundo meio século de existência em um ambiente internacional inteiramente diverso daquele que lhe deu origem.

Conclusão

Esta é, em grandes linhas, a diplomacia que nós procuramos empreender. Espero ter deixado claro a forma como ela pretende — e só pode ser — uma resposta coesa e coerente a esse duplo jogo de forças, as que movem o cenário internacional e as que nos movem como Estado soberano em busca da sua realização como Nação.

Ainda é cedo para anteciparmos resultados ou para julgarmos se estamos no melhor caminho. Para esse exercício, a participação da sociedade brasileira, através do mundo acadêmico, do Congresso, dos partidos, das associações de classe, dos sindicatos, das organizações não-governamentais temáticas, é essencial e insubstituível.

O voto de confiança que pedimos à sociedade brasileira para a que implementamos é sua participação, seu interesse, seu julgamento crítico construtivo. O Itamaraty não inventa interesses nem define prioridades, ele apenas cumpre um mandato.

Esse é o verdadeiro sentido da em uma sociedade democrática. As Instituições de reflexão e formação de quadros, como a escola Superior de Guerra, têm um papel importante na identificação serena e objetiva de muitos desses interesses. Por isso, o diálogo entre o Itamaraty e os estagiários da escola Superior de Guerra é importante para nós. É nesse intercâmbio de idéias e informações que o Itamaraty também se baseia para encontrar seu sentido maior: fazer da o instrumento de defesa e projeção de uma Nação independente, soberana e por isso mesmo apta a lidar com a História não como seu objeto, mas para fazê-la acontecer.

Quero agora agradecer o interesse dos Senhores e colocar-me à sua disposição para aprofundar, em debate, quaisquer dos pontos desta exposição ou outros que, pelas óbvias limitações de tempo, vi-me forçado a não tocar.

Muito obrigado.



V Centenário do Descobrimento do Brasil

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na cerimônia de instalação da comissão nacional para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, Brasília, 4 de julho de 1996

Nós estamos reunidos aqui hoje para formalizar a instalação da Comissão Nacional que vai organizar as comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento do Brasil.

Embora a data do aniversário a celebrar seja 22 de abril de 2000, as comemorações não se limitarão àquela data, nem àquele mês. A idéia que preside os trabalhos da Comissão é estender aquelas comemorações a um contexto mais amplo, procurando abarcar os muitos aspectos que o quinto centenário do descobrimento necessariamente invoca no espírito brasileiro.

Esses aspectos vão da própria natureza especial do nosso surgimento para a História ocidental até a contribuição portuguesa para a nossa formação nacional, passando pelos inúmeros traços que nos definiram como sociedade e como cultura na colônia, no Império e na era republicana.

Diz Emerson que “Os que ignoram a história estão condenados a repeti-la”.

O Quinto Centenário do Descobrimento deve por isso mesmo ser um marco de referência para uma reflexão objetiva sobre 500 anos da História brasileira e sobre o futuro que desejamos construir para este país e para as gerações vindouras a partir da inúmeras experiências do nosso passado.

Por isso, o Quinto Centenário já está induzindo o Governo e entidades representativas dos

vários segmentos da sociedade brasileira à promoção de uma série de eventos comemorativos. Não serão apenas celebrações no sentido festivo do conceito, mas também um necessário e amplo exercício de revisitação de nossa História, das nossas origens e também, por que não, dos problemas e desafios que se formaram ao longo de cinco séculos. Porque a nossa é uma história que mescla o heroísmo empreendedor das grandes navegações portuguesas e da empresa do descobrimento e colonização da América às estruturas sociais e políticas criadas pelo sistema das capitanias e sesmarias, pelo colonialismo, pela escravidão e pelas peculiaridades da administração colonial, pelas características que foram fazendo do Brasil um país de grandes contrastes ao lado de um intenso dinamismo econômico.

Ao ser criada, há cerca de três anos, a Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil lançou as bases conceituais para sua atuação e estabeleceu as diretrizes que orientariam a programação a ser desenvolvida nos anos vindouros.

Este ano, dando início à segunda fase de atividades, Vossa Excelência, Senhor Presidente, reformulou integralmente a composição da Comissão Nacional. Transferida para o âmbito do Ministério das Relações Exteriores e dotada de um Secretário Executivo, a Comissão passou a ser composta de

Representantes de cinco Ministérios — Marinha, Exército, Educação e Desporto, Cultura e Relações Exteriores —, além de membros do Congresso Nacional e do Poder Judiciário.

Nesta nova fase, dedicada mais à concepção, exame e aprovação de eventos comemorativos, a Comissão Nacional tem elaborado alguns projetos próprios e examinado outros que lhe têm sido apresentados por órgãos públicos e privados, inclusive pelos Ministérios que a integram. Até o momento, foram aprovados mais de quarenta projetos, que deverão ser executados neste e nos próximos anos, até o ano 2000.

Dentre os projetos até agora incluídos na “Programação do V Centenário”, destacam-se o “Programa de Seminários e Congressos”, o “Programa de Reedições de Obras de História do Brasil”, o “Museu Aberto do Descobrimento” e a “Grande Cerimônia do dia 22 de abril de 2000”, a realizar-se em Porto Seguro. Outros projetos serão anunciados nos próximos meses.

Não são esses, contudo, os únicos eventos em consideração. A Comissão Nacional interage também com a sua congênere portuguesa, no âmbito da Comissão Bilateral para as Comemorações do V Centenário da Viagem de Pedro Álvares Cabral, criada para a promoção de eventos comuns.

Teremos assim uma dimensão internacional nas comemorações como é próprio de um país que tem consciência dos seus vínculos históricos, culturais e lingüísticos com a antiga metrópole. Um país que pode, sem qualquer ressentimento — muito ao contrário — celebrar com a antiga metrópole o seu nascimento para a História.

Em recente reunião em Lisboa, a Comissão Bilateral alcançou acordo preliminar sobre vários projetos comemorativos que estão, neste momento, sendo examinados por cada parte.

Senhor Presidente,

Agradeço a Vossa Excelência a honra que nos conferiu, ao receber os Ministros de Estado que indicaram representantes ao colegiado e os integrantes da comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil.

Estou seguro de que a Comissão Nacional corresponderá plenamente à confiança nela depositada pelo povo brasileiro, para que as comemorações do V Centenário do Descobrimento sejam uma oportunidade para celebrar a nossa origem como povo, valorizar a fundação da nossa História e aprender com ela.

Muito obrigado.

Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Discurso do Presidente da República por ocasião da sessão solene de abertura da reunião de Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 17 de julho de 1996

Quero dizer-lhes, antes de mais nada, que eu trago do Brasil a saudação muito afetuosa e amistosa do povo brasileiro a todos os demais povos que, na África ou na Europa, compartilham conosco o privilégio que é refletir e sentir, falar e escrever em português.

Peço a todos os meus colegas que aqui se encontram para o lançamento da nossa Comunidade de Países de Língua Portuguesa que sejam os portadores dessa mensagem de amizade brasileira aos cidadãos dos seus países.

Digam-lhes que estamos felizes de poder afirmar, pelo gesto político de unir-nos em comunidade, a dimensão internacional inegável que é pertencer a uma cultura própria — a cultura afro-luso-brasileira, presente em todo o mundo, com uma vocação universal que nada tem de arrogância ou soberba, mas que, isso sim, traduz uma maneira cordial de ser que a suavidade da língua que falamos se encarrega de transmitir.

Agradeço ao povo e ao Governo de Portugal pela acolhida tão generosa e amiga que nos estão dando, na melhor tradição do espírito e da hospitalidade portugueses.

A mesma Lisboa que serviu de marco geográfico e político da Era dos Descobrimentos, epopéia portuguesa e momento fundamental da História moderna, é hoje palco de um acontecimento

que terá impacto e repercussão em três continentes: a decisão dos sete países de língua portuguesa de assumir, no campo político internacional, o traço marcante de identidade e de comunhão de interesses proporcionadas pela nossa base cultural comum.

O Brasil esteve na origem da idéia de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa e isso é motivo de orgulho para nós. O Presidente Itamar Franco interpretou o sentimento brasileiro ao dar pleno apoio à iniciativa, e o ex-Embaixador José Aparecido de Oliveira foi incansável no seu lançamento e na sua promoção.

O Brasil continua imbuído de entusiasmo e confiança quando entende que a Comunidade será uma extensão da sua própria personalidade internacional. Estamos certos de que o mesmo ocorra com todos os demais países que a integram.

Ao constituir a Comunidade, já familiarmente conhecida por sua sigla CPLP, nós estamos dando um passo que há muito se impunha: estamos atualizando, perante nós mesmos e perante toda a comunidade internacional, o passado comum que nos liga indissolivelmente.

E, ao resgatar esse passado naquilo que ele tem de permanente, na sua força de aproximar e harmonizar a diversidade própria de nações que se orgulham da sua soberania duramente conquistada e consolidada, nós o estamos projetando no futuro —

não um futuro distante, mas um futuro imediato, sob a forma de ação política internacional e de cooperação solidária e construtiva entre nós mesmos.

Queremos construir uma Comunidade em sentido pleno, inspirada no valor da igualdade, afastada de articulações hegemônicas, dedicada a um trabalho harmonioso de cooperação — uma Comunidade que, em suas deliberações, honre nosso espírito democrático.

Com sentido de realismo, a Comunidade responderá adequadamente ao impulso, próprio das relações internacionais contemporâneas, de que os países pertençam a coalizões ordenadas não mais ao longo de clivagens entre Norte e Sul ou Leste e Oeste, mas sim de interesses prontamente identificáveis pelo cidadão.

Esse é o sentido da participação brasileira no Mercosul, por exemplo, ou de que Angola e Moçambique sejam parte da SADC, ou de que Portugal pertença à União Européia. Esse é o sentido de que Brasil e Portugal formem parte da Comunidade Ibero-Americana.

E esse é o sentido de que os Sete, apoiados nessa comunhão lingüística que nos torna um núcleo particular, estabeleçamos uma comunidade política de países diferentes, é certo, mas com muitos interesses compartilhados, com um grande potencial de ampliar a nossa voz e de melhorar a qualidade da cooperação que bilateralmente nos oferecemos uns aos outros.

É com esse espírito e com esses compromissos que o Brasil comparece a esta reunião de cúpula que formaliza a CPLP.

Nós saudamos a decisão dos Sete de confiar a um Secretário-Executivo angolano e a um Secretário Adjunto Sãotomense a condução da Secretaria-Executiva da CPLP nesta sua etapa de lançamento e consolidação.

Estaremos apresentando alguns projetos concretos de cooperação, que gostaríamos de ver prosperar e frutificar. São projetos realistas, simples, mas de concepção voltada para resultados.

Nossa Comunidade está construída sobre três pilares muito concretos.

O primeiro pilar é o da concertação política, para a defesa e promoção de interesses comuns seja nas instituições internacionais, como as Nações Unidas, seja em torno de questões específicas — os chamados temas globais, ou a promoção da paz e da democracia nas regiões em que temos maior presença.

O segundo pilar é o da cooperação para o desenvolvimento, para que possamos juntos, os Sete, oferecer-nos esquemas adequados de estímulo ao desenvolvimento econômico e social através do treinamento e formação de recursos humanos, e do intercâmbio de experiências em áreas como a administração pública e o desenvolvimento técnico e tecnológico aplicado à produção. A união dos Sete deve ser um instrumento não apenas para criar escala nessa cooperação, mas também para viabilizar esquemas de financiamento e de triangulação, de modo a permitir-nos maximizar recursos de cooperação.

E o terceiro pilar é o da promoção e defesa do idioma português em âmbito universal. Num mundo de cultura global, cada vez mais uniformizada, é necessário afirmar as diferenças lingüísticas para que o mundo não se empobreça, para que não se estreitem os horizontes da humanidade.

E nossa língua não tem nada a temer nas comparações: não pretende ser superior ou inferior, porque sabemos que o português é uma língua que permite a expressão de todos os sentimentos e todas as formas capazes de elevar o espírito humano às alturas mais elevadas.

O português é a terceira língua mais falada no mundo ocidental.

São duzentos milhões de falantes espalhados pelos cinco continentes — portanto, dando à nossa língua uma boa base humana e geográfica para a sua projeção.

É claro que a maior difusão do português depende essencialmente da nossa capacidade de nos

desenvolvermos econômica e socialmente, de gerarmos conhecimento e cultura e de nos projetarmos politicamente em nossas regiões e fora delas.

O Brasil tem conseguido algum resultado nesse sentido. Hoje, graças ao Mercosul, o português é um idioma com prestígio crescente nos países vizinhos.

Mas há sem dúvida espaço para uma ação concertada dos Sete, inclusive mediante a consolidação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, uma idéia que nasceu sob a inspiração do então Presidente Sarney, que me acompanha nesta viagem. O Instituto deve estar aparelhado para tornar mais acessíveis e eficientes os métodos de ensino da língua e mais atraente a possibilidade de que os

interessados no nosso idioma possam ter um convívio mais intenso com ele e com a cultura que lhe serve de base.

A língua é veículo de cultura que nos dá condições de entender, de uma perspectiva própria e solidamente ancorada no mundo latino, as profundas transformações do mundo contemporâneo, as quais, sabemos, vão muito além da esfera econômica e têm a ver também com novos valores, com novos modos de vida.

Que nossa CPLP seja, em suma, um instrumento na promoção das tarefas que decorrem de cada um dos três pilares que a sustentam e que haverão de mostrar, com o tempo, o acerto da decisão que estamos ratificando hoje.

Muito obrigado.



Cerimônia de Condecoração

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Cerimônia de Condecoração de sua Santidade Karekin I, Patriarca Supremo da Igreja Apostólica Armênia, com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, Brasília, 2 de agosto de 1996

É um privilégio ser o intérprete do respeito e do apreço do Governo e de todos os brasileiros por Vossa Santidade e pela Igreja Apostólica Armênia.

O Brasil que saúda o Patriarca Supremo de todos os armênios é um país orgulhoso da sua diversidade étnica e da contribuição que muitos povos e culturas trouxeram ao seu desenvolvimento material e espiritual. Por isso, é para nós uma grande satisfação recebê-lo em Brasília, para, através da mais alta distinção honorífica do Brasil, fazer-lhe uma homenagem de todo o povo brasileiro.

A presença de Vossa Santidade em terras brasileiras tem importante significado não só para a comunidade brasileira de origem armênia, mas também para todo o povo do maior país católico do mundo.

Alma da primeira Nação a ser cristianizada pelos Santos Apóstolos Bartolomeu e Tadeu, a Igreja Apostólica Armênia traduz o sentimento cristão do povo armênio, que se refletiu em outras partes do mundo antigo e contribuiu para a consolidação da fé cristã no Ocidente.

Após muitos séculos como um farol da fé cristã na Ásia Menor, a Igreja Apostólica Armênia continua sendo um dos bastiões do cristianismo. Manteve sua crença e sua unidade nas condições mais adversas através dos séculos e por isso merece

o respeito e a admiração de todos os cristãos do mundo.

A trajetória do povo armênio é indissociável da Igreja Apostólica Armênia. De sua espiritualidade a Nação armênia retirou a força para sobreviver mesmo quando compelida, em diversos momentos da História, a abandonar a terra de seus antepassados e a buscar refúgio em outras paragens.

No processo de fixação dos armênios da Diáspora no Brasil e em outros países, a Igreja Apostólica Armênia teve um papel central. Como imigrantes distanciados da pátria, os armênios encontravam na Igreja um traço de identidade, um sustentáculo moral para a manutenção de sua cultura, sua língua e sua fé. Uma razão, enfim, para lutar e prosseguir.

Desde o fim do século passado, o Brasil acolheu imigrantes armênios, que hoje formam uma comunidade laboriosa, que em muito tem contribuído para o desenvolvimento material e espiritual do nosso país, onde se integrou em harmonia e com plena e perfeita participação em todos os setores da vida nacional, na esfera privada e no Governo, inclusive na diplomacia.

O espírito empreendedor, corajoso e tenaz dos armênios aqui radicados, faz com que a comunidade de origem armênia tenha participação

ativa na construção de um Brasil democrático e próspero, que seja respeitada e admirada.

Mas a comunidade de origem armênia é também solidamente apegada aos valores da milenar civilização armênia. Por esse apego, por essa força interior que vem da identidade cultural e da fé, a comunidade armênia tem dado uma contribuição relevante para a vida brasileira, que ela ajuda a enriquecer e a projetar-se como cultura aberta e universal, de convivência e pluralismo.

Santidade,

Em dezembro de 1991, o Governo brasileiro, reconheceu, com grande satisfação, a independência da República da Armênia e com ela estabeleceu relações diplomáticas poucos meses depois.

Desde então, tivemos o prazer de contar com a participação do Presidente Levon Ter Petrossian na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, e de receber a visita particular do Vice-Presidente Gagouk Arutiunian, em 1993, marcos importantes no relacionamento entre o Brasil e a Armênia.

Nesse processo de aproximação entre o Brasil e a Armênia, a Igreja Apostólica Armênia tem tido uma importante participação, até mesmo porque ela constitui um elo de ligação espiritual entre os dois países e entre a comunidade armênia no Brasil e o povo armênio.

O próprio Ministro Antônio Kandir, que representa a comunidade no mais alto escalão do Governo, esteve na Armênia, na qualidade de enviado especial do Governo brasileiro para a entrega da Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul a Sua Santidade Vazken I, predecessor de Vossa Santidade como Catholicós de Todos os Armênios.

Vossa Santidade será o portador da mensagem de amizade e admiração do povo brasileiro pelo povo armênio e da firme vontade política do Governo brasileiro de estreitar, cada vez mais, seus laços de amizade e cooperação com a Armênia.

Guardaremos da visita de Vossa Santidade ao Brasil uma lembrança afetuosa e respeitosa — um marco simbólico da amizade brasileiro-armênia.

Em reconhecimento de todos os brasileiros à missão de Vossa Santidade em prol do aprofundamento da amizade entre o Brasil e a Armênia, como demonstração de profundo respeito pela fé apostólica armênia e como uma homenagem ao povo armênio e à comunidade armênia no Brasil, o Senhor Presidente da República houve por bem outorgar-lhe a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul.

É uma honra para mim impor-lhe neste momento essas insígnias. Aceite-as como uma homenagem sincera e como um tributo de admiração e respeito dos brasileiros pelo seu povo e pela sua Igreja.

Muito obrigado.

Assinatura do protocolo de cooperação entre o Itamaraty e o BNDES

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da assinatura do protocolo de cooperação entre o Itamaraty e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Brasília, 7 de agosto de 1996

O Protocolo de Cooperação que acabamos de assinar formaliza uma parceria já existente e de grande potencialidade entre o Itamaraty e o BNDES, com o objetivo de fortalecer a nossa contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

As atividades a serem realizadas ao amparo deste instrumento serão parte das iniciativas do Governo federal para a ampliação e intensificação da cooperação com muitos dos nossos parceiros, com vistas à captação de investimentos e de tecnologia e expansão das trocas comerciais.

A prioridade atribuída às ações nessas áreas justifica-se plenamente. A consolidação da atual fase de crescimento da economia brasileira tem entre seus pressupostos a modernização da estrutura produtiva e o aumento da competitividade das empresas brasileiras. Para isso, a contribuição dos parceiros estrangeiros é imprescindível.

As instituições que representamos têm uma sólida tradição de serviços prestados ao desenvolvimento econômico brasileiro. Todos conhecemos o importante papel desempenhado pelo BNDES na implantação no Brasil do maior parque industrial existente no mundo em desenvolvimento, com importante participação de capitais estrangeiros.

Temos também consciência da relevante atuação do BNDES como fonte de financiamentos

que estimularam o crescimento e a diversificação das exportações brasileiras. Para o êxito no desempenho dessas atividades, o BNDES vale-se de sua condição de agente financeiro do setor público e de uma estrutura organizacional exemplar dentro do Estado brasileiro, assentando-se em um corpo de administradores e técnicos de competência e espírito público reconhecidos no Brasil e além-fronteiras.

Entende-se, portanto, que o Governo brasileiro tenha atribuído ao BNDES o papel de executor do Programa Nacional de Desestatização, vetor fundamental do processo de ajustamento da economia brasileira aos novos paradigmas da economia mundial e às necessidades do próprio desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Ampliando sua área de atuação, o BNDES incorporou a suas responsabilidades a promoção do desenvolvimento social. Com essa mudança, o Banco habilitou-se a contribuir para o atendimento aos reclamos da sociedade brasileira em matéria de geração de empregos e riquezas e melhoria das condições de vida das camadas menos favorecidas da população, objetivos fundamentais do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Ministério das Relações Exteriores vem dedicando parcela substancial de seus recursos humanos e materiais à captação de investimentos e

de tecnologia estrangeira e à promoção comercial do Brasil. Essa vertente da atuação da Diplomacia brasileira ganhou novo interesse no cenário de desafios e oportunidades próprio do fenômeno conhecido como globalização da economia mundial e da abertura competitiva da economia brasileira.

O Itamaraty está capacitado para responder aos desafios do momento, coadjuvando os esforços do Governo para promover com êxito o aumento da participação brasileira nos fluxos internacionais de comércio e de investimentos produtivos. Os resultados alcançados nessas áreas não dependerão exclusivamente da dedicação e da reconhecida competência do quadro de funcionários deste Ministério. Na realidade, o êxito nessas tarefas será também condicionado pela qualidade e adequação dos instrumentos utilizados para a defesa e projeção de nossos interesses econômicos e comerciais.

Por isso é extremamente afortunada a iniciativa do BNDES de colocar à disposição do Itamaraty, conforme o presente Protocolo de Cooperação, informações e material a serem utilizados para a mobilização do interesse de investidores estrangeiros em empreendimentos no Brasil e para a intensificação dos fluxos de comércio.

Com os mesmos objetivos, o Banco dispõe-se a prestar cooperação técnica ao Itamaraty e a participar de seminários e outras formas de divulgação imprescindíveis para o trabalho diplomático.

Só temos, portanto, motivos para nos congratularmos com o BNDES pela iniciativa de formalização desta parceria com o Itamaraty. Nossas atividades conjuntas nessas áreas darão uma contribuição positiva ao trabalho empreendido pelo Governo brasileiro para fornecer ao empresariado nacional os instrumentos e os estímulos adequados para a modernização de suas empresas, melhoria de sua competitividade, diversificação da oferta de bens e serviços e uma inserção bem sucedida na economia internacional.

Tenho a certeza de que a formalização da cooperação que já vinha existindo entre o BNDES e o Itamaraty dará um acréscimo de qualidade e eficiência aos serviços que, juntas, as duas instituições já vêm prestando no campo da projeção externa dos interesses brasileiros. Em nome do Itamaraty, quero agradecer o empenho e o engajamento do BNDES nesse empreendimento.

Muito obrigado.

Comemorações da Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil

Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, por ocasião das comemorações da Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil, sobre o Tema “A Política Externa Brasileira”, Recife, 11 de agosto de 1995.

Introdução

Quero agradecer à Diretoria da Faculdade de Direito do Recife, e muito particularmente ao Professor Romualdo Marques Costa, pelo honroso convite para me associar a mais estas celebrações da criação dos cursos jurídicos no Brasil.

O 11 de agosto é uma tradição viva na consciência cívica brasileira. Em todo o Brasil, estudantes de Direito lideram as comemorações desta data que representa um divisor de águas na formação política e intelectual do Brasil — uma espécie de homologação da nossa independência no campo espiritual.

O Direito e a

Trago aqui a palavra de uma Instituição, o Itamaraty, que tradicionalmente se beneficia da presença, em seus quadros, de um expressivo, quase majoritário, número de bacharéis em Direito.

Não é essa, aliás, uma coincidência ou um simples dado sociológico. A diplomacia forjou-se, ao longo da História, em estreita vinculação com a ciência jurídica, chegando mesmo a confundir-se, em certos momentos, com o Direito internacional. Mais que isso, é no Direito que a diplomacia encontra muito da sua própria identidade como atividade humana,

porque os mesmos princípios de justiça, concórdia e ordem inspiram o diplomata em sua ação, enquanto a vocação de negociação e persuasão, que identifica o talento do advogado, constitui atributo indissociável do diplomata.

Atividade política por excelência, a diplomacia brasileira não seria exceção entre aqueles setores que, ao buscar excelência intelectual e combatividade política, encontrariam na área jurídica o universo onde recrutar parte considerável da sua força.

É por essa razão que eu quero aproveitar a oportunidade de estar na Faculdade de Direito do Recife para lembrar-lhes que o Itamaraty continua selecionando, periodicamente, os quadros diplomáticos que haverão de suceder-nos nessa linha de frente da defesa do interesse nacional que é a diplomacia. E Pernambuco e o Nordeste, que deram grandes nomes à carreira diplomática, devem continuar essa tradição que nos honra e da qual somos os primeiros a nos beneficiar.

Tributo a Azeredo da Silveira

Há exatos vinte anos, em março de 1975, o então Ministro das Relações Exteriores, o saudoso Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira,

de quem orgulhosamente fui assessor próximo, valeu-se desta mesma tribuna e do interesse particular desta audiência pela política internacional e pela diplomacia, para proferir uma conferência que se transformaria em marco conceitual da revolução diplomática que o Brasil fez no Governo Geisel.

Sua detalhada explicação sobre aquilo em que consistia o chamado pragmatismo responsável e ecumênico constitui hoje um patrimônio da diplomacia brasileira, uma base sólida para continuarmos a refletir sobre o que somos como país soberano e independente, sobre como vemos o mundo em que de forma inexorável nos inserimos e sobre como pretendemos estabelecer as conexões entre esses dois pólos fundamentais da diplomacia, de forma a extrair o maior número de benefícios tangíveis de nossa inserção internacional ao custo mais baixo.

Ao prestar aqui uma homenagem ao Chanceler Azeredo da Silveira, quero ressaltar aquilo que a diplomacia que ele chefiou nos legou de mais importante, porque soube sempre ter a consciência de que a é um instrumento a serviço do desenvolvimento do país: o patrimônio de relações que se ampliaram por todo o mundo e acabaram por desenhar o perfil de ator global que caracteriza o Brasil de hoje. Graças à diplomacia que Silveira encarnou como ninguém, nossos esforços podem concentrar-se hoje em outras áreas, porque nossa presença em todas as regiões do mundo está basicamente consolidada, e somos reconhecidos como parceiro de interesse.

Um patrimônio sem hipotecas: este é o legado da diplomacia revolucionária que Silveira comandou.

O mundo vinte anos depois

Vinte anos depois daquela conferência, o mundo mudou radicalmente e o nosso país mudou radicalmente. Quem ousasse antecipar, em 1975, a natureza e o alcance das transformações que alterariam tão profundamente a face do mundo e as relações internacionais nos anos 80 e início dos anos

90, certamente seria visto como um sonhador.

O Chanceler Silveira dizia, em sua palestra, que vivíamos sob o domínio da crise, mas extraía da própria etimologia da palavra — decisão, em grego — os elementos de criatividade e de vigor que um quadro de crise pode proporcionar. Acostumados a valer-nos do conceito de crise para descrever qualquer situação que escape a uma suposta normalidade, às vezes nos esquecemos de que a crise é o próprio motor da história, e portanto contém os elementos básicos da vitalidade humana. É o que nos mostram, dentro e fora do nosso país, esses vinte anos.

O que mudou

Uma revolução democrática varreu o mundo, começando pela América Latina, e hoje a imensa maioria dos povos vive sob regimes democráticos.

Uma revolução econômica se operou, à base do esgotamento dos modelos mais fechados prevalecentes nos anos 50 a 70, e hoje a imensa maioria dos povos vive em sistemas econômicos baseados na liberdade de mercado.

Democracia e liberdade econômica passaram a ser padrões a partir dos quais os países são classificados, uma espécie de “grau zero” das relações internacionais, em que os desvios têm um custo político e econômico cada vez maior, porque democracia se traduz em estabilidade e liberdade econômica se traduz em investimentos, acesso a tecnologias, competitividade e empregos.

Como uma síntese de ambas as revoluções, a política e a econômica, o esfacelamento do bloco soviético, com o colapso do socialismo real que não resistiu à corrida armamentista e à baixa produtividade.

O fim do bloco socialista operou a transformação mais visível, a mais apregoada ao menos, que alteraria completamente o panorama descrito vinte anos atrás pelo Chanceler Silveira: o de um mundo bipolar, ainda centrado na confrontação ideológica e estratégica, mesmo que cada vez mais matizado pelo surgimento de grandes potências

econômicas, como a então Comunidade Européia e o Japão. Um mundo em que grande parte dos esforços da comunidade internacional pelo desenvolvimento econômico estavam condicionados ou eram afetados pela disputa estéril e sem saída da Guerra Fria.

A natureza e o alcance das transformações

Mas esse era também um mundo que já trazia em si o germe da mudança, em grande parte fortalecido pelo próprio clima de crise persistente e multidimensional que marcaria boa parte desses últimos vinte anos. Com o seu sentido de desordem e o seu potencial de ameaça indiscriminada, a crise a que se referia o Chanceler Silveira evidenciaria a inviabilidade da permanência indefinida do rígido sistema do imediato pós-guerra, corroído e instabilizado.

A crise tinha inúmeras faces e força suficiente para desencadear as transformações, que atenuariam algumas dessas faces ou dariam dimensão nova a outras. Sucintamente, podemos identificar as seguintes “crises dentro da crise” nos últimos vinte anos:

- a crise monetária, com a perda do poder de referência do dólar frente às demais moedas fortes;

- a crise do petróleo, que afetaria diretamente as economias desenvolvidas e de vários países em desenvolvimento, estes ainda mais prejudicados pela retração dos seus mercados no mundo desenvolvido;

- o recrudescimento de um radicalismo político que não se encaixava na lógica quer do Ocidente, quer do mundo socialista, e que passou a ter uma de suas expressões no terrorismo, inclusive no terrorismo patrocinado por Estados;

- a crise da dívida nos países em desenvolvimento;

- a recessão nos países desenvolvidos, com a geração de elevados déficits fiscais e comerciais e o recrudescimento do protecionismo;

- o estancamento do desenvolvimento no chamado “Sul”, com o crescimento das correntes

migratórias; - a consolidação do desemprego como o grande desafio político, social e econômico do mundo no limiar do século XXI;

- a crise dos conflitos regionais que, com o poderoso vetor da Guerra Fria incidindo sobre eles, resistiram, até a exaustão virtual das partes envolvidas, a todas as fórmulas de bom senso e de conciliação; e

- a crise descrita pelos chamados “novos temas”, como os direitos humanos (que ganharam projeção à medida que se fortaleceu a democracia como tendência dominante das relações internacionais), o narcotráfico, o terrorismo, o tráfico de armas, o crime organizado, a destruição ambiental, as doenças epidêmicas transnacionais.

A ascensão de novos traços dominantes a primeiro plano Mas não foi só essa crise multifacetada que desencadeou as forças que levariam finalmente à superação do sistema internacional identificado com a Guerra Fria e à geração de outro sistema, ainda indefinido, marcado por muitas oportunidades novas, mas também muitos desafios e riscos evidentes.

Esse germe da transformação se encontrava nos traços cada vez mais fortes, e hoje dominantes no cenário internacional, da multipolarização econômica e tecnológica, que tinha sua outra face no agrupamento regional de países em torno de núcleos de polarização (os Estados Unidos, na América do Norte; o núcleo inicial da CEE, na Europa; o Japão, na Ásia). O mundo bipolar já trazia em seu bojo o mundo multipolar — do ponto de vista do poder econômico — que o substituiu.

O germe da transformação encontrava-se também no crescimento da importância da competitividade econômica e tecnológica em relação ao poderio militar e estratégico, à medida em que se evidenciava a perda relativa da participação das superpotências no produto mundial e no comércio internacional e em que o processo de acumulação internacional se desviava para países como o Japão, a Alemanha e os chamados “Tigres asiáticos”, detentores, ainda hoje, das maiores taxas de

poupança e de investimento no globo.

E se encontrava na globalização vertiginosa da economia, tanto na esfera da circulação dos capitais quanto na da produção de bens e serviços, com impacto surpreendente sobre o comércio internacional, que cresceria em proporção muito superior à do próprio produto mundial.

Aspectos básicos da vida dos Estados soberanos, como o nível da atividade econômica, o nível de emprego, a competitividade dos seus produtos nos mercados externos e nos seus próprios mercados — todos eles aspectos que têm impacto diretamente sobre o nível de bem-estar, a estabilidade política e a estabilidade econômica e, naturalmente, sobre a própria soberania em sentido mais amplo — passaram a ter um grau muito maior de incidência de fatores internacionais. Estabilidade, abertura, capacitação tecnológica e em recursos humanos passaram a ser muito mais importantes do que considerações geopolíticas ligadas aos fatores tradicionais do poder nacional, como território e recursos naturais.

Essas transformações, que aceleraram a inviabilidade do modelo socialista soviético, incapaz de se adaptar sem perder o seu sentido original, geraram um mundo diferente, o mundo em que vivemos hoje. Mas ele é diferente muito mais no sentido de que muitas das forças que se encontravam em segundo plano sob o domínio da Guerra Fria passaram ao primeiro plano, oferecendo algumas oportunidades, mas evidenciando, como disse, desafios e riscos para um país das características e com a projeção externa do Brasil.

Oportunidades, desafios e riscos

Ao dizermos que o mundo contemporâneo apresenta oportunidades, desafios e riscos, não estamos inovando em nada, porque essa é a característica de qualquer ambiente em que exista atividade humana. O que é preciso fazer é reconhecer que o mundo dos anos 90 apresenta novas oportunidades, novos desafios e novos riscos,

diretamente vinculados às forças ou tensões que passaram a dominar o cenário mundial com a retração das tensões de natureza ideológica e estratégico-militar próprias da Guerra Fria.

Em vez de preocupar-se com a sua preservação e a da sua forma de vida diante das ameaças oriundas de outro sistema político-estratégico, os Estados hoje pensam muito mais no jogo das forças econômicas, com a consciência de que a soberania e a capacidade de articulação política se fortalecem com o fortalecimento da economia. É do sucesso econômico — e não mais da proteção do guarda-chuva estratégico de uma superpotência ou da doutrina da “segurança nacional” — que dependem os elementos fundamentais para a preservação de um Estado: estabilidade política e social, o crescimento econômico sustentável, a geração de empregos, o bem-estar da população.

Há riscos nessa nova realidade? Claro que há. Mas esses riscos estão ligados muito mais à incapacidade que um Estado tenha de se adaptar para fazer face às novas condições da competição internacional. A marginalização por força da incapacidade de competir passa a ser um risco real, com consequências materiais. Basta citar um exemplo. Em uma situação de mercado protegido dentro do modelo de substituição de importações, os baixos indicadores sociais de um país não representam senão uma redução do mercado consumidor real, mas essa redução é administrada pelos agentes econômicos que se limitam a adaptar a sua produção à escala real do mercado.

Em uma situação de mais aberta competição por investimentos, mercados e tecnologia, baixos indicadores sociais passam a representar um constrangimento direto para o desempenho da economia e um fator de risco real.

Da mesma forma, diante da tendência a que se consolidem regras universais para regular a transferência de tecnologia, a não-proliferação, a promoção e a proteção de investimentos, o acesso a mercados, e face à postura claramente competitiva

com que os países se voltam para o exterior, configuram-se novas áreas em que a marginalização e o isolamento têm um preço a ser pago — um preço que se mede precisamente pelo acesso a mercados, investimentos produtivos e tecnologias.

Nessa ordem de raciocínio, riscos reais próprios da atual estrutura internacional convertem-se em desafios e oportunidades quando um país procura estar na vanguarda da internalização das transformações em curso no mundo. A eles se somam outras oportunidades reais surgidas com o fim de conflitos regionais — na África Austral, no Oriente Médio, na América Central — ou com a abertura econômica de países como a China, o Vietnã ou os antigos países socialistas da Europa Central e Oriental.

Se apresenta o risco de reduzir-nos a buscar vantagens comparativas que no passado nos teriam condenado a sermos eternamente uma grande fazenda de café e cana-de-açúcar, a liberdade econômica que prevalece como força motriz das relações internacionais de hoje nos abre mercados antes muito restritos, como os próprios mercados latino-americanos, e nos induz a buscar fórmulas criativas, entre as quais a da integração regional, para ampliar a escala e melhorar a competitividade da nossa economia — não apenas para torná-la mais apta a disputar fatias de mercado e explorar janelas de oportunidade no exterior, mas também para torná-la mais atrativa para os países que dispõem de reservas de capital e de conhecimento tecnológico e buscam parcerias orientados pelos imperativos da globalização da produção e da maior participação nos benefícios do comércio mundial.

O papel da diplomacia nesse mundo em transformação

A diplomacia que o Governo Fernando Henrique é chamado a exercer deve ser uma resposta o mais completa possível a essa nova realidade internacional. Mas é preciso desde já fazer duas precisões.

A primeira delas é que a diplomacia defende e projeta no exterior os interesses nacionais, da mesma forma que ela procura melhorar a inserção internacional do país que representa. Mas ela não cria interesses, nem pode projetar o que não existe. O país que se encontra por trás da diplomacia é o único elemento a partir do qual ela pode operar. Por isso, a diplomacia só poderá responder adequadamente às transformações do cenário internacional se essas transformações forem, de alguma forma, internalizadas pelo país.

A importância do patrimônio diplomático

A segunda é que a diplomacia de um país como o Brasil opera necessariamente a partir de um patrimônio diplomático. Ela não admite mudanças irrefletidas ou bruscas, nem barganhas voltadas para o curto prazo.

Temos um patrimônio político construído com os diferentes grupos de países com os quais nos relacionamos, temos uma tradição de atuação equilibrada e amadurecida nos foros multilaterais.

Poucas vezes no passado nos moveram veleidades de liderança, a ilusão do prestígio construído através de iniciativas de impacto na cena regional ou internacional ou a miragem de relações especiais ou alinhamentos automáticos que não tinham correspondência na escala de prioridades do parceiro. Quando isso ocorreu, rapidamente se percebeu a limitação do gesto, e se voltou ao curso refletido de uma diplomacia amadurecida em décadas de complexas lides internacionais.

Há uma sabedoria na tradição, na memória e na prudência diplomáticas, não por conservadorismo ou principismo estéril, mas porque as relações entre Estados se dão ao longo de períodos extensos da História.

Por isso, o papel da diplomacia brasileira é interpretar corretamente as prioridades nacionais, situando-as dentro do projeto mais amplo do nosso desenvolvimento e procurando servir como instrumento dessas prioridades no plano exterior.

O Brasil visto pela sua diplomacia

Feitas essas precisões, como podemos caracterizar o Brasil, seu projeto de desenvolvimento e suas prioridades atuais, de forma a orientar a ação da nossa ?

Um país continental

Passo por alto aquelas que são as nossas características intrínsecas — dimensão continental, população, recursos naturais, tamanho do mercado consumidor potencial, situação única no Hemisfério Sul, distante dos grandes pólos de poder com capacidade de galvanizar economias menores e mais próximas — para entrar naquilo que propriamente dá uma dimensão dinâmica a esses fatores.

Em , não basta ser grande e atraente para gerar interesses e promover parcerias, é preciso parecer grande e atraente. E a medida dessa grandeza e dessa atratividade é muito relativizada pelo tempo, pelas circunstâncias históricas e, sobretudo, pela própria grandeza e atratividade dos demais jogadores que se encontram no tabuleiro, jogando o mesmo jogo e tentando interpretar ou mudar as regras a seu favor.

Uma história de parceria com o exterior

Uma primeira resposta àquela indagação — o que somos do ponto de vista diplomático, na verdade a pergunta que constitui o cerne da reflexão que me proponho fazer aqui — deriva, naturalmente, da avaliação que fizemos da capacidade e da necessidade que o país apresenta de relacionar-se com outros países e regiões. Nossa história é clara a esse respeito.

Temos uma tradição de inserção internacional que nos foi legada pela nossa própria irrupção na História como colônia de exportação de produtos tropicais e matérias-primas. Nossa formação social, fortemente marcada pela imigração, reforçou ao longo do último século essa vocação universalista do Brasil. Até pela própria mentalidade aberta ao mundo dos brasileiros, nunca foi seriamente admitida entre nós,

nem a título de especulação teórica, a idéia da autarquia.

O mundo exterior, que nunca deixou de chegar-nos com a rapidez cada vez mais alucinante dos meios de comunicação, sempre constituiu um padrão contra o qual nós nos julgamos e julgamos o que fazemos. A referência externa é um componente central da psicologia brasileira — um componente que comparece sem despertar traumas, temores ou receios exagerados, provavelmente porque temos firmado no inconsciente coletivo o significado de 125 anos de paz ininterrupta com nossos vizinhos e a sensação de confortável segurança que nos dá a nossa própria localização geográfica.

Nossa economia cresceu e diversificou-se com o aporte continuado de capitais de empréstimos e de investimentos estrangeiros — ingleses, primeiro, e que se somaram os norte-americanos, os de outros países europeus, do Japão, da própria América Latina.

Uma tradição de economia de mercado

Nossa industrialização se fez com grande dose de intervenção estatal, mas foi centrada na iniciativa privada e, em grande medida, na iniciativa privada transnacional. Temos uma tradição de economia de mercado das mais sólidas nos países em desenvolvimento.

Pusemos em prática, é verdade, por longo período, um processo de substituição de importações que foi responsável pela ampliação horizontal do nosso parque industrial e por uma complexidade do nosso parque produtivo (tanto na área de bens de consumo quanto de bens de equipamento quanto na área de serviços). O vigor e a complexidade do nosso parque produtivo nos coloca em posição de vantagem relativa no conjunto dos países em desenvolvimento.

Durante mais de duas décadas, esse processo — que reservava para o produtor instalado no Brasil um mercado potencial de dimensões continentais — foi responsável pela nossa capacidade de atrair investimentos produtivos, que pouco a pouco, contudo, se foram concentrando mais em áreas como

a mineração de ferro e alumínio, até se estancarem por força das limitações geradas pela crise da dívida externa, alta inflação, excesso de intervenção estatal e políticas erráticas na área industrial, comercial e macro-econômica.

Uma presença global

Ao mesmo tempo em que crescíamos a ritmo acelerado nos anos 70 e consolidávamos a diversificação da nossa economia, fomos capazes de ampliar consideravelmente a nossa presença internacional, em grande parte pela nossa capacidade de atuar, sem exclusões, nos mais variados tipos de mercado. Geramos parcerias novas ou fortalecemos parcerias tradicionais tanto no mundo em desenvolvimento — América Latina, África e Oriente Médio, em menor proporção na Ásia, à exceção da China — e no mundo desenvolvido — de que são exemplares as relações desenvolvidas com a República Federal da Alemanha e com o Japão.

Essa presença global do Brasil era uma parte integrante da nossa política econômica, que tinha na busca e diversificação de mercados e na garantia de suprimentos vitais, como petróleo e derivados, uma preocupação central, ligada à própria manutenção e crescimento da nossa atividade econômica.

Cada vez mais ficou evidente que parte da nossa atividade econômica dependia da dimensão externa da nossa economia e da nossa capacidade de ampliar a nossa presença global, com as conseqüências político-diplomáticas desse imperativo.

A evolução do quadro econômico interno brasileiro só fez acentuar a dimensão internacional do Brasil. A superação do modelo de substituição de importações, pela incidência adversa que vinha tendo na competitividade da economia brasileira e até mesmo por pressões oriundas de consumidores mais exigentes, obrigou-nos a um exercício de conscientização sobre as tendências dominantes no cenário internacional e no cenário interno dos países que figuram na nossa faixa de inserção.

Um programa de estabilização bem concebido

O imperativo de estabilizar a economia e garantir bases para o seu crescimento sustentado, tão bem traduzido pelo Plano Real, tem também uma forte dimensão externa, ainda que boa parte das suas condições mínimas digam respeito a questões de natureza interna, como o equilíbrio fiscal, a austeridade monetária e a própria confiabilidade do plano, que desta vez recusou choques, surpresas, intervenção na economia, congelamentos. A própria abertura da economia ao exterior foi fator fundamental para assegurar o êxito do plano: por primeira vez se pôde utilizar a oferta externa para enfrentar a pressão da demanda provocada pelo aumento do poder aquisitivo da população permitido pelo fim da inflação.

A solução adequada da questão da dívida externa, depois de doze anos como hipoteca sobre boa parte da agenda externa brasileira tanto com países desenvolvidos como com parceiros em desenvolvimento, foi também uma condição necessária ao êxito do plano, e a ele se somou no capítulo das novas credenciais com que o Brasil busca renovar ou aprofundar suas parcerias no mundo.

Não preciso aqui estender-me sobre o efeito positivo que a estabilização da economia, o ajuste, as reformas em curso e a retomada do crescimento em bases mais seguras têm tido sobre a imagem do Brasil no exterior e sobre o crescimento do interesse de nossos parceiros pelo Brasil. A percepção do Brasil como país de oportunidades e como força emergente na economia mundial parece consolidar-se.

O meu testemunho, depois de sete meses de exercício no cargo e um grande número de contatos com autoridades estrangeiras, no exterior ou no Brasil, é de que nós passamos a ocupar um lugar de realce na agenda mundial, reforçado ainda mais pela forma como fomos capazes de resistir, precavendos e adotando as correções de rumo necessárias, quando do auge da crise financeira que assolou alguns países latino-americanos.

Uma democracia consolidada, um país estável

Não preciso tampouco estender-me sobre considerações a respeito da consolidação das nossas instituições democráticas que resistiram, nos últimos dez anos, à morte de um Presidente-eleito, ao impeachment de outro e a vários escândalos políticos, e que têm sido capazes de canalizar demandas, conflitos e contradições próprias de uma sociedade complexa como a brasileira.

Importa ressaltar que, do ponto de vista do padrão internacional vigente hoje, nossa democracia traduz-se em um trunfo importante, insubstituível: estabilidade política e a certeza de regras transparentes no jogo político em sentido mais amplo. Combinada à estabilização econômica, a estabilidade política passa a ser um fator central da projeção externa brasileira.

Um país com muitos desafios na área social Outro dado básico da realidade brasileira é a permanência de indicadores sociais ainda muito abaixo da média, a funcionar como fator de constrangimento em várias áreas. Comparado a alguns dos seus competidores internacionais, o Brasil perde em capacitação de mão-de-obra, em escala real do mercado consumidor frente à escala potencial, em custos sociais (custo da enfermidade, custo da baixa produtividade), em coesão social. A concentração social e regional de renda afeta nosso potencial de desenvolvimento, de poupança e de consumo. E esses aspectos negativos, que é forçoso reconhecer, nos recordam claramente que o país, embora tenha várias dimensões de desenvolvimento, enfrenta vários desafios de natureza social que ganham sentido de urgência. Seria ilusório pensarmos que reduzimos ou eliminamos um traço comum de identidade que nos une à imensa maioria dos países em desenvolvimento no mundo.

Um país comprometido com as reformas

O amadurecimento político do país e a consciência dos nossos desafios e constrangimentos gerou um quase-consenso sobre a necessidade e a

urgência de reformas que nos permitam reduzir as disparidades sociais e regionais com medidas eficazes e duradouras, que não comprometam a médio ou longo prazo a estabilidade econômica e o crescimento.

Uma engajada

Com esse panorama interno e internacional, torna-se mais fácil compreender as linhas-mestras da diplomacia que o Governo Fernando Henrique Cardoso vem implementando nestes sete meses e meio.

Não quero buscar um rótulo que designe essa , mas sim caracterizá-la pelos seus elementos definitórios centrais.

Nossa diplomacia é não-excludente, no sentido de que buscamos reforçar ou criar parcerias com base em interesses concretos e naturais, no seu impacto no nosso nível de atividade econômica, e no seu papel na configuração de uma rede de presença internacional do Brasil. Não há elementos ideológicos que presidam a busca dessas parcerias. Com princípios, mas com pragmatismo, buscamos as oportunidades onde elas existam. E não há, na concepção brasileira, razão para privilegiar um ou outro relacionamento externo em prejuízo de outros. Os limites de nossa ação diplomática serão os limites dos nossos próprios recursos.

Nossa diplomacia é um instrumento a serviço do nosso desenvolvimento sustentável com justiça social. Isso quer dizer que ela não é um fim em si mesma, nem obedece a concepções puramente intelectuais da realidade mundial ou do nosso próprio país. Não se ilude com veleidades de liderança ou de prestígio, tem uma consciência aguda dos trunfos e dos constrangimentos que o Brasil apresenta, mas não busca confrontos estereis que possam isolar-nos. Tem uma consciência aguda também do que é a agenda internacional contemporânea, de como ela evoluiu nos últimos anos, de quais são as prioridades reais para um país como o Brasil e de quais são as atitudes e os reflexos que não mais correspondem a uma realidade internacional transformada.

Traduzindo em termos práticos relativos ao ano de 1995, isso quer dizer que a diplomacia brasileira é um instrumento a serviço da estabilização da economia brasileira, da melhoria do nosso acesso a mercados, a investimentos e a tecnologias, e da ampliação da nossa presença nos mecanismos decisórios internacionais que lidem com assuntos políticos ou econômicos que nos digam respeito.

Para isso, faremos os ajustes necessários em nossa ação, ampliaremos nossa reflexão e, embora conscientes da importância do nosso patrimônio diplomático, evitaremos, a todo custo, ações reflexas, atitudes mecânicas e pré-concebidas e dogmatismos que são in limine incompatíveis com a mudança que caracteriza o mundo e o nosso próprio país.

Por fim, nossa diplomacia é ativa, não reativa, como corresponde a um país que tem interesses concretos a promover nos mais variados âmbitos da política internacional. Repudiamos toda falsa cautela que justifica a inação e que pode ser responsável por perdermos espaço na cena internacional e tempo nos movimentos estratégicos que se impõem.

Não queremos chegar tarde às áreas novas que se reincorporam ao convívio internacional: a África Austral, o Oriente Médio; não queremos perder mais tempo para erigir em prioridade nossas parcerias com os países da ASEAN, possivelmente o núcleo de países que mais cresce no mundo; não queremos ser omissos ou tímidos na questão da reforma das Nações Unidas, da ampliação do Conselho de Segurança, da urgência de mecanismos que previnam e corrijam os impactos da volatilidade dos capitais sobre as economias emergentes; não queremos ficar a reboque em grandes iniciativas, como a da integração hemisférica.

Uma diplomacia em ação

São muitos os exemplos de ações que temos promovido para tornar palpáveis essas diretrizes. Sete meses e meio de já são suficientes para mostrar o grau em que praticamos a dialética que se consagrou na nossa história diplomática, da renovação

combinada com a continuidade. Insistindo no fato de que a lista sucinta que apresento a seguir é exemplificativa e não exclui outras áreas de atuação e prioridades da nossa (como a própria União Européia, que só mencionarei de passagem), eu gostaria de encaminhar-me para o final mencionando alguns desses exemplos da nossa atuação diplomática mais recente.

Estados Unidos

A visita presidencial aos Estados Unidos redimensionou uma parceria tradicional do Brasil, valendo-se dos novos elementos de que dispomos no cenário interno brasileiro, a estabilização, a abertura econômica, as reformas, o crescimento, a consolidação da nossa credibilidade. Ampliamos e avançamos nossa agenda com os Estados Unidos, uma agenda afirmativa, que mostra o compromisso dos dois Governos de trabalhar ativamente pelo fortalecimento do intercâmbio e pela solução das diferenças que naturalmente aparecem em um relacionamento da densidade e complexidade do nosso.

Com os Estados Unidos, temos tido um diálogo maduro e franco sobre temas de interesse comum ou iniciativas conjuntas: a integração hemisférica, a cooperação interamericana na área da defesa, a reforma das Nações Unidas.

Graças, em grande medida, aos enormes avanços que fizemos no Brasil, a relação com os Estados Unidos se encontra hoje em um patamar único em sua história.

Mercosul

Continuamos a tratar com sentido de prioridade nossa integração no Mercosul e a promover as bases para o início de negociações entre o Mercosul e a União Européia, com vistas a um acordo de livre comércio entre as duas regiões, que fortaleça, do nosso ponto de vista, o equilíbrio relativo do comércio exterior dos quatro países que integram a nossa união aduaneira.

Com sentido de realismo e pragmatismo e tendo em vista os interesses da estabilização brasileira para a própria consolidação do Mercosul, procuramos adaptar a iniciativa aos imperativos que podem derivar de conjunturas macroeconômicas adversas ou potencialmente arriscadas para os Estados-membros, e creio que tivemos grande êxito. O Mercosul firma-se como um parceiro internacional, como um reforço à identidade e à projeção externa dos países que o compõem.

América Latina

Estamos ampliando a nossa parceria com nossos vizinhos latinoamericanos, dando ênfase à interconexão física e à cooperação fronteiriça com esses países, respondendo a um interesse concreto cada vez maior dos agentes econômicos e das populações que negociam através de nossas fronteiras.

A América Latina volta a ocupar hoje, com vantagens, o lugar de destaque que teve em nosso comércio exterior no final dos anos 70 e início dos 80; hoje, esse comércio é maior ainda, mais diversificado e mais equilibrado, e participa com perfil elevado tanto na geração de atividade econômica no Brasil quanto no suprimento de bens de consumo e matérias-primas para a nossa economia. Um dado a reter é que hoje a Argentina é o nosso segundo fornecedor de petróleo, o que revela uma alteração substancial em nosso esquema de fornecimentos de petróleo. As visitas presidenciais ao Chile e à Venezuela respondem a essa diretriz de intensificar ainda mais o intercâmbio e a cooperação na área sul-americana, ao mesmo tempo em que se exploram fórmulas de associação de outros países sul-americanos ao Mercosul.

África

Na África, estamos redimensionando nossa presença, apostando fortemente na pacificação e na reconstrução de Angola, que tem todo o potencial para voltar a ser um de nossos mais importantes

parceiros no mundo em desenvolvimento. Esse é o sentido da nossa participação na UNAVEM-III, a Força de Paz das Nações Unidas que ali contará com mais de 1.100 soldados brasileiros. Estamos também repensando nosso relacionamento com a África do Sul, país que surge, com a sua democratização, como um dos pólos mais dinâmicos de desenvolvimento no Hemisfério Sul, além de ser o foco da atenção quase universal pelas suas potencialidades e pelo seu vigor econômico, ampliado com o fim do embargo e a volta dos investimentos.

Esses exemplos falam de uma nova perspectiva que se abre para o Brasil na África, que volta figurar no horizonte das nossas prioridades graças a uma feliz combinação de fatores internos brasileiros com progressos sensíveis no cenário africano.

Oriente Médio

Também no Oriente Médio estamos reequilibrando nossa presença, a partir da própria evolução do conflito que por décadas assolou a região e virtualmente subtraiu-a ao convívio internacional e aos esforços pelo desenvolvimento. O Líbano se reconstrói, Israel chega a termos com os palestinos e com vários de seus vizinhos árabes, os olhos de mundo se voltam para a região atrás de oportunidades que renascem. Minha visita a Israel, de 28 a 30 de agosto, a primeira de um Chanceler brasileiro em 23 anos, tem esse sentido de redimensionar e equilibrar nossa presença no Oriente Médio. Meu encontro com Yasser Arafat, na mesma oportunidade, para tratar de nossas relações com a Autoridade Palestina por ele presidida, tem esse mesmo sentido de equilíbrio e de aperfeiçoamento da nossa presença na área.

Ásia-Pacífico

Na Ásia, estamos reforçando nossa presença diplomática, equipando melhor algumas Embaixadas em países dinâmicos, definindo uma agenda e planejando uma grande iniciativa de diplomacia presidencial, que começará, em dezembro, com uma

visita à China e à Malásia, dois casos de sucesso na revolução econômica mais recente que transforma a região da Ásia-Pacífico no pólo mais dinâmico da economia mundial nos anos 90.

Conselho de Segurança

Finalmente, para encerrar esta lista exemplificativa, temos procurado influir positivamente nas discussões em torno da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, defendendo a tese de que a melhoria da eficácia do órgão, para cumprir o papel renovado que lhe cabe no sistema internacional pós-Guerra Fria, depende do aumento da sua legitimidade internacional e da sua representatividade.

Sem nos mobilizarmos em uma campanha por uma candidatura a membro permanente, temos deixado claro que defendemos uma reforma do Conselho nesses moldes e que estamos dispostos a colaborar em um Conselho ampliado nessas bases, se formos chamados a fazê-lo. Mais uma vez, convém que se reafirme: não se trata de um pleito e muito menos de uma iniciativa de busca de prestígio e liderança, mas sim de uma defesa sincera da necessidade de reformar as Nações Unidas até como signo de sua vitalidade, ao iniciar-se seu segundo meio século de existência em um ambiente internacional inteiramente diverso daquele que lhe deu origem.

Um voto de confiança

Esta é, em grandes linhas, a diplomacia que

nós procuramos empreender. Espero ter deixado claro a forma como ela pretende — e só pode ser — uma resposta coesa e coerente a esse duplo jogo de forças, as que movem o cenário internacional e as que nos movem como Estado soberano em busca da sua realização como Nação.

Ainda é cedo para anteciparmos resultados ou para julgarmos se estamos no melhor caminho. Para esse exercício, a participação da sociedade brasileira, através do mundo acadêmico, do Congresso, dos partidos, das associações de classe, dos sindicatos, das organizações não-governamentais temáticas, é essencial e insubstituível.

O voto de confiança que pedimos à sociedade brasileira para a que implementamos é a sua participação, o seu interesse, o seu julgamento crítico construtivo. O Itamaraty não inventa interesses nem define prioridades, ele apenas cumpre um mandato.

Esse é o verdadeiro sentido da em uma sociedade democrática.

Esse é o sentido da minha presença aqui e a razão do meu reconhecido agradecimento pela atenção que me dispensaram pois é nesse intercâmbio que o Itamaraty encontra seu sentido maior e a se realiza como um instrumento da Nação, uma Nação independente, soberana e por isso mesmo apta a lidar com a História não como seu objeto, mas para fazê-la acontecer.

Muito obrigado.



Brasil - Chile

*Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Academia
Diplomática Andrés Bello, Santiago, 13 de agosto de 1996*

Comércio Internacional e Integração Econômica

Boa tarde, senhoras e senhores,

Senhor Subsecretário Mariano Fernandes,

Senhores Embaixadores,

Senhoras e Senhores,

Minha intenção seria fazer uma apresentação genérica sobre assuntos de comércio e integração, talvez durante 30 ou 40 minutos, e depois colocarme à disposição dos senhores para responder a alguma pergunta que queiram formular.

Gostaria de iniciar no nível mais geral do tema, enfocando a Rodada Uruguai e a importância dessa negociação para o Brasil, os países em desenvolvimento e o resto do mundo em geral. Diria que, no nosso caso, e seguramente no da maioria dos países da América Latina, a plena participação na Rodada Uruguai refletiu uma decisão de mudar fundamentalmente a atitude e a relação do país com o mundo alterar profundamente as disciplinas do comércio de bens e de serviços, e até as relações em temas tão fundamentais como os das patentes, marcas, propriedade intelectual e investimentos.

Até meados dos anos 80, o Brasil, com certeza, havia-se encaminhado em direção a uma política muito decidida e profunda de desenvolvimento baseado em um papel fundamental do Estado como empresa no básico, inclusive no campo industrial, e num profundo esforço de substituição de importações, por meio de uma meio de tarifas altas que privilegiava a produção doméstica, salvo em

poucas áreas em que não possuíamos nenhuma vantagem comparativa e que, portanto, seria ilógico tratar de buscar a plena autarquia.

Hoje, com o triunfo das idéias liberais e a restauração da imagem de pensadores como Adam Smith, Ricardo e os grandes economistas anglosaxões do passado, tende-se a pensar que a política de substituição de importações, de desenvolvimento autocentrado, seguiu a mesma linha das meios implementadas nos países da Europa Oriental, ou seja, um disparate que custou muito caro e que atrasou muito os países em desenvolvimento. Creio que não é assim pelo menos nesses termos. Seria uma simplificação excessiva, e nos impediria compreender o momento atual do processo. No caso brasileiro, seguramente a partir da década de 50, em fins dos anos 50, o país deixou de ser mero produtor de manufaturas rudimentares, como têxteis, cimento e cerveja, e cuja pauta de exportação dependia de alguns poucos produtos — café, açúcar, cacau, algodão, mineral de ferro — para tornar-se rapidamente, em 10 anos, um país com uma indústria automobilística respeitável, uma siderurgia forte, com o início de uma indústria aeronáutica, uma indústria eletro-eletrônica, uma indústria manufatureira significativa, com uma indústria de petróleo importante, enfim, uma série de resultados que representam um patrimônio considerável.

Já nos anos 80, quando chegamos à beira do precipício devido à famosa crise da dívida, depois

do setembro negro do México, o Brasil havia acumulado um patrimônio significativo de ativos industriais produtivos em geral, situando-se em termos razoáveis no universo do comércio internacional em matéria de exportações. Gerou, a partir desse momento, para poder enfrentar o pagamento da dívida, imensos saldos comerciais, que eram todos praticamente dirigidos para a amortização da dívida externa. Durante a década perdida, tivemos sete anos seguidos de um penoso retrocesso, que exacerbou os problemas urbanos, sociais e regionais. Creio que o Brasil se deu conta que já não era mais possível seguir nesse caminho e que era necessário fazer do comércio internacional e da inserção internacional uma variável dinâmica, crucial para o desenvolvimento e para a manutenção de taxas de crescimento compatíveis com o tamanho da população, o ritmo de crescimento demográfico e as disparidades sociais e regionais do país.

A partir desse momento, foi tomada a decisão de abrir o mercado brasileiro que, de certo modo, ocorreu de forma drástica, já que em poucos meses, no ano de 1991, decidiu-se baixar a tarifa média de 50% que se praticava antes para um nível inferior a 20%. A partir desse momento, inserimo-nos plenamente na negociação da Rodada Uruguai como participantes ativos e não somente como espectadores e, ao lado dos nossos sócios do MERCOSUL (Argentina, Uruguai, Paraguai) e do Chile, com quem tivemos uma atuação muito próxima, logramos obter importantes conquistas para nossas exportações e, por outro lado, assumimos também uma série de obrigações compatíveis com as nossas intenções, ou seja, abertura de mercados, a existência de regras internacionais estáveis conhecidas e um sistema de solução de controvérsias eficaz e, sobretudo, equitativo.

Com isso, creio, chegamos finalmente a Marrakesh, em abril de 1994, com resultados bastante significativos. O acesso das exportações brasileiras aos mercados externos melhorou em mais de 50% no Japão, de 40% na União Européia e de

30 a 35% nos Estados Unidos, o que é um resultado considerável. Ao mesmo tempo em que se pôs efetivamente em vigor o sistema, de tipo judicial na prática, de solução de controvérsias da OMC, o qual permitiu, inclusive, que Brasil e Venezuela ganhassem um caso importante há poucos meses contra os Estados Unidos em matéria de gasolina, fortemente discriminada por esse país. Os norte-americanos perderam em todos os níveis e em todas as instâncias do processo decisório. Temos agora em Genebra, na OMC, um organismo que com certeza ainda não está consolidado e que tem suas crises, que tem passado por incidentes recentes frustrantes, como o fracasso da negociação de serviços financeiros, a suspensão da negociação em matéria de telecomunicações básicas e também o fracasso do acordo de serviço de transporte marítimo, os quais tem sido difíceis de negociar, basicamente, porque tem existido falta de cooperação dos Estados Unidos. Este é um fenômeno importante e preocupante em nossos dias — o fato desse país, havendo sido o grande patrocinador da Rodada Uruguai, sem dúvida alguma o país com a economia mais aberta e liberal do mundo, estar se destacando pelas atitudes negativas em matéria de comércio internacional, usando seu poder unilateral nos casos da Seção 301 do “Trade Act” com relação ao Japão, China; envolvido em disputas sérias como esse caso da gasolina; com problemas gravíssimos agora criados pela lei Helms-Burton e pela lei D’Amato, que caracterizam um princípio inaceitável de extraterritorialidade, enfim, uma lista lamentavelmente longa.

Não estou aqui, evidentemente, para fazer uma arenga contra os Estados Unidos, até porque temos ótimas relações, de muita franqueza e solidez. Esses comentários nós os fazemos como amigos e como aliados, mas é necessário fazê-los, porque este tipo de situação que se está produzindo neste momento cria uma insegurança e uma vulnerabilidade que põem a OMC à prova, algo perigoso e negativo para todos. Tenho certeza que os EUA não vão se

transformar em algum tipo de fortaleza, tampouco o pensamento das classes políticas americanas admitiriam uma atitude como a que o Senhor Buchanan defendeu na campanha eleitoral, nas primárias republicanas. Creio que não passa pela cabeça nem do Presidente Clinton nem do Senhor Dole mudar substancialmente a situação, porém considero importante dizê-lo que, hoje, esta organização básica, este sistema que é a OMC, está enfrentando um momento de dúvidas e de angustias por ações tomadas basicamente pelos EUA. Espero que seja possível reverter essa situação no curto prazo. Isso é particularmente importante, porque não é por acaso que a OMC existe. A OMC representa o desejo e a aspiração de todos os países para organizar um quadro de regras conhecidas e claras para reger este fenômeno que hoje se chama globalização. A globalização, que não é uma ideologia, tampouco uma criação intelectual de quem quer que seja, mas, sim, uma forma sincera de descrever relações de produção e modos de organização de comércio que se tem desenvolvido ao lado da busca da eficiência e da modernização das empresas e que tem sido possível pela agilidade da comercialização de bens, de transporte, de comunicações e todas as facilidades que existem nos contatos humanos. A OMC é a culminação de tudo isso, é a constituição do mundo globalizado, se é que se pode usar essa expressão. Por esses motivos, acreditamos que é importante que seja protegida e valorizada ao máximo.

Neste momento, inclusive, estamos já muito adiantados na preparação da reunião ministerial de Cingapura, prevista na Carta da OMC, que se realizará no mês de dezembro próximo e que se destina a cumprir duas tarefas. Em primeiro lugar, avaliar como foi implementada a negociação da Rodada Uruguai, como estão sendo respeitados os compromissos que foram assumidos em vários campos, sendo que para alguns, inclusive, não havia praticamente regras de comércio internacional, como é o caso dos têxteis, por exemplo, e o da própria

agricultura, nos quais os grandes países do mundo faziam o que bem entendiam em matéria de subsídio e de proteção. A partir do acordo de Marrakech, esses países assumem compromissos relativamente modestos, porém claros, de diminuir a proteção e o apoio a agriculturas menos eficazes — uma conquista importante para todos, inclusive para os que praticavam a Política Agrícola Comum, como os EUA e a União Européia. A reunião de Cingapura possui uma segunda dimensão: a meta de tentar incluir, no corpo das regras da OMC, novas e mais audazes características que não figuraram em Marrakech, já que, ao longo dos sete anos bíblicos que durou a Rodada Uruguai, não foi possível chegar a um acordo sobre temas tão complicados como concorrência entre empresas, investimentos, padrões trabalhistas ou cláusulas sociais e temas concernentes à relação entre comércio e meio ambiente. Tudo isso é muito ambicioso e, somando-se ao que já estava sobre a mesa, forma um conjunto impossível, mas agora é o Senhor Ruggiero quem deverá tomar as decisões sobre esses assuntos.

Nossa preocupação e a de muitos países em desenvolvimento é a de não sobrecarregar a agenda e a própria OMC. Já começa a haver, nesse contexto, uma reversão curiosa de posições em países como Malásia e Índia, nos quais se nota um discurso bastante contundente, e às vezes agressivo, em relação à globalização, como se a globalização fosse um sistema como o socialismo, o comunismo ou o nazismo — do que não se trata evidentemente — e culpando-a que marginaliza países, que cria dificuldades de competição internacional em uma série de setores, que cria a necessidade de uma eficiência as vezes muito cruel. Em nossa época, o capitalismo vai-se tomando, outra vez, como em seu início, um sistema bastante cruel, que desemprega, que utiliza robôs para substituir seres humanos e que, atendo-se a uma lógica muito clara e dura, também provoca problemas e repercussões sociais grandes. Há, então, reações de muitos participantes sérios, países importantes, como Malásia e Índia, que

começam a expressar dúvidas e angústias sobre aonde vamos. Não é o caso do Brasil, que tem, ao contrário, um propósito deliberado, talvez seja o objetivo mais profundo do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é a inserção plena do Brasil na economia internacional com tudo o que isso significa, porque estamos convencidos de que essa é a melhor maneira de gerar crescimento com justiça social, que são os objetivos máximos a alcançar.

Nossa preocupação, todavia, também é a de não sobrecarregar a agenda, ou seja, não acrescentar ao conjunto de disciplinas da OMC uma série de regras que possam ser limitativas do desenvolvimento industrial, da melhor distribuição de riquezas ou de sua distribuição harmônica entre as regiões dos países em desenvolvimento. Vale dizer, há hoje, creio, um desafio fundamental e este desafio fundamental consiste, não em uma realidade, porque há estudos claros e inteligentes que mostram que não é assim, mas, sim, há uma percepção crescente nas opiniões públicas, há muitos intelectuais supostamente de peso, em vários países ricos, desenvolvidos, que dizem que está ocorrendo uma transferência de riquezas e empregos dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, como se a maior presença de nossos países no conjunto do comércio exportador internacional e o fato de nós estarmos nos industrializando, com nossas vantagens comparativas, fosse a causa do desemprego na Alemanha ou na França ou dos ciclos econômicos nos Estados Unidos e da modificação da estrutura de ingressos nesses países.

Não vou me dedicar aqui, nem seria o caso, a dar aulas de economia e explicar-lhes porque não é assim, eu lhes peço que aceitem essa afirmação e posso até recomendar textos sobre o assunto. De qualquer modo, como se diz em inglês, é “preposterous” crer que, por culpa dos países em desenvolvimento, de seus desenvolvimento industrial, possamos estar causando graves perturbações na vida econômica dos Estados Unidos, por exemplo. Para

chegar a essa conclusão, é necessário recorrer a um grau de populismo e de contundência, manipulando, a exemplo do senhor Ross Perot, determinados dados e informações. É fácil e cômodo encontrar um culpado externo, sobretudo se for um país de menor força e desenvolvimento. É interessante e bom para o discurso político e há pessoas que estão praticando esse esporte com entusiasmo: o Senhor Goldsmith, por exemplo, um político anglo-francês - e ser um político anglo-francês já é razoavelmente complicado - cujo discurso é protecionista do início ao fim. Na base desse raciocínio, existe a intenção, a proposta de inserir no corpo das regras da OMC cláusulas trabalhistas, por exemplo. O discurso que se apresenta é o de que é preciso dar aos pobres trabalhadores do mundo em desenvolvimento um padrão de proteção social compatível com o que se pratica no mundo desenvolvido, para que não haja desequilíbrios e para que não se cometam injustiças.

Evidentemente, ficamos muito comovidos com esse grande interesse, esse espírito generoso que se está demonstrando agora, essa repentina comiseração. Bem-vindos. Sabemos todos, porém, que não podemos ser ingênuos ao ponto de ignorar que se está tratando de encontrar muito discretamente (não seria bem-visto admiti-lo publicamente) meios que possam propiciar resultados protecionistas. Disse ao próprio Embaixador Mickey Kantor, do qual sou muito amigo, que compreendo muito bem o propósito elevado que ele tem. No entanto, também consigo imaginar a cena de um senador de Massachusetts que vem avistar-se com o Sr. Kantor no seu escritório em Washington e diz: “Veja Mickey, essa gente no Brasil tem uma porção de crianças trabalhando na produção de sapatos. É necessário impor-lhes graves restrições porque é inaceitável que haja uma fábrica com 10 crianças tratando de colar sapatos. Use a bendita 301 para os propósitos nobres das cláusulas sociais a fim de fechar o acesso ao mercado americano de sapatos em nome dessa cláusula magnânima e justa”. Isto é um motivo de preocupação, porque o sistema comercial não é um

corpo de exortações, tampouco de regras amáveis e civilizadas. Trata-se de um corpo de normas com sanções. Se não se cumpre o pactuado e os tribunais pertinentes assim o decidirem, se é obrigado a pagar, a compensar, a retirar, enfim, a adotar medidas que causam variações patrimoniais muito claras. Não se trata aqui de decisões da Assembléia Geral das Nações Unidas, que são um pouco uma força moral, porém, seguramente, sem força comunitária. Aí não, nesse caso estamos falando de questões muito precisas, portanto temos que ter cuidado para saber o que inserir nesse livro, a fim de evitar conseqüências negativas para nós mesmos.

Gostaria de passar ao tema da integração para expor-lhes algumas reflexões sobre como vemos o Mercosul, nossas relações com os vizinhos - agora felizmente sócios na América do Sul - e o Chile. O Mercosul é seguramente uma prioridade central de nossa, talvez, se tivesse de escolher uma prioridade, esta seria a “prioridade”, porque é o primeiro passo do processo de inserção internacional e de abertura da economia do Brasil. O Mercosul aproveita, sem dúvida, a proximidade geográfica, que é um pouco a lógica, a base de todo esse projeto, e aproveita a complementariedade das economias vizinhas, sobre a base de um intercâmbio cada vez mais ágil e fluido, que vai criando comércio, em preços, riquezas - esses são os grandes feitos do Mercosul e sua trajetória o demonstra claramente. O Mercosul tem sido um gerador de riquezas, um multiplicador de empregos e de oportunidades de negócios - uma substituição, não um desvio de fluxos comerciais. Basta dizer-lhes que, no período 88-94, o comércio interno do Mercosul cresceu 300%. Cresceu de 3 a 12 bilhões de dólares. O comércio do Mercosul com o resto da ALADI, ou seja, os sete outros países que não pertencem ao Mercosul, cresceu de 4,6 a 9,7 bilhões de dólares, isto é, 58 %, o que, creio, seja uma prova cabal de que não há nenhuma contradição entre o exercício da integração aberta que estamos conduzindo e a manutenção de um padrão de relações econômicas internacionais totalmente compatível com

o espírito do GATT/OMC. A iniciativa do Mercosul foi, naturalmente, o resultado de um ato de vontade dos governos; contou, porém, com a consolidação dos regimes democráticos no continente e com a superação de rivalidades, diria antiquadas e contraproducentes, como, por exemplo, a que opôs Brasil e Argentina durante talvez quase 15 a 20 anos em uma corrida que nunca foi particularmente explosiva ou grave, mas que representava uma má utilização dos fatores produtivos e, sobretudo, das energias nacionais, das burocráticas e das forças armadas. Essas rivalidades estão totalmente superadas no caso de Brasil e Argentina. O Presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma viagem a Buenos Aires em abril e a excelência das relações bilaterais ficou muito patente para qualquer espectador. No plano econômico, naturalmente, o outro fator que tomou possível a criação do Mercosul foi a superação dos modelos de substituição de importações, a qual já me referi, e a adoção de políticas voltadas para a inserção internacional. Por que o Mercosul, qual sua real utilidade? Em primeiro lugar, o Mercosul funciona, evidentemente, como uma plataforma de lançamento para o mercado internacional de nossas empresas. Vale dizer, uma empresa do Mercosul tem a oportunidade de transpor suas fronteiras e começar a atuar em um ambiente que não faz parte de sua cultura, de sua gente, movendo-se em um ambiente que originalmente não é o seu, que é parecido, porém não exatamente igual.

Esse é o primeiro grande benefício do Mercosul. Em segundo lugar, o Mercosul prepara as empresas para exposição a uma maior concorrência internacional, isto é, funciona como um campo de provas para esta exposição à competição internacional. Em terceiro lugar, orienta os quatro países em direção a um modelo de mercado aberto, de um mercado global e competitivo.

Em quarto lugar, funciona como uma ampliação de nossas circunstâncias nacionais, porque hoje, quando nos apresentamos nos EUA, na Europa, na Ásia ou na África como Mercosul, seguramente

Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile tem maior audiência e crédito do que se estivessem apresentando-se individualmente. Tal fato, naturalmente, facilita a formação de sociedades com investidores estrangeiros. Quando uma grande multinacional pensa em um investimento, o fato de que existe o Mercosul confere-lhe vantagens adicionais muito interessantes, porque lhe permite vislumbrar um espaço maior, com uma infra-estrutura melhor, com dificuldades e barreiras mais limitadas. Por isso, nossa decisão é a de seguir nesse caminho, sem nenhum sentido de fechamento, sem nenhuma intenção de voltarmos exclusivamente a nós mesmos; ao contrário, o propósito é o de irmos nos expandindo em velocidades graduadas, porque não se pode, naturalmente, pensar que vamos fazer isso de uma vez só, porém nossa idéia é, pouco a pouco, ir conformando um espaço mais amplo com países da América do Sul, particularmente com Bolívia, com quem estamos muito próximos de firmar um acordo, posteriormente com Venezuela, Colômbia e Equador; talvez mais adiante o Peru, e talvez com outros países, seguindo uma negociação firme, porém tranquila, no sentido da integração hemisférica.

Concordamos todos que a data de 2005 será o marco do início do funcionamento da área de livre comércio das Américas, e disso não nos afastaremos. Não temos a intenção de andar mais além, tampouco de cortar prazos, queremos nos ater a esse compromisso e, para cumpri-lo, queremos preparar bem as coisas, estudar os instrumentos, fazer as análises comparativas e, sobretudo, saber o que efetivamente haverá de atrativo na mesa de negociação a partir de um certo momento. Logicamente que, para qualquer país das Américas, um acesso muito amplo ao mercado norteamericano, ao mercado dos EUA e do Canadá, é uma oportunidade atraente, porém, também temos a certeza de que nossos mercados são crescentes, dinâmicos e expandem-se, em certos terrenos, a velocidades que não existem no mundo desenvolvido em matéria de ampliação de consumo de uma série

de bens. Então não estamos tratando de ser recebidos no paraíso, estamos tratando de fazer um acordo equilibrado em que haja vantagens para ambas as partes e, por isso, naturalmente, necessitamos de uma negociação harmônica, na qual possamos obter ganhos, oferecer oportunidades, porém sem desequilíbrios entre as ofertas mútuas postas à mesa nas negociações.

Queremos, também, manter esse mesmo tipo de relação com a Europa, já que a diversificação de mercados é muito importante. Estamos convencidos de que constitui um “asset” do Brasil, e do Mercosul em geral, ter um importante sócio em seu comércio com a Europa, pouco a pouco também com a China e com outros países. Essa diversificação é um patrimônio que nos protege, que nos dá garantias de segurança e de oportunidades, e não seria conveniente que alterássemos fundamentalmente essa distribuição que temos do nosso comércio internacional para investir todas nossas esperanças em um só lugar, por mais atraente e por mais próximas que sejam nossas relações com os países americanos. Creio que, com a Europa, teremos claras dificuldades na área agrícola, na negociação de produtos agroindustriais, nos quais somos muito competitivos, e para os quais praticamente não usamos subsídios. É uma situação que cria angústias e preocupações na União Européia e, em particular, em alguns países que sabemos muito bem de quem se trata. Não estamos, tampouco, querendo dar um ultimato ou ignorar realidades -políticas, econômicas e orçamentarias - cuja importância reconhecemos, porém, naturalmente, desejamos que nossa estrutura produtiva e as vantagens comparativas que se apresentam em nossas economias, eficientes produtores que somos de uma série de produtos alimentícios e agrícolas, sejam reconhecidas e que nossa oportunidade de competir no mercado europeu seja assegurada. Vejo que acaba de chegar meu amigo Ernesto Tironi, colega de armas na Rodada. Sei que esse discurso que estou fazendo neste momento é um discurso que ele fez com grande brilho

e autoridade. Esse é o desafio que temos em nossos países. O Chile e os quatro países do Mercosul estão absolutamente identificados nesta batalha que enfrentamos absolutamente juntos em Genebra.

Por fim, gostaria de dizer que estamos agora confiantes em que havendo chegado, depois de um ano e meio, a um acordo minucioso, equilibrado, que não é cem por cento satisfatório para ninguém, como devem ser os bons acordos, porém que é razoável para todos. Temos no Chile um sócio no qual depositamos muita confiança e nutrimos muita esperança porque o vemos não somente como um sócio comercial a curto prazo, mas como um país que, em poucos anos, pela própria lógica da evolução de nossas economias, será incorporado plenamente ao Mercosul. O único impedimento para isso era existência de uma tarifa externa comum, porém, já se vê que temos uma tarifa externa média de 12% no Mercosul. O Chile está na faixa de 11%. Claro que devemos levar em conta as perfurações causadas pelos diversos acordos bilaterais e multilaterais. De todo modo, as distâncias não são imensas e são, sobretudo, muito compatíveis com as velocidades de expansão de seus comércios. o comércio com Chile cresce a passos gigantes, muito superior à taxa de crescimento da economia brasileira em geral. Temos um comércio que passou de 1,2 a 1,8 e agora está em 2,4 bilhões de dólares, e já ultrapassamos a marca de 1 bilhão nos primeiros seis meses deste ano, somente entre Chile e Brasil. Trata-se de

circunstância que nos dá a garantia de que vamos construir relações importantes entre Chile e Mercosul e temos certeza de que o Chile acrescenta muito ao Mercosul na medida em que traz uma classe empresarial que já aprendeu a funcionar, a nadar neste oceano da globalização, um Governo que aprendeu a organizar sua relação com a economia aberta, que já realizou grande esforço de privatização em setores formidavelmente eficientes, como telecomunicações e uma série de outros campos. Há toda uma série de sinergias evidentes em termos comerciais, de transporte, de acesso a mercados e tal fato, creio, é positivo, inclusive porque serve, como dizia no início, com relação a Brasil e Argentina, à superação definitiva de antigas rivalidades e antigos problemas que no passado serviram como freios à aproximação entre os dois povos. Por isso, para concluir, Senhor Subsecretário, devo dizer-lhe que nós acreditamos que o Chile vai dar uma contribuição muito importante ao Mercosul e que vai melhorar sua estrutura e porte em geral. Da parte do Ministério das Relações Exteriores do Brasil esta afirmação não possui nada de extraordinário e de novo. A amizade entre Chile e Brasil é secular e muito sólida, nunca tem variado, porém creio que de todos os modos é oportuno falar-lhes sobre comércio e integração, dizer-lhes que isso é uma afirmação totalmente não retórica, é uma afirmação absolutamente sincera e objetiva de minha parte.

Muito obrigado.



Brasil-Mali

Brinde do Presidente da República, por ocasião do jantar que oferece ao Primeiro-Ministro da República do Mali, Senhor Ibrahim Boubacar Keita. Brasília, 21 de agosto de 1996

Em nome do Governo e do povo brasileiros, dou as boas vindas a Vossa Excelência e à comitiva que o acompanha.

Nós, brasileiros, interpretamos sua visita ao nosso país como uma demonstração de interesse e apreço, que procuraremos retribuir com a plena disposição de aprofundar os laços de cooperação que unem o Brasil e o Mali.

Esta é, assim, uma noite de conagração entre brasileiros e malineses, uma ocasião para celebrarmos uma amizade que ganha novo impulso com sua presença entre nós.

Senhor Primeiro-Ministro,

Temos acompanhado o processo de redemocratização e as amplas reformas econômicas que Vossa Excelência e o Presidente Alpha Kouraré vêm implementando com êxito.

Aplaudimos a assinatura, em março passado, do Acordo de Paz e Desmobilização, que lançou as bases para a consolidação das reformas em seu país e para a criação de um ambiente interno de tranquilidade e harmonia. Este ambiente é um passo fundamental para que o Mali possa lançar-se agora, como o vem fazendo, na busca do desenvolvimento com equidade e de sua plena inserção na economia mundial.

O Brasil vem igualmente passando por um amplo processo de reforma das estruturas econômicas e de reformulação do papel do Estado.

Sabemos que se trata de desafio complexo, que não se limita a transformações institucionais; envolve, necessariamente, formas novas de articulação entre o Governo e a sociedade. E as mudanças têm de ser conduzidas no marco da democracia, que tem um ritmo próprio, ditado pela necessidade do diálogo e da negociação constantes e necessários para conferir legitimidade ao processo decisório.

Nós, brasileiros, temos plena consciência de que somente de forma democrática será possível a construção do Brasil que desejamos: um Brasil economicamente sadio, socialmente justo, coeso e harmônico no seu interior e solidário em suas relações internacionais.

Senhor Primeiro-Ministro,

Esses valores democráticos que brasileiros e malineses compartilhamos constituem um importante elemento propulsor de nosso relacionamento bilateral.

Identificamo-nos, o Brasil e o Mali, como países em desenvolvimento, em estágios diferentes, é verdade, mas com desafios, oportunidades e riscos comuns nas áreas econômica, social, ambiental e mesmo política.

E o Brasil se identifica com a África, cuja contribuição cultural e étnica para nossa formação valorizamos como um dos maiores patrimônios de que dispomos e que nos singulariza como nação. Por isso, a África ocupa um espaço insubstituível da

política externa brasileira.

A opção pela democracia e as reformas econômicas abrem novos horizontes de cooperação para países que, como o Mali, podem tornar-se modelos para o renascimento africano.

O Brasil quer participar desse renascimento.

E queremos participar com fórmulas inovadoras e criativas, no âmbito de um esforço conjunto para o desenvolvimento de parcerias mutuamente satisfatórias, com pragmatismo e objetividade. A cooperação com os países da África apresenta para nós o atrativo adicional de que não precisa ser necessariamente baseada apenas nas grandes empresas do Sul-Sudeste, mas oferece também perspectivas promissoras para empresas de menor porte sobretudo do Nordeste brasileiro.

Em suma, queremos trabalhar para estreitar nossos laços de cooperação com a África, e com o Mali em particular.

Senhor Primeiro-Ministro,

Sua visita dá expressão concreta a esse desejo de fortalecer nossos vínculos de cooperação e amizade.

O Brasil está pronto para identificar todas as oportunidades de cooperação e intercâmbio com o Mali e trabalhar para viabilizá-las, com uma permanente disposição de estimular as iniciativas de maior visibilidade e efeito multiplicador.

E é com esse espírito e na certeza de que o mundo todo ganhará com o progresso africano que lhes peço que me acompanhem em um brinde à amizade entre o Brasil e o Mali, à prosperidade de brasileiros e malineses e à saúde e felicidade pessoais do Presidente Alpha Kounaré, do Primeiro Ministro Ibrahim Boubacar Keita e da Senhora Aminata

Brasil-Japão

Discurso do Presidente da República, por ocasião do almoço que oferece ao Primeiro-Ministro do Japão, Senhor Ryutaro Hashimoto, Brasília, 26 de agosto de 1996

Em nome do Governo brasileiro, quero mais uma vez dar-lhe as boas vindas a Brasília e expressar-lhe a satisfação genuína com que recebemos a sua visita. Ela é mais um sinal expressivo da sólida amizade que une os nossos povos.

O Governo brasileiro tem acompanhado com interesse o papel de crescente importância que o Japão vem assumindo nas relações internacionais, graças à liderança segura de Vossa Excelência dentro e fora do seu país.

Sua liderança é, para nós, garantia de que temos no Governo japonês um interlocutor de grande sensibilidade, capaz de situar em posição prioritária, com objetividade e sentido de futuro, a parceria com o Brasil.

Sua liderança é capaz de compreender que nossas relações devem estar em sintonia com a inigualável densidade humana sobre a qual se baseia a amizade entre o Brasil e o Japão, derivada da força da imigração japonesa no Brasil e, mais recentemente, da imigração brasileira no Japão.

Em momento de profundas transformações nas relações internacionais, é fundamental que os Estados saibam dialogar de forma aberta, democraticamente e, sobretudo, com sentido de solidariedade.

Esta é a visão do Brasil; e é desta forma que queremos participar mais ativamente do processo internacional. O Japão é protagonista essencial neste processo e estou seguro de que sua atuação saberá atender às expectativas que todos temos de construir um mundo de paz, equidade e desenvolvimento.

Senhor Primeiro Ministro,

É um fato político eloqüente que Vossa Excelência venha ao Brasil menos de seis meses depois de minha visita de Estado ao Japão. É um reencontro que consolida o interesse recíproco pela parceria brasileiro-japonesa.

A visita do Casal Imperial em março do próximo ano, além do seu simbolismo próprio, será o marco máximo deste início do segundo século da amizade entre o Japão e o Brasil.

A aproximação diplomática entre nossos países, no mais alto nível, expressa de forma objetiva e produtiva o quanto as nossas relações puderam prosperar nos últimos tempos. E traduz um patamar nunca antes alcançado no relacionamento entre dois parceiros tradicionais e muito próximos, ligados por interesses permanentes e uma abrangente presença internacional. Ela traduz também uma etapa favorável e segura do desenvolvimento brasileiro, tanto do ponto de vista político e econômico, quanto do ponto de vista da nossa inserção na região e no mundo.

Nada ilustra melhor essa nova projeção externa do Brasil do que o sucesso crescente do regionalismo aberto que estamos construindo no Mercosul, agora enriquecido com a associação do Chile e a perspectiva de novas associações na América do Sul. O Mercosul é a expressão regional do compromisso brasileiro com o multilateralismo e com a liberdade no comércio internacional.

Acompanhando de perto o desenvolvimento

das nossas relações, Vossa Excelência sabe que o Brasil mudou, e para melhor.

Temos consciência de que ainda há muito a fazer. Mas os progressos feitos em termos de reformas e de modernização, o impulso do fortalecimento da nossa economia que ganha competitividade, a melhoria do desempenho social combinam-se para dar resposta ao anseio de toda a sociedade brasileira por um futuro de justiça e progresso.

Estamos trabalhando para isso, nos tempos e ritmos próprios da democracia, e com a segurança de que temos estabilidade política e um rumo definido a seguir.

Por todos esses motivos, temos avançado muito na amizade Brasil-Japão. Refiro-me a aspectos muito concretos ao falar desse avanço, a passos firmes que temos dado notadamente depois da visita presidencial a Tóquio.

Falo de uma intensificação sem precedentes no número de visitas e missões voltadas para campos específicos e substantivos das relações — o diálogo político, os investimentos, a cooperação financeira e a cooperação técnica.

Falo de contratos específicos como o que a Petrobrás assinou com empresas japonesas para a construção de uma plataforma de exploração submarina.

E falo das decisões da Honda e da Toyota de investir na produção de automóveis no Brasil, aproveitando a consolidação do mercado automobilístico brasileiro, uma política eficiente para o setor e as oportunidades criadas pela estabilização e pelo desenvolvimento brasileiro e pelo potencial do Mercosul.

A indústria automobilística, carro-chefe do desenvolvimento industrial brasileiro a partir dos anos 50, entrou recentemente em um novo ciclo de expansão e modernização tecnológica, em sintonia com um modelo de desenvolvimento aberto e mais competitivo. É bom saber que empresas japonesas estarão agora participando diretamente de um salto qualitativo no desenvolvimento dessa indústria no Brasil.

Tivemos há pouco, nas consultas que realizamos sobre a questão do regime automotivo brasileiro, uma prova de maturidade e abrangência das nossas relações. Chegamos a um compromisso equilibrado que expressa nossa capacidade de entendimento e visão do futuro, além da disposição de atender aos objetivos do sistema multilateral de comércio. O compromisso representa uma garantia, enfim, de que compreendemos o quanto é necessário que relações do porte e da significação das nossas sejam de fato mutuamente benéficas.

Senhor Primeiro-Ministro,

Estamos ingressando no segundo século da amizade nipo-brasileira da melhor forma que seria possível conceber.

A vitalidade dessa amizade está em sua capacidade de renovar-se, de adaptar-se à evolução dos tempos e das circunstâncias.

Essa é a melhor homenagem que nós poderíamos fazer aos imigrantes anônimos que teceram e continuam a tecer as fibras de uma relação singular, única, entre um grande país desenvolvido e um grande país em desenvolvimento.

Esse elo humano nos aproxima apesar das distâncias que a geografia, a história e a cultura nos impuseram.

Nada poderia expressar melhor a permanência e a força desse elo do que dar às nossas relações, pela ação dos Governos, dos empresários e dos cidadãos, um caráter especial.

Nós estamos fazendo isso. Celebramos, com a visita de Vossa Excelência, uma nova era na nossa amizade.

É por isso que peço a todos que me acompanhem em um brinde a essa nova era das nossas relações, à prosperidade do povo japonês, à saúde de Suas Majestades os Imperadores do Japão e à felicidade e ventura pessoais de Vossa Excelência e da Senhora Hashimoto.

Muito obrigado.

ALADI

*Discurso do Vice-Presidente da República, Marco Maciel,
em sessão solene do comitê de Representantes da Aladi,
Montevideu, 27 de agosto de 1996*

Senhor Presidente do Comitê de Representantes,

Senhor Secretário-Geral da ALADI,
Senhores Representantes Permanentes,
Senhores Secretários-Gerais Adjuntos,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

É para mim motivo de grande satisfação ser recebido, em sessão solene, na Casa da Integração latino-americana pelo Comitê de Representantes da ALADI. Nos trinta e cinco anos de profícuo trabalho desta Associação, que compreendem o projeto inicial corporificado na ALALC e sua atualização pela ALADI e o Tratado de Montevideu-80, vimos a montagem, em Montevideu, de um laboratório pioneiro em matéria de experiências de integração econômica e comercial. As fases iniciais do processo foram caracterizadas por um regionalismo ortodoxo, que não se coadunava com a realidade do modelo de desenvolvimento daquela época, e pelo fortalecimento decorrente do Tratado de Montevideu de 1980, que trouxe flexibilidade jurídica ao processo.

Atualmente, o perfil de complementaridade das pautas do comércio latino-americano e sua acrescida amplitude apontam para a constituição de uma massa crítica verdadeiramente capaz de induzir a uma profunda integração dos processos nacionais produtivos, comerciais e financeiros.

Assim o demonstram as estatísticas de comércio “intra-aladiano”, em particular nos últimos

cinco anos:

a) O comércio “intramercosul” deu um salto qualitativo e cresceu cerca de quatro vezes, de 1991 a 1995, atingindo 15 bilhões de dólares, dos quais quase 13 bilhões constituem intercâmbio com o Brasil, nos dois sentidos.

b) O comércio entre o Brasil e seus sócios da ALADI não membros do Mercosul cresceu, após a assinatura do Tratado de Assunção, 70 por cento, o que demonstra que o aumento de intercâmbio dentro do Mercosul não ocorreu às expensas de desvio de comércio com os demais sócios da ALADI.

Empiricamente, comprovou-se, portanto, que o processo de integração caracteriza-se por ser aberto, ao propiciar aceleração do “ciclo” comercial dos países sócios.

Senhor Presidente,

Pode-se perguntar se o comércio intra-regional é efeito derivado, única e exclusivamente, da onda globalizadora internacional. A resposta é francamente negativa. Pensar assim seria desmerecer o papel desta Associação e de cada um de seus integrantes. A macroestrutura econômica internacional mudou. Mas também mudou a Associação e, mais importante ainda, todos os países da região realizaram reformas direcionadas à sua melhor inserção na economia regional e internacional, no bojo de um movimento convergente de promoção do

desenvolvimento econômico e social e de reconstrução da democracia.

Esgotou-se, com o tempo, o projeto de desenvolvimento nacional autárquico, que nos orientou a todos até os anos 80. Simultaneamente, a região engajou-se, com ímpeto político, na conformação de acordos sub-regionais e bilaterais, de nova geração: substituímos as negociações produto a produto e de reduzida margem efetiva de abertura - características da ALALC - por nova sistemática. Hoje, as negociações abarcam todo o universo tarifário, implicam aumentos substanciais, programados e automáticos da margem de acesso aos mercados respectivos e incluem ampla normativa comercial.

Os fundamentos nacionais oferecem uma base sólida ao processo de integração. No caso do Brasil, a estabilização macroeconômica e a maior abertura do mercado brasileiro constituem, possivelmente as contribuições mais marcantes que podemos propiciar ao objetivo comum de integração latino-americana. Por isso afirmamos, sem exagero, que o “Plano Real” extravasa, em seus desdobramentos, o mero âmbito da economia nacional.

Assume papel de virtual garante da ativa participação brasileira no processo integracionista.

Ressalto, a propósito, os dois parâmetros referenciais da política comercial externa do Governo Brasileiro. De um lado, o patamar máximo de harmonização de regras multilaterais de comércio; de outro, a frente necessariamente móvel de nossos esforços sistemáticos de inserção na economia regional e internacional.

O Mercosul vale primordialmente como instrumento de aproximação entre países irmãos, que compartilham os mesmos valores culturais, a mesma sedimentação histórica e uma geografia rica em recursos naturais.

Mas a União Aduaneira do Mercosul é também uma “plataforma de ensaio” para a projeção externa dos esforços nacionais de integração que,

congregados, atuam com peso maior no competitivo e avassalador mercado global. Nossa “plataforma” é útil não só para os quatro Estados Partes, como também para os demais países sócios da ALADI. Daí nossa convicção de que a ampliação do esquema quadripartite, via acordos “4 mais 1”, conduzirá ao aprofundamento dos fluxos intra-regionais de comércio e investimentos, em benefício de todos.

Outra faceta importante do Mercosul é o seu realismo em termos de direitos e obrigações. A coincidência entre a construção da União Aduaneira e o encerramento da Rodada Uruguai fez com que os quatro sócios pudessem aproveitar a oportunidade da elaboração da normativa sub-regional também como forma de assimilar os padrões mais elevados, resultantes da Ata de Marrakesh, de 1994.

A assunção desses padrões constitui, em si, desafio de proporções consideráveis, na medida em que, até o passado recente, as relações das economias latino-americanas, entre si e com o mundo, submetiam-se a níveis ainda atenuados de direitos e obrigações, graças à vigência de um arcabouço de exceções e tratamentos especiais para países em desenvolvimento. A assimilação de direitos e obrigações em grau condizente com os de países altamente desenvolvidos é um esforço que devemos, em todo momento, respeitar e valorizar, razão pela qual consideramos prematuro aceitar, no momento, compromissos adicionais aos derivados da Rodada Uruguai.

Senhor Presidente,

O firme engajamento governamental brasileiro com a integração hemisférica tem se refletido em participação construtiva e pragmática desde Miami, e, mais recentemente, na assunção da “Presidência *Pro-Tempore*” informal da ALCA, por decisão unânime ministerial de Cartagena, que muito nos honrou. Ao longo deste ano e do próximo, o Brasil será sede de três reuniões de Vice-Ministros e, em maio de 1997, acolheremos, na cidade de Belo Horizonte, a reunião anual de Ministros da ALCA.

O Governo de Brasília espera contar com a cooperação dos demais integrantes desta Associação no sentido de juntos alcançarmos progressos expressivos na preparação das negociações da ALCA. Estes progressos devem ser sólidos e, para isso, devem partir dos acordos regionais existentes, ou seja, devem obedecer ao princípio dos “building blocks” - elemento fundamental do consenso que permitiu o lançamento da ALCA na Cúpula de Miami. Só assim estaremos preservando o patrimônio acumulado, ao longo de trinta e cinco anos, pela ALALC e pela ALADI, ora em vias de aperfeiçoamento.

Senhor Presidente,

À luz das mudanças nos planos global, regional e sub-regional, a ALADI necessita cada vez mais operar na base de uma “Agenda de Ação Imediata”, que nos auxilie a organizar, com realismo, as ações cotidianas e a estabelecer, criteriosamente, grandes prioridades, em cada etapa do caminho da integração.

Ao aproveitar as oportunidades que se descortinam, com vistas a potencializar projetos ainda mais amplos, não podemos, contudo, perder de vista os rumos traçados por nossas políticas e a relevância das conjunturas nacionais.

Para o Brasil, a “agenda de ação imediata para a ALADI” de alguma forma já se encontra, ainda que indiretamente, determinada pelo somatório de negociações do tipo “4 mais 1” iniciadas entre o Mercosul e seus demais sócios regionais.

Tais rodadas negociadoras, motivadas pela emergência do Mercosul como União Aduaneira e pela necessidade de evitar perfurações à tarifa externa comum, permitirão ampliar os atuais fluxos de comércio e conduzirão a significativo aumento do acesso comercial entre todos os membros da ALADI.

Senhor Presidente,

Ao visitar a Casa da Integração, não poderia

deixar de enfatizar um fato novo em meu país: a crescente conscientização da sociedade quanto ao papel a ser desempenhado pelo Brasil como elemento de articulação da integração latino-americana.

O Congresso Nacional está se voltando cada vez mais para as questões externas, prestando crescente atenção ao processo de consolidação do Mercosul e ao significado dos acordos que estamos firmando ao amparo do Tratado de Montevidéu. Essa extroversão do Congresso Nacional reflete, por sua vez, a percepção generalizada da sociedade civil de que o aprofundamento dos acordos regionais repercutirá de forma concreta no cotidiano dos cidadãos.

Até o presente, assistimos, como era natural, quase tão somente à mobilização das regiões sul e sudeste brasileiras em torno do projeto da União Aduaneira. Hoje, todavia, com a ampliação do próprio Mercosul e a perspectiva dos acordos com nossos outros vizinhos, já testemunhamos um aumento da mobilização de outras regiões brasileiras, com respeito à problemática integracionista. Em particular, o Nordeste brasileiro e a Amazônia.

A esse respeito, registro, com especial satisfação, o surgimento de iniciativas que enfatizam os vínculos entre o processo de integração e as dinâmicas econômicas do Nordeste e da Amazônia. Tive, inclusive, a oportunidade de presidir, em várias ocasiões, mesas de debates, encontros empresariais e rodadas de negócios Mercosul/Nordeste, realizados em diversas capitais nordestinas, bem como seminário Mercosul/Norte, que reuniu diversas autoridades e líderes empresariais da região em Manaus. Esses eventos têm permitido um intercâmbio enriquecedor entre o público em geral, autoridades brasileiras e representantes dos países do Mercosul e demais parceiros regionais.

Ressalto, também, a recente abertura de um escritório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil no Recife, na sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, cujo titular integra a minha comitiva, juntamente com o presidente do

Serviço Nacional de Apoio à Pequena e Média Empresa, o Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste e presidentes de federações de empresários daquela região e de instituições de desenvolvimento tecnológico.

Esse processo de “interiorização” da brasileira ajuda a formar percepções diferenciadas, a articular o regional brasileiro com o grande espaço latino-americano, que a todos nós confere identidade. De alguma forma, assim se completa um círculo, iniciado com o Tratado de Montevideu - 1960 e a ALALC, quando a integração era expressão quase tão somente da vontade política dos Estados associados. Hoje, a integração latinoamericana deixou definitivamente de ser tema exclusivo da agenda do Estado para se tomar questão vital para

cada uma de nossas sociedades civis.

Essa longa evolução, essa apropriação da problemática da integração pelo conjunto dos cidadãos é, ela também, um indicador a mais, e talvez o mais importante, para avaliarmos o quanto progrediu, na realidade concreta, o que já foi projeto quase utópico das elites políticas latinoamericanas.

Senhor Presidente,

O desejo do Governo brasileiro é que os esforços do Mercosul e dos outros sócios regionais e da ALADI possam frutificar em mais crescimento econômico, fortalecimento político e democrático e bem-estar social, como forma de enriquecer o patrimônio comum da América Latina.

Muito obrigado.

Abertura do Seminário de Villa D'este

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura do Seminário de Villa D'este (Itália), sobre o tema "Latin America And Brazil: After The Storm", Villa D'Este, 1º de setembro de 1996

I am very glad to have the unique opportunity to take part in this important workshop and to present my views on the most significant developments in Latin America and Brazil over the past twelve months.

Much has happened during this brief period, and we must be careful not to interpret events by what they seem on the surface. Everyone knows that the way of the financial market is to react swiftly to both positive and negative scenarios, and that this frequently leads to overrated expectations one way or another. What we need to do is to make a sober evaluation of underlying economic factors and conditions, for it often shows that the truth is neither as good nor as bad as imagined, but is usually somewhere in the middle.

This, in a few words, is what happened to international perceptions about Latin America - and, to a certain extent, about Brazil - before and after the recent financial market crisis. If prior to the devaluation of the Mexican peso in December of 1994 Latin America was being generally perceived as a new haven for foreign capital, the ensuing difficulties that afflicted countries of the region with more or less intensity led to immediate capital flight in fear of a widespread economic debacle.

As it turns out, the financial market crisis proved that Latin America was not the financial sanctuary that had been loudly advertised, but nor did the region's economies collapse one after the other

from structural weakness, as some had prematurely foreshadowed. While the effects and lessons of the financial market crisis are certainly not circumscribed to Mexico alone, they have prompted a much needed evaluation of the political and economic reform process undergone by the region over the last few years. And the conclusion that can be drawn, taking into account the particularities of each country, certainly allows for optimism, especially with regard to Brazil.

In order to shed some light on the events of recent months, I thought it would be useful to briefly outline some of the main characteristics of the reform process undergone by Latin America over the last few years, for they provide a unique insight into the events of recent months.

1) Democracy

The first important aspect to have in mind when looking at the changes that have taken place in Latin America is that political reform preceded economic reform in almost every country. By the end of the 1980's, democracy had been restored practically everywhere, putting an end to authoritarian regimes that, in some cases - like Brazil itself -, dated back twenty years.

Economic stagnation, as a result of the exhaustion of the import substitution development model, and the debt crisis were the essential factors

behind the erosion of authoritarian rule in the region. By the early nineties, when economic reform is finally undertaken by the vast majority of Latin American countries, democracy was firmly in place in many of them.

Democracy has in some places served the purpose of cleaning up the political way of life, through greater accountability of governmental action.

And, if it is true that some democracies in Latin America have faced difficulties, it is important to notice that they have been dealt with on strictly constitutional bases, as the option of a regression to authoritarian rule is no longer viable. Thus, democracy in Latin America translates, in the medium and long-terms, into stability, a much valued international asset.

I want to emphasize that this implies an important break with the past, when economic policies were planned and executed with little concern for public opinion. The fact is that many reformers of the 1990's have risen to power through the democratic process and have generally counted on the support of large constituencies for their ideas, not only facilitating their implementation but also according them greater legitimacy.

The genuine belief that economic reform was the road to development and social progress found extraordinary expression among Latin Americans in general, and is one of the core elements that differentiates this reform process from those that preceded it. This change in behavior is graphically illustrated by the vastly different reactions to the 1982 and 1994 financial crises. In 1982, the majority of Latin American countries reacted to the Mexican debt crisis by adopting more protectionist, statist and nationalistic policies, while what we have seen in 1995 is a deepening of reforms in the region with the general support of populations.

If this remarkable change is due to some extent to the political considerations I have just described, economic conditions also played a decisive role in determining the course of action undertaken early this year by many Latin American countries.

2) Latin America and the Washington Consensus

As I have pointed out, economic reform generally followed political reform in Latin America. Not only that, but it also took place amidst rapidly changing international realities, in which the demise of real socialism proved to be inversely proportional to a renewed faith in free market capitalism. This came to be referred to as the "Washington consensus", which basically meant a general agreement that the road to economic success for developing countries laid in free market policies - trade liberalization, privatization, fiscal balance, and a stable exchange rate - allied with a strong currency.

But this moment also coincided with a particularly favorable set of circumstances in international financial markets. Interest rates in developed countries were low, especially in the United States, and there was a surplus of capital looking for a safe port. Not only that, the structure of investment was changing, as individuals and enterprises looked increasingly towards stocks, bonds and mutual funds.

It was in this context that most Latin American countries engaged in economic reform in the early 1990's. Foreign capital saw in this process extraordinary opportunities for large profits, as the implementation of free market policies produced immediate macroeconomic effects in previously stagnated economies. The subsequent result was a huge inflow of capital into emerging markets as a whole, and those of Latin America in particular.

This flow of investment to the region was a mixed blessing. On the positive end, it helped to eliminate internal opposition to the reform process and served as an incentive for the spread of reforms to neighboring countries, as it became clear that economic policies along free market lines were rewarded by foreign investment. On the negative end, it delayed the implementation of deeper structural reform, as arriving foreign capital was used to finance balance of payment deficits, easing the political cost of economic reform. This increased substantially the dependence of reforming countries on international

capital flows.

When events in Mexico led to a confidence crisis among investors, capital flight was immediate and of immense proportions, as much of it was composed of highly volatile short-term portfolio investment. This flight was not limited to Mexico alone. Most countries of the region, including Brazil, saw their access to foreign capital considerably restricted in the first trimester of 1995.

However, contrary to what was initially forecasted, the withdrawal of investors from the region did not lead to widespread economic chaos. Latin American countries, with more or less difficulty, have managed to maintain the course of their reforms and are, in general, recovering from the setbacks of the first hours.

3) Brazilian reform: why there is a difference

This brings me now to economic reform in Brazil, which has some particulars that set it apart from the general process in Latin America as I have described it.

First of all, Brazil is a relative latecomer to economic reform along freemarket lines when compared to countries like Chile, Argentina and Mexico, which began their respective reform processes earlier. It is true that the initial steps toward liberalization in Brazil were taken back in 1990, but these were not nearly as encompassing as what was being done in other Latin American countries. It was only in 1994, with the introduction of the Real Plan, that Brazil finally and fully engaged itself in an organic economic reform process.

This “delay” can be partly attributed to an internal political situation that involved the impeachment of a President - an ordeal, by the way, that contributed much to the strengthening of Brazil’s democratic institutions. But, more than anything, it reflected the natural timing of the democratic debate regarding free-market economic reform in a country of great social complexity such as ours. Nevertheless, it was common in those days to see references to

Brazil as “Latin America’s white elephant”. It was thought by some that, while other countries of the region raced toward integration into the international economy, Brazil was condemning itself to economic backwardness.

As later events came to show, the deliberate pace we established actually consolidated the overall character of our reform process. I will try to explain the reasoning behind this affirmation in the context of the Latin American scenario.

In comparison to what was happening in other Latin American countries that were already far along the reform process, Brazil was not benefitted by the large flows of foreign capital into Latin America during the early years of the decade. This certainly contributed to the “white elephant” image, but it also forced us to look carefully for our own solutions to certain problems and to craft a clear economic strategy.

The Real Plan translates this strategy into practice. It basically seeks to modernize the Brazilian economy, preparing the country for deep integration into international capital, trade and technology flows. The Plan is based on a stable currency and an open economy, to be achieved on a long-term basis through a profound transformation of Brazilian economic structures.

The introduction of a new currency, the Real, was at the center of our economic strategy, but it was preceded by measures aimed at setting the appropriate groundwork, such as balancing public finances and resolving the internal and external debt problems, as well as tight controls over monetary and exchange policy.

As a result, inflation in Brazil - which at almost 50% a month had reached levels that were seriously disrupting the functioning of the national economy - dropped to an average of just 2% a month over the first year of the Real, the lowest indicators in over 20 years. In the first semester of 1995, inflation barely surpassed 11%. Economic growth accelerated substantially to 7.8% from July 1994 to June of this

year, compared to 3.5% in 1992.

Consumption soared as the end of the “inflationary tax” raised purchasing power levels, especially for lower income segments. Economic activity indicators were at an all-time high, as industrial growth over the first year of the Real reached 9.6%. Investment went up from 13% of GDP in 1992 to almost 19% earlier this year.

These numbers are eloquent and provide ample reason for optimism about the future. However, there is a clear conscience in Brazil that these advances, although a major and irreversible step forward, are not enough to sustain economic stability in the long run.

We have thus moved immediately to the more complicated process of structural reform of the Brazilian economy. Restrictions on foreign capital have been eliminated. Areas formerly closed to foreign investment, such as telecommunications, energy and oil, have been opened up. Market reserves in the shipping and mining sectors have been abandoned.

We are confronting the task of modernizing the public sector, through social security reform, tax reform, more intense privatization and concessions of public services to the private sector. We believe that this package will create the necessary conditions for Brazil to successfully compete for investment, technology and markets on a global scale.

It will also allow us to promote better income distribution and to integrate marginalized segments of the population into the Brazilian market, fostering far-reaching economic development with social justice.

4) Prospects for Brazil and Latin America

An analysis of the Brazilian case shows therefore that our reform process was not subject to the self-reinforcing cycle which led to the speculative bubble that burst in December of 1994. Exactly because we were latecomers to the reform process, we survived the financial crisis relatively unscathed.

The loss of currency reserves in the first

trimester - some US\$ 5 billion, basically in short-term portfolio investment - has been subsequently compensated by larger gains over the last four months, which have placed our reserves at the comfortable level of over US\$ 40 billion.

This is an important development, for it clearly shows that investor confidence in Brazil has not waned, even after the financial crisis. Our reform process has proven to have solid foundations, and the evident political will to push ahead with it is reflected in the positive market perception of Brazil.

This, in turn, reinforces and is reinforced by the Latin American recovery from the reality check of December last. As I said earlier, fundamental political and economic conditions in the region are vastly different from previous decades. Democracy is firmly rooted and sustains the commitment to economic and social reform.

Furthermore, Latin America is irrevocably moving towards economic integration. Mercosur is probably today’s most dynamic regional integration scheme. Its four member countries, Brazil, Argentina, Paraguay and Uruguay, have eliminated barriers to intrazonal trade — which multiplied threefold in just over three years, soaring to over US\$ 10 billion. The positive effects of integration have given individual economies an added boost in terms of better competitiveness and productivity.

Mercosur is already negotiating the future participation of Chile and Bolivia, in what we see as necessary steps toward a larger free trade area in the Continent. Talks with the European Union are also very advanced on the way to an interregional free trade zone aimed at strengthening Mercosur’s balanced foreign trade.

In addition, we have set in motion the process for full Hemispheric integration by the year 2005, as decided during the Miami Summit of last year. This generates positive prospects for the region as a whole, as it points to trade liberalization that can be a catalyst for sustained economic growth. It is important that this process be open, and fully in line with the

provisions of the WTO, a true complement to the multilateral trade system. Integration is a process of addition, not subtraction. For it to be successful, it must be gradual, and take into account existing subregional schemes such as Mercosur and Nafta.

This all adds up to one conclusion: Brazil has just cause for optimism about the future, based not on overrated expectations, but on solid national economic performance and generally favorable regional and international conditions.

As the “tequila effect” fades and Latin America awakens from the financial crisis, much of the smoke has been cleared away. Gone are the misperceptions. In their place, a sober and differential evaluation of the possibilities for the countries of the region. And, as a whole, it can be said that prospects are good.

Of course, the financial euphoria of the first half of the decade will not repeat itself. Foreign capital

will be much more selective. Investment will follow economic success; and economic success will depend on the ability to move forward with structural reform.

One thing is for certain: there is no reversing the trend of free market reform. The “Washington consensus” may have been a moment of exaggerated optimism, but the truth is that strong currencies allied with liberalization, privatization and deregulation are the only viable option for economic development. Latin America is aware of this. Brazil, in particular is aware of this.

Today, the “white elephant” image is gone. As economic stabilization in Brazil proves to be more than just a passing trend, one fact is becoming increasingly clear for the eye to see: the latecomer is now ahead of the pack.

Thank you.



Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço que oferece ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, César Gaviria, Brasília, 5 de setembro de 1996

Em nome do Governo brasileiro e de todos aqui presentes, quero dar as boas-vindas a Vossa Excelência e manifestar-lhe o nosso agrado pela sua visita.

A OEA tem hoje uma agenda intensa e relevante e participa ativamente dos processos político-diplomáticos em curso no nosso Continente. Ela recuperou prestígio e momento político.

Por isso, é natural o nosso interesse em ouvir as avaliações e propostas de ação do Secretário-Geral da Organização, na sua dupla condição de Estadista e de singular observador e interlocutor em inúmeros assuntos de interesse para os países americanos.

O Secretário-Geral da OEA é sempre recebido no Brasil como o Representante de uma organização relevante para os brasileiros no cenário político internacional e em nossa região.

Como nossa primeira circunstância, como nosso meio ambiente diplomático natural, as Américas há muito ocupam o lugar de prioridade da brasileira.

Temos dez vizinhos com os quais vivemos em paz há mais de 125 anos.

Temos nas Américas dois dos nossos maiores parceiros econômico-comerciais em volume e intensidade de relações. Aqui desenvolvemos hoje um dos paradigmas da nossa em sentido mais amplo, o Mercosul, realidade que cresce e se projeta cada vez mais regional e internacionalmente.

É das Américas que vem o nosso maior empuxe diplomático e é para elas que se dirige boa parte dos nossos esforços e da nossa atenção.

Nada mais natural que a OEA, rejuvenescida e atualizada em seus papéis, objetivos e métodos, esteja presente nessa prioridade.

Graças aos dois mandatos consecutivos do Embaixador João Clemente Baena Soares à frente da Organização, o Brasil acostumou-se a ver a OEA retomando o espaço político que lhe coube, em nosso continente, durante longo tempo depois da sua fundação.

Vossa Excelência recebeu de seu antecessor uma Organização fortalecida e com a sua imagem recuperada perante os povos e Governos da nossa região, com um patrimônio de realizações concretas no campo político, especialmente no que se refere à promoção e à consolidação da democracia nas Américas, de que a ação no Haiti constitui um marco histórico no Continente.

Graças a esse patrimônio, Vossa Excelência pode, como vem fazendo, servir à causa de uma OEA mais atuante na nova agenda que se desenhou para o nosso Hemisfério com o fim da Guerra Fria, a intensificação dos processos de integração regional e hemisférica, os compromissos assumidos na Cúpula de Miami e, sobretudo, a consolidação da democracia, da liberdade política e econômica e dos direitos humanos como valores e patrimônios

supremos dos nossos povos.

Esse patrimônio que traz a marca da nova OEA também reflete a ação coordenada e harmônica dos países americanos em vários dos chamados temas globais que afetam o nosso Continente.

Esses temas globais são hoje também temas regionais plenamente incorporados na agenda da nossa Organização e sobre cada um deles a OEA tem realizado ou acaba de realizar esforços muito concretos.

Basta lembrar esses temas para se verificar o grau de pertinência política que a OEA tem hoje: os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, o combate ao narcotráfico e ao uso ilícito de drogas, o combate ao terrorismo, a luta contra a corrupção, o desenvolvimento social com ênfase na educação, a integração regional e, como tenho insistido, a defesa e a promoção da democracia sem qualificativos, como instrumento de liberdade e de justiça social, de governabilidade e de legitimidade.

A OEA tem tratado desses temas de forma ativa e concreta, dando-lhes visibilidade diplomática e de opinião pública e gerando compromissos efetivos entre os Governos da região. Novas convenções e novos acordos interamericanos vão ampliando e atualizando o escopo do direito internacional em nossa região.

Há alguns meses, falando perante o Forum Sol Linowitz do Interamerican Council, eu me referia à necessidade e à oportunidade que os povos das Américas têm de promover um novo interamericanismo, um interamericanismo para uma era global.

Não se trata de um conceito retórico. Trata-

se de dar forma concreta a um desafio que nós já estamos enfrentando com resultados positivos, que convém aprofundar: o desafio de dar à ação política coordenada dos nossos países um sentido de resposta objetiva e serena às oportunidades e aos riscos da chamada globalização.

Uma ação política que não seja tribuna para arroubos retóricos ou falsas opções ideológicas, mas sim instrumento de concertação para promover os nossos trunfos — a democracia como fator de estabilidade política, a integração como fator de competitividade das nossas economias, a liberdade econômica como fator de desenvolvimento tecnológico e atração de investimentos produtivos que gerem empregos, atividade econômica e riqueza maior e mais bem distribuída.

A OEA tem um papel a cumprir nesse salto qualitativo, político e econômico, que o Continente está dando — e tem de dar — para fazer face aos novos tempos. A OEA tem condições de oferecer liderança e impulso criador no cumprimento dessa tarefa.

Nós já temos provas de que a Organização é capaz de seguir esse rumo, traçado com firmeza e perseguido com sentido de liderança.

E é para comemorar esse feito, que recoloca o interamericanismo no leito principal da história do Continente, em que nasceu, que eu convido a todos a me acompanharem em um brinde à nossa Organização, à prosperidade dos Estados-Membros e à saúde e ventura pessoais do Secretário-Geral César Gaviria.

Muito obrigado.

Brasil-Colômbia

Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do jantar oferecido à Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Emma Mejía, Brasília, 9 de setembro de 1996

Sólo queria decir unas palabras para agradecer esta hospitalidad colombiana, este homenaje al Canciller brasileño y las palabras tan amables que Usted acaba de pronunciar. Yo creo que este ambiente de familiaridad y confianza reproduce como una síntesis lo que sienten los pueblos brasileño y colombiano el uno hacia el otro.

La diplomacia que los países latinoamericanos han venido construyendo en el Grupo de Rio, en el Mercosur, en las Cumbres Iberoamericanas y en las grandes conferencias y foros internacionales nos ha permitido a nosotros, Cancilleres, desarrollar una amistad personal y una facilidad de lenguaje y de comunicación sin paralelo en la historia de nuestro continente y eso es lo que hemos una vez mas podido atestiguar en esta visita.

Nuestros países pueden beneficiarse de esa amistad y creo sinceramente que lo han venido haciendo.

En cierta forma, usted se inicia en este club, y lo hace en una forma llena de encanto.

Ésta es una primera visita de la Canciller colombiana a Brasil y esperamos muy sinceramente que se repita. Como usted vió, estos encuentros valen mucho mas por su contenido, por la oportunidad real que proporcionan de dialogar, consultar y pleitear, y no tanto por los viejos aspectos protocolarios. Es una buena señal de los tiempos.

Ésta no es por lo tanto una ocasión para usar palabras graves o solemnes, sino para expresar, con

sencillez y mucha franqueza, la amistad que los brasileños sentimos por Colombia y por su pueblo.

Nosotros recibimos su visita como una prueba de interés hacia las relaciones que unen nuestros países desde siempre.

A pesar de que empezaron sus — vidas independientes de manera bastante distinta Brasil como un Imperio, Colombia ya como una República —, nuestros países han sabido siempre mantener el respeto y la consideración que crea naturalmente la vecindad.

Colombia es un país capaz de concentrar la atención de los brasileños por múltiples razones.

Por su tamaño, por la riqueza y variedad de sus recursos, por su potencial, por el dinamismo de su economía.

Porque es gran productor de café y en cierta medida siempre ha sido la primera referencia externa de Brasil en esa área.

Porque es un país amazónico, con el que compartimos la riqueza y los desafíos de ese enorme patrimonio ambiental y de biodiversidad.

Y porque es un país que conecta cuatro distintas regiones, el Pacífico, el Caribe, los Andes y la Amazonía, de las cuales ha retirado una parte de lo mucho que constituye su personalidad nacional.

Por todo ello la relación entre Brasil y Colombia tiene una dimensión histórica, de tradición y proyección en el tiempo. Nos unen intereses muy concretos como vecinos y socios sudamericanos y

amazónicos.

Nos asocia la perspectiva de aplicar, a nuestras relaciones, los avances que estamos haciendo en el plano interno y subregional de nuestros países en materia de ajuste y apertura económica, de integración, de desestatización y de desarrollo social.

Hemos tenido conversaciones muy francas a ese respecto, en el marco de un proyecto más amplio de retomar el sentido y la dinámica de nuestras relaciones.

Gracias a su visita, hemos podido recordar

que las relaciones entre Brasil y Colombia tienen una dimensión de perennidad.

Nos cabe a nosotros, en cuanto responsables del presente, asegurar que esa dimensión frutifique.

Por lo pronto, Usted lleva de Brasil un mensaje de amistad y afecto del pueblo brasileño al pueblo colombiano y la seguridad de que las relaciones de Brasil con su país movilizan el Gobierno brasileño y tienen prioridad en nuestra agenda sudamericana.

Muchas gracias y un feliz viaje de regreso.

Brasil-Coréia

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso por ocasião do jantar que oferece ao Presidente da República da Coréia, Kim Young Sam, Brasília, 11 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Recebemos a sua visita, a primeira de um Chefe de Estado coreano ao Brasil, como sinal de nossa disposição de intensificar nossas relações, de dar-lhes novas dimensões e novo alcance.

A expressiva comitiva governamental e empresarial que acompanha Vossa Excelência é prova de que o Brasil e a Coréia vêm-se como parceiros importantes e estão construindo uma relação baseada em elementos concretos — no comércio, nos investimentos, nos fluxos de tecnologia —, assim como em amplas perspectivas de diálogo político.

No espaço de uma geração, a Coréia assumiu a condição de décima-primeira economia mundial e de grande investidor internacional, com reconhecida e crescente influência no cenário externo. No Brasil, vemos a Coréia como uma referência obrigatória na dinâmica de crescimento da região da Ásia-Pacífico, como um país que, em seu processo de desenvolvimento, foi capaz de aliar a educação universal e bons indicadores sociais ao arrojo no desenvolvimento de tecnologias e métodos de produção eficazes e competitivos em nível mundial.

Senhor Presidente,

A Coréia tem estado cada vez mais presente no Brasil. Uma operosa comunidade de origem coreana tem trazido uma importante contribuição ao

desenvolvimento brasileiro, integrando-se cada vez mais à nossa sociedade e reduzindo assim de certa forma as distâncias que a geografia, a história e a própria cultura impuseram aos nossos países. Ela dá um conteúdo humano e social a relações que têm crescido em todos os seus aspectos.

Falamos uma mesma linguagem, objetiva e pragmática, a linguagem de dois países em desenvolvimento dinâmicos e com um imenso potencial no seu intercâmbio.

E estamos trabalhando para explorar esse potencial, não apenas no campo bilateral, mas também no plano internacional. Temos claros interesses comuns nas áreas do comércio internacional e da Organização Mundial do Comércio; das Nações Unidas, do desarmamento e da não-proliferação nuclear, inclusive na Península coreana, cuja estabilidade é de interesse direto para a paz mundial.

Temos ampliado o arcabouço jurídico entre os dois países, inclusive com a assinatura do Acordo de Promoção Turística e dos demais textos bilaterais que firmamos hoje.

Juntos, esses acordos devem contribuir para gerar novas iniciativas e mais atividade nos campos político, econômico e de cooperação entre os dois países, inclusive na área de ciência e tecnologia, em que a Coréia tem tido um desenvolvimento notável e em que os nossos centros de excelência têm muito a oferecer-se em termos de intercâmbio.

Senhor Presidente,

Sabemos que há atualmente maior interesse e uma nova confiança no Brasil. E sabemos também que isto é uma resposta às condições favoráveis que aqui se têm desenvolvido, com a estabilização, o crescimento e a abertura da nossa economia; com a transparência e estabilidade políticas que resultam de uma democracia plena; com a integração da economia brasileira no plano sub-regional, no Mercosul; e com uma ativa, modelada pelos valores da paz e da justiça.

Essas condições favoráveis projetam-se hoje, na verdade, além dos limites do Brasil para incluir toda a América do Sul, cujos países atravessam um acelerado processo de mudanças que combinam, sempre no marco político da democracia, transformações estruturais na economia com medidas destinadas a combater a pobreza e a corrigir os desequilíbrios sociais. A América do Sul converteuse, ao lado da região do Pacífico, em pólo de crescimento econômico, de atração de capitais e investimentos. Sua visita, Senhor Presidente, é mais um testemunho dessa confiança da comunidade internacional na América do Sul e no Brasil, em particular; é um sinal claro de que as transformações aqui ocorridas estão sendo percebidas em todo o mundo.

O resultado dessa confiança já se expressa, por exemplo, nos números da nossa balança comercial bilateral, que passou de um bilhão e cem milhões de dólares em 1994 a pouco mais de dois bilhões em 1995. O empresariado coreano também passou a ver perspectivas promissoras no Brasil e a canalizar investimentos de envergadura nas áreas eletroeletrônica, siderúrgica e automotiva, bem como a ter um interesse renovado pelo potencial brasileiro como fornecedor de matérias-primas e bens industrializados.

Nossas relações vão adquirindo, portanto, uma crescente complexidade. E vão adquirindo também maior maturidade, como demonstram as

consultas que fizemos em relação ao regime automotivo brasileiro, que nos permitiram encaminhar o assunto de forma a preservar e promover os interesses de nossa relação econômico-comercial.

É verdade que os números do nosso comércio bilateral e dos fluxos de investimentos ainda são pequenos em relação ao tamanho das nossas economias e mercados e à nossa participação no comércio internacional.

Por isso, o fator conhecimento recíproco é fundamental para se identificarem novas oportunidades de negócios e investimentos.

Esse é o grande sentido desta visita e esse será o sentido da visita que tenciono fazer à Coreia e que está sendo definida pelas nossas Chancelarias.

Senhor Presidente,

A Ásia já não é mais a última grande fronteira da diplomacia brasileira.

Temos investido muito dos nossos recursos diplomáticos em fortalecer nossas parcerias tradicionais na região e em criar novas. Os países da região da Ásia-Pacífico adquirem, assim, uma dimensão prioritária na do meu Governo.

Tenho procurado traduzir esta prioridade viajando a alguns países da região, pois quero que a Ásia se firme como um dos grandes pólos das relações exteriores do Brasil.

Por isso, e por tudo o que a Coreia significa nas relações internacionais nestes nossos tempos de globalização, recebemos a sua visita com um agrado especial e como uma demonstração de confiança nas nossas relações.

É com esse espírito que convido todos os presentes a me acompanharem em um brinde pela continuada prosperidade do povo coreano, por relações cada vez mais intensas e mutuamente proveitosas entre o Brasil e a Coreia e pela felicidade e ventura pessoais de Vossa Excelência e da Senhora Kim.

Muito obrigado.

Brasil-República Tcheca

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Presidente da República Tcheca, Vaclav Ravel, Brasília, 16 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

O Brasil acolhe Vossa Excelência, e a importante delegação que o acompanha, com honra e satisfação.

Na Europa central, o povo tcheco sempre foi uma referência para os brasileiros, por sua tradição industrial e também por sua força criadora, que tem na cidade de Praga uma síntese perfeita.

Brasília, antigo sonho de integração nacional, foi tornada real pela audácia e determinação de um neto de tchecos nascido em Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. Assim, esta capital é um símbolo da contribuição dos imigrantes tchecos à construção do Brasil.

Estamos honrados em receber o Estadista que personifica a luta de seu povo pela liberdade. O escritor que antecipou, com sua arte, a liberdade e o futuro de seu país.

Fundindo elementos do teatro do absurdo a correntes puramente tchecas, que vão da denúncia kafkiana da burocracia à sátira do soldado Schweik, a obra de Václav Havel contestou, com lucidez e eficácia, o totalitarismo.

Seu nome é um marco no despertar de consciência e nas grandes mudanças ocorridas na Europa Central e Oriental, a partir de 1989.

Signatário da Carta 77, como o grande humanista Jan Patocka, e um dos principais representantes do Foro Cívico, foi decisivo o seu

papel na transição democrática na então República Federativa Tcheca e Eslovaca.

Fiel a suas convicções, renunciou a cargo de chefe de Estado quando a Federação chegou ao fim. Mas, por suas qualidades pessoais e de liderança, foi novamente convocado por seu povo, em eleição memorável, para exercer a Presidência da República Tcheca.

Os povos precisam desse tipo de liderança nos momentos decisivos de sua história.

Senhor Presidente,

Em nosso primeiro encontro em Praga, em 1994, ainda quando Presidente-eleito, pude verificar que tínhamos afinidades não só pessoais, mas também em relação aos propósitos e à forma de levar adiante o exercício da Chefia do Estado.

Durante sua visita a nosso país, será possível verificar que as instituições democráticas estão consolidadas e que estamos em um profundo processo de reforma da economia. Democracia e liberdade econômica são forças motrizes dessa nova etapa na vida brasileira.

A estabilidade política, a abertura econômica, o Plano real, a desestatização, a integração regional e o programa de reformas tornam o Brasil um ator cada vez mais ativo na cena internacional, na busca de melhor participação nos fluxos de comércio, investimentos e tecnologias.

O Brasil tem dado prioridade ao processo de consolidação do Mercosul, hoje interlocutor de vários países e grupos de países e um reforço da identidade internacional dos seus membros.

A recente associação do Chile ao Mercosul e os entendimentos ora em curso com a Bolívia e o Pacto Andino terão consequência, quando concluídos, o fortalecimento da América do Sul como espaço econômico e político.

Abrem-se, desse modo, perspectivas sólidas para a ampliação das parcerias com a Europa, cujas linhas mestras encontram um exemplo de expressão no Acordo assinado em Madri, em dezembro do ano passado, entre o Mercosul e a União Européia.

A Europa Central é uma área de interesse particular, por tudo o que representa com símbolo das mudanças do nosso tempo e pelas oportunidades que oferece a transição econômica.

Os atrativos que os países reemergentes da Europa Central apresentam combinam-se com as novas realidades da América Latina para gerar perspectivas cada vez mais promissoras.

O Brasil tem não só a vontade política de aprofundar os tradicionais laços de amizade e cooperação com a República Tcheca, mas também as condições objetivas para a implementação de uma parceria mutuamente vantajosa, em variados setores de atividade.

Senhor Presidente,

A convergência de pontos de vista sobre as grandes questões internacionais da atualidade, fundada na crença comum nos valores democráticos, nos direitos humanos e na liberdade econômica, permite uma colaboração estreita entre nossos países.

Possibilita também a identificação de áreas de cooperação pouco exploradas anteriormente. A cultura, a educação e a pesquisa científica e

tecnológica são algumas dessas áreas.

A dinamização da atividade econômica tanto no Brasil como na República Tcheca, com a crescente participação de empresas privadas, pode dar novos impulsos ao intercâmbio econômico-comercial bilateral. Isso já se verificou em 1995, quando ocorreu expressivo crescimento no comércio bilateral.

Essa tendência ascendente poderá fortalecer-se por meio de maior conhecimento mútuo a respeito das potencialidades e oportunidades em ambos os países.

Senhor Presidente,

As cordiais e construtivas conversões que mantivemos, bem como os encontros entre altas autoridades da delegação que o acompanha e autoridades brasileiras reforçam minha convicção de que a amizade entre o Brasil e a República Tcheca pode tornar-se ainda mais sólida.

Sua visita a outras cidades brasileiras lhe propiciará visão mais abrangente de nossa realidade e certamente contribuirá para o aprofundamento dos laços bilaterais.

Estamos praticamente recriando as relações entre nossos povos e países.

Temos uma boa base para isso e, com esta sua visita, um excelente começo. Vamos preservar nesse caminho e fazer do Brasil uma referência para os tchecos na América do Sul, e da República Tcheca uma parceria destacada do Brasil na Europa Central.

É com esse espírito que convido os presentes a erguer um brinde à continuada prosperidade do povo tcheco, à crescente amizade entre o Brasil e a República Tcheca e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

Brasil-Alemanha

Discurso do Presidente da República, por ocasião do jantar que oferece ao Chanceler da República Federal da Alemanha, Helmut Kohl, Brasília, 17 de setembro de 1996

Senhor Chanceler,

O Brasil recebe com muita honra sua visita. Reconhecemos na Alemanha uma nação amiga, um parceiro privilegiado e um país de influência decisiva nas relações internacionais contemporâneas.

Acolhemos Vossa Excelência como um dos mais destacados estadistas de nosso tempo, como um político dedicado à construção de seu país e à consolidação do processo de integração da Europa.

Sob sua liderança, ao longo de quase década e meia, sobressai a Alemanha como grande articuladora da paz e da segurança européias. O ideal kantiano de uma “federação dos estados livres”, condição última da paz, encontra expressão na união econômica e política da Europa, à qual o Governo alemão tanto se tem dedicado. Mas a Alemanha é também, não apenas na Europa, mas no mundo todo, um pólo de estabilidade política e de desenvolvimento econômico.

Senhor Chanceler,

Desde minha visita de Estado à Alemanha, há um ano, uma expressiva seqüência de contatos bilaterais de alto nível revela uma nova etapa no entendimento e na cooperação entre os nossos países.

A visita do Presidente Roman Herzog foi marco importante na consolidação de nosso diálogo político e na expansão de nossa cooperação econômica bilateral. Em São Paulo, onde há talvez a

maior concentração de investimentos alemães fora da Alemanha, o Presidente Herzog e eu inauguramos a FEBRAL, uma das maiores exposições industriais que seu país organizou no exterior nos últimos anos.

Desde então, diversos Ministros de ambos os países têm cruzado o Atlântico, dando forma concreta ao clima de entendimento que têm permitido o aprofundamento de nossa densa e diversificada relação.

À nossa vontade política de impulsionar esta nova parceria entre o Brasil e a Alemanha somam-se condições propícias para que isto ocorra. Acontecimentos significativos desta década permitiram que se abrisse mais espaço à atuação internacional de nossos países e que se ampliassem os pontos de convergência de nossas políticas.

Completado com êxito o processo de reunificação, a Alemanha viu-se politicamente fortalecida no plano interno e dotada de maiores possibilidades de ação externa, reforçando parcerias às quais tem muito a oferecer com sua economia próspera e tecnologicamente sofisticada.

O processo de integração da Europa ganhou novas dimensões nos últimos anos, com a incorporação de novos membros e o aprofundamento dos compromissos integracionistas. Criaram-se, assim, condições mais favoráveis à afirmação de uma identidade européia, com um impacto positivo sobre a própria projeção internacional da Alemanha.

Também o Brasil passou por importantes

transformações que nos deram maior latitude de ação externa. Consolidamos a democracia, hoje fator fundamental de nossa estabilidade e de nosso desenvolvimento social.

Estabilizou-se a moeda e voltou a crescer a economia brasileira, graças ao Plano Real, mais do que um simples plano de estabilização, a base de um projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Nossa economia abriu-se ao exterior e integrou-se nos fluxos internacionais de comércio, investimentos e tecnologia. Integrou-se também em sua região, com o MERCOSUL, que representa hoje um reforço de nossas próprias capacidades e um elemento de identidade internacional do Brasil.

Estamos desestatizando o setor produtivo através da quebra de monopólios e da privatização de importantes empresas. Estamos fortalecendo o Estado brasileiro para que seja mais eficiente em suas atribuições básicas, especialmente na saúde, na educação, na defesa nacional, na .

E estamos promovendo as reformas que darão sustentação no longo prazo às transformações em curso.

Senhor Chanceler,

Como países de forte presença regional e com projeção global, a Alemanha e o Brasil apresentam certo paralelismo em suas visões estratégicas e em suas preocupações com as realidades do mundo pós-Guerra Fria.

Esse paralelismo se dá, por exemplo, nos “temas globais”, entre os quais a proteção ambiental, que oferece perspectivas capazes de sustentar uma iniciativa bilateral de visibilidade e alcance verdadeiramente internacionais.

Brasil e Alemanha coincidem também na defesa ativa de um sistema internacional aberto, em que a Organização Mundial de Comércio, no plano econômico-comercial, e uma Organização das Nações Unidas reformada e eficaz, no plano político, sejam as bases institucionais a moldar uma convivência construtiva e harmoniosa entre os

Estados.

Essa coincidência de pontos de vista se estende igualmente à cooperação entre a União Européia e o Mercosul. Por isso, o Brasil espera que avancemos rapidamente na implementação dos objetivos comuns a que as duas partes chegaram no Acordo de Madri.

O Mercosul é um dado novo e relevante em nossa região.

Temos progredido em sua consolidação, como uma iniciativa de regionalismo aberto. A recente associação do Chile ao Mercosul e os entendimentos, ora em curso com a Bolívia e a Venezuela visando aquele mesmo propósito fortalecerão a América do Sul como espaço econômico e político.

Ampliam-se, dessa forma, as perspectivas para uma crescente interação entre o Mercosul e a União Européia e abrem-se vastas oportunidades para o desenvolvimento de uma vantajosa parceria entre os setores privados europeus e sul-americanos, em geral, e alemães e brasileiros, em particular.

Senhor Chanceler,

São muito boas as perspectivas para maiores investimentos de seu país no Brasil, dentro da tradição de participação alemã no desenvolvimento industrial brasileiro. A delegação empresarial que o acompanha e reúne nomes de grande expressão na vida econômica da Alemanha terá a oportunidade de constatar, nos contatos que manterá em Brasília, as oportunidades de negócios geradas por uma economia estável e em crescimento.

As tendências que marcam essa nova etapa da economia brasileira são inovadoras. É o caso da desconcentração regional, que atende à preocupação de melhor equilibrar o desenvolvimento das várias regiões do Brasil. Meu Governo tem grande interesse em que os benefícios econômicos e tecnológicos das relações germano-brasileiras se espalhem pelo território nacional, alcançando também Estados do Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Esperamos, também, que os investimentos

alemães, tradicionalmente concentrados no setor da indústria manufatureira, venham a diversificar-se, ingressando nos processos de privatização de nossa infra-estrutura. O capital alemão no Brasil evoluirá, assim, para uma atuação mais moderna e para uma presença maior na operação de sistemas e na oferta de serviços em setores de tecnologia de ponta.

Surgem inéditas modalidades de cooperação e ampliação de investimento e intercâmbio de técnicas e experiências em áreas como as de telecomunicações, transportes, energia e portos.

Novas possibilidades de colaboração surgem também em ciência e tecnologia, em tecnologias de ponta e em cooperação técnica.

Senhor Chanceler,

Entre os países desenvolvidos, a Alemanha é aquele com que o Brasil tem um dos relacionamentos mais abrangentes, que abarca, com elevado nível de densidade, o diálogo político, o intercâmbio

parlamentar e múltiplas formas de cooperação. Os investimentos alemães no Brasil, no total de 7 bilhões de dólares, são a expressão concreta da magnitude e da transcendência dessa relação.

É uma relação viva e dinâmica, cuja sustentação, em nosso interesse recíproco, não nos exige mais do que o compromisso de tratá-las com criatividade e pragmatismo.

É com esse sentido que encaramos a visita de Vossa Excelência: como um compromisso renovado com a excelência da amizade e das relações entre a Alemanha e o Brasil.

Nesse espírito, convido a todos para acompanhar-me em um brinde à continuada prosperidade do povo alemão, à amizade sempre renovada e cada vez mais intensa entre os nossos países, à saúde do Presidente Roman Herzog e à felicidade e ventura pessoais de Vossa Excelência.

Muito obrigado.



Abertura da 51ª Assembléia-Geral das Nações Unidas

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na sessão de abertura da 51ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, Nova York, 23 de setembro de 1996

Mr. President,

Accept my congratulations on your election as President of the fifty-first session of the General Assembly.

The Brazilian delegation is confident that under your leadership this body will find new strength in the pursuit of the principles and purposes of our Charter.

I also wish to pay tribute to my dear friend, Professor Diogo Freitas do Amaral, for the dedication with which he conducted the historic fiftieth session. We are grateful for his steadfast commitment to ensure that our work was consistent with the high expectations of the fiftieth anniversary celebration.

My delegation extends a word of gratitude and recognition to the Secretary-General, Mr. Boutros-Ghali, for the perseverance he has shown in carrying out his tasks.

Mr. President,

For the first time Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Portugal and São Tomé and Príncipe come to the General Assembly as members of the Community of Portuguese-speaking Countries, a body dedicated to cooperation and political coordination.

The Member States of the Community intend to consult and to work closely together at the United Nations, with a view to better promoting their common

interests and fostering their linguistic, cultural and historical identity.

The MERCOSUL countries have also come to the General Assembly with an enhanced sense of unity.

MERCOSUL gives living and concrete expression to economic integration and open regionalism and represents one of the creative forces at work in the Americas.

It is a new and striking feature of our continent's identity and a reflection of democracy and the commitment to economic reform in our region.

With the customs union firmly in place, Chile has now joined MERCOSUL as an associated State, by means of a free trade agreement with far-reaching political and diplomatic implications.

Bolivia will also shortly associate itself with MERCOSUL. We look forward to other countries of the region joining as well, to further bolster the dynamic and open nature of MERCOSUL.

Now firmly rooted, in the process of expanding, and acting as an important partner of a growing number of countries and regional groups, MERCOSUL is a positive response by South American countries to the challenges and opportunities of today's world.

Achievements such as MERCOSUL and the Community of Portuguese-speaking Countries

enhance the credentials of their members and help to make of their presence in the world an instrument for economic development and social progress.

Mr. President,

My country comes to this General Assembly proud to present itself before the international community with a stronger presence in the world.

Brazil owes this to the consolidation of its democracy, to economic stabilization and liberalization and to the resumption of economic growth with a deeper sense of social justice.

It owes this as well to its participation in regional integration and in the globalization of the world economy.

We are in tune with the two main forces that are shaping the world today: political and economic freedom on the one hand, and cooperation through integration and trade on the other.

I am pleased to say that, through decided action, rather than words, we have made genuine strides in enlarging our dialogue and cooperation with friendly nations worldwide, developed and developing alike.

We have strengthened traditional partnerships and established new ones, especially in Africa, Asia and the Middle East.

We are aware that, if the Brazilian people are to consolidate these achievements, we will need to persevere in the policies that have brought us this far.

We know these policies have yet to meet many challenges Brazil faces in the social, economic and cultural fields.

But they are an important beginning.

We are convinced that Brazil's growing interaction with its region and the world, the consolidation of its international partnerships and a fruitful dialogue and cooperation with its many friends are necessary conditions for our country to continue to pursue its policies at the domestic level.

Brazil is one of the world's largest democracies, a dynamic and diversified developing

economy, an attractive opportunity for productive foreign investment and a market of huge potential - in a word, a country capable of enjoying fruitful ties with all nations on the basis of mutual respect and reciprocity.

By its very nature, Brazil can act as a bridge between the many different worlds which conform its own internal reality.

Our aspirations to enlarge the scope of our participation in the international decision-making bodies will always reflect a careful assessment of our own merits, of our own specific weight and of the contribution that we can bring to the community of Nations.

We seek to be a force for peace and integration.

Mr. President,

The fiftieth anniversary of the United Nations understandably raised the expectations of the international community.

Expectations that we would not only dwell on the past and on the many achievements of the Organization, but also look to the future, in search of ways for it to come to grips with new realities and problems.

We can confidently say that the celebration of the fiftieth anniversary produced good results.

As world public opinion was focused on the UN, leaders and governments were compelled to reflect on the Organization and to make room for it in their political agendas.

The historic meaning of the San Francisco Charter was recalled, as was the UN's importance as a forum for political debate and as a sounding board for conflicting interests in the post-war era.

Our collective reflection clearly revealed that, without the UN, the world would only have been more violent, more unstable and insecure, more unjust and cruel, especially to the weak — a prey to power politics and to arbitrary decisions.

We celebrated great advances in international law and in the political and ethical commitment to

issues of concern to humanity — issues such as sustainable development, protection of the environment, respect for human rights, disarmament, non-proliferation and the fight against poverty, terrorism, organized crime and drug trafficking.

We have thus made a positive account of the first fifty years of the United Nations.

Mr. President,

We cannot say with the same confidence that the fiftieth anniversary has ushered in a renewed commitment to the UN and its future.

Our efforts have fallen well short of the expectations of the international community. They have been disappointing even in light of the predictions of some of the most cautious analysts.

A stalemate persists, an uncomfortable stalemate that leads to a feeling of uncertainty and frustration, of insecurity about the future of the United Nations, and thus of apprehension.

In the wake of momentous changes in the international scene, the United Nations has embarked upon a new phase in its history without the means and the effectiveness to act as the highest political forum of mankind and to fulfill the mandate conferred upon it by the international community — a mandate which remains as valid today as it was a half-century ago.

Back in 1961, President John F. Kennedy referred to the UN as “our last, best hope”.

In the face of the threat of nuclear war and in the midst of various conflicts, those words expressed the confidence of the international community in an Organization founded on the universal purposes of peace, understanding and prosperity for all peoples.

President Kennedy renewed then a pledge to the United Nations, (quote) “our pledge of support — to prevent it from becoming merely a forum for invective — to strengthen its shield of the new and the weak — and to enlarge the area in which its writ may run” (unquote).

Twenty-five years after these inspired words,

the United Nations finds itself at a crossroads.

The world has changed, the correlation of forces has changed and so have the hopes and expectations of countries in regard to the United Nations and its capacity to manage, prevent and settle conflicts.

Yet various confrontations still cause suffering, instability and misery throughout the world.

This is happening just as the Organization faces the worst financial and motivational crisis in its history.

There is a widespread feeling of dissatisfaction, sometimes veiled and sometimes explicit, with an organization which still embodies the loftiest ideals ever conceived by the human spirit in the search for peace and understanding among peoples.

Mr. President,

Brazil is committed to the UN Charter and to the Organization’s political, legal and diplomatic legacy of the past fifty years.

That commitment is part of the diplomatic history of Brazil and of the principles which have always governed our actions in this body and in our relations with all peoples, particularly with our ten neighbors, with which we have lived in peace for well over a century.

Compelled by that commitment, we sound a word of caution to all those who, like ourselves, wish to see the United Nations as a source of leadership in international relations, as an instrument for promoting an international society based on freedom, the rule of law and the rights of the citizen.

With the political and ideological constraints of the Cold War behind us, the world is now organized around much more concrete and pragmatic variables, such as international trade, investment flows and the transfer of technology.

The emphasis on political and ideological coalitions has given way to an emphasis on economic coalitions.

Pressured by public opinion, governments today are concerned with social well-being, the quality of life, economic and social indicators, unemployment.

The focal point of the political debate is shifting irrevocably from strategy and ideology to economics and integration.

This is why the world is following the path of large-scale regional economic agreements.

North-South and East-West, the main axes of international politics in the last fifty years, have given way to groups of countries dedicated to the goals of economic integration and the coordination of macroeconomic, financial and trade policies.

North, South, East and West are no longer the cardinal points on the international political compass. The WTO and its body of universal rules and regulations for fostering free trade, the European Union, APEC, NAFTA, the OECD, the Group of 7, ASEAN, SADC and MERCOSUL have become, in their respective areas of action, the catalysts for development, cooperation, understanding and, yes, for peace.

The peace that the founders of the United Nations envisioned might come about as a response of the various regions and groups of countries to the challenges, opportunities and risks of a new world, today called the world of globalization.

A world which generates prosperity and a healthy competition among countries and regions.

But a world which also swells the ranks of the destitute and the outcast among and within countries.

A world which breeds conflict and increases inequality.

A world which demands reason, reflection and constructive action.

Mr. President,

Through peace, cooperation, respect for human rights and development, the UN has a major role to play in preventing that the divisions of the Cold War find new expression in a widening gap in

wellbeing.

The Organization must evolve in order to successfully play that role as it has so often done in the past.

It must adapt its structure and methods of work, in order to optimize its human, material and financial resources.

It must make use of the great political, strategic, and moral power it is able to muster.

It must implement and follow up on its decisions, on the rules with which it updates and consolidates international law and on the commitments it has won from the international community.

Much remains to be done in the wake of the great conferences which have shaped the international agenda in the present decade.

The conferences on the rights of the child, environment and development, human rights, population and development, social development, women and human settlements have sealed commitments that must be honored, decisions which must be implemented and followup work which must be carried out.

The UN must ensure that its agenda becomes more appealing and result-oriented, in order to earn the esteem of the public and to retain its priority in international relations.

We must correct the tendency to convene meetings whose only result is to produce other meetings or to adopt resolutions of a rhetorical nature.

We must rid the UN of its image as a morose and lethargic body incapable of rising to the challenges of our times.

Brazil is convinced that UN reform remains within reach, that it is still possible to ensure that the UN will play a paramount role in this new phase of its existence.

We believe in reform as a means to ensure that the UN becomes a viable and logical alternative to unilateralism or power politics.

We believe in reform as a means to empower

the UN to act in a radically changed world.

We believe in reform as a mean to restore the UN's role as a unique forum for political and diplomatic action and debate.

Mr. President,

One year after our Heads of State and Government drew attention to the seriousness of the financial situation of the UN, a solution to the problem remains elusive.

To stifle the UN little by little by depriving it of the means to perform its functions is no way to secure greater administrative efficiency.

Should this scenario persist, then the capacity of the UN to adapt to the dynamics of the contemporary world could be seriously jeopardized.

We could very well witness a situation where other bodies come to occupy the space left by the UN, bodies with their own goals and agendas, which may or may not reflect the prevailing sentiments of the international community and the interests of world peace, security and stability.

That is why we need perseverance, courage and, above all, the political will to advance the discussion on issues which reflect a true commitment to the United Nations.

Issues which relate to the very relevance of the Organization for international relations on the eve of the twenty-first century.

Issues such as reform of the Security Council.

There is a virtual consensus that the Security Council should be enlarged to allow for greater participation by countries with the capacity to act on a global scale and the willingness to bear the responsibilities it would entail.

We must now set a course for this process. Its outcome is essential for strengthening the United Nations.

Mr. President,

Brazil has made several commitments in the field of nuclear disarmament and non-proliferation of

weapons of mass destruction and their delivery systems.

We are now committed to having the Southern Hemisphere recognized as an area free of nuclear weapons.

It is our firm belief that this is a right to which the peoples of the Southern Hemisphere are entitled and an obligation on the part of those throughout the world who possess nuclear weapons or the means to develop them.

A further commitment to disarmament in all fields that I wish to convey to this Assembly is the decision by the Brazilian Government to declare a moratorium on the export of anti-personnel land mines.

The experience of the Brazilian contingent serving in the United Nations Angola Verification Mission has underlined for us the importance of a universal moratorium of this kind and the need to rid the world of the scourge of land mines, which pose a threat to the daily lives of millions of human beings.

We would like to see all countries that export land mines or that have the capability to do so join us in this decision.

Mr. President,

The international community has set its hopes on a Comprehensive Nuclear Test-Ban Treaty.

These hopes are fully justified.

We have a historic opportunity to put an end to an outdated practice which has increasingly drawn repudiation and condemnation from international public opinion.

We are taking an important step towards general and complete nuclear disarmament and stating unequivocally that there is no room in today's world for nuclear weapons or regional arms races.

Brazil is committed to the non-proliferation of weapons of mass destruction and to the elimination of nuclear arsenals. It has consistently expressed its disapproval of nuclear tests.

Brazil strove for approval of the CTBT at the

Conference on Disarmament and considered the blocking of consensus in Geneva a grave setback.

It was inconceivable for Brazil that we could have let the moment pass, that we could have run the risk of seeing the CTBT meet the same fate of so many other initiatives which were allowed to lapse into oblivion.

This is why Brazil was one of the first to co-sponsor the Australian initiative to seize the historic opportunity of submitting the CTBT for approval by the General Assembly.

This decision reflected the commitment to bequeath to present and future generations a safer world, free of nuclear weapons.

This is why Brazil will immediately sign the CTBT.

We call upon all nuclear and non-nuclear weapon States to do the same.

Mr. President,

The peoples of the world expect action and leadership from the United Nations.

They expect that the UN will continue to be an essential benchmark of international politics over the next fifty years.

That the UN will always be not the last, but our best hope.

Thank you.

América Latina e Caribe

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido aos Chanceleres e Representantes Permanentes do Grupo Latino-Americano e do Caribe junto às Nações Unidas, Nova York, 24 de setembro de 1996

Es un honor poder recibirlos una vez más para este almuerzo que constituye una de las muchas tradiciones de nuestro Grupo de América Latina y del Caribe.

Esas tradiciones dejan patente que, en Nueva York, en Ginebra o en los múltiples foros de los que participamos, América Latina y el Caribe son capaces de presentarse ante el mundo como una unidad política – una unidad respetuosa de las individualidades de cada pueblo o subregión de nuestro vasto continente, pero también una unidad con gran poder de convocatoria cuando se trata de consultarnos y coordinarnos.

Es importante que sigamos esa tradición y que sepamos encontrar los espacios en los que la coordinación y la identidad regionales siguen siendo elementos definitorios de una acción político-diplomática a nivel multilateral.

Es fundamental que podamos reaccionar a ciertos hechos, proyectos y problemas de las relaciones internacionales como una región que comparte no sólo rasgos físicos y culturales, sino principalmente muchos desafíos en lo económico, lo político y lo social.

Somos distintos en muchos sentidos, vivimos nuestros propios sueños y construimos nuestros propios proyectos nacionales o subregionales, pero a nadie se le ocurriría pensar que encontraríamos un lugar en el mundo si abdicáramos de nuestra

circunstancia geográfica e histórica.

Y es importante que sepamos reforzar esa identidad regional, en los foros internacionales, proyectando las nuevas iniciativas y coaliciones que hemos venido forjando a la medida en que se consolida la democracia en nuestro continente y avanzan los cambios económicos y la integración en nuestro hemisferio.

El Grupo de Río ya lo ha venido haciendo desde hace algún tiempo y por ello es ya una referencia política importante también en el marco de las Naciones Unidas.

Este año los países-miembros del Mercosur, a los que nos honra incluir ahora a Chile, nuestro nuevo asociado, y Bolivia, nuestro próximo asociado, hemos empezado a actuar en las Naciones Unidas como un grupo coheso y coordinado.

Estamos tratando de poner al servicio de nuestros intereses e ideales en Naciones Unidas el proyecto común de integración económica y comercial regional, que ya ha aportado tanto en términos de ampliación de nuestros mercados, competitividad de nuestras economías e interés de la comunidad internacional hacia nuestros países.

La idea de integración, en nuestro caso, se refiere a la búsqueda de una política clara y determinada, sin propósitos de confrontación y sin ánimos de subordinación. Nuestro objetivo es claro: fortalecer nuestros vínculos comerciales paso a paso

en el marco jurídico multilateral de la Organización Mundial del Comercio.

El concepto de regionalismo abierto, condicionado únicamente, en lo político, a la vigencia plena de la democracia y los derechos humanos, puede llegar a ser un nuevo factor de agregación de nuestro continente, dándole a nuestra personalidad político-diplomática, que tantas contribuciones trajo en las Naciones Unidas, la concreción de relaciones económicas y comerciales ampliadas por la integración.

Señores Ministros,

Estamos empezando esta Asamblea General de Naciones Unidas después de que las conmemoraciones del cincuentenario han empezado a hacer parte de la historia de nuestra organización. Hemos reflexionado sobre los éxitos del pasado y también sobre las frustraciones y dificultades que las Naciones Unidas enfrentaron en sus primeros cincuenta años de vida.

Y hemos creado expectativas justificadas en la opinión pública mundial sobre los destinos que estábamos dispuestos a darle a nuestra organización a partir del inicio de una nueva era en la historia mundial.

Yo creo interpretar los sentimientos de todos los presentes al decir que hemos avanzado muy poco y que, a pesar de que no lo decimos tan abiertamente, tenemos la impresión de que estamos perdiendo la oportunidad histórica de darles a las Naciones Unidas los medios para hacer frente a sus nuevos retos, para reforzar su legitimidad y darles más eficiencia y poder.

Los países latinoamericanos y caribeños tienen una de las más largas tradiciones de aportes a las Naciones Unidas.

Como principal grupo de países en desarrollo durante varios años, fuimos abanderados en favor de una transformación positiva de las relaciones internacionales y de la introducción de los temas del desarrollo en la agenda internacional.

Fuimos una voz firme y serena en favor de la descolonización y de la ampliación de los mandatos

de las Naciones Unidas en respuesta al reto del desarrollo como base de la paz y de la estabilidad.

Es importante que actuemos ahora con el mismo espíritu, a fin de que podamos contribuir para que las Naciones Unidas sigan siendo un hito de referencia obligatoria de las relaciones internacionales — para que asuman plenamente la condición de instrumento de transformación de las relaciones entre los Estados y entre las regiones y se ofrezcan como una alternativa viable y eficiente a las políticas de poder y a las decisiones arbitrarias.

Con el aumento de la actividad diplomática en función de los movimientos de integración regional y de las exigencias del llamado mundo de la globalización, las Naciones Unidas corren el riesgo de perder substancia, de ver disminuido su espacio de actuación y su razón de ser.

Aunque estamos seguros de que las nuevas tendencias de las relaciones internacionales son positivas y contribuyen a la paz y la armonía entre los pueblos, podría ser una ilusión pensar que esos avances dispensan una organización que sigue siendo una respuesta válida a los anhelos del espíritu humano por la paz y la seguridad internacionales.

Señores Ministros,

Señores Representantes Permanentes,

La agenda internacional que se refleja en esta Asamblea-General contiene muchos asuntos de interés directo para nuestros países y para nuestra región. El Grupo de América Latina y del Caribe constituye una instancia importante para acercarnos a esos temas con una visión abierta y más llena de sensibilidad hacia las exigencias de nuestra circunstancia regional.

Estoy seguro de que, con el apoyo de las demás instancias que le van dando una nueva identidad a nuestro Grupo, mantendremos nuestro compromiso original de proyectar en conjunto las aspiraciones de nuestro Continente en el mundo.

Muchas gracias.

“A Pledge to New Interamericanism”

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido pela “Americas Society”, em associação com o Conselho das Américas, sobre o tema “A Pledge to New Interamericanism”, Nova York, 25 de setembro de 1996

I wish to thank the Americas Society and the Council of the Americas for this renewed opportunity to address this distinguished audience.

Institutions such as these have been playing a central role in the development of Brazilian-American relations and that is why we cherish them. It is indeed a pleasure to be here.

I keep saying that this kind of exchange of views between government, business and the Academy is necessary and useful for policy planners and decision makers.

Foreign Ministries can no longer act as an ivory tower and this is certainly not the case of Itamaraty.

Policies must reflect the views, the needs and the sensibility of a broader segment of public opinion, particularly in a world with a tendency towards homogeneity based on democracy and economic freedom, where ideology is no longer the dominant force. And public opinion means the academic world, the press, the business community, labor, and, yes, the consumers, the citizens, who are the ultimate goal of policy-making in a democratic society.

I have chosen a subject that pertains to the core of the relations in our Hemisphere and that can shed light on Brazilian-American relations as well: the need for a new Interamericanism.

Interamericanism was born and has unfolded under very specific continental realities and with particular, though evolving objectives.

It served the purpose of strengthening hemispheric relations at the beginning of the century and again during and immediately after World War II.

As a movement, as an initiative, it may look outdated. As an area for concerted action, it certainly recalls specific moments or initiatives in our continent’s history, when it was used as a lever for specific policies.

As an ideological, vindictive or even confrontational field of international relations, it certainly doesn’t serve any purpose in the present day.

But as a framework for advancing hemispheric relations, the concept of Interamericanism can be instrumental in promoting development, trade, investment, technology transfers and wide-ranging cooperation among the countries of this Hemisphere.

For many years now, and especially since the election of Secretary-General Baena Soares, the OAS has undertaken the task of strengthening democracy and human rights, of consolidating a confidence-building process in our continent and of fighting crime and drug-trafficking.

In a way, in the political field, Interamericanism has already been reformed and enhanced in order to

reflect new realities and challenges in our hemisphere.

This is proof that Interamericanism, with the right perspective, can remain as a powerful force in regional relations, a catalyst for action, and a necessary complement to our subregional and national identities.

Our broad geographic circumstance is an integral part of our definition as peoples and nations and everything that reinforces that sense of geographic belonging is useful as a tool in international relations today more than ever.

Nevertheless, a renewed Interamericanism should assimilate not only the political trends in our hemisphere — the commitment to democracy, human rights and political stability in the region —, but also the economic trends, namely, economic freedom and integration and the ways these trends interact with the different levels of Interamerican relations.

A new Interamericanism should reflect and positively contribute to the changing realities that our region will carry on to the next century.

It must reflect and reinforce the logical relation between our goals in terms of regional integration and of bilateral policies.

Hemispheric integration, both at subregional and continental levels, and the quality and complexity of the bilateral ties in our continent are a key to understanding what the relations in our hemisphere have become and where they can go from here.

Both Brazil and the US play a pivotal role in those three levels of relationship. They are key countries in their respective subregional groups, the NAFTA and Mercosul, and thus directly concerned with their outcomes.

Also, US-Brazilian relations are better now than they have ever been since the end of World War II. Indeed, our relations today are certainly more complex and more respectful than ever, for they unfold without even a trace of automatic alignments or subordination and can count on a very affirmative and constructive spirit — the spirit that governed President Fernando Henrique Cardoso's State visit to Washington last year.

We need a renewed commitment based on shared economic interests, on a more open economic system throughout the Hemisphere, on trade and integration, as Latin America moves towards more open economies thanks to sounder adjustment policies, privatization and monetary stabilization.

Governments of the entire continent are working on that commitment, not with rhetorical purpose, but with a clear bearing and tangible objectives: to enhance the participation of Interamerican economic relations in expanding foreign trade, improving domestic production and employment and increasing competitiveness.

Hemispheric integration aiming at a Free Trade Area of the Americas, and the upgrading of the network of bilateral relations in our Continent are the key to this new Interamericanism.

FTAA talks, now preparing the next concrete steps of how and when to start the negotiations, the quality of the network of present bilateral relations — for example, between Brazil and the US or Brazil and Argentina —, and the expansion of Mercosul through free trade agreements with South American countries, starting with Chile, are new trends and realities on which we can count to move forward into that kind of new Interamericanism.

As ideological barriers erode throughout the world, as democracy and economic freedom become the pattern in international relations, the international community moves forward to the consolidation of universal rules regulating trade and productive investment, technology flows, nonproliferation and the enforcement of human rights and environmental protection.

Countries are more and more conscious that collective action and solidarity, through free trade agreements, market integration, an intense participation in the international decision-making process and also strong sets of bilateral relationships are key to approaching global markets and global issues.

Credentials, such as political and economic

stability, economic freedom and openness, full adherence to universal rules and regulations and wide credibility, are essential. You either play by the rules or you don't play at all.

Countries are aware that they should use a cautious, realistic approach in tackling the challenges of this day and age. They must be affirmative in identifying their objectives, in defining their timetable for negotiations, in engaging constructively in these negotiations and in building upon what they are accomplishing.

This is precisely what we are doing in following-up the commitments reached at the Miami Summit of the Americas, a cornerstone of a new approach towards Hemispheric relations.

All the new elements in the contemporary world structure are present in this pragmatic exercise of weaving a new pattern of relations and cooperation within the Americas.

First of all, developing countries in the region have moved towards more open and outward-looking economic policies. Those policies have replaced the import-substitution policies that had prevailed for decades as a strategy for development and industrialization.

Several unilateral concessions or advances have been made by countries in the region, when they realized the importance of exposing their economies to outside competition in order to better respond to the challenges of quality, cost and productivity.

Several other concessions have been made by countries such as Brazil as a result of the launching and consolidation of subregional agreements — Mercosul, in our own case — and during the Uruguay round.

Many economies in the region — and this is certainly our case — are in a process of adapting to this new reality. They have been challenged and thus require a certain amount of time in order to become fully competitive.

Second, we have a global framework for trade relations under the WTO agreements, with

universal, non-discriminatory rules regulating world trade and new areas such as intellectual property rights. WTO provides also for a strong dispute settlement mechanism that enables countries to deal on an equal basis with trade differences and conflicts.

Third, several sub-regional initiatives, such as Mercosul, clearly show that integration has left the world of rhetoric and policy-planning to become a strong reality in the day-to-day lives of our countries, our business communities, our labor unions and especially our consumers.

Subregional integration is a main force in increasing international trade. Mercosul countries, for instance, have more than tripled their subregional trade in four years, and they accomplished this just as they doubled their foreign trade as a whole.

Finally, bilateral relations have also gained a new momentum.

Developing countries account for a remarkable increase in imports in our region, many times surpassing the growth in their own exports. Brazilian-US relations are a show-case of this new trend.

Once largely favorable to us, our bilateral trade has grown at the same time as the balance shifted favorably to US exports. It is important to notice that this happened as non-tariff barriers to Brazilian products, affecting significant areas such as steel products, orange juice, footwear and textiles, remained as a constraint to the further growth of our bilateral trade. This is being the object of careful consideration and straight-forward discussions by the US and Brazilian governments, which places the entire issue under a positive light.

As these conditions unfold, Hemispheric relations gain an unprecedented momentum, as strong and affirmative as it has ever been since the inauguration of the Pan-American movement a century ago.

For this trend to endure, it is important, in our view, that all countries in the Americas have a far-sighted approach to Hemispheric relations.

Brazil's position is consistent and firm in this regard. We deeply believe that the FTAA talks could now set the course — the how and when — of the negotiations, provided these negotiations take into account three components:

- First, that the subregional arrangements be consolidated so that they can act as the building blocks for a larger free trade area in the Americas;

- Second, that any further opening of our economy takes into account our ability to adapt the productive sector in order to allow for competition on an approximately equal footing with more developed economies in the hemisphere. We should also be allowed to strengthen our defenses against unfair trade practices and our safeguards system under WTO rules; and

- Third, that concessions in terms of lower tariffs within the process are fully reciprocated with

broader access to other markets in the region and the removal of protectionist measures.

In our view, this approach will ensure that the three levels of interaction among our countries will weave a new pattern of relationship in our region, one based in sound realities and strongly shared interests.

This new pattern of relationship, based on mutual respect, confidence and a long term vision of common interests, has already begun to make the dreams and ideals of the founding-fathers of Inter-Americanism come true.

As History unfolds in our Hemisphere, let us follow this path. Let us leave to future generations of this Continent the legacy of a new Inter-Americanism that is based on confidence, respect and a strong sense of regional community in a challenging world.

Thank you.

Sociedade Ibero-Americana

Pronunciamento do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião da Conferência da Sociedade Civil Ibero-americana, sobre o tema “O Estado, o Setor Privado e a Sociedade Ibero-Americana ante a Globalização da Economia e as Relações Internacionais”, Brasília, 4 de outubro de 1996

Foi com grande satisfação que aceitei o convite para presidir esta mesa sobre o tema “O Estado, o Setor Privado e a Sociedade Ibero-americana ante a Globalização da Economia e as Relações Internacionais”. Quero agradecer ao Ministério da Justiça, ao Governo do Distrito Federal e à UNESCO pela gentileza do convite e louvar a iniciativa da organização desta Conferência, que julgo da maior importância. É uma honra pessoal e para o Itamaraty, que aqui represento, discutir com autoridades governamentais e representantes do setor privado temas tão atuais e polêmicos quanto a globalização e seus efeitos sobre as nossas sociedades.

O objetivo desta minha intervenção inicial é analisar os novos fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos. Trata-se de avaliar em que medida o conjunto de mudanças na economia internacional tem afetado não apenas o relacionamento entre Estado e Sociedade, mas também o relacionamento entre Estados nacionais.

Estas questões têm sido discutidas, cada vez mais, tanto na Academia quanto na imprensa, sob o rótulo abrangente e nem sempre preciso da “globalização”, que compreenderia aspectos econômicos, políticos e culturais.

Segundo uma definição clássica de

“globalização”, derivada das análises de economia internacional, estaria ocorrendo um progressivo enfraquecimento do fator “territorialidade” nas atividades econômicas: as cadeias de produção se desenvolveriam com crescente independência ante os recursos específicos de um dado território nacional. Esta desterritorialização estaria se tornando possível pela redução dos custos de transporte de mercadorias, pelo crescimento do comércio internacional e pela liberalização e intensificação dos fluxos financeiros internacionais.

Como fator a motivar esta tendência estaria a necessidade de obter ganhos de escala em cada etapa do processo produtivo, imperativo para a sobrevivência numa economia internacional em que a renovação tecnológica vertiginosa eleva consideravelmente os custos de produção.

Esta interpretação econômica da “globalização” é acompanhada, quase sempre, de avaliações político-culturais do fenômeno. Muitas vezes, o termo tem sido utilizado com sentido semelhante ao da expressão “Aldeia Global”, cunhada por Marshall McLuhan há mais de trinta anos, em que o desenvolvimento das comunicações e o encurtamento das distâncias operariam progressiva uniformização de valores e padrões de comportamento. Antes aplicável a aspectos

essencialmente culturais, como na abordagem do pensador canadense, a idéia de unidade de valores passa a ser atribuída também ao campo político. Neste prevaleceriam, como modelos quase universais, as opções pelo regime democrático e pela economia de mercado. Ao lado, portanto, da progressiva universalização de determinados bens materiais e simbólicos, e da crescente unidade cultural do mundo, ocorreria, sem necessária relação de causa e efeito, a proliferação de regimes democráticos e de políticas públicas de corte liberal.

Não é minha intenção, menos pela exigüidade do tempo do que pela complexidade do assunto, analisar a validade destas hipóteses sobre o processo da globalização em seus diferentes aspectos. Pretendo apenas identificar as principais características da globalização no campo econômico e avaliar as conseqüências deste fenômeno sobre a atuação do Estado.

Os novos fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos A intensificação mundial dos intercâmbios de comércio, finanças e tecnologias não é uma tendência recente, podendo ser associada a época tão remota quanto o início da Idade Moderna, na passagem do século XV para o século XVI, quando se iniciavam as grandes navegações e a formação dos sistemas coloniais. O que distingue, no entanto, o intercâmbio de hoje do de outrora, e que justifica associar o fenômeno da globalização à nossa época, é a intensidade sem precedentes dos fluxos atuais e a velocidade com que se multiplicam. A economia global foi gestada nos últimos cinco séculos e, em especial, a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial desde fins do século XVIII, mas sua forma integral só vem sendo alcançada nestas últimas décadas, em que já se pode falar de uma crescente interdependência entre economias nacionais.

Na área financeira, por exemplo, o processo de liberalização e intensificação dos fluxos internacionais como conhecemos hoje é bastante recente. Iniciou-se com a formação do mercado de

eurodólares, nos anos 60, e aprofundou-se nas décadas seguintes, com a desregulamentação dos mercados financeiros empreendida pelos Estados Unidos e secundada pelos demais países desenvolvidos. O mercado financeiro internacional é hoje uma entidade um tanto enigmática, de proporções desconhecidas e comportamento pouco previsível.

O que preocupa mais os gestores das economias nacionais não é tanto o volume dos capitais de curto prazo, mas sua volatilidade, a circulação acelerada de capitais ao sabor das expectativas. Como afirmou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em palestra que proferiu em Nova Délhi, há uma espécie de vigilância constante dos agentes financeiros sobre o comportamento das economias e as decisões governamentais. Cristaliza-se uma ortodoxia econômica, cujos desvios desencadeiam expectativas e podem provocar crises financeiras nos mercados nacionais e no próprio sistema financeiro internacional.

Para os países em desenvolvimento e, em particular, para a América Latina, o tema da volatilidade dos fluxos financeiros internacionais passou a adquirir especial significado a partir da crise mexicana de dezembro de 1994, que teve efeitos, em maior ou menor grau, sobre a Argentina e a Venezuela. Na ocasião, reforçou-se a percepção de que a contrapartida à adoção de normas liberalizantes de ingresso de investimentos estrangeiros, e ao recurso crescente à poupança externa para o financiamento de deficits fiscais ou do balanço de pagamentos, era o aumento dos riscos de evasão brusca de capitais, decorrente de crises de confiança ou mesmo da redução da rentabilidade.

O episódio, de alguns meses atrás, de declaração de economista do MIT, sobre o estado da economia brasileira é exemplo do papel das expectativas nos mercados financeiros. Se suas declarações provocaram reação imediata do Governo brasileiro, isto se deveu não apenas à imprecisão do que foi dito, mas ao receio de que,

por imprecisas que fossem, as previsões feitas acabassem assimiladas pelo mercado. Dada a imaterialidade dos mercados financeiros, onde os capitais circulam sem lastro correspondente de bens, as previsões podem ser, de fato, autorealizáveis.

Nos dias de hoje a construção da confiabilidade requer não apenas gestão econômica eficiente; exige também esforço de interferir sobre os fatores que concorrem para gerar determinadas expectativas no mercado internacional de capitais.

Por esta razão, o Presidente Fernando Henrique atribui grande importância ao objetivo de dotar o sistema financeiro internacional de maior transparência e previsibilidade. Tem defendido junto aos Chefes de Estado e de Governo do Grupo dos Sete e dos países emergentes a necessidade de se criarem mecanismos de coordenação entre governos e instituições financeiras internacionais para prevenir a fuga repentina de capitais ou, ao menos, amenizar os efeitos após a instalação de crises. A percepção do Governo brasileiro é a de que uma avaliação constante da natureza e da mobilidade dos capitais de curto prazo permitirá desenvolver formas de acompanhamento das tendências do mercado financeiro que orientem as opções governamentais e favoreçam a concertação entre os países.

II

Também no campo comercial as transformações ocorridas nos últimos anos têm sido profundas. A globalização econômica confunde-se, em grande medida, com a liberalização do comércio mundial, pois esta tem sido, ao mesmo tempo, causa e efeito da maior interdependência entre as economias nacionais. Se, por um lado, a abertura comercial progressiva dos diversos países tem permitido certa desterritorialização do processo produtivo e, portanto, a globalização da economia mundial, por outro, os esforços dos países para elevar a produtividade de suas economias num mundo cada vez mais globalizado induzem-nos a empreender programas de liberalização de seus mercados de bens

e serviços, sob o risco de protegerem um parque produtivo ineficiente.

O resultado é o crescimento do comércio internacional em taxas superiores às do crescimento da economia mundial. Esta tendência viu-se reforçada nas últimas décadas pela liberalização multilateral empreendida no âmbito do GATT, após sucessivas rodadas de negociações, e pelos programas de liberalização unilateral lançados por países em desenvolvimento. Estes países têm sido, aliás, numa inversão dos papéis históricos, os principais defensores da liberalização dos mercados mundiais nos setores ainda bastante protegidos, como o comércio agrícola e de alguns bens industrializados, como têxteis e siderúrgicos.

A relativa mudança nos papéis de países desenvolvidos e em desenvolvimento quanto ao dilema liberalização/protecionismo pode ser percebida pela alteração da agenda comercial dos anos 80 para os anos 90.

A substituição dos “novos temas” da Rodada Uruguai pelos chamados “novíssimos” temas pós-Rodada, como a vinculação entre comércio, de um lado, e meio ambiente, condições trabalhistas e corrupção, de outro, demonstram que, por efeito do aumento do desemprego e das correspondentes pressões domésticas, muitos países desenvolvidos passaram a adotar, com mais frequência, propostas de sentido francamente protecionista.

Ao lado do protecionismo seletivo — abertura em setores avançados e preservação de barreiras comerciais em setores tradicionais — outra característica fundamental da globalização em seus aspectos comerciais é o aprofundamento das iniciativas de integração regional.

Há alguns anos atrás, prevaleciam interpretações de que regionalização e globalização eram fenômenos excludentes e contraditórios. Hoje, poucos se arriscam a interpretá-los desta maneira.

De fato, o desenvolvimento das iniciativas de integração regional demonstraram ser, de um lado, fator do crescimento dos fluxos de comércio e

investimentos e, de outro, instrumento para a própria inserção dos países numa economia globalizada.

O exemplo do Brasil é ilustrativo. A integração com seus parceiros do MERCOSUL não se esgota em si mesma: não se pretende privilegiar o comércio intra-regional em detrimento dos intercâmbios com os demais parceiros. Ao contrário, o MERCOSUL é também instrumento para uma melhor inserção do Brasil na economia internacional, seja porque a liberalização regional prepara os agentes econômicos nacionais para uma posterior integração com outros mercados, seja porque a ampliação dos mercados ao âmbito regional aumenta a escala de produção e as proporções do mercados consumidor, necessárias para compensar os crescentes custos do processo produtivo.

Tomando-se de empréstimo uma expressão cara aos autores geopolíticos, pode-se dizer que a estratégia de integração brasileira respeita uma seqüência de “círculos concêntricos”. O núcleo central é a consolidação do Mercosul. O primeiro entorno corresponderia à maior aproximação com os países sul-americanos, em que os exemplos mais animadores são os acordos já concluídos como o Chile e a Bolívia. Estão em andamento também as negociações com os países do Grupo Andino.

O círculo seguinte, por fim, refere-se às negociações de uma área de livre comércio do hemisfério americano e de um acordo de integração Mercosul-União Européia. Ainda que todas estas negociações ocorram simultaneamente, a celeridade conferida pelo Brasil a cada um destes objetivos responde à lógica gradualista e à própria viabilidade, a médio e a longo prazo, do término de cada um destes processos de negociação.

III

Tão importantes quanto as transformações do comércio internacional são as mudanças no campo tecnológico. Muito se tem falado da redução do ciclo de vida dos produtos, da elevação dos custos das inovações, do imperativo dos investimentos em

ciência e tecnologia para manter a competitividade numa economia globalizada e da conseqüente necessidade de ampliar economias de escala por meio da integração regional e da liberalização do comércio. O que me interessa desenvolver, no entanto, é uma discussão sobre a correlação entre progresso tecnológico, transformação do processo produtivo e níveis de emprego.

O aspecto inquietante da globalização é o aumento do desemprego.

As palavras de ordem do processo de globalização são competitividade e produtividade. Ambas pressupõem maior produto por unidade de produção, ou seja, produzir mais com menor uso de fatores, entre os quais a mão-de-obra. Não surpreende, assim, que, ao lado do crescimento da riqueza como um todo, o desenvolvimento de uma economia globalizada esteja elevando as taxas de desemprego mundiais.

O crescimento do desemprego é bastante diferenciado por setor. De uma maneira geral, pode-se falar de deslocamento da mão-de-obra do setor industrial para o setor de serviços, o qual representa, cada vez mais, parcelas maiores do produto dos países. Ocorre que o uso da automação e de tecnologias da informação tem crescido em todas as áreas, inclusive em serviços, como no caso do setor bancário. Ser competitivo tornou-se sinônimo de reduzir pessoal, o que pode ser observado pelas transformações das estratégias de administração e gerenciamento.

O resultado desta renovação gerencial, estimulada pelo imperativo da competitividade, são demissões em grande escala, dificuldades de readaptação dos trabalhadores em outros setores, crescentes custos de treinamento e de realocação, menor sindicalização, decorrente do elevado desemprego e da terceirização, e transferência de renda dos trabalhadores menos qualificados para os mais qualificados.

O desemprego passa a associar-se, portanto, não apenas aos períodos de desaceleração

econômica e recessão, mas também ao próprio funcionamento da economia internacional em seus momentos de crescimento. O desemprego cíclico torna-se estrutural. Seus níveis são particularmente críticos na Europa. Segundo dados da OCDE, existem pelo menos 35 milhões de desempregados nos países desenvolvidos.

Mesmo o caso dos Estados Unidos, tradicionalmente menos afetado pelo desemprego, começa a provocar preocupações e debates domésticos. Nos últimos cinco anos, apesar do constante crescimento econômico, inflação baixa, elevação da produtividade e aumento da taxa de investimento, houve, no mundo desenvolvido, estagnação da taxa de emprego e redução da renda média da grande maioria dos trabalhadores.

Mais grave do que a situação dos países desenvolvidos é o quadro de alguns países emergentes que, embora mantenham níveis ainda altos de emprego, começam a sofrer os efeitos das transformações tecnológicas e gerenciais sobre a utilização da mão de obra nos setores mais modernos e sofisticados da produção. O risco, nestes casos, decorre da precariedade de sistemas compensatórios de amparo ao desempregado e da escassez de recursos para o treinamento e redirecionamento dos trabalhadores.

O desemprego constitui, portanto, o subproduto mais temido da globalização. A mão de obra é, aliás, o único fator de produção que não foi objeto de um processo de liberalização em escala global. Prevalece ainda o princípio da territorialidade, onde as fronteiras são rigidamente preservadas e os mercados, essencialmente nacionais. O futuro da globalização dependerá, em boa medida, da capacidade dos Governos e das sociedades de enfrentar este duplo desafio: preparar as economias nacionais para uma economia global, crescentemente liberalizada na circulação de bens, serviços, capitais de curto prazo e investimentos, e, ao mesmo tempo, criar condições para a valorização dos mercados nacionais de mão-de-obra, sem o que o objetivo de

estabilidade social, política e econômica, indispensável à convivência com a globalização, será frustrado.

O papel do Estado

Apesar de todas estas transformações comerciais, financeiras e tecnológicas, não ocorreu, como muitos supõem, uma redução do papel do Estado. Houve antes uma redefinição de suas tarefas. Como tem afirmado o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Estado hoje não deve ser maior ou menor, máximo ou mínimo, grande ou pequeno, mas o necessário.

O grande desafio para o Estado na atualidade deriva do fato que dispõe de menor controle sobre a economia, em razão da maior influência de fatores internacionais que escapam ao seu controle, ao mesmo tempo em que sofre maior exigência da sociedade, em função da democratização e crescente transparência dos processos políticos. O papel do Estado é, neste sentido, mais ambicioso: trata-se de criar condições para o desenvolvimento em meio a uma economia globalizada e, ao mesmo, atender às reivindicações de uma sociedade cada vez mais informada e exigente.

Mesmo frente à globalização, o papel do Estado não se reduziu, conforme reza o discurso liberal. Sua participação direta na produção é menor, mas suas novas tarefas são ainda mais complexas e abrangentes, por duas razões:

- 1) a produção hoje depende menos de vantagens comparativas tradicionais, que constituem fatores “estáticos”, como mão de obra barata e recursos naturais. Ao contrário, depende da disponibilidade de fatores “produzidos”, “trabalhados”, como mão de obra qualificada, desenvolvimento científico e tecnológico, infra-estrutura de transportes e comunicações, fatores para os quais a atuação do Estado, direta ou indireta, é fundamental;
- 2) o sucesso de um projeto nacional e, portanto, da governabilidade no mundo da globalização pressupõe

a existência de condições de estabilidade econômica e social que somente o Estado pode prover. O Estado não pode, no entanto, ser mero provedor de números econômicos saudáveis. A governabilidade, em sentido amplo, compreende o progresso social, o fortalecimento da democracia, o aumento da renda populacional, fatores que não são meros instrumentos para o bom exercício da atividade econômica e para a atração de investimentos. São fins em si.

O desafio é o fato de que o Estado precisa realizar estas tarefas constringido por diversas dificuldades decorrentes da globalização. Entre elas ressaltam:

- a) a maior vulnerabilidade frente aos movimentos de capitais, que expõem as políticas cambiais e monetárias ao assédio de ataques especulativos;
- b) a menor liberdade de decisão no que respeita às políticas públicas, em razão da vigilância ortodoxa

do mercado e da progressiva uniformização, por negociação multilateral e regional, de legislações em diversas áreas econômicas, como propriedade intelectual, política comercial e política de investimentos.

Para compensar essa situação em que o Estado tem reduzida sua capacidade de enfrentar sozinho os enormes desafios do mundo contemporâneo, é essencial a participação crescente de toda a sociedade no debate e na ação política. Só uma sociedade democrática pode propiciar esta sinergia em que os movimentos comunitários, as ONGs e os meios de comunicação de massa trabalhem no mesmo sentido do Estado, para exigir e propiciar que este desenvolva instrumentos mais eficazes de gestão e possa prestar conta de seus atos à população.

Abertura da V Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Abertura da V Reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil - Venezuela, Caracas, 10 de outubro de 1996

Quiero agradecer, en nombre de la Delegación brasileña, la generosa acogida que nos han brindado desde nuestra llegada a Caracas.

Me gustaría también saludar a la Delegación venezolana y registrar mi satisfacción personal en participar de la apertura de los trabajos de esta Quinta Reunión de la Comisión de Alto Nivel Brasil-Venezuela.

Hacerlo durante mi vista oficial a este País ofrece el contexto apropiado para una evaluación de los avances que registramos en las relaciones entre Brasil y Venezuela en estos dos últimos años, y más importante, para consolidar el sentido pragmático y de prioridad que dimos a nuestras relaciones.

La COBAN, como foro operacional para la cooperación bilateral, ha sido un instrumento fundamental en la consolidación y en el fortalecimiento de la integración entre nuestros países.

A lo largo de los últimos dos años, nuestros gobiernos supieron dar un importante impulso político a las relaciones bilaterales, resolviendo adecuadamente asuntos importantes en la agenda bilateral.

Asistimos en este breve espacio de tiempo a nada menos que dos visitas del Presidente Rafael Caldera a Brasil y una visita del Presidente Fernando Henrique Cardoso a Venezuela, además de sus encuentros en Nueva York, en octubre de 1995, y

más recientemente, en Cochabamba.

Son demostraciones inequívocas y en el más alto nivel, de una nueva disposición de fortalecer la cooperación bilateral y desarrollar en nuevas áreas. Las relaciones entre dos grandes países vecinos que tanto tienen por ofrecer uno al otro.

Estamos traduciendo ese gran interés recíproco en acciones prácticas y recogiendo resultados concretos de nuestra cooperación. Eso nos permite mirar hacia el futuro con optimismo y trabajar sobre una agenda equilibrada y consecuente.

Una expresión de cambio equitativo en nuestras relaciones es el intercambio comercial, que registro un aumento significativo, superando el nivel de los US\$ 1,3 billones. Esto traduce no sólo el esfuerzo de nuestros gobiernos, sino sobre todo la percepción por parte de los agentes económicos, de que existe un espacio a explorar, con recíprocos en las relaciones entre Brasil y Venezuela. Venezuela por ejemplo, ha ido conquistando un lugar importante en la matriz energética brasileña. No es necesario señalar la importancia política y económica de esto.

Hay perspectivas para el perfeccionamiento de nuestra cooperación en diversos campos, como energía, desarrollo fronterizo, medio ambiente, ciencia y tecnología, planificación y cooperación cultural.

Las directrices que emanarán de esta reunión orientarán las actividades de los diversos grupos de

trabajo y deben estar dirigidas hacia la obtención de resultados concretos en todas las áreas de interés mutuo.

Es necesario implementar los proyectos que ya están definidos. Es necesario dar mayor eficiencia a las discusiones en aquellos grupos de trabajo que se avocan a áreas de fundamental importancia para el relacionamiento bilateral y además no cumplieron su mandato, como es el caso de los grupos de trabajo sobre energía y minas, y siderurgia.

Los resultados de esta reunión serán importantes para la consolidación del papel de la COBAN como órgano promotor de las relaciones bilaterales. Pero además, tendrán un impacto sobre la vida cotidiana de las poblaciones ligadas a la

frontera entre nuestros países y significado muy concreto para el desarrollo de la región Norte de Brasil y la región Sur de Venezuela.

Esto debe servir como estímulo adicional para que nuestras deliberaciones contribuyan a la consolidación de los avances de estos últimos dos años y señalen nuevos rumbos para el fortalecimiento de la relaciones entre Brasil y Venezuela.

Hago votos para que esta V Reunión de Al COBAN tenga mucho éxito y corresponda plenamente a la confianza en ella depositada por nuestros gobiernos y por todos aquellos que se benefician del progreso en las relaciones entre Brasil y Venezuela.

Muchas gracias.

Brasil - Venezuela

Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, no almoço oferecido pelo Chanceler da Venezuela Miguel Angel Burellirvas, Caracas, 10 de outubro de 1996

Una vez más quiero agradecer a Vuestra Excelência los cuidados y atenciones que he recibido desde mi llegada. Esa hospitalidad es una prueba más de la genuina amistad entre Brasil y Venezuela. El Presidente Caldera y Vustra Excelência son amigos de Brasil y han dado muchas muestras de su empeño por el progreso en nuestras relaciones.

Mi presencia en Caracas da continuidad al intenso proceso de construcción de esas relaciones. Es un proceso que responde a un interés claro de los países y que constituye una etapa importante en el proceso de integración de América del Sur.

Brasil y Venezuela juntos, abarcan las dimensiones Atlántica, Platense, Caribeña y Andina en América del Sur. Nada más natural que nustras relaciones reflejen esa diversidad presente en la realidad interna de los dos países.

Somos dos grandes países sudamericanos, ligados no sólo por una faja de frontera de más de dos mil quilómetros, sino también por el apego a los valores democráticos y por el desafío del desarrollo sustentable. Somos dos grandes economías, con alto grado de complementariedad, ambas comprometidas en progresos de estabilización y reforma han presentado resultados muy positivos, con fuerte impacto positivo sobre nuestra inserción internacional.

Todo eso abre perspectivas muy promisoras para la consolidación y el fortalecimiento de nuestra cooperación.

Avanzamos mucho en estos dos años desde el encuentro presidencial de “La Guzmanía”, en marzo de 1994, que elevo las relaciones entre nuestros países a un nuevo nivel de importancia.

Nuestros gobiernos han dado impulso político a estas relaciones, a partir de demostraciones inequívocas, en el más alto nivel, de la prioridad del relacionamiento bilateral.

La visita del Presidente Rafael Caldera a Brasil em mayo último – su segunda vez em apenas dos años – fué la más reciente demostración del interés venezolano por Brasil, que se manifiesta elocuentemente también en el deseo de asociación al Mercosur.

Este es un interés que compartimos plenamente y que llevó al Presidente Fernando Henrique Cardoso a visitar a Venezuela hace poco más le un año, participando aquí de las conmemoraciones de la fecha nacional venezolana, sesalando de esa forma el deseo brasileño de desarrollar lazos con este que es un parcerero de los más importantes en América del Sur.

Por eso hemos firmes defensores de la asociación de Venezuela al Mercosur, a través del acuerdo que habrá de crear un área de libre comercio entre el Pacto Andino y el Mercosur. Sabemos que la intensificación de nuestras relaciones bilaterales repercute de forma positiva sobre el proceso de aproximación entre el Mercosur y el Pacto Andino,

y continuaremos trabajando para que la próxima reunión de cúpula en Fortaleza, sea un marco histórico en ese proceso.

Señor Ministro,

Hoy por la mañana dimos un paso más hacia el fortalecimiento de nuestras relaciones, al abrir la V Reunión de la Comisión Binacional de Alto Nivel Brasil-Venezuela.

La Comisión es un ejemplo de como podemos traducir la prioridad política de nuestra relación en acciones con gran sentido de pragmatismo y objetividad, procurando avanzar los proyectos que tenemos en curso y definir en áreas que consideramos prioritarias.

Esta es por lo tanto, un excelente oportunidad para una evaluación de los notables progresos en nuestras relaciones en los últimos años y para trazar los rumbos que pretendemos seguir de aquí en adelante.

El balance que hacemos es positivo y las perspectivas para el futuro de nuestro relacionamiento son ampliamente favorables.

Nuestro intercambio comercial presentó una notable evolución el último año, superando el año pasado, el nivel de los US\$ 1,3 billones.

Venezuela es hoy el tercer mayor proveedor de petróleo para Brasil.

Es un hecho político y económico de la mayor importancia. Las posibilidades de profundizar los lazos en el área energética son muy positivas. Eso refleja un interés estratégico de Brasil, que está en la raíz de la aproximación entre la Petrobras y PDVSA.

La integración energética es hoy una de las grandes áreas de promesa en el contexto mayor de la integración del Continente Sudamericano. Por eso Brasil viene trabajando con el concepto de creación de una matriz energética sudamericana, que va al encuentro de los intereses tanto de Brasil, como

potencial consumidor de excedentes, como de Venezuela, como proveedor cada vez más importante de energía para Brasil.

Ya dimos pasos importantes, y con resultados muy positivos, también en otras áreas del relacionamiento bilateral, como desarrollo fronterizo, transportes, medio ambiente, ciencia y tecnología.

E hicimos eso con la participación activa de los gobiernos estatales, tanto en Brasil como en Venezuela. La integración física con Venezuela tendrá un impacto muy favorable sobre el desarrollo de los estados del Norte de Brasil, que presentan un alto grado de complementariedad con los Estados venezolanos próximos a la frontera común. La pavimentación de la Rodovia BR-174, ligando Manaus a Santa Elena de Uairen, es una de las prioridades establecidas en el plan de metas del Gobierno de Fernando Henrique Cardoso y dará un nuevo impulso al desarrollo de la región fronteriza entre los dos países.

Señor Ministro,

Estamos haciendo todo eso con la seguridad de que ese proceso continuo de profundización de nuestras relaciones, servirá de modelo para la cooperación entre países sumamericanos de aquí en adelante.

Estamos seguros de que esa asociación singular entre nuestros dos países ha de corresponder a las expectativas de fuimos gerando y que vamos atendiendo, con sentido práctico, realismo y voluntad política.

Y es con ese espíritu que ruego a todos que me acompañen en un brindis por la prosperidad de este pueblo amigo, Venezuela, por la amistad entre nuestros países, por la salud, ventura y felicidad personales de Presidente Rafael Caldera y de Vuestra Excelencia.

Muchas Gracias.

La Política Exterior Brasileña y las Relaciones Brasil-Venezuela en El Contexto da la integración sudamericana

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da inauguração da Cátedra Brasil da Universidad Central de Venezuela, sobre o tema “La Política Exterior Brasileña y las Relaciones Brasil-Venezuela en El Contexto da la integración sudamericana”, Caracas, 10 de outubro de 1996

Quiero agradecer esta honrosa invitación de la Universidad Central de Venezuela para inaugurar la Cátedra Brasil. Estamos poniendo en marcha un mecanismo académico que estará dedicado a promover el intercambio y el conocimiento recíproco de Venezuela y Brasil en muchos campos del saber, de las artes y del quehacer político de nuestros países.

La creación de la Cátedra es un servicio a la amistad brasileño-venezolana.

Éste es un testimonio indiscutible del grado de desarrollo y sofisticación al que llegan las relaciones entre Brasil y Venezuela. Yo espero sinceramente que esta ceremonia dé inicio inmediato a un intercambio académico de alto nivel, en forma continuada e intensa, entre nuestros países.

La cátedra es un eslabón más en nuestra labor de consolidar un nuevo perfil en las relaciones entre Brasil y Venezuela. Por ello, tiene un interés particular para la de Brasil y muy especialmente para nuestra política sudamericana.

La diplomacia brasileña trata de reforzar, sin ningún sentido de exclusión o subordinación, relaciones con nuestros socios tradicionales, empezando por el MERCOSUR y Sudamérica, los Estados Unidos, la Unión Europea y el Japón, y de ampliarlas hacia aquellas áreas en el mundo donde

han surgido nuevas oportunidades de interacción, como en África Austral y en la región que hoy se conoce como Asia-Pacífico.

Esas áreas prioritarias la diplomacia brasileña las está abordando con base en el profundo cambio de imagen y percepción del Brasil entre nuestros socios y entre los agentes económicos internacionales en general.

De hecho, hay un nuevo interés por el Brasil de la democracia consolidada y de la estabilización económica con crecimiento, reforma estructural, apertura hacia el exterior y una conciencia social más fuerte.

Combinada a la exitosa empresa del Mercosur, que ha dado una nueva dimensión al mercado brasileño y a nuestras relaciones con Sudamérica, esa nueva identidad de Brasil constituye un elemento primordial de nuestra .

Otro instrumento del que nos estamos utilizando como nunca antes en nuestra historia diplomática es la diplomacia presidencial. La agenda de viajes internacionales del Presidente Fernando Henrique responde intensamente a nuestras prioridades y ha sido concebida con sentido de equilibrio y de interés. Su meta básica es la de relanzar algunas relaciones e inaugurar otras, siempre

en las regiones que responden a los imperativos de la agenda. En esa agenda, Venezuela figuró desde el principio como prioridad y el viaje del Presidente brasileño a Caracas se realizó a los seis meses de iniciado su Gobierno.

Queremos con esa agenda presidencial reforzar la inserción externa de Brasil, ampliar el conocimiento internacional sobre lo que ocurre en Brasil y llamar la atención en Brasil para lo que ocurre en otros países, atraer inversiones y mejorar el acceso a mercados y tecnologías. Nuestro objetivo es claro: la diplomacia debe sostener y consolidar los éxitos que estamos obteniendo en lo interno con la estabilización y las reformas.

Un tercer elemento es el mismo Mercosur, cuya consolidación, a la vez que es objetivo prioritario de la diplomacia brasileña, nos dio una dimensión adicional en nuestra propia personalidad internacional. La asociación de Chile, a través de un Acuerdo de Libre Comercio que recién acaba de entrar en vigor, la próxima asociación de Bolivia y la futura asociación del Pacto Andino, en especial de Venezuela, completarán un ciclo de consolidación y proyección de un espacio económico sudamericano, con efectos positivos sobre todos nuestros países.

Una parte substancial del interés que Brasil hoy despierta en el mundo se debe al Mercosur, una historia de éxito que ha ampliado exponencialmente el comercio entre sus miembros — más del 300% en cuatro años — y se ha vuelto uno de los elementos más atractivos de las economías de sus Estados-miembros.

Las relaciones intra-latinoamericanas vienen adquiriendo un carácter especial en el contexto de las políticas exteriores de nuestros países.

Cuando se habla de globalización como la característica central del sistema económico internacional, hay una tendencia a mirar hacia los grandes polos del poder económico mundial — Norteamérica, la Unión Europea y el Pacífico asiático.

Ese abordaje, sin embargo, no debe ofuscarnos en la búsqueda del fortalecimiento de

nuestros propios instrumentos regionales de participación en la dinámica de las relaciones económicas internacionales.

Lo regional y lo internacional, lo regional y lo extra-regional no son instancias excluyentes o que impliquen una subordinación estéril. Son ámbitos complementarios. Hay que trabajar intensamente con las dos instancias.

Varios de los instrumentos a nuestra disposición para mejorar nuestra inserción externa y hacerla operativa en el campo interno — generando empleo y riqueza y actuando en el sentido de la transformación de nuestras sociedades —, tienen una dimensión específicamente latinoamericana y por ello inciden directamente sobre las relaciones entre vecinos como Brasil y Venezuela.

Compartimos la democracia — sinónimo de estabilidad política, y por lo tanto una condición básica en el mundo contemporáneo.

La integración económica, a su lado, es la respuesta regional al fenómeno de la globalización y se viene dando en dos niveles complementarios: la integración subregional, que amplía la dimensión internacional de nuestros países, al ensanchar sus economías y al agregar dimensión a sus mercados; y la integración física fronteriza.

Brasil comparte con Venezuela una larga zona fronteriza cuyo potencial va más allá de lo estrictamente local para alcanzar la integración energética y las vías de comunicación entre la Amazonia y la costa del Caribe. Pronto alcanzaremos un grado más elevado de integración económica a través de la liberalización comercial.

El comercio intrarregional latinoamericano ha tenido un crecimiento significativo en los últimos años merced de las políticas de apertura económica en la región y de la retomada del crecimiento que se siguió al ajuste estructural en varios países del Continente.

Con el Grupo de Río, la Conferencia Iberoamericana, el Tratado de Cooperación Amazónica y los esquemas subregionales de integración, hemos creado una intensa familiaridad

entre nuestros Presidentes y nuestras Cancillerías y foros políticos y económico-comerciales insustituibles en su tarea de coordinación e iniciativa.

Gracias a esos foros, Latinoamérica y particularmente Sudamérica tienen hoy una personalidad política internacional más completa y mejor proyectada hacia el exterior. Ésa es una de las razones por las que la región es hoy día el segundo polo de atracción de inversiones en el mundo en desarrollo.

De ahí surgió también la base de la respuesta que podemos dar a los desafíos, oportunidades y riesgos de la globalización. Esa respuesta es una sola: tenemos que ampliar la escala de nuestras economías para que puedan desarrollar al mismo tiempo su competitividad y su capacidad de atraer inversiones productivas que generan riqueza, empleos y tecnologías.

La democracia, la estabilidad monetaria, la apertura y la libertad económicas, la modernización del Estado y las reformas estructurales son nuestras respuestas a los retos de la globalización y al imperativo de superar los rezagos sociales. También la integración con nuestros vecinos constituye una de las respuestas.

Pero la integración no se limita a lo regional, sino que abarca en un grado hoy mucho más intenso también lo bilateral. Porque lo bilateral y lo regional no se pueden excluir. Se trata, en verdad, de instancias complementarias.

El ejemplo de las relaciones brasileño-venezolanas es ilustrativo. Son relaciones que han ganado un nuevo perfil en los últimos dos años, en el marco político de frecuentes encuentros presidenciales. Hoy nuestras relaciones se fortalecen con la perspectiva de las negociaciones entre el Mercosur y el Pacto Andino. El impacto de ese proceso en las relaciones bilaterales brasileño-venezolanas y en las relaciones intra-sudamericanas será enorme. Agregaremos otra área de convergencia en la región, un espacio de cooperación que fortalecerá también la dimensión bilateral, a la vez

que contribuirá a reforzar el perfil externo de todos los países de nuestra región.

Brasil y Venezuela son países con similitudes que van más allá de las identidades básicas que unen, en lo cultural, lo étnico y lo histórico a los países de Latinoamérica. Tenemos una multiplicidad de vertientes geográficas o geopolíticas, que nos hacen unas especies de puentes o bisagras entre subregiones del Continente. Brasil es un país atlántico, amazónico y platino — y miembro del Mercosur. Venezuela es a la vez andina, amazónica y caribeña — y miembro del Pacto Andino.

Con una considerable complementariedad entre sus economías, Brasil y Venezuela empiezan a explotar fórmulas capaces de permitir un aprovechamiento óptimo de esa doble circunstancia que nos asocia: la proximidad física y una demanda recíproca considerable por bienes industriales, alimentos y materias-primas necesarios al desarrollo. Los proyectos concretos se multiplican.

La Amazonia, antaño una barrera, hoy es un espacio de unión entre los dos países. Allí tenemos un patrimonio ambiental y de biodiversidad incomensurable, que debe incentivarnos a la cooperación bilateral y en el marco del Tratado de Cooperación Amazónica, para su protección y aprovechamiento en bases sustentables.

Los Estados septentrionales de Brasil miran hacia Venezuela como una oportunidad en varios sectores: como mercado consumidor, como mercado proveedor, como fuente de energía, como interconexión con el mundo por el Caribe, socio en variadas formas de cooperación y hasta de inversiones.

Hemos sido capaces de ir resolviendo en su dimensión correcta los problemas que a veces ocurren en el área fronteriza merced de actividades ilegales que a veces se desarrollan en esas zonas y que exigen un tratamiento eficaz y concertado.

Estamos intensificando los contactos gubernamentales en todos los niveles, de lo que son testimonios elocuentes el intercambio de visitas

presidenciales y ministeriales y de misiones técnicas. En esa labor estamos, por nuestra parte, involucrando los Estados de Brasil que hacen frontera con Venezuela. Pero esa es una tarea que debe trascender la acción de los Gobiernos para alcanzar la participación de las sociedades y los agentes económicos.

En cierta manera, la creación de la Cátedra Brasil en la Universidad Central de Venezuela es una respuesta firme a ese reto.

Conociéndonos mejor, promoviendo el intercambio cultural y académico, intercambiando experiencias y creando un sentido más personal de identidad entre los que participan de esta empresa conjunta, estaremos contribuyendo a proyectar nuestras relaciones aún más de lo que ya hacen los intereses concretos del comercio, la integración física y el diálogo político.

Muchas gracias.

O Brasil e o Mundo no Século XXI - Uma Visão do Itamaraty

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, sobre o tema “O Brasil e o Mundo no Século XXI — Uma Visão do Itamaraty”, Rio De Janeiro, 14 de outubro de 1996

Introdução

A importância deste III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos se expressa pelo número e qualidade dos participantes. É uma honra estar aqui e queria por isso começar agradecendo aos organizadores do Encontro pela oportunidade de expor algumas idéias do Itamaraty sobre os cenários que se desenham para o Brasil nas próximas décadas e sua relação com o que desejamos para a inserção internacional do nosso país.

O Itamaraty encara a reflexão estratégica de longo prazo como um instrumento de concepção e de aperfeiçoamento das políticas que estamos implementando no presente.

Essa dialética entre o presente que estamos vivendo, e sobre o qual temos certa medida de controle, e o futuro coberto de incertezas e interrogantes é o que dá sentido ao tipo de reflexão que estamos fazendo neste seminário.

A inquirição sobre o futuro não pode ser um exercício de diletantismo ou uma empresa de adivinhação desconectada do presente.

Não pode tampouco ser uma profissão de fé voluntarista ou ideológica, que confunde o que é desejável com o que é objetivamente previsível e possível.

Como exercício de realismo e pragmatismo,

a reflexão sobre o futuro deve, isso sim, ser um instrumento de planejamento, de determinação de objetivos, de definição de opções — e de escolha, dentre essas opções, daquelas que são mais racionais e conseqüentes.

Algumas notas de cautela. É preciso também reconhecer a dificuldade de traçar cenários para o futuro. Essa dificuldade é reforçada até mesmo pelas lições mais recentes da história.

Quem teria previsto, em 1979 — ano da invasão do Afeganistão pela então União Soviética e ponto alto da doutrina Brejnev —, que dez anos depois o muro de Berlim cairia e em seguida a própria União Soviética deixaria de existir?

O analista ou diplomata que, apenas alguns anos antes, quisesse apostar nesse cenário tão decisivo para as relações internacionais contemporâneas provavelmente teria sido visto como um temerário. Se Reagan tivesse essa certeza, não se teria envolvido tanto nos problemas centro-americanos ou na polêmica do Programa Guerra nas Estrelas, concebido como se o que chamou em 1984 de “Império do Mal” fosse durar outros setenta anos.

Por outro lado, fugir à inconstância e imprevisibilidade da história refugiando-se em cenários demasiado genéricos, ou construindo detalhadas elaborações analíticas que fazem sentido

apenas como um sistema fechado, também não traz ajuda ao estrategista que reflete sobre o futuro.

Cenários demasiado genéricos têm pouca relevância analítica e para o planejamento, enquanto cenários muito precisos são altamente perecíveis, porque o mundo se move ao mesmo tempo em tantas direções e níveis, que seria impossível acertar na combinação exata dos movimentos em cada um deles. A chance de acertarmos hoje na descrição exata do mundo e do nosso país dentro de cinquenta anos deve ser menor do que a de ganhar o prêmio da Sena acumulada.

Faço essas ressalvas um pouco para recordar a ironia de Raymond Aron, que alertava para a importância de fazer previsões, sim, mas sem contudo arriscar datas para elas.

De qualquer forma, o século XXI, período proposto para a nossa análise, é demasiado tempo para qualquer exercício de reflexão que seja operacional para as políticas que devemos perseguir agora. Essa dificuldade é bastante óbvia.

Se nos colocássemos na perspectiva de alguém que, cem anos atrás, em 1896, se visse obrigado a refletir sobre o mundo ao longo de todo o século XX, compreenderíamos quão difícil já devia ser, em um momento de aceleração das ciências e do tempo histórico, fazer previsões e traçar políticas de longuíssimo prazo.

Difícilmente alguém situado no cenário político e econômico do auge da *Belle Époque* teria tido condições de prever minimamente os grandes desdobramentos do século XX: a própria Grande Guerra, a Revolução bolchevique, o nazi-fascismo, a Segunda Guerra, a Guerra Fria e a revolução tecnológica que desembocaria na chamada globalização.

Difícilmente alguém se arriscaria a fazer isso tendo consciência da rapidez com que a humanidade já avançava — ou se agitava — naquela época. O desmentido de teorias futuristas impecavelmente construídas com os dados disponíveis ao autor já havia começado a se tornar freqüente. Se não, que o

diga Malthus, já no século XIX desautorizado em sua teoria populacional fatalista pelo progresso das técnicas agrícolas, pelos avanços da ciência médica e pela capacidade de ampliação das áreas agricultáveis no mundo.

Hoje, com a velocidade das mudanças e do progresso tecnológico aumentada exponencialmente, esse exercício é praticamente irrealizável.

O Brasil e o futuro das relações internacionais Por essas razões, penso que o melhor é concentrar a nossa análise sobre as perspectivas internacionais do Brasil naquilo que já hoje deve constituir a base para o desenvolvimento brasileiro nas primeiras décadas do século XXI.

Mais do que prever o futuro, é preciso prepararmo-nos para as suas diversas e muitas vezes imprevisíveis possibilidades de realização. E esse preparo se faz naquelas áreas básicas cuja relevância e operacionalidade na definição do poder nacional independem dos rumos que a história mundial tomar.

Ninguém discutirá que investir em educação e em melhoria dos indicadores sociais, por exemplo, é condição mínima indispensável para participar com vantagens do sistema internacional. Isso é verdade hoje e o será cada vez mais.

Há muito ficou evidente que o desenvolvimento social é condição para o desenvolvimento econômico e constitui a primeira linha de defesa nacional e de sustentação da soberania.

Projetado para o futuro, esse axioma indica claramente os caminhos a perseguir em sociedades em desenvolvimento, como a brasileira, marcada ainda por desequilíbrios, atrasos e grande carência de coesão social.

Ninguém discutirá que é preciso ter uma política de defesa atualizada e abrangente, não-ideológica e que leve em conta não só as relações entre Estados e os sistemas políticos regionais e internacionais, mas também a incidência cada vez maior de fenômenos como o narcotráfico, o tráfico de armas, e o crime organizado, ou a proliferação

cada vez mais intensa de atores internacionais como empresas multinacionais, Organizações Não-Governamentais, Igrejas, Federações sindicais e empresariais, grupos parlamentares.

Num horizonte de vinte a vinte e cinco anos, o que é preciso, portanto, é analisar algumas das variáveis com que necessariamente o Brasil deverá operar nas próximas duas ou três décadas em sua inserção internacional. A identificação dessas variáveis e a sua hierarquização devem partir do quadro hoje existente. A definição desse quadro, portanto, precisa ser acurada e destituída de subjetivismos ou vieses ideológicos.

Falo de um horizonte de vinte a vinte e cinco anos porque creio que, realisticamente, esse é o período máximo que poderemos, com alguma segurança, ter em mente ao fazer uma reflexão sobre o futuro. Esse é o horizonte, aliás, que nos autoriza a história do século XX.

Uma periodização, em grandes linhas, a partir do início do século XX até onde imagino que irá o ciclo histórico atual nas relações internacionais, compreenderia etapas de entre vinte e vinte e cinco anos, sempre marcadas ao final pela aceleração de uma grande transformação.

Dependendo naturalmente do ângulo de enfoque, o século XX, compreendendo as duas transições dos seus extremos, poderia ser dividido em cinco grandes períodos, cada qual muito profundamente diverso do anterior: o primeiro, da Guerra Hispano-Americana de 1898, marco do início da projeção mundial dos Estados Unidos, até o Tratado de Versalhes, de 1919; o segundo, de Versalhes até o fim da Segunda Guerra; o terceiro, do fim da Segunda Guerra e do início do bipolarismo da Guerra Fria até mais ou menos 1965, com o ressurgimento do Japão e da Europa como grandes pólos econômicos mundiais, o auge da descolonização e início do declínio — apenas relativo — dos EUA e da União Soviética; o quarto, da rearrumação internacional dos anos 60 ao fim do bloco soviético, no início dos anos 90; e, o quinto,

de então até algum ponto nas primeiras duas décadas do século XXI, talvez a união definitiva da Europa ou mesmo a ascensão da China a primeira ou segunda potência mundial — um período que, à falta de melhor nome, poderíamos chamar de consolidação da globalização.

É esse período — um período relativamente curto, mas marcado por novas e intensas transformações da realidade mundial — que deveríamos ter em mente ao analisar a forma pela qual o Brasil deve ingressar no século XXI.

Vinte a vinte e cinco anos que poderão assistir ao amadurecimento do Brasil como potência média, economicamente forte e socialmente mais sólida e coesa, com intensa presença regional e considerável intercâmbio com outras regiões, embora sem poderio estratégico e capacidade de influência global.

Ou vinte a vinte e cinco anos que poderão assistir à sua estagnação como país de desigualdades sociais e regionais, que alterna ciclos curtos de desenvolvimento e espasmos de recessão e que se paralisa diante do esfacelamento progressivo da base social, com sérios riscos para a sua integridade e soberania.

Uma análise a partir do quadro atual

É difícil que possamos contemplar algo a meio caminho entre essas duas possibilidades antagônicas. Nós estamos ingressando no que poderá ser um período decisivo na nossa formação nacional — uma espécie de momento de crise no sentido gramsciano, ou seja, em que o novo, que chega com vigor, ainda não acabou de nascer e o velho ainda não morreu de todo.

O quadro típico nesse tipo de situação é o que presenciamos hoje aqui mesmo, se olharmos pela janela. Áreas de notável progresso e sofisticação, instituições estáveis e funcionais, segmentos da sociedade perfeitamente integrados ao mundo, áreas e setores econômicos com elevada produtividade e competitividade, disposição para mudanças e êxito nas reformas que vão adaptando o país a novas

realidades e desafios. Ao lado, manifestações arcaicas de uso do poder, áreas de atraso e indescritível desigualdade, setores esclerosados, resistência às mudanças, domínio dos privilégios e da exclusão, falta de coesão social.

Como resultante do enfrentamento dos dois conjuntos de forças, as do progresso e as do atraso, um grande dinamismo, um país que mostra uma notável vitalidade, mas cujo destino ainda depende de decisões e de políticas em implantação ou em maturação e de uma vitória decisiva do novo sobre o velho.

Os grandes países — e sem qualquer ufanismo, o Brasil tem tudo para ser um deles — atravessam alguns períodos cruciais na sua formação histórica. Esses períodos determinam estruturas, comportamentos, mentalidades e objetivos nacionais que constituirão por longo tempo a base do que serão esses países e de como se participarão dentro do sistema internacional.

Foi o caso da Espanha de Carlos V, da França de Luís XIV, da Grã-Bretanha no final do século XVIII e início do século XIX e dos EUA no final do século XIX até o New Deal de Roosevelt — duas ou três décadas de transformações e consolidação que forjaram a personalidade interna (política, econômica e social) e internacional (diplomática e estratégica) desses países e lhes deram traços duradouros como Nações e como forças dominantes nas relações internacionais em seus respectivos períodos de apogeu.

Sem que seu projeto nacional contemple uma vocação de hegemonia regional ou internacional como os países que acabo de citar, o Brasil sem dúvida está reunindo um bom potencial para dar um salto qualitativo tanto no seu desenvolvimento interno quanto na sua inserção internacional. Esse potencial é a resultante de diversos avanços que o país tem conseguido a partir da sua consolidação como uma democracia, uma sociedade majoritariamente urbana, uma economia industrial moderna e diversificada e com um grau crescente de interação com o mundo.

Essas tendências não se vão firmando sem resistências. Mas elas sem dúvida constituem uma resposta adequada a dois imperativos básicos do país: o primeiro, o da consolidação da cidadania, base fundamental da soberania no mundo moderno e fonte de legitimidade e poder do Estado; o segundo, o de valer-se adequadamente da inexorabilidade da nossa inserção internacional para dela extrair o maior número possível de benefícios concretos — em geração de riqueza, empregos e apoio para o desenvolvimento econômico e social — ao menor custo possível.

Essas são, de fato, as duas realidades mais novas e desafiadoras em que o Estado brasileiro deve mover-se.

A primeira, a crescente preeminência do cidadão, na sua vertente política de eleitor e na sua vertente econômica de consumidor, no Estado e no Governo e portanto como objetivo das políticas.

A segunda, a crescente globalização da economia — um termo que se tornou lugar comum, mas que é efetivo para descrever uma realidade objetiva (não se confundindo, portanto, com um movimento ou uma ideologia contra a qual é possível insurgir-se).

É evidente que a questão da cidadania, como fator principal da estruturação do Estado, do Governo e das políticas nacionais, tem a maior relevância para a análise que estamos fazendo. O Itamaraty tem aliás, incorporado sistematicamente o conceito de cidadão e de consumidor no discurso diplomático brasileiro.

Mas, por serem competência do Itamaraty os aspectos internacionais da realidade que estamos examinando, prefiro apenas deixar esse registro sobre a importância crescente do cidadão como objetivo primeiro das políticas nacionais, para concentrar-me sobre os desdobramentos previsíveis do fenômeno da globalização como ordenador das relações internacionais nesta passagem de século.

Concluiria então assinalando quais políticas, no entender da diplomacia brasileira, fortalecerão a ação internacional do Brasil e o deixarão mais

preparado para atuar diante desses desdobramentos previsíveis da globalização nos próximos vinte a vinte e cinco anos.

Alguns desdobramentos previsíveis nas relações internacionais nos próximos vinte a vinte e cinco anos

O primeiro desdobramento é a acentuação da *homogeneização* da vida internacional em torno das duas forças centrais da democracia e da liberdade econômica. É evidente que continuará havendo exceções a essa tendência, mas o provável é que elas se confinem cada vez mais à periferia do sistema internacional. Em termos territoriais e populacionais, a tendência deve ser a de que a imensa maioria da humanidade viverá sob o domínio dessas duas formas ou ao menos da liberdade econômica.

Essa homogeneização se reforça também pelo fato de que, no horizonte previsível, as relações internacionais serão dominadas, do ponto de vista estratégico-militar, pelo *unipolarismo*, com o predomínio da única superpotência remanescente do período anterior, os Estados Unidos, cuja perda — apenas relativa — de poder econômico em nada alterou sua condição de único ator global capaz de jogar e influir nos diversos tabuleiros diplomáticos.

Mesmo estando distantes dos anos em que respondiam por mais de 40% do produto mundial, os EUA continuarão sendo o principal mercado individual do mundo, provavelmente o mais aberto, mas também o que com maior facilidade recorre a medidas unilaterais de proteção e de busca de acessos no exterior. A crescente ascensão econômica e política da Alemanha, da China e do Japão, embora cruciais e determinantes no planejamento estratégico-diplomático brasileiro, não deve alterar essa realidade a não ser em termos relativos. Trata-se de uma realidade que é preciso compreender e com a qual é preciso saber operar.

Um segundo desdobramento previsível — e até certo ponto já mapeado e definido por entendimentos realizados ou em curso — será a

intensificação da integração regional e da integração entre regiões, de que são exemplos os processos já lançados, mas projetados para um futuro de médio a longo prazo, das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas e para a criação de uma área de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia.

O próprio *Mercosul* adota hoje um curso que permite antever o que será nas próximas duas décadas: um processo intensificado de integração, baseado em um núcleo algo ampliado de Estados-Membros, que irão aprofundando os mecanismos do Mercado Comum através de um crescente número de políticas internas concertadas (direitos do consumidor, proteção da propriedade intelectual, regime de salvaguardas e defesa contra práticas desleais de comércio, etc.) , e com um número importante de acordos de livre comércio com outros países da região e fora dela.

O *aumento da competição internacional* — por mercados, por investimentos e por tecnologias — é apenas um corolário desse processo descrito pelo conceito de globalização. A intensificação das correntes de investimentos, combinada à crescente homogeneização e universalização de regras, apresentará a mais curto prazo o desafio do tratamento multilateral da proteção e promoção dos investimentos. A ênfase na regulamentação universal dos chamados novos temas do GATT só tende a crescer com a consolidação da globalização.

Competitividade e produtividade continuarão a ser as alavancas principais das relações econômicas internacionais e a conquista de mercados será não apenas um objetivo, mas também um instrumento para intensificar a capacidade de competir dos países.

Dois elementos particularmente negativos se associam a esse fenômeno.

O primeiro é a persistência previsível do problema do *desemprego* nas economias desenvolvidas. O desemprego, talvez a grande questão internacional da nossa época, é uma questão econômica e social que já adquiriu a condição de

primeira prioridade política. Seu efeito imediato é intensificar a agressividade das economias por ele afetadas, na busca de mercados e oportunidades, e tolher de certa forma a disposição de investir no exterior, pelo receio de extrapolar o limite de aceitável na alegada “exportação de empregos”.

O segundo é a persistência previsível do *protecionismo*. A competição internacional e o fenômeno do desemprego deverão continuar a alimentar atitudes protecionistas e políticas unilaterais de comércio mesmo apesar de o mundo contar hoje com um sistema multilateral de comércio mais coercitivo, sob a égide da Organização Mundial de Comércio e do seu sistema de solução de controvérsias. O protecionismo tem se ampliado com a proposta de fórmulas novas, que o disfarçam sob iniciativas de natureza ambiental ou social, por exemplo. Essa será uma área que exigirá redobrada atenção de um país como o Brasil.

Um contraponto igualmente perigoso do protecionismo são as *práticas desleais de comércio* — *dumping*, subsídios ilegais, utilização de mão de obra não-remunerada, subfaturamento e outras —, que constituem um fenômeno que se universalizou e se acentuou com a agressiva ampliação da participação dos países asiáticos no comércio internacional.

Nada indica que, no curto ou médio prazos, essa tendência se atenuar ou desapareça; ao contrário, a forte competição internacional só tende a alimentar esse tipo de práticas, o que valoriza imensamente não apenas a Organização Mundial de Comércio, mas também o desenvolvimento, em um país como o Brasil, de mecanismos eficazes de proteção contra essas práticas desleais ou predatórias de comércio.

Ainda no plano do racionalmente previsível, as relações internacionais continuarão marcadas pela presença de *radicalismos* em certos países ou regiões e pela ação desestabilizadora de Estados ou movimentos radicais que preferem o caminho da marginalidade em relação às grandes tendências contemporâneas. Uma consequência disso será a

persistência do fenômeno do *terrorismo* e sua pressão sobre a agenda internacional.

No mesmo capítulo da agenda negativa *internacional*, fenômenos como o *crime organizado transnacional*, o *narcotráfico* e a *exploração predatória do meio ambiente* continuarão a estar no topo, em parte como consequência da falta de coesão social em um grande número de países, em parte devido às facilidades crescentes que a própria globalização oferece em termos de comunicações e meios tecnológicos à disposição das redes criminosas.

A dificuldade de se dar uma solução efetiva ao *problema da demanda* por drogas nos países consumidores tende a eternizar uma relação de mercado pura: onde há demanda, haverá oferta; onde o comércio, e não a demanda, é reprimido, o aumento dos preços tende a compensar os riscos.

Acresce a isso uma sensação crescente de impunidade internacional na área do narcotráfico, do crime organizado e da corrupção. A lavagem de dinheiro é facilitada pela existência de paraísos fiscais e mecanismos de sigilo bancário, enquanto a permeabilidade dos sistemas políticos de vários países permite que os criminosos de certa forma consigam proteção e santuário.

Quanto ao *meio ambiente*, a equação tende a tornar-se cada vez mais complexa, na medida em que crescem as pressões pela exploração de recursos naturais, inclusive as riquezas da biodiversidade, na proporção em que crescem as pressões internas e internacionais pela preservação do patrimônio ambiental de países que, como o Brasil, são grandes repositórios de biodiversidade e de recursos minerais, florestais e hídricos e apresentam rica variedade de ecossistemas ainda intocados ou apenas parcialmente afetados pela atividade humana.

Há um lado positivo nessas preocupações, na medida em que elas encorajam uma visão mais abrangente do patrimônio nacional, que vai muito além do território e dos recursos neles existentes para englobar a preservação e o uso sustentado desses

recursos e o combate a práticas predatórias. Mas é um tema com forte impacto político e diplomático, ainda que tenha havido uma desmobilização internacional depois de passada a Rio-92.

Ainda na agenda negativa, o fenômeno da *imigração ilegal* ainda parece longe de se reverter, especialmente na medida em que diversos mecanismos que operam sob a globalização produzem ou acentuam as desigualdades dentro dos países ou entre os países.

Como país de crescente migração em direção ao exterior – um fenômeno novo do ponto de vista social e diplomático para nós —, o Brasil deve acompanhar com crescente atenção o fenômeno, na medida em que ele gera não apenas restrições importantes ao livre trânsito internacional de pessoas, mas também atitudes individuais ou coletivas de discriminação nos países recipiendários e políticas de contenção e reversão das correntes migratórias nesses países. O crescimento da xenofobia é um corolário desse fenômeno e pode afetar também a comunidade brasileira no exterior.

Nada autoriza tampouco a acreditar em um fim próximo de focos de instabilidade e conflito nos antes chamados segundo e terceiro mundos.

As *tensões étnicas e políticas*, o renascimento do nacionalismo radical e os conflitos distributivos têm estado na raiz de tragédias como a da Bósnia, da Somália, do Burundi e de Ruanda.

Não há garantia explícita nos desenvolvimentos mais recentes da história mundial no sentido de que será possível evitar novos focos de conflitos como esses, na medida em que as suas causas profundas não são resolvidas e em que a comunidade internacional mostra grande relutância em se envolver diretamente nos países afetados.

Tem havido *desenvolvimentos positivos* em algumas regiões, como na África Austral, que ressurgiu como área de grande interesse para a comunidade internacional em razão do fim do *apartheid* e do encaminhamento dos conflitos em Angola e Moçambique.

O Oriente Médio acaba de demonstrar que ainda é uma área volátil, que encontrou o caminho da paz — e portanto do desenvolvimento — em um processo complexo, submetido a fortes pressões e sujeito a grande instabilidade. É possível fazer uma aposta nesse processo, como aliás o Brasil tem feito, mas trata-se ainda de uma situação que recomenda cautela, apoio imparcial mas interessado e uma atitude de observação atenta.

Pacificado, o Oriente Médio rapidamente se alçará à condição de uma área dinâmica do mundo em desenvolvimento, pela sua condição de encruzilhada entre continentes e por sua vocação para o comércio internacional. Mas ainda poderá permanecer como uma grande interrogação.

Os países da Ásia deverão continuar a liderar as estatísticas de crescimento do produto e de participação no comércio. Um importante desenvolvimento ocorrerá em 1997 com a incorporação de Hong Kong à China. Será fundamental observar essa intersecção de dois sistemas políticos distintos que dão expressão a duas economias poderosas, com uma extraordinária vocação de participação no comércio internacional e nos fluxos de investimentos.

No campo da não-proliferação e do desarmamento, deve prosseguir a tendência atual de *universalização de regras* e de participação nos diversos esquemas multilaterais, como ficou patente na recente aprovação, por esmagadora maioria — um virtual consenso —, do Tratado de Proscrição Completa dos Testes Nucleares. Cada vez mais o custo político — e certamente o custo tecnológico — do desvio da norma será maior. As exceções, as reticências, serão cada vez mais limitadas e com visibilidade cada vez maior.

Essa já longa descrição de alguns dos traços mais marcantes do mundo em que deveremos nos movimentar nesta mudança de século poderia concluir com a menção de uma realidade nova para nós: a presença, em diversos pontos do globo, de *imigrantes brasileiros*, que já vão constituindo

colônias brasileiras em vários países.

Essas colônias, cuja preservação do vínculo com o Brasil interessa profundamente ao Estado brasileiro, têm efeitos muito claros sobre as nossas relações exteriores, na medida em que geram uma necessidade de proteção e acompanhamento por parte do Governo e na medida em que contribuem para criar vínculos mais fortes, e de uma natureza diferente, com os países recipiendários.

A tendência previsível nos próximos anos é de consolidação dessas comunidades, que começam a participar intensamente da vida econômica e social de muitas cidades e regiões no exterior e parecem estar destinadas a durar.

O Brasil e o mundo no início do século XXI

Objetivamente, a continuada melhoria da inserção internacional do Brasil, nos rumos e no ritmo que se vem processando, especialmente a partir do Plano Real e das reformas empreendidas pelo Governo, dependerá da continuidade das políticas de estabilização, abertura econômica, desestatização, retomada do crescimento e reforma social.

Meus interlocutores no exterior têm sido enfáticos em dois aspectos: em louvar os progressos que temos feito e seu impacto positivo nas relações do Brasil com os principais parceiros em todo o mundo, e na expectativa de que as tendências responsáveis por essa significativa alteração qualitativa da inserção externa do Brasil se sustentem e ultrapassem os limites temporais de um mandato presidencial.

A mera indicação de uma possibilidade de retorno a políticas condenadas pelo passado — crescimento à base de inflação, políticas populistas, arroubos ideológicos, discriminação dos investimentos produtivos estrangeiros, controle estatal de setores da economia, protecionismo tarifário e não-tarifário exacerbado, apoio a práticas corporativistas, excessos de regulamentação e tantas outras — seria suficiente para literalmente queimar os ganhos significativos que temos obtido, expressos,

entre outros, pelos cerca de 9 bilhões de dólares de investimentos diretos que o Brasil receberá este ano e pelo notável crescimento do nosso comércio exterior nos dois sentidos.

Da mesma forma, será preciso intensificar as políticas sociais e de recuperação dos nossos indicadores. O Plano Real e a perspectiva de uma inflação de um dígito já neste ano têm tido um efeito social sustentado, expresso na melhoria do padrão alimentar e de consumo da população de mais baixa renda. Tudo autoriza antever que desse patamar básico será possível ampliar a conquista social da estabilidade monetária para as áreas da educação, da saúde e da habitação.

O Brasil depende de uma melhoria sensível e sustentada dos seus indicadores sociais para consolidar a sua democracia e estabilizar a sua sociedade, além de melhorar o seu desempenho econômico. Estes anos serão decisivos para marcar essa mudança qualitativa no projeto de desenvolvimento brasileiro: crescer levando em conta a dimensão social.

Outro elemento importante do ponto de vista da é equacionamento dos direitos do consumidor no quadro da política industrial e comercial brasileira.

O consumidor brasileiro já assumiu como uma conquista a abertura econômica e o choque de competitividade por ela gerado na produção nacional. A definição da política industrial e comercial deve levar em conta esse elemento, cada vez mais, porque tem ficado patente que qualquer retorno a esquemas de proteção indiscriminada e incondicional prejudica o consumidor e afeta adversamente a perspectiva dos consumidores de mais baixa renda de ter acesso a bens de consumo, duráveis ou não. O impacto político — e social — dessa preocupação é decisivo.

Um elemento particularmente importante para a inserção externa do Brasil nestes próximos anos é a definição de uma *política de defesa nacional*, que harmonize e maximize a ação das três forças singulares e engaje a sociedade brasileira através da consciência sobre o imperativo de proteger

adequadamente o nosso território, o nosso patrimônio ambiental e os nossos valores e identidades culturais e nacionais.

Trata-se de adequar os meios de defesa nacional aos fins a que se destinam: proteger um território continental, formado por diversos ecossistemas distintos, com variados graus de desenvolvimento e problemas de toda a ordem. Trata-se de estender sistematicamente a presença do Estado brasileiro a todo o território nacional, promovendo um sentimento de inclusão das populações que hoje podem ter razões para se sentir menos conectadas ao restante da Nação — inclusive, é preciso que se diga, em áreas urbanas controladas por poderes para-estatais.

Essa política unificada está em elaboração no âmbito da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo. Sua definição, fundada em uma concepção realista e pragmática dos objetivos e das prioridades, está sendo feita com base em amplas consultas e coordenação entre os órgãos interessados e Forças Singulares.

Ela certamente abrirá uma nova perspectiva para o planejamento estratégico e para a ação governamental em todo o território brasileiro, permitindo a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros e maior eficiência em matéria de defesa territorial e patrimonial do Brasil.

A intensificação da do Governo Fernando Henrique fornece outros elementos de preparo para que o Brasil possa ingressar para entrar no século XXI capacitado a prosseguir em um projeto de desenvolvimento econômico e social que atenda às necessidades de um país que terá cerca de duzentos milhões de habitantes nesse horizonte de tempo que venho analisando.

O relançamento das nossas principais parcerias e a exploração de novas parcerias onde elas se apresentam — na África, na Ásia, no Oriente Médio deverá deixar em poucos anos o patrimônio de uma verdadeiramente universal, ou seja, cuja rede de relações tem uma base concreta de natureza

econômica e comercial.

Esse patrimônio será enriquecido pelo fortalecimento do multilateralismo econômico, comercial e regulatório nos próximos anos: regras universais e transparentes para regular as múltiplas esferas do relacionamento econômico, financeiro, comercial e tecnológico devem facilitar o desenvolvimento das relações do Brasil com cada um dos seus parceiros individuais, na medida em que a economia brasileira continue a crescer em complexidade, dinamismo e grau de inter-relação com o mundo.

A consolidação vertical do Mercosul, ou seja, seu aprofundamento mais além da área de livre comércio com união aduaneira e tarifa externa comum, e sua ampliação horizontal, com a incorporação de alguns novos membros plenos e a associação de parceiros por meio de acordos, deverá ser uma das linhas-mestras da brasileira nestes próximos anos.

Esse será o instrumento que nos permitirá participar com intensidade das negociações para a Área de Livre Comércio das Américas, com um continuado sentido de realismo e as cautelas necessárias para evitar uma exposição precoce e nociva das economias do Mercosul a novo choque de liberalização sem que antes se tenham consolidado as transformações e ganhos perseguidos pelo amplo choque anterior. Permitirá também que amplie nossas relações comerciais com a União Européia e com outras regiões, utilizando a alavancagem do Mercosul, que já se firmou como uma marca de êxito.

Para finalizar, é preciso não esquecer que a previsível consolidação de uma comunidade brasileira em diversos países nos obrigará a um aprofundamento sistemático da política de proteção aos brasileiros no exterior e de promoção dos seus direitos, tanto como cidadãos brasileiros, quanto como cidadãos dos países em que se fixaram.

Creio que essa menção aos brasileiros que se dirigiram ao exterior em busca de melhores oportunidades é um bom símbolo para concluir este

exercício de inquirição sobre o futuro.

Será muito importante que o Brasil sinalize claramente, pelo seu crescimento como Nação, e também através da proteção e da assistência do Estado aos brasileiros no exterior, que é de fato a Pátria dos brasileiros em todo o mundo.

Será muito importante que esses brasileiros participem dessa etapa decisiva do nosso desenvolvimento, onde quer que se encontrem, e que possam logo ter a opção, a liberdade, a oportunidade de ser brasileiros lá ou aqui.

Hoje é possível pensar nessa possibilidade e antevê-la no futuro previsível. Afinal, se prevalecer a sabedoria e o bom senso, e se soubermos sustentar e ampliar as tendências atuais, essa etapa que estamos começando nos consolidará como uma potência média, estável politicamente, saudável economicamente e socialmente justa — algo que multiplicará o orgulho que começamos a sentir hoje quando nos vemos no espelho do mundo e nos preparamos para enfrentar o início do próximo século.

Mercosul-União Européia

Exposição do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião do Encontro Empresarial Brasil-Alemanha, Dresden, 14 de outubro de 1996

O Brasil vem empreendendo uma profunda reformulação de sua economia e de sua inserção no cenário econômico internacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento interno e de distribuir seus benefícios de modo mais equânime. Ao processo de reformas domésticas, que compreende a reestruturação do aparelho do Estado, a modernização das atividades produtivas e o combate à inflação, corresponde, no plano externo, uma atualização de nossa diplomacia econômica, por meio da eliminação de barreiras ao comércio, do estímulo à captação de investimentos estrangeiros e, de maneira marcante, do aprofundamento das iniciativas de integração regional.

Entre os diversos processos de integração de que o Brasil participa, o Mercosul assume a condição de prioridade em nossa política econômico-comercial.

Esta iniciativa mostrou-se surpreendente tanto pela velocidade de sua implementação como pela dimensão dos resultados alcançados.

Apesar da exigüidade do seu tempo de gestação, o Mercosul constitui-se no eixo mais avançado da integração sul-americana, seja pelas conquistas institucionais e pela ousadia das metas de liberalização, seja pelo aumento do volume de comércio entre seus países membros.

O Mercosul é, antes de mais nada, um instrumento de dinamização econômica, pela abertura

de novos e significativos mercados para as exportações dos países que o integram. A Argentina tornou-se o segundo maior parceiro comercial individual do Brasil. Ao mesmo tempo, o comércio com Paraguai e Uruguai cresceu de maneira expressiva: as exportações brasileiras para esses países são, hoje, superiores a nossas vendas para parceiros tradicionais, como Reino Unido e Espanha. O intercâmbio entre os parceiros do Mercosul, além de volumoso, passou a cobrir uma pauta de produtos altamente diversificada, demonstrando o elevado grau de complementaridade entre as economias, num mercado regional de mais de 200 milhões de habitantes, com um Produto Interno Bruto de aproximadamente US\$ 900 bilhões.

Aos rápidos avanços institucionais do Mercosul, que culminaram na constituição de uma União Aduaneira no início de 1995, correspondeu um enorme incremento do volume de trocas entre os quatro países.

Segundo dados da ALADI, o comércio intra-Mercosul aumentou de US\$ 4.1 bilhões em 1991 para cerca de US\$ 13 bilhões em 1995. Já representaria cerca de 40% do comércio intra-latino-americano, dados tanto mais impressionantes quando se tem em conta que o comércio dos países do Mercosul com os demais países da América Latina também é bastante expressivo. Ao mesmo tempo, as importações dos países do Mercosul provenientes

do resto do mundo cresceram de forma acelerada.

Como resultado, a participação do Mercosul no total das importações mundiais dobrou entre 1990 e 1995.

Além de gerar ganhos decorrentes do aumento do comércio na região, o Mercosul tem funcionado nos últimos anos como um mecanismo estabilizador das duas maiores economias sul-americanas, a brasileira e a argentina. Neste caso, não se trata apenas do controle da inflação mediante aumento de importações, mas também dos efeitos positivos da desgravação tarifária subregional como elemento moderador dos ciclos de desaceleração e recessão econômica. De 1991 a 1993, num período de baixo crescimento econômico no Brasil, a produção brasileira beneficiou-se do acesso ao mercado argentino então aquecido, o que explica a manutenção, no período, de elevados superávits bilaterais em favor do Brasil. A partir de 1994, ocorreu o inverso, com o aquecimento da economia brasileira e os sinais de desaquecimento da economia argentina, o que acabou por ser amenizado pelo enorme crescimento das exportações para o Brasil e a reversão do superávit em favor da Argentina.

Com a entrada em vigor da União Aduaneira entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o Mercosul passou a assumir dimensão própria no cenário internacional. O Protocolo de Ouro Preto, assinado em dezembro de 1994, além de definir a estrutura institucional do Mercosul, conferiu-lhe personalidade jurídica de Direito Internacional, confirmando a disposição dos quatro países membros de atuarem com voz única no diálogo com outros países e regiões. A conformação da União Aduaneira e de sua personalidade jurídica também reforça a visão, compartilhada por seus integrantes, de que o Mercosul não busca a auto-suficiência. Ao contrário, representa, antes de tudo, um extraordinário fator de ampliação e intensificação do relacionamento da região com o resto do mundo.

Destacaria, nesse sentido, as quatro “dimensões” das negociações futuras do Mercosul:

a sub-regional, a hemisférica, as relações com a União Européia e, por fim, as relações com outras regiões e países. Essas diferentes dimensões não indicam uma hierarquia de prioridades: desenvolvem-se concomitantemente, dentro do espírito de crescente exposição das economias do Mercosul aos fluxos internacionais de comércio, investimentos e finanças.

No âmbito sub-regional, o objetivo do Mercosul é empreender as chamadas negociações “4 + 1” com os demais membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), dentro do objetivo de liberalização progressiva das barreiras tarifárias e não-tarifárias no comércio entre os países sul-americanos. No último dia 1 de outubro, após dois anos de negociações, entrou em vigor o acordo de associação do Chile ao Mercosul, com um cronograma de desgravações que levará ao estabelecimento de uma área de livre comércio já em 2004. Até o final deste ano, e as negociações estão em fase final, deverá ser assinado acordo semelhante do Mercosul com a Bolívia, com quem também estabeleceremos uma zona de livre comércio.

Para o Brasil, essas negociações são particularmente importantes, no sentido de que representam uma oportunidade de realizar o que não foi possível nas décadas anteriores: um espaço econômico integrado na América do Sul. Com a superação dos modelos autárquicos de desenvolvimento econômico e de visões geopolíticas antiquadas, alimentadas por rivalidades entre regimes infensos à democracia, os países da América do Sul caminham hoje para o aprofundamento de suas relações econômicas, tendo por base a cooperação entre regimes democráticos.

No campo hemisférico, o Mercosul é um dos principais atores nas negociações iniciadas pela Cúpula de Miami, em dezembro de 1994, que apontam para a formação de uma Área de Livre Comércio nas Américas (ALCA), a ser implementada a partir do ano 2005. Os principais atores no processo de formação da zona hemisférica serão,

exatamente, os grupos regionais, como o Mercosul, o NAFTA e o Grupo Andino. Em que pese à diversidade dos 34 países do hemisfério, com estruturas de produção bastante diferenciadas, as negociações têm avançado de modo muito satisfatório, compreendendo não apenas as discussões quanto ao futuro processo de desgravação tarifária de bens, mas também o tratamento de outros temas, como investimentos, propriedade intelectual e serviços.

Também na Ásia, Oceania e África, o Mercosul vem participando de iniciativas com vistas a intensificar os intercâmbios comerciais. Desde 1995, os Quatro mantém um diálogo com o CER, zona de livre comércio que reúne Austrália e Nova Zelândia. Um novo encontro está programado para o segundo semestre de 1997, e as partes já estão engajadas em atividades de facilitação de informações comerciais, a fim de estimular as trocas. Com o Japão, o Mercosul realizou, no último dia 1 de outubro, em São Paulo, uma primeira reunião, de grande importância em razão do expressivo relacionamento comercial e de investimento entre os cinco países. Mantivemos também reuniões preliminares com a Índia, em setembro, e com a Comunidade de Estados Independentes, em outubro.

Encontros com a SADC (Southern Africa Development Committee) e com a ASEAN serão realizados até o final de 1997.

É com a União Européia, no entanto, que o Mercosul mantém, há mais tempo, entendimentos com vistas a aprofundar os vínculos de comércio e investimentos. É inegável o interesse em intensificar as relações econômicas com um bloco regional cujo produto interno é superior a 7 trilhões de dólares, semelhante, portanto, ao do NAFTA e quase duas vezes o do Japão. Os números do comércio entre as duas regiões, por sua vez, já são bastante expressivos e alcançaram cerca de 40 bilhões de dólares em 1995. A União Européia é o principal parceiro comercial do Mercosul, absorvendo cerca de 30% de suas exportações, além de ser o principal

investidor estrangeiro, com 42% dos investimentos diretos totais na região.

Um mês após a assinatura, em 1991, do Tratado de Assunção, marco legal constitutivo do Mercosul, os Chanceleres dos quatro países se encontraram em Luxemburgo para uma reunião de trabalho com seus colegas da União Européia. Nesse encontro, decidiu-se estabelecer reuniões regulares entre os Chanceleres dos dois agrupamentos regionais, com vistas à promoção de um diálogo permanente. Por diversas vezes, após esse primeiro encontro, os Presidentes do Mercosul e os Chefes de Estado e de Governo da União Européia reiteraram a importância de uma salto qualitativo nas relações entre os dois blocos regionais.

Avanço significativo no campo institucional deu-se em abril de 1994, em reunião de chanceleres, em São Paulo. Propunha-se, pela primeira vez, uma aproximação mais ampla, que deveria conduzir ao que se chamou de uma “associação” entre as duas regiões. Na ocasião, os Ministros manifestaram o interesse em subscrever acordo-marco de cooperação econômica.

Esses esforços culminaram, em dezembro de 1995, na assinatura, em Madri, do “Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação Econômica e Comercial”, o primeiro entre duas uniões aduaneiras. O Acordo-Quadro é o instrumento de transição para uma futura “Associação Inter-regional Política e Econômica” entre o Mercosul e a União Européia, que teria como características principais a liberalização progressiva e recíproca do comércio, a implementação de mecanismo de consulta política, a promoção de investimentos e o aprofundamento da cooperação técnica.

Para o Brasil e seus parceiros do Mercosul, são muitas as razões que aproximam os dois blocos e estimulam o aprofundamento de suas relações, entre as quais se enumeram:

- a natureza aberta dos dois processos de integração: a União Européia vem buscando a ampliação de seus laços extra-regionais, enquanto o

Mercosul pretende intensificar sua projeção internacional;

- o compromisso de ambos os agrupamentos regionais com as normas multilaterais de comércio;

- o grau já bastante elevado do intercâmbio comercial entre as duas regiões: a União Européia constitui o principal parceiro comercial do Mercosul, com exportações, em 1995, da ordem de US\$ 18 bilhões, e importações de US\$ 22 bilhões, o que corresponde a 25,4% e 31,8% de nosso comércio global, respectivamente;

- a presença de vultosos investimentos europeus nos países do Mercosul, e a perspectiva de ampliação desses investimentos, em função da continuação do processo de reformas econômicas nos quatro países;

- os laços históricos, étnicos e culturais entre os países da União Européia e os do Mercosul, e a coincidência de valores que fundamentam suas sociedades, o que proporciona base sólida a qualquer iniciativa de aproximação política e econômica;

- a identificação adicional advinda não apenas da contingência de que a União Européia e o Mercosul são as duas principais uniões aduaneiras do mundo, mas também do fato de que a experiência integracionista dos países europeus serviu de inspiração para os esforços desenvolvidos no Mercosul.

Todas estas razões explicam os avanços alcançados, nos últimos anos, no processo de aproximação inter-regional. É verdade que em algumas áreas o progresso nas negociações exigirá maior cautela, e os resultados não serão imediatos. Por mais positivos que sejam os dados sobre o relacionamento econômico-comercial entre a União Européia e o Mercosul e os avanços no processo de integração, seria ilusório supor que o relacionamento bilateral tenha alcançado um padrão compatível com o potencial de complementaridade política e econômica entre as duas regiões.

No que diz respeito ao comércio entre os dois blocos regionais, preocupa, por exemplo, o fato

de que as importações da União Européia provenientes do Mercosul estejam crescendo em proporções menores do que as exportações comunitárias para nossos mercados. O menor crescimento das vendas do Mercosul para os países europeus deve-se ao enorme peso, em nossa pauta de exportações para aquele mercado, de produtos primários, cujo acesso vem sofrendo restrições decorrentes das mudanças do Sistema Geral de Preferências comunitário e da elevada subsídioção no âmbito da Política Agrícola Comum.

O campo para o fortalecimento dos vínculos do Mercosul com a União Européia é muito vasto. Esse fortalecimento deverá estar centrado em um sistema de facilitação das trocas comerciais entre as duas regiões, conduzindo a uma zona de livre comércio no sentido pleno da expressão.

A própria experiência interna da União Européia, desde o Tratado de Roma, bem como o caso mais recente do Mercosul, demonstram que o incremento do comércio cria a massa crítica que permite elevar o patamar do relacionamento entre os países e alicerçar um processo de integração mais amplo. O comércio tem a propriedade de colocar em foco as outras esferas que exigem ação conjunta e coordenada, facilitando a identificação de interesses comuns.

Nesse sentido, o processo de aproximação entre as duas regiões produzirá os melhores frutos se for construído em torno da liberalização comercial. Desejamos tratar, contudo, de uma multiplicidade de outros temas, começando por aqueles mais diretamente relacionados com o comércio de bens, como a questão das medidas não-tarifárias e das normas e regulamentos técnicos. Paralelamente, será necessário avançar na discussão das políticas de investimento, das questões ligadas à ciência e tecnologia e da temática da propriedade intelectual, entre outros campos a explorar.

A aproximação envolverá, sem dúvida, uma negociação complexa – e não poderia ser diferente, dada a complexidade da empresa por realizar.

Trata-se de dois processos de integração avançados, com enorme diversidade e interpenetração de interesses. Ambos compartilham de uma experiência bem sucedida em matéria de integração: no caso da União Européia, quarenta anos de trabalho no desenvolvimento de um projeto em todos os sentidos admirável, que ensinou ao mundo que a integração econômica é um instrumento extraordinário para a paz e a prosperidade das nações. No caso do Mercosul, se consideramos o primeiro acordo de complementação econômica entre Brasil e Argentina como marco inicial, são dez anos de aproximação e vinculação crescente, que conformam um processo que se intensificou de forma extraordinária a partir de 1991 e que constitui hoje um patrimônio inestimável dos quatro países. São essas duas histórias de sucesso e de superação de dificuldades que estarão sobre a mesa de negociações entre Mercosul e União Européia. Estou convencido de que a coincidência de experiências

construtivas será um catalisador de entendimentos.

Ao concluir esta apresentação, quero reafirmar minha certeza de que são extraordinárias as potencialidades a explorar, entre o Mercosul e a União Européia. Os mecanismos atualmente existentes para a facilitação do comércio entre as duas regiões — que se restringem basicamente ao Sistema Geral de Preferências — são insuficientes ante o volume de comércio alcançado e a pauta diversificada de interesses mútuos entre os dois blocos. Faz-se necessário desenvolver instrumentos que despertem os nossos setores produtivos para o desafio da expansão de mercados através do Atlântico. Dentro do propósito de aprofundar sua inserção na economia internacional, instrumento indispensável para promover o desenvolvimento, os países do Mercosul, e o Brasil em particular, atribuem a mais alta importância a esta tarefa.

Muito obrigado.



XXIII Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica

Exposição do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião da Abertura da XXIII Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica, Dresden, 15 de outubro de 1996

Senhor von Heydebreck,
Senhores Delegados,

É com grande satisfação que participo da abertura dos trabalhos desta Vigésima-Terceira Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica. Trata-se de foro da mais alta importância no âmbito de um relacionamento privilegiado, que reflete de modo fiel e vigoroso o intenso intercâmbio e diálogo que se tem verificado entre nossas duas nações.

Em nome da Delegação brasileira, gostaria de expressar ao Governo da República Federal da Alemanha, do Estado Livre da Saxônia e da Cidade de Dresden meu melhor agradecimento pelas atenções e gentilezas que temos recebido desde nossa chegada a esta acolhedora cidade.

Gostaria ainda de manifestar meu particular reconhecimento pelo excelente trabalho da Confederação das Indústrias Alemãs, da Confederação Alemã das Câmaras de Comércio e Indústria, da Câmara de Comércio e Indústria de Dresden e da Confederação Nacional da Indústria na organização desta reunião, assim como do encontro empresarial do dia de ontem.

Senhores,
A ampla identidade de pontos de vista e a

coincidência de objetivos em relação às grandes questões e temas da realidade internacional conferem caráter especial às relações teuto-brasileiras. Poucos países terão hoje uma parceria tão rica e diversificada como a que o Brasil possui com a República Federal da Alemanha.

Esse quadro favorável e promissor está refletido de forma particularmente expressiva no intenso intercâmbio de visitas bilaterais registrado nos últimos meses e encontra manifestação de sua crescente vitalidade nos trabalhos desta Comissão Mista e do Encontro Empresarial ontem encerrado. Em ambos, a confiança na continuidade do processo de consolidação e aprofundamento do elevado nível de relacionamento entre o Brasil e Alemanha constituiu o traço marcante.

A visita do Chanceler Federal Helmut Kohl a Brasília, há pouco menos de um mês, insere-se nesse importante cenário de diálogo e entendimento, em que a clara sinalização da opção do Governo alemão por um relacionamento intenso com o Brasil só encontra paralelo em nossa vontade política de estabelecer uma parceria ampla e privilegiada.

Essa disposição foi plenamente reiterada nos contatos mantidos em Brasília pelos membros da comitiva que acompanhou o Chanceler Helmut Kohl, composta por empresários altamente representativos

dos setores produtivos da Alemanha. No encontro de trabalho que os empresários alemães mantiveram com o Ministro Pedro Malan, foi-lhes apresentado quadro objetivo e realista da economia brasileira e reafirmada a irreversibilidade dos processos de estabilização monetária e de modernização econômica, objetivos da mais absoluta prioridade do

Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A visita do Chanceler Helmut Kohl reflete o momento extraordinário do relacionamento entre o Brasil e a Alemanha iniciado pela visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a este país, em setembro de 1995, e pela visita do Presidente Roman Herzog em novembro último.

Desde então, vieram à Alemanha os Ministros das Relações Exteriores, da Justiça, da Fazenda, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, das Comunicações, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Educação. O Brasil, por sua vez, recebeu nesse período a visita de importantes missões do Bundestag, do Ministro da Economia, Günter Rexrodt, e do Ministro das Telecomunicações, Wolfgang Bötsch.

Em novembro próximo, receberemos a visita da Ministra do Meio Ambiente, Angela Merkel, e do Governador do Estado da Saxônia, Doutor Kurt Biedenkopf, que se fará acompanhar de expressiva comitiva de empresários. Em fevereiro de 1997, o Vice-Presidente Marco Maciel deverá realizar visita oficial a este país em atenção a convite do Vice-Chanceler Federal Klaus Kinkel e, em março, está prevista a visita ao Brasil do Ministro-Presidente da Baviera, Edmund Stoiber, à frente de missão empresarial.

A intensidade e a diversidade desses contatos revela as excelentes perspectivas que se oferecem à cooperação e à parceria entre brasileiros e alemães em áreas até então pouco exploradas, sobretudo nos setores da infra-estrutura portuária, de transportes, de telecomunicações e de energia.

Essa movimentação invulgar vem conferir

dinamismo ainda maior às relações Brasil-Alemanha que, por sua abrangência e complexidade, constituem modelo de cooperação entre um país plenamente desenvolvido e outro em importante estágio de desenvolvimento.

Esse novo ímpeto no relacionamento teuto-brasileiro coincide com as novas realidades prevaletentes em ambos os países, resultantes das profundas transformações por que vêm passando. O Brasil projeta-se hoje como um país moderno, dinâmico e aberto a oportunidades, refletindo sua maturidade política e sua estabilidade econômica. A Alemanha, de sua parte, fortalecida pela reunificação, pela consolidação dos valores da democracia, liberdade e solidariedade e pelos avanços econômicos e sociais, disfruta de uma situação ímpar no cenário europeu.

Senhores,

A Alemanha constitui o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, logo após os Estados Unidos, e o nosso terceiro maior parceiro comercial, depois dos EUA e da Argentina, superando com larga margem os demais países da União Européia e o Japão.

As estatísticas brasileiras demonstram que a corrente de comércio entre os dois países elevou-se de cerca de 2 bilhões de dólares em 1985 para aproximadamente 7 bilhões em 1995. No primeiro semestre do corrente ano, exportamos para a Alemanha cerca de 1,1 bilhão de dólares e importamos quase 2,5 bilhões.

De acordo com dados do Banco Central, em junho de 1995, o estoque de investimentos e reinvestimentos alemães no Brasil totalizava cerca de US\$ 7 bilhões, 12,1% do total de capitais estrangeiros no país. No âmbito da União Européia, a Alemanha ocupa a primeira posição, com cerca de 33% do total das aplicações da Comunidade no Brasil. A maior parte dos investimentos alemães em nosso país vem-se dirigindo à indústria de transformação (89,3%), sobretudo de veículos automotores (23,7%)

e mecânica (12,2%).

Estima-se em cerca de 1200 o número de empresas alemãs estabelecidas no Brasil, das quais cerca de 800 localizadas no Estado de São Paulo, gerando mais de 400 mil empregos diretos. A relevância do capital alemão no Brasil pode ser igualmente aferida pela estatística alemã que comprova ser São Paulo a maior cidade industrial alemã em termos de volume de mão de obra empregada em empresas de capital germânico.

Os resultados amplamente positivos alcançados pelo Brasil nos dois últimos anos e a crescente consolidação do processo de integração regional configurado pelo Mercosul levaram, em 1994, após virtual estagnação durante dez anos, a uma intensa retomada no fluxo anual de capital alemão para o Brasil. Essa retomada poderá acentuar-se ainda mais caso as empresas alemãs demonstrem maior interesse em participar do processo brasileiro de privatizações, e caso novos investidores, sobretudo empresas de porte médio e pequeno, ainda não presentes no Brasil; venham a investir no país e a se interessar pela formação de joint-ventures com sócios brasileiros.

Ainda no plano econômico-comercial, constitui fato positivo a recente elevação do Brasil para a categoria 3 no quadro de risco mantido pela Agência Hermes, em julho passado. Essa medida poderá doravante desonerar os custos de nossas transações, permitindo uma desejável intensificação das trocas comerciais e incentivando os fluxos financeiros de investimentos.

No plano multilateral, Brasil e Alemanha também compartilham visões convergentes, como no interesse pelo fortalecimento do sistema multilateral de comércio, pela reforma das Nações Unidas e pela aproximação política e econômica entre o Mercosul e a União Européia.

Quero reiterar a satisfação do Governo brasileiro com o empenho do Governo alemão nesse processo de aproximação, que culminou, em dezembro último, com a assinatura do Acordo-

Quadro de Madri. Sublinho, ainda, o construtivo papel desta Comissão na discussão da integração de nossos agrupamentos regionais, assim como dos acordos de cooperação entre o Brasil e a União Européia.

Senhores,

Nos últimos 22 anos, a Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica tem-se afirmado como o foro privilegiado para o exame do estado e do desenvolvimento das relações econômicas e financeiras entre os dois países. Nesta ocasião, podemos identificar as áreas de interesse comum e avaliar as perspectivas de incremento da cooperação bilateral, propondo providências e ações concretas para a implementação de projetos e de programas do interesse dos dois países.

No dia de hoje passaremos em revista uma agenda densa e diversificada, que reflete as muitas dimensões e vertentes que constituem o quadro global das relações entre o Brasil e a Alemanha. Trataremos aqui de temas tão importantes no cotidiano dessa relação como a evolução do comércio bilateral, as perspectivas para novos investimentos alemães no Brasil, a cooperação entre pequenas e médias empresas dos dois países, a formação de profissionais de nível médio e gerencial e as amplas perspectivas a serem exploradas na área do turismo. Pela primeira vez, introduzimos em nossa agenda o tema do agribusiness, área promissora para o desenvolvimento de uma proveitosa parceria entre alemães e brasileiros. É importante que façamos uma reflexão conjunta sobre meios e modos a serem alcançados que permitam um monitoramento eficiente e confiável das recomendações da Comissão Mista, de tal forma que se possa assegurar a efetiva implementação de suas decisões e determinações.

Temos, pois, muito trabalho à frente e um estimulante desafio à nossa capacidade de trabalho.

Estou certo de que a história de êxito das relações teuto-brasileiras passa, em grande parte, pela história de sucesso desta Comissão. Confio em que

esta Vigésima-Terceira Reunião da Comissão Mista, que ora se inicia, será digna continuadora dessa tradição e representará marco adicional à exitosa parceria entre Brasil e Alemanha. A importância que o Governo brasileiro atribui a este encontro é diretamente proporcional à intensidade de nossa interação econômico-comercial. Em razão disso,

posso vos assegurar que não pouparemos esforços no sentido de aprimorar e incrementar as atividades desta Comissão Mista, de forma a acentuar-lhe, cada vez mais, a característica de instrumento fundamental do extraordinário relacionamento entre Brasil e Alemanha.

Muito obrigado.

Abertura da III Reunião de Comissão Geral de Coordenação Brasil-Uruguai

Pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da Abertura da III Reunião de Comissão Geral de Coordenação Brasil-Uruguai, Rivera, 16 de outubro de 1996

Ao agradecer as palavras de Vossa Excelência, desejo expressar meu reconhecimento pela hospitalidade do povo e do Governo uruguaio e as atenções que eu e minha comitiva estamos recebendo desde nossa chegada a esta próspera cidade de Rivera.

Santana do Livramento e Rivera simbolizam de forma muito viva as relações de vizinhança e amizade entre uruguaios e brasileiros. Estas duas cidades constituem um ponto privilegiado de contato entre nossos povos e nossas culturas, um exemplo para o mundo de convivência harmoniosa e fraterna.

Junto com nossos irmãos argentinos e paraguaios, o Brasil e o Uruguai estão levando adiante ambicioso projeto de integração que deverá constituir um instrumento fundamental para o desenvolvimento de nossas economias e uma plataforma privilegiada para a inserção internacional de nossos países.

Em dezembro, na cidade de Fortaleza, daremos passos adicionais no processo de consolidação deste projeto comum, traduzido de forma elqüente pelo MERCOSUL, agora enriquecido pelo recente acordo de livre comércio com o Chile e pela perspectiva de que se possa concluir até o fim do ano um instrumento similar com a Bolívia. Com vistas a dinamizar ainda mais as perspectivas de intercâmbio e integração, estamos

também conduzindo entendimentos com os países andinos, bem como com os demais países de nossos hemisfério, com a União Européia e com países de outras partes do mundo.

Mas os empreendimentos em que somos parceiros com as nações irmãs de nossa região não nos fazem perder de vista a importância, a singularidade e a intimidade do relacionamento entre o Brasil e o Uruguai, um entendimento consolidado por nossos laços históricos e culturais e que vive hoje período auspicioso tanto no plano econômico e comercial como no que se refere ao diálogo político e cooperação bilateral.

Nos últimos meses tem sido intenso o intercâmbio de visitas de altas autoridades entre os dois países. De nosso lado, cabe destacar a visita do Vice-Presidente Marco Maciel, que veio ao Uruguai no final de agosto com importante comitiva de dirigentes empresariais. A visita serviu de estímulo para uma maior aproximação entre os Estados do Nordeste e o Uruguai, cujas economias possuem alto grau de complementaridade. Cabe lembrar também as visitas do Governador do Estado do Espírito Santo, acompanhado de importante delegação empresarial; do Ministro dos Transportes, que tratou de temas de importância para a integração de nossas economias; do Ministro da Indústria, do Comércio e

do Turismo, que transmitiu a disposição do Governo brasileiro de intensificar o diálogo entre as autoridades econômicas dos dois países, com vistas a evitar a ocorrência de situações perturbadoras do comércio bilateral.

Registro, ainda, a ida a Montevideu de meu colega o Ministro da Administração Pública e da Reforma do Estado, que participou de importante processo de reflexão, promovido pelo Presidente Julio Maria Sanguinetti, sobre o tema da governabilidade.

E é com expectativa que aguardamos a visita oficial que fará em novembro a Brasília, Salvador, Recife e São Luís o Vice-Presidente Hugo Batalla, que se deverá fazer acompanhar de expressiva delegação de empresários uruguaios, dando continuidade ao projeto de aproximar os estados brasileiros do Norte e Nordeste ao Uruguai e aos demais países do MERCOSUL.

Senhor Ministro,

O Brasil é hoje o principal parceiro comercial do Uruguai. Nosso comércio tem demonstrado nos últimos anos uma grande vitalidade, muito especialmente a partir da entrada em funcionamento da União Aduaneira do MERCOSUL no início de 1995. De fato, o Comércio Brasil-Uruguai atingiu no ano passado a cifra recorde de quase US\$ 1,4 bilhões.

No ano passado, o Brasil absorveu um terço das exportação uruguaias, que atingiram o valor de mais de US\$ 700 milhões, cifra também recorde no comércio bilateral. As exportações uruguaias para o Brasil foram beneficiadas pelos efeitos do Plano Real, que aumentou significativamente o poder aquisitivo do mercado brasileiro.

No primeiro semestre de 1996, o nível da demanda brasileira por produtos uruguaios continuou elevado, um pouco superior ao patamar correspondente ao mesmo período de 1995, absorvendo hoje o Brasil um total de 34,2% das exportações uruguaias. Esses números representam

um aumento de 123% em relação aos do mesmo período de 1994, imediatamente antes da implementação do Plano Real.

Por outro lado, o Brasil forneceu em 1995 quase 25% das importações uruguaias, com vendas no valor de US\$ 689 milhões. A importância atual do mercado uruguaio para o Brasil pode ser ressaltada se comparada ao volume de vendas brasileiras para outros mercados do mundo. Basta dizer que as exportações brasileiras para o Uruguai foram em 1995 superiores às nossas vendas para mercados expressivos da região e mesmo de países industrializados.

O balanço do comércio bilateral Brasil-Uruguai é positivo e encorajador.

O intercâmbio apresenta excelente grau de complementaridade e está praticamente equilibrado, com pequeno saldo em favor do Uruguai funcionando nas duas vidas para o nosso benefício mútuo. Temos de trabalhar para aumentar os fluxos de comércio nos dois sentidos, por meio de um estímulo ao engajamento de nossos empresários no projeto de estreitar cada vez mais os vínculos comerciais e a complementação econômica entre o Brasil e o Uruguai.

Senhor Ministro,

Hoje a Comissão Geral de Coordenação se reúne pela primeira vez em terra uruguaia. A celebração deste encontro demonstra a renovada a vontade política dos Governos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Julio Maria Sanguinetti de aprofundar a dimensão bilateral de nossa convivência, em que são numerosos os temas de interesse comum. Nossa pauta de trabalho está longe de esgotar-se. Sente-se, diante de um mundo em rápida transformação, a necessidade de modernizar os instrumentos de que dispomos para canalizar nosso relacionamento. A celebração aqui em Rivera de um novo Acordo de Cooperação Cultural demonstra o empenho com que estamos enfrentando esse desafio. Com o mesmo ímpeto, estamos

buscando mecanismos de cooperação em novas áreas de interesse para nossos países, como a segurança e a facilitação das atividades empresariais.

Sem perder de vista o conjunto de nossas relações bilaterais, é a zona fronteira que reclama com maior urgência uma modernização de nossos instrumentos de ação. A realização desta reunião na cidade de Rivera pôs em evidência a determinação de nossos Governos de buscar mecanismos mais ágeis e eficientes para atender aos justos anseios de bem-estar e prosperidade das comunidades que vivem ao longo dos quase mil kms de nossa fronteira comum. Por isso estamos empenhados em modernizar e aperfeiçoar nosso instrumento básico de cooperação nessa área, o Estatuto da Fronteira de 1993, para dar maior espaço de atuação e de iniciativa às comunidades fronteiriças, que estão em condições de avaliar conjuntamente suas necessidades e seus problemas e de propor soluções comuns.

Entendo que é coincidente nosso interesse em apoiar e estimular o funcionamento das instâncias bilaterais que temos criado ao longo dos anos, com as Comissões Mistas para o desenvolvimento de zonas fronteiriças, das bacias da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí e os Comitês de Fronteira. São importantes os progressos que temos alcançado na área da proteção ambiental, definindo e programando em reunião técnico-diplomáticas iniciativas de cooperação bilateral. De particular interesse para nossas comunidades fronteiriças são os entendimentos em curso para a próxima implementação do ajuste complementar sobre previdência social, que firmamos em Punta del Este

em dezembro do ano passado.

No campo da interconexão energética, elo essencial de nosso processo de integração, cabe mencionar o acordo para a instalação conjunta de uma estação conversora nesta cidade de Rivera, projeto que contará com financiamento do BID e que deverá ser referendado ainda este mês. O estudo da viabilidade para o grande projeto de interconexão elétrica de alta tensão no eixo San Carlos-Presidente Médici ou Gravataí deverá ampliar ainda mais o leque de opções para a complementação energética entre os dois países.

Na declaração conjunta que firmaram em Brasília em junho de 1995, os Presidentes Julio Maria Sanguinetti e Fernando Henrique Cardoso coincidiram quanto à necessidade de incrementar esforços para obter os resultados perseguidos no âmbito das Comissões Mistas fronteiriças e expressaram seu decidido apoio às iniciativas destinadas a implementar e a ampliar a integração energética entre os dois países. Estamos assim dando cumprimento nesta reunião à vontade de nossos dois povos, tal como traduzida pelos seus máximos representantes.

Senhor Ministro,

Quero reiterar meus agradecimentos pela hospitalidade que recebemos em Rivera, como de resto recebem todos os brasileiros que visitam o Uruguai, e por esta oportunidade de tratar, em clima de diálogo e bom entendimento, a multiplicidade de temas que compõem a densa agenda da amizade Brasil-Uruguai.

Muito obrigado.



Visita oficial do Chanceler do Paraguai

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, a ser proferido na cerimônia de assinatura de atos, por ocasião da visita oficial do Chanceler do Paraguai, Embaixador Rubén Darío Melgarejo Lanzoni, Brasília, 23 de outubro de 1996

A visita que Vossa Excelência realiza ao Brasil é representativa dos sólidos laços de amizade e de cooperação que unem os Governos e os povos paraguaio e brasileiro. Mais do que parceiros e sócios, Brasil e Paraguai estão ligados por tradições, aspirações e objetivos comuns.

As relações entre o Brasil e o Paraguai têm-se beneficiado de notável diversificação. É significativo o fato de que a primeira visita oficial de Vossa Excelência ao Brasil seja marcada pela assinatura de Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, e ainda pela troca dos instrumentos de ratificação do Acordo de Cooperação Militar, assinado em julho de 1995.

O Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, similar aos assinados com os Estados Unidos, o Canadá e a Grã-Bretanha (em 1987), com a Argentina (em 1991), com o Chile, a Colômbia e o Uruguai (em 1993), com a Dinamarca, Venezuela e Austrália (em 1994), com a República Dominicana (em 1995) e com a França (em 1996), reflete tendência que se acentua. Esses serviços diplomáticos contemporâneos, e que obedece a imperativos não só de natureza material, mas sobretudo de ordem

econômica e social. Trata-se de criar condições que permitam aos familiares – sobretudo cônjuges - dos servidores que se encontram no exterior, em missão oficial de caráter permanente, exercer atividades profissionais.

O Acordo de Cooperação Militar, assinado no dia 24 de julho de 1995 pelo Embaixador do Brasil em Exercício e pelo então chanceler paraguaio Luis María Ramírez Boettner, substitui e atualiza o Acordo relativo à Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, de 1948. O presente Acordo permite a retomada de uma colaboração que abrange fins científicos, culturais, tecnológicos e de aperfeiçoamento na área militar. Possibilita, assim, a continuidade da construtiva cooperação militar que o Brasil vem mantendo com o Paraguai nos últimos cinquenta anos, por meio do estabelecimento de um escritório de ligação do Exército Brasileiro, composto por oficiais sob a autoridade do Adido do Exército e subordinados à adidância dessa Força junto à Embaixada do Brasil em Assunção.

Gostaria de valer-me da oportunidade para registrar a recente assinatura, em Assunção, do Acordo sobre o Tráfico Ilícito de Armas, pelo qual os dois países trocarão informações sobre os nacionais ou residentes de um deles que efetuem compra de armas no território do outro, para coibir o tráfico ilícito de armas entre os dois países.

Evoluem, de maneira muito positiva, os entendimentos com vistas à conclusão de acordos de cooperação cultural e educacional, com caráter inovador e dinamizador de iniciativas nessas áreas.

Senhor Chanceler,

Os Acordos já assinados e em vias de sê-lo, aqui referidos, bem indicam a amplitude e a

diversidade de nossa agenda de trabalho, cujo constante desenvolvimento requer o diálogo permanente e aberto entre nossos Governos e nossas Chancelarias. Tenho a certeza de ter em Vossa Excelência interlocutor experiente e qualificado e de que, juntos, poderemos contribuir para uma aproximação cada vez maior entre nossos países.

Brasil-Dinamarca

Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido a sua Alteza Real, o Príncipe Herdeiro Frederik da Dinamarca, Brasília, 30 de outubro de 1996

On behalf of the Brazilian government, it is an honor for me to welcome Your Highness and the members of your delegation to Brasília.

Your visit coincides with an important milestone in our relations, as we celebrate the 50th anniversary of the establishment of the Danish-Brazilian Chamber of Commerce. This is an opportunity for us to take stock of what we have accomplished so far and to set a course for the years to come.

We share with Denmark the values of democracy, justice, and peace.

Your country is viewed as a model of social progress and political stability. Denmark is one of the few countries to contribute one percent of its GNP to foreign aid and development assistance. Its actions regarding the environment, its role in promoting European integration, its pursuit of greater security through an easing of tensions, and its efforts aimed at more effective international cooperation inspire and set an example for the peoples of the world.

Your Highness,

Brazil is in the midst of a process of economic adjustment and stabilization with sustained growth. Your visit comes at a time of renewed hope and enthusiasm, a time of important social progress and concrete economic results such as the reduction and control of inflation, currency stabilization, an increase

in the purchasing power of the population, expansion of productive investment, in the context of an unprecedented opening of our market.

Like Denmark in Europe, Brazil is also engaged in a successful process of integration. MERCOSUL, a customs union comprising a market of some 200 million people, has helped to expand intra-regional and foreign trade and to rekindle the interest of foreign investors in its member countries.

Brazil's sizable economy and growing market, its participation in MERCOSUL, the strength of its political institutions, as well as its global interests have created conditions for us to strengthen traditional partnerships and forge new ones, particularly with long-standing friends such as Denmark.

And we have a sound foundation to build upon. Our relationship extends from the political and economic to the scientific and cultural fields. Your country houses one of the oldest and most important collections of works by Albert Ekhout on colonial Brazil. The collection, donated to King Frederik III by Maurice of Nassau in 1654, was exhibited at the Museum of Modern Art of São Paulo in 1991, under the sponsorship of the Danish government.

Between 1830 and 1840, the famous Danish paleontologist, Peter Wilhelm Lund, ventured through our country and made important findings in the region of Lagoa Santa, in the State of Minas Gerais. Nearly 150 years later, I am pleased to note that you are

reviving the Danish tradition of exploring Brazil, as, in addition to Rio de Janeiro, São Paulo and Brasília, you are also visiting the Amazon region.

I trust your trip to Brazil will provide you with a better understanding of our realities and will help to promote further interest between Danes and Brazilians. Just as bilateral trade and investment levels have increased significantly in recent years, we must also help to bring our peoples closer together. And your presence here today is of great significance.

We welcome each and every opportunity to renew our friendship with the Danish people. We gladly received the visit of Minister Mimi Jakobsen earlier this year. We are honored to have Your Highness here with us, and we hope to be further

honored with a visit from Her Majesty Queen Margrethe II in the near future.

I myself hope to make an official trip to Denmark in the first semester of next year, thus signaling the importance Brazil attaches to our bilateral relations.

And it is in this spirit of further strengthening the bonds of friendship between us that I ask all to raise your glasses to the prosperity and happiness of the Danish people, to the close ties which bind Denmark and Brazil, to the health of Her Majesty Queen Margrethe II and His Royal Highness Prince Henrik, and to the personal happiness and well-being of His Highness Prince Frederick.

Thank you.

III Encontro de Negócios e Marketing do Cone Sul

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do III Encontro de Negócios e Marketing do Cone Sul, Florianópolis, 31 de outubro de 1996

Aceitei com satisfação o convite para participar do III Encontro de Negócios e Marketing do Cone Sul, evento que reputo da maior importância para a difusão do processo de integração suas realizações e perspectivas.

Eventos como o que hoje se realiza em Florianópolis comprovam que o Mercosul há muito deixou de ser um projeto de Governos para tomar-se parte do dia-a-dia das Nações que o integram. Como fenômeno essencialmente político, o Mercosul constitui instrumento a serviço de sociedades democráticas para consecução de seus objetivos mais caros. A democracia está na origem do processo de integração e no seu cotidiano; foi a retomada da normalidade democrática nos quatro Estados Partes que criou o ambiente político propício à superação de rivalidades históricas e ao desenvolvimento de projetos comuns na região: é a vivência democrática que incentiva o crescente engajamento das sociedades civis dos países membros no processo de integração.

Integrar economias nacionais significa, na prática, ampliar mercados e racionalizar processos produtivos. A opção pela integração regional ganha força na medida em que a participação no sistema multilateral de comércio não fornece todas as respostas aos desafios impostos pelo fenômeno da

globalização. Se, por um lado, os avanços obtidos no processo multilateral representam importante garantia contra o recrudescimento do protecionismo, o regionalismo, por sua vez, potencializa capacidades nacionais e funciona como elemento dinamizador das economias. Regionalização e multilateralismo interagem de forma positiva: a primeira metade da década de 90 assistiu à conclusão exitosa da Rodada Uruguai do GATT e, ao mesmo tempo, ao florescimento do regionalismo em iniciativas como a implementação do Mercado Único Europeu, a criação do NAFTA, o lançamento do projeto de Área Hemisférica de Livre Comércio e a criação e consolidação do Mercosul.

A América Latina incorporou cedo o significado e as exigências da globalização, revelando-se capaz de modificar seu paradigma econômico, bem como o próprio conceito de integração. O modelo baseado na substituição de importações - que orientou durante décadas a estratégia de desenvolvimento latino-americana inclusive com relação aos projetos integracionistas-, esgotou-se com o avanço da globalização. Em poucos anos, os países latino-americanos foram capazes de adotar um novo modelo de desenvolvimento nacional baseado na inserção competitiva no mercado internacional, modelo esse em que a integração

regional desempenha papel de especial importância. Hoje, para esses países, a participação nos foros multilaterais e a construção dos processos regionais são vertentes que mutuamente se estimulam.

É no contexto dessa redefinição do processo integracionista latino-americano que surge o Mercosul. Do ponto de vista econômico, o Mercosul teve como premissa básica a convergência dos objetivos de políticas econômicas praticadas por seus membros, fundadas na abertura comercial, na busca de estabilidade e no aumento da competitividade, elementos centrais do novo paradigma da globalização. Ao implementar-se, o Mercosul contribuiu decisivamente para o aprofundamento e a aceleração das reformas em cada Estado Parte e reforçou por intermédio dos compromissos gerados no processo de integração, a credibilidade das políticas nacionais de abertura.

A análise dos compromissos firmados no processo de integração, bem como de seus resultados econômico-comerciais, revela que o Mercosul não constitui uma estratégia de proteção, mas de inserção. A Tarifa Externa Comum, implementada a partir de 10 de janeiro de 1995 representou um aprofundamento do processos nacionais de liberalização comercial. No caso ao Brasil, a média tarifária passou de 58% em 1989 - ano que antecedeu o início da reforma tarifária - para 13,5%, em 1994, e para 12,6% a partir da adoção da Tarifa Externa Comum. Além disso, no Mercosul, a redução tarifária representada pela implementação da TEC foi acompanhada pelo desmantelamento de instrumentos não-tarifários de proteção, os quais impunham o fechamento total de certos segmentos, como o automotivo. O mesmo esforço não foi empreendido por outras regiões do mundo. Trata-se aqui de uma demonstração inequívoca do comprometimento do Mercosul com as disciplinas multilaterais.

Desde a assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991, o Mercosul deu mostras de grande capacidade de geração de comércio tanto entre seus Estados Partes, como no intercâmbio com

terceiros países ou blocos. A liberalização comercial intra-zona, que hoje alcança 95% dos fluxos comerciais no Mercosul, não coibiu o significativo crescimento das importações extra-zona, que saltaram de US\$ 25,06 bilhões, em 1990, para expressivos US\$ 55,16 bilhões, em 1995 (observações que talvez soem redundantes para os que acompanham o grande debate interno sobre a questão do déficit comercial brasileiro).

O extraordinário crescimento dos intercâmbios tanto intra quanto extra-Mercosul, e o resultado da grande capacidade dos agentes econômicos de aproveitar as oportunidades criadas pela definição de um marco regulatório favorável por parte dos Governos. O crescimento do comércio intra-Mercosul, que passou de US\$ 4,2 bilhões, em 1990, para US\$ 14,3 bilhões, em 1995, é um fenômeno que se pode encontrar em todos os processos de abertura regional. Geralmente conhecido como “efeito integração”. O que se deve aqui enfatizar é que, apesar das especificidades da demanda regional os setores produtivos que detêm competitividade no plano regional tendem a ser os mesmos que a possuem no plano internacional. A análise da pauta exportadora brasileira demonstra significativa similitude entre os principais setores exportadores para, por exemplo, o Nafta e o Mercosul em 1995: máquinas e equipamentos (18% das exportações para o Mercosul e 20,7% para o Nafta), produtos siderúrgicos (7,3% para o Mercosul e 13,2% para o Nafta) e papel e celulose (4,6% para o Mercosul e 5,8% para o Nafta).

O caso do setor automotivo é, nesse sentido, exemplar. Passou da proibição total de importações à abertura atual simultaneamente com um processo de reestruturação que exemplifica o processo de ajuste ao mercado ampliado. Esse ajuste implicou racionalizar a produção, redefinir a política de lançamento de modelos e a redistribuição espacial dos investimentos, com vistas ao atendimento do mercado externo e da crescente demanda interna do Mercosul - resultado do êxito com que os Governos

vêm aplicando programas de estabilização econômica. Registre-se que o setor automotivo é item fundamental na pauta de exportação brasileira não só para o Mercosul como também para os demais países latino-americanos (15,3 % das exportações para os países da ALADI não-membros do Mercosul), em cujos mercados o Brasil não goza de preferências, o que é revelador da qualidade e competitividade do produto mesmo fora de um esquema integracionista. O fenômeno da reestruturação do setor automotivo pertence à essência mesma da formação de uma União Aduaneira: nesse contexto, políticas até então individuais passam a ter um sentido mais globalizante.

O Mercosul pratica hoje, comprovadamente, um regionalismo aberto, estratégia em perfeita consonância com os objetivos de liberalização e incremento do comércio mundial. Ao mesmo tempo em que forma e consolida um espaço econômico ampliado. O Mercosul busca a intensificação do comércio com seus principais parceiros, em uma perspectiva mundial: promove a negociação de acordos de livre comércio com seus vizinhos sulamericanos, participa ativamente do exercício de negociação da Área de Livre Comércio das Américas, dedica-se à criação de uma futura Associação Inter-Regional com a União Européia e aprofunda o diálogo com interlocutores, como o Japão, a Índia, a CEI, a CER (Austrália e Nova Zelândia) e a SADC. Os acordos de livre comércio já firmados com o Chile e a Bolívia são a pedra de toque dessa política, uma vez que já dão dimensão concreta ao discurso do Mercosul.

O Mercosul busca uma expansão horizontal com a convicção de que o nível de coesão alcançado pelos quatro é suficientemente forte para que a agenda externa não comprometa o projeto de construção de um Mercado Comum. Em nenhum momento pretende o Mercosul esgotar-se na dimensão do livre comércio. Para tanto, deverá fazer acompanhar a expansão horizontal com um projeto claramente definido de aprofundamento vertical, a

ser desenvolvido em etapas. Na primeira, almeja-se definir, já na reunião do Conselho do Mercosul prevista para dezembro, em Fortaleza, instrumentos comuns de defesa da concorrência, defesa do consumidor, práticas desleais de comércio, salvaguardas. Na segunda, intensificar-se-ia o esforço negociador em terrenos como serviços, compras governamentais, temas trabalhistas, meio ambiente e infraestrutura.

Todos esses elementos são importantes para manter a coesão do bloco e preparar o Mercosul do século XXI. O exemplo de sucesso dado pelo setor automotriz poderá reproduzir-se em muitos outros ramos da economia se para tanto se aproveitarem as vantagens da expansão do mercado e da reestruturação produtiva. Ao mesmo tempo, o Mercosul tende a crescer como pólo de atração de investimentos e, como tal, a incorporar as novas tecnologias necessárias a manutenção e ao aumento dos níveis de competitividade.

A própria existência do Mercosul é vista hoje pelos empresários externos como um fator de grande peso em suas decisões de investir no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Isso se dá não somente em virtude da ampliação do mercado, mas igualmente pelo fato de que processo de integração proporciona maior credibilidade internacional às políticas nacionais de estabilidade e abertura desenvolvidas por seus membros.

Nesse contexto, o papel dos Governos é essencialmente o de manter regras do jogo estáveis e aperfeiçoar o funcionamento dos mecanismos de mercado. Estamos rapidamente construindo uma “marca Mercosul”, capaz de impor-se nos mercados regionais e internacionais. Essa marca - que não é simplesmente um símbolo, mas a expressão de um processo sólido e eficiente - tem a capacidade de gerar negócios e de chamar a atenção para nossas potencialidades.

Enfrentamos uma agenda multifacetada, onde a sintonia Governo-setor privado deve estar presente em todos os esforços de aprofundamento da

integração. Estamos convencidos de que somente essa sintonia permite identificar e enfrentar com rapidez os pontos de estrangulamento do processo, tanto em termos de infra-estrutura física quanto de funcionamento institucional.

A construção do Mercosul torna cada vez mais nítida a convergência dos Estados Partes em torno do objetivo de desenvolvimento econômico

com justiça social, bem como das maneiras de alcançá-lo. Não há dúvida de que o Mercosul tem a capacidade de exponenciar os projetos nacionais dos países que o compõem. Na medida em que avança o processo de integração e aprofundam-se os laços políticos e econômicos entre os Estados Partes, o Mercosul torna-se cada vez mais um instrumento de mobilização da sociedade nos quatro países.

Encerramento do 3º Congresso de Marketing e Negócios

Discurso do Presidente da República na sessão de encerramento do 3º Congresso de Marketing e Negócios, Organizado pelo Fórum de Integração do Cone Sul, Florianópolis, 1º de novembro de 1996

Foi com grande prazer que aceitei o convite para participar da sessão de encerramento deste encontro, que reuniu representantes dos meios político e empresarial do Cone Sul. Alegro-me também de ver aqui a meu lado os Presidentes Carlos Menem e Juan Carlos Wasmosy, prova da união das lideranças políticas de nossa região em torno do objetivo maior da integração do Cone Sul.

Grande parte do público aqui presente é composta de especialistas em marketing, pessoas que conhecem o valor de uma marca e sabem que o nome MERCOSUL tornou-se um rótulo de sucesso. O nome MERCOSUL vem sendo tão difundido e conhecido, em cada um de nossos países e no exterior, que tendemos a considerá-lo como parte de nossa realidade econômica há muito tempo. Esquecemos, muitas vezes, de que o MERCOSUL é uma construção relativamente recente, que data de março de 1991.

Um nome não se consolida em espaço tão curto de tempo sem que esteja associado a uma iniciativa bem-sucedida. E isto podemos dizer do MERCOSUL sem qualquer hesitação.

Foi extraordinário o percurso que fizemos. E não me refiro aqui, unicamente, às conquistas no plano estritamente comercial, por mais significativas que tenham sido, já que permitiram a multiplicação por

cinco do comércio entre os países membros nos últimos anos, bem como a negociação de acordos entre o MERCOSUL e outros parceiros comerciais como o Chile, a Bolívia e a União Européia.

Talvez mais importante, talvez nossa maior vitória esteja no fato de que estão lançadas as bases de uma verdadeira “cultura da integração” no Cone Sul, que agora se estende a toda a América do Sul. Ela está enraizada em nossas sociedades; permitiu que superássemos antigas rivalidades e que passássemos a ver no cenário externo enorme campo de oportunidades.

Esta “cultura da integração” só poderia florescer entre sociedades democráticas como são hoje as nossas. Vemos, no MERCOSUL, a democracia e a integração como elementos indissociáveis. Isto é uma garantia de que as condições políticas que deram origem aos êxitos comerciais do presente estarão asseguradas também no futuro.

A percepção de que o destino de cada um de nossos países está intimamente ligado ao de nossa região vale não apenas para o MERCOSUL ou para o Cone Sul, mas também, e de forma crescente, para o conjunto da América do Sul. A visão de uma América do Sul efetivamente integrada passou a fazer parte de forma definitiva do horizonte de

planejamento, das decisões, da estratégia de cada um dos Governos dos países da região.

O êxito do Mercosul enquanto arquitetura institucional para a expansão do comércio se explica em grande parte pela existência, no mais alto nível, de vontade política para levá-lo adiante.

Sem esse ingrediente vital, não há projeto de integração que possa ser bem conduzido, porque é a vontade política, e só ela, que permite perseverar nos objetivos traçados e resistir às pressões pela proteção deste ou daquele setor.

Vontade política — sólida porque democrática, reflexo do que queriam nossas sociedades — nunca nos faltou para que pudéssemos ter construído, com o MERCOSUL, um marco jurídico político e regulatório favorável à expansão do comércio de seus membros e plenamente compatível com as regras da Organização Mundial de Comércio.

Quero ressaltar a importância deste ponto: o MERCOSUL é um projeto de integração aberto, que não exclui os vínculos com parceiros de outras regiões, que tem por objetivo criar fluxos adicionais de comércio e investimentos num espaço econômico ampliado. É um instrumento com que contam os países membros para poderem se inserir plenamente, em condições de maior competitividade, no processo de globalização econômica.

A vontade política que impulsionou o MERCOSUL até o presente continuará a prevalecer. Que estejam todos os aqui presentes seguros disto.

Aprofundaremos verticalmente os compromissos de integração, consolidando aqueles já firmados e estendendo-os para outras áreas como a interconexão de infra-estrutura, a circulação de pessoas e serviços.

Iremos além da atual etapa de União Aduaneira. Nosso objetivo, conforme determina o próprio Tratado de Assunção, é e permanece o de alcançarmos um estágio mais avançado no processo de integração, o de construirmos um verdadeiro mercado comum. Desse objetivo não nos

desviaremos.

Queremos também expandir o MERCOSUL horizontalmente, no sentido de estabelecer acordos de livre comércio ou de associação com outros países vizinhos e dentro do hemisfério, assim como com outros esquemas de integração como a União Européia. O MERCOSUL evoluirá fiel à concepção que o inspira de regionalismo aberto.

O sucesso do MERCOSUL dependerá cada vez mais da capacidade de nossas sociedades de aproveitarem as oportunidades criadas. Isto já está ocorrendo de forma admirável, mas é preciso que elas se aproximem ainda mais.

Chegarmos a uma etapa mais avançada da integração, a de um verdadeiro mercado comum, exigirá uma interação crescente, em diversos níveis, entre nossas sociedades. A agenda social do MERCOSUL tenderá a ganhar peso, incluindo questões como relações trabalhistas e emprego; harmonização de regulamentos ambientais, de currículos escolares — com vistas à futura possibilidade de livre exercício das profissões nos países membros; facilitação de trâmites judiciais, entre outros.

Os Governos criaram e estão aperfeiçoando a moldura jurídico-institucional do MERCOSUL. Dar-lhe expressão concreta, em termos de geração de maior riqueza, será cada vez mais uma tarefa dos agentes econômicos, da iniciativa privada.

Por isto, entidades como o Fórum para a Integração do Cone Sul e eventos como este Congresso são importantes. Por isso fiz questão de prestigiá-lo com minha presença, assim como os demais Presidentes que aqui estão. De uma certa forma, é uma maneira de mostrarmos que uma iniciativa da envergadura do MERCOSUL depende do trabalho conjunto de Governo e sociedade.

Aos representantes dos diversos setores privados, peço que contribuam com os Governos para o sucesso do MERCOSUL. Que dêem sugestões para aperfeiçoar as instituições e as regras com que contamos.

Que identifiquem lacunas em que se faça necessária a ação governamental.

O marketing é uma ferramenta essencial para que uma marca se firme, para que, em meio a um volume vastíssimo de informações, o público retenha uma mensagem, um conceito.

Comprem o nome MERCOSUL. Juntos, Governo e sociedade, continuaremos a consolidá-lo como símbolo de nossa capacidade de bem encaminharmos o processo de integração de nossas economias e de nossos povos.



Cerimônia de Comemoração do Cinquentenário da Unesco

Discurso do Ministro de Estado da Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Cerimônia de Comemoração do Cinquentenário da Unesco, Brasília, 4 de novembro de 1996

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e do Desporto;

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal;

Excelentíssimo Senhor Representante Permanente da UNESCO;

Excelentíssimo Senhor Secretário-Executivo do Ministério Comunicações;

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

Magnífico Reitor da Universidade de Brasília;

Excelentíssimos Senhores Parlamentares;

Excelentíssimos Senhores Embaixadores;

Senhoras e Senhores,

Com esta cerimônia, o Governo brasileiro junta-se à Comunidade internacional para celebrar os 50º aniversário da UNESCO. O Brasil comemora, hoje, 50 anos de bom e contínuo relacionamento com a Organização, de uma cooperação ampla e diversificada. O fato de termos quatro cidades - Ouro Preto, Olinda, Brasília e Salvador – consideradas patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, faz da Organização referência presente na vida brasileira.

Há um ano atrás, na qualidade de Chefe da Delegação Brasileira à vigésima oitava sessão da Conferência Geral da UNESCO, o Ministro Paulo

Renato observou que as celebrações deveriam incluir, além das festividades, uma avaliação das dificuldades encontradas ao longo desse tempo.

Falou, também, da necessidade de que “comemorações e ponderações se cobrem, de modo a produzir um genuíno impulso que contribua para o contínuo aperfeiçoamento da Organização”.

O Brasil, como Estado Membro fundador, tem buscado vender e valorizar a mensagem ética e política do Ato Constitutivo da UNESCO, que realça a “construção da Paz” no espírito dos Homens e o estabelecimento de uma verdadeira “solidariedade moral e intelectual da humanidade”.

Elaborados com o objetivo de erradicar a “incompreensão mútua dos povos” que havia resultado no genocídio da Segunda Guerra Mundial, os princípios consagrados na Carta da UNESCO foram aperfeiçoados e amadurecidos mesmo sob o conflito ideológico da Guerra-Fria. Essa evolução histórica atesta o seu valor permanente e universal. Os princípios indicam caminhos para a resolução de algumas das grandes questões que figuram na Agenda Internacional contemporânea e, ao mesmo tempo, constituem desafios específicos para inúmeros Estados Nacionais.

No caso do Brasil, que vem procurando enfrentar problemas como a exclusão social, a

degradação ambiental e o tráfico de drogas, é importante que aqueles princípios sejam aplicados com vistas à consolidação de um novo conceito de desenvolvimento que, além dos aspectos ecológicos, contemple também uma dimensão humanística. Foi nesse sentido que o Governo brasileiro apresentou ao Conselho Executivo a proposta de criação de um “Foro Internacional de Ação Solidária” destinado a congregar, no âmbito da UNESCO, pessoas responsáveis por iniciativas bem sucedidas na área de combate à pobreza.

O Governo brasileiro, através da Delegação Permanente junto à UNESCO, tem procurado unir-se a todas as iniciativas de valorização da dimensão intelectual da Organização. Quero mencionar, nesse contexto, a participação do Brasil na Comissão Internacional sobre Cultura e Desenvolvimento e o lançamento, em 1994, da iniciativa de criação do “Centro de Pensamento Crítico da América Latina e Caribe”, com o objetivo de propiciar reflexão sobre grandes temas de interesse regional, a partir de uma perspectiva cultural.

Atribuimos grande relevância à decisão do Diretor-Geral de designar o Escritório de Brasília como representação da UNESCO junto ao MERCOSUL. O Brasil reconhece a importância da UNESCO no processo de integração regional, em particular na área da cultura, e o papel da Organização no lançamento da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, traduzido na criação, no âmbito do Secretariado, do posto de coordenador dos países lusófonos.

O Brasil tem contribuído ativamente para a implementação de instrumentos jurídicos importantes gerados no âmbito da Organização, como o caso da Convenção do Patrimônio Mundial, da Convenção sobre o Homem e a Biosfera e do Tratado da Convenção Oceanográfica Internacional.

Nossa participação nos diversos Comitês de

coordenação é prova da importância que atribuímos à UNESCO. Mas é preciso estabelecer prioridades claras dentro de cada uma das quatro grandes áreas definidas pela Conferência Geral: educação, ciência, cultura e desenvolvimento, e comunicação e informática.

Para que o nível da participação brasileira possa ser mantido, cabe atualizar dois importantes canais de cooperação entre o Brasil e a UNESCO, quais sejam, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura -IBECC, e o Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Cultural, de 1982.

Por isso já estamos procedendo à atualização das cláusulas do Acordo, hoje envelhecidas em razão das transformações experimentadas pelo Brasil nos últimos anos. Da mesma forma, é cada vez mais urgente proceder a revitalização do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura -IBECC.

Criado em 1946, em obediência a dispositivo contido no Tratado da UNESCO, o Instituto sofre uma vinculação excessiva a fontes governamentais. O objetivo da reforma proposta pelo Itamaraty é dar-lhe maior autonomia administrativa e financeira e uma maior agilidade no desempenho de suas tarefas enquanto Comissão Nacional para a UNESCO.

Mas essa autonomia não deverá resultar em prejuízo de sua vinculação política ao Governo, enquanto órgão auxiliar da execução da .

Senhoras e Senhores,

Ao reafirmar o compromisso brasileiro com os princípios e objetivos que levaram à criação da UNESCO, quero expressar a minha confiança em que os próximos cinquenta anos da Organização serão tão significativos para forjar um maior entendimento entre os povos do mundo quanto este primeiro meio século de sua existência.

Muito obrigado.

Abertura do ciclo de palestras sobre a política exterior do Brasil

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, na abertura do ciclo de palestras sobre a política exterior do Brasil, promovido pela Universidade de Brasília e pela Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 5 de novembro de 1996

Pelo terceiro ano consecutivo, a Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores, promove, com o Centro de Intercâmbio e Programas Internacionais do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, o ciclo de conferências sobre a política exterior do Brasil.

Ao abrir o III Ciclo, gostaria de agradecer à UNB pela oportunidade de apresentar e discutir as grandes linhas da diplomacia brasileira. Farei uma apresentação sucinta da que vem sendo posta em prática pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, situando-a em seus contextos mais importantes e procurando mostrar-lhes como a nossa diplomacia busca fazer a ponte entre o interno — isto é, as características e objetivos políticos, econômicos e sociais do Brasil — e o externo, entendido como a presença e atuação do País nos cenários regional e mundial.

O exercício da brasileira é constantemente aperfeiçoado e atualizado em função das transformações que ocorrem nesses dois planos — no Brasil e no mundo. É preciso, portanto, que tenhamos uma noção clara da natureza e extensão dessas mudanças, para que a relação a ser estabelecida pela diplomacia entre estas duas esferas reverta em benefício concreto para o

desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Há uma ou duas décadas, quem ousasse antecipar as transformações que, no final dos anos 80 e início dos anos 90, alterariam tão profundamente o mundo e as relações internacionais, certamente seria visto como um ingênuo ou irrealista. Nós, os diplomatas, bem como os senhores, estudiosos das relações internacionais, surpreendemo-nos com a natureza e a velocidade das mudanças. Antes prevalecia uma ordem mundial rigorosamente determinada por divisões político-ideológicas e econômicas quase sempre intransponíveis. Norte e Sul, Leste e Oeste eram referências precisas na geografia política mundial, em uma concepção estática que tornava automática e cômoda a concepção do mundo, do nosso papel e das nossas prioridades e limitações.

Hoje, isso mudou radicalmente. Uma revolução democrática varreu o mundo, começando pela América Latina, e a imensa maioria dos povos passou a viver sob regimes democráticos, com maior transparência e melhor representatividade das instituições e processos políticos.

Uma revolução econômica se operou, por força do esgotamento dos modelos autárquicos prevalecentes nos anos 50 a 70, e hoje grande parte dos países adota sistemas econômicos baseados na

liberdade de mercado, buscando integrar-se competitivamente com seus vizinhos e na economia global.

Também ocorreu uma revolução de comportamento dos Estados, com a crescente universalização de regras de convivência política e econômica regulando áreas tão distintas quanto a não-proliferação de armas de destruição em massa, o comércio internacional de bens e serviços, a promoção dos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental.

Embora não tenham desaparecido as desigualdades e as diferenças de poder nacional e de bem-estar social entre países e regiões do mundo, é inegável que as antigas clivagens ideológicas perderam apelo e eficácia.

Parece definitivamente fechado o caminho do isolamento, da autarquia, das opções à margem da estrada principal por onde correm as relações internacionais — à margem da democracia, da liberdade econômica, da participação nos esquemas de integração regional e livre comércio, da busca constante de credibilidade e confiabilidade na relação tanto com parceiros desenvolvidos quanto com parceiros em desenvolvimento. Há um custo claro e intolerável na marginalidade e no nacionalismo xenóforo, e esse custo se expressa não apenas em termos políticodiplomáticos, mas também em termos econômicos e sociais.

Aspectos básicos da vida dos Estados soberanos, como a atividade econômica, o nível de emprego, a competitividade dos seus produtos nos mercados externos e nos seus próprios mercados — todos eles aspectos que têm impacto sobre o nível de bem-estar, a estabilidade política e a estabilidade econômica e, naturalmente, sobre a própria soberania em sentido mais amplo — passaram a ter um grau muito maior de incidência de fatores internacionais. O mundo ganhou uma dimensão que antes não tinha no âmbito interno dos países.

Mais do que se preocupar com a sua auto-preservação diante das ameaças militares externas,

os Estados tendem hoje a concentrar seus esforços no jogo das forças econômicas, conscientes de que a soberania, o poder nacional e a capacidade de influência se ampliam com o fortalecimento da economia e dos indicadores sociais.

Uma sociedade mal integrada e com baixo desempenho econômico é muito mais susceptível de ser afetada por problemas como o narcotráfico, o terrorismo, o crime organizado e a corrupção, subprodutos de um mundo em que se acirram fatores desencadeadores dessas distorções.

A diplomacia que o Governo Fernando Henrique é chamado a exercer deve ser uma resposta a mais completa possível a essa nova realidade internacional e aos imperativos internos brasileiros, valendo-se obviamente das condições mais favoráveis que temos hoje para melhor inserir-nos em nossa região e no mundo.

A diplomacia defende e projeta no exterior os interesses nacionais.

Mas ela não cria interesses, nem pode projetar o que não existe. O país que se encontra por trás da diplomacia é o único elemento a partir do qual ela pode operar. Por isso, a diplomacia só poderá responder adequadamente às transformações do cenário internacional se essas transformações forem, de alguma forma, internalizadas pelo país e aproveitadas de acordo com os nossos interesses e necessidades.

A diplomacia de um país como o Brasil opera necessariamente a partir de um patrimônio diplomático. Ela não admite mudanças irrefletidas ou bruscas, nem barganhas voltadas para o curto prazo, nem jogos de cena ou buscas irrealistas de prestígio.

Temos um sólido patrimônio político construído com os diferentes grupos de países com os quais nos relacionamos, temos uma tradição de atuação equilibrada e amadurecida nos foros multilaterais. Temos também interesses claros como grande país continental, com uma economia cada vez mais dinâmica e integrada ao exterior.

Nossa diplomacia é universalista e não-excludente. Essa é uma característica que deriva da própria inserção internacional do Brasil, um país com relações equilibradas entre quatro grandes pólos — a Europa, a América do Norte, a América Latina e a Ásia. Buscamos reforçar ou criar parcerias com base em interesses concretos e naturais, no seu impacto no nosso nível de atividade econômica, e no seu papel na configuração de uma rede de presença internacional do Brasil.

Os limites de nossa ação diplomática serão os limites dos nossos próprios recursos. Sua principal referência é o princípio de que é importante para o Brasil assumir, nas suas relações com o resto do mundo, um lugar condizente com as suas dimensões e com as suas características de grande país em desenvolvimento.

São muitos os exemplos de ações que temos promovido para tornar palpáveis essas diretrizes. Quase dois anos de do Governo Fernando Henrique Cardoso são suficientes para mostrar o grau em que praticamos a dialética que se consagrou na nossa história diplomática: a renovação combinada com a continuidade. A lista sucinta que apresento a seguir é exemplificativa e não exclui outras áreas de atuação e prioridades da nossa .

Diplomacia Presidencial

A diplomacia promove os interesses do país no exterior por diversos meios — as nossas Embaixadas, as missões especiais, as viagens do Chanceler e outros altos funcionários, as missões empresariais e, evidentemente, as viagens presidenciais.

As viagens internacionais do Presidente Fernando Henrique Cardoso não são apenas o exercício, pelo Brasil, da diplomacia de Chefes de Estado e Governo, característica das relações internacionais nas últimas décadas e uma prática hoje comum entre os Estados. Elas traduzem também uma estratégia deliberada de nos valermos dos encontros de cúpula, com sua capacidade única de mobilizar

meios governamentais, a imprensa e a opinião pública, para promover uma atualização da presença externa brasileira no mundo. Essa atualização se faz ainda mais necessária se pensamos nos desenvolvimentos positivos que o Brasil vem tendo, os quais devemos apresentar à comunidade internacional.

O programa de viagens presidenciais é coerente com as prioridades da do Governo. Com sentido de equilíbrio e de abrangência, vamos cobrindo o universo das relações exteriores do Brasil — na América do Sul, na América do Norte, na Europa e na Ásia, proximamente na África e no Oriente Médio.

Os resultados que temos colhido são, na minha avaliação, muito favoráveis. Basta citar os países visitados pelo Presidente nestes quinze meses para se ter uma idéia da importância desse projeto de diplomacia presidencial: Chile, Estados Unidos, Portugal, Alemanha, Bélgica e União Européia, China, Malásia, Índia, México, Japão, Argentina e França, sem contar as posses presidenciais e reuniões multilaterais em que temos estado ativamente presentes. O Brasil hoje é respeitado e olhado com interesse no exterior, não apenas porque temos uma nova realidade política e econômica aqui dentro, mas porque temos sabido promover essa realidade junto aos nossos principais parceiros, valendo-nos da habilidade, da experiência e do interesse diplomático do presidente da República.

Proteção aos nacionais brasileiros no exterior

Talvez o dado mais novo para a diplomacia brasileira nestes últimos tempos seja o da imigração brasileira ao exterior. Em países fronteiriços ou em países desenvolvidos, o contingente de brasileiros que vive temporariamente ou em bases definitivas no exterior aumentou consideravelmente, alcançando hoje perto de 2 milhões de cidadãos. A eles se agrega um número crescente de turistas, estudantes e empresários, levados ao exterior pela estabilidade da moeda brasileira e pelas oportunidades que se abrem fora do país.

A proteção ao nacional no exterior é tradicionalmente uma das atribuições básicas da diplomacia, ao lado da representação, da negociação e da informação. Para a diplomacia brasileira, nunca houve uma situação comparável. Além da demanda por serviços cartoriais prestados pela rede consular, aumentam as necessidades de apoio consular a brasileiros e de incentivo à organização das comunidades brasileiras fora do país. Temos respondido a esses novos desafios através do fortalecimento da nossa rede consular e de fórmulas criativas, como os Consulados Itinerantes, as cartilhas consulares e os Conselhos de Cidadãos — formas de levar ao cidadão brasileiro no exterior a presença do Estado brasileiro e os serviços e a participação a que esse cidadão tem pleno direito.

União Européia

A Europa tem sido tradicionalmente, em conjunto, o mais importante parceiro econômico e comercial do Brasil, responsável por cerca de 30 por cento do nosso comércio exterior e por algumas das mais importantes parcerias individuais do Brasil no mundo, como é o caso da Alemanha, da Grã-Bretanha, da França e da Itália. Embora a Europa tenha perdido algo de sua posição relativa no comércio exterior brasileiro e nos investimentos no Brasil, ela constitui uma das bases do equilíbrio que caracteriza nossa inserção no mundo.

Esse é um dos fundamentos da política européia que temos seguido e que encontra seu melhor exemplo na viagem presidencial à Alemanha, em setembro de 1995, e na visita à França, em maio passado. Outras iniciativas semelhantes obedecem à preocupação de manter a Europa como grande parceiro econômico, comercial e tecnológico do Brasil. Entre elas, ressalta o nosso compromisso firme com progressos nas negociações entre o Mercosul e a União Européia, ao amparo do Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional, com vistas a criar futuramente uma área de livre comércio entre os dois agrupamentos regionais.

Temos reiterado enfaticamente a necessidade de dar caráter operacional ao Acordo, iniciando um mapeamento e um inventário das áreas e questões que deverão ser cobertas pelas negociações. Nosso objetivo é criar um processo paralelo de negociação entre a integração hemisférica e a aproximação União Européia-Mercosul. Nosso interesse é evitar que os progressos que já temos feito na ALCA — Área de Livre Comércio das Américas — possam de alguma forma alterar em nosso desfavor a situação de relativo equilíbrio do nosso comércio internacional, retirando da Europa a condição de nosso principal parceiro comercial, desviando correntes de comércio e concentrando no Hemisfério a maior parte das nossas relações econômicas externas.

Estados Unidos

Mesmo tendo em conta a perda relativa do poder econômico e político norte-americano ao longo dos últimos 50 anos, as relações com os Estados Unidos continuam sendo um dos principais eixos da brasileira. Os EUA são o principal parceiro individual do Brasil e hoje a única potência com real capacidade política e estratégica global. É indiscutível a importância para o Brasil do diálogo político e do intercâmbio econômico-comercial e tecnológico com os Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, cresce a consciência de que esse interesse é uma via de duas mãos, a ser trilhada na base do respeito e com uma abordagem construtiva e positiva.

A visita presidencial aos Estados Unidos, em abril de 1995, serviu ao propósito de redimensionar essa parceria tradicional do Brasil, com base em novos elementos do cenário interno brasileiro: a estabilização, a abertura econômica, as reformas, o crescimento, a consolidação da nossa credibilidade. Ampliamos e avançamos nossa agenda com os Estados Unidos, o que mostra o compromisso dos dois Governos de trabalhar ativamente pelo fortalecimento do intercâmbio e pela solução das diferenças que naturalmente aparecem em um

relacionamento da densidade e complexidade do nosso.

As relações bilaterais se encontram hoje, no entanto, livre de grandes diferendos. Nossa agenda, mais do que positiva, é afirmativa, no sentido de que existe uma preocupação constante em construir sobre os aspectos positivos que vão compondo o universo das relações.

Ainda assim, temos defendido de maneira firme que os Estados Unidos concedam contrapartidas às oportunidades comerciais e de investimentos que têm tido no Brasil, graças à abertura econômica, à ampliação do nosso mercado e à desestatização. Temos buscado, por exemplo, o levantamento de barreiras protecionistas que continuam a afetar alguns importantes produtos da nossa pauta de exportação para aquele país.

Mercosul

O Mercosul é o símbolo do grande avanço qualitativo que as relações do Brasil com os países do Prata tiveram a partir da década de 80, quando o propósito da cooperação e da parceria substituiu a competição nas relações entre os dois maiores sócios do empreendimento, a Argentina e o Brasil.

O Mercosul é área prioritária da brasileira. Mais do que isso, já se consolidou como um instrumento de política econômica para cada um dos seus Estados-membros. Continuamos a trabalhar pela consolidação da União Aduaneira e a promover as bases para um relacionamento mais amplo entre o Mercosul e outros países ou grupos de países. Começamos com a União Européia, através do acordo de cooperação econômica firmado em dezembro último em Madri.

Estamos atuando também no sentido de chegar a acordos de liberalização comercial entre o Mercosul e outros países da nossa região.

O primeiro exemplo é o do Chile, cujo acordo de associação ao Mercosul entrou em vigor no início de outubro passado. Há menos de um mês, concluímos as negociações para a assinatura do

acordo com a Bolívia.

Pouco a pouco, o Mercosul vai completando o seu caráter de nova realidade econômica e política na América do Sul — um dos núcleos a partir dos quais será possível ampliar a integração hemisférica.

Além de ter tido um impacto impressionante sobre o comércio entre os seus quatro integrantes, que se multiplicou por quatro nos últimos cinco anos, e de apoiar-se no caráter democrático dos países que o compõem, o Mercosul firma-se, portanto, como um importante reforço à identidade e à projeção externa dos países que o compõem.

América Latina

Estamos ampliando a nossa parceria com nossos vizinhos latino-americanos, dando ênfase à interconexão física e à cooperação fronteiriça com esses países, o que responde a um interesse concreto cada vez maior dos agentes econômicos e da sociedade em geral.

A América Latina volta a ocupar hoje, com vantagens, o lugar de destaque que teve em nosso comércio exterior no final dos anos 70 e início dos 80. Hoje, esse comércio é maior ainda, mais diversificado e mais equilibrado, permitindo exportações de produtos de maior sofisticação tecnológica e a geração de empregos de elevada qualificação.

Um dado a reter é que hoje a Argentina já é o nosso primeiro fornecedor de petróleo, com uma média de 135 mil barris diários no primeiro semestre, o que revela uma alteração substancial no perfil de nossos fornecedores de petróleo. As visitas presidenciais ao Chile e à Venezuela, em 1995, ao México, em fevereiro último, e à Argentina, em abril, respondem a essa diretriz de intensificar ainda mais o intercâmbio e a cooperação bilaterais com países da nossa região.

A vertente multilateral, de integração no âmbito do Mercosul, não substitui nem exclui a vertente dos relacionamentos bilaterais com todos e cada um dos países latino-americanos — inclusive,

individualmente, com os nossos três sócios do Mercosul. A dimensão bilateral e multilateral se integram perfeitamente, fortalecendo-se e contribuindo para que a América Latina consolide a sua posição como um dos quatro grandes blocos de relacionamento externo do Brasil, ao lado do NAFTA, da União Européia e da Ásia.

Integração hemisférica

O Brasil tem participado das reuniões de seguimento da Cúpula das Américas animado do mesmo espírito construtivo que orientou a nossa participação em Miami, em dezembro de 1994.

Para nós, fortalecer as relações interamericanas sobre a base de um expressivo crescimento do comércio e dos fluxos de investimentos intra-regionais constitui um instrumento insubstituível no marco mais amplo de uma melhor inserção da economia brasileira na economia internacional.

A realidade de que estamos partindo é complexa, mas extremamente favorável. A Organização Mundial do Comércio nos dá uma estrutura de regulação e liberalização do comércio já em pleno funcionamento e em processo de aperfeiçoamento. Os arranjos sub-regionais de integração ou liberalização do comércio já são importantes focos de interação econômica.

Mas essa realidade complexa que nos permite ser otimistas sobre a integração hemisférica aconselha-nos uma abordagem cuidadosa do processo. Queremos evitar expectativas irrealistas ou temores que possam ser nocivos ao processo a mais longo prazo. Queremos avançar com cautela e sentido de responsabilidade em áreas onde não existe consenso.

E queremos estar certos de que os processos unilaterais de abertura e reforma econômica, que têm sido a dominante na nossa região, estão se consolidando.

Em suma, queremos evitar uma exposição precoce da economia brasileira e um segundo choque de abertura competitiva ao exterior — e a economias

muito mais produtivas do que a nossa, como a canadense e a norte-americana — antes de que se consolidem as adaptações e aperfeiçoamentos impostos pelo primeiro choque. Afinal, de 1990 para cá, fizemos uma ampla abertura comercial em três níveis — unilateral, regional, no âmbito do Mercosul, e internacional, no âmbito dos acordos da Organização Mundial do Comércio. E muitas vezes essa abertura não encontrou reciprocidade na eliminação de barreiras protecionistas que dificultam o acesso de produtos brasileiros.

Em nossa visão, não há atalhos para chegar a um objetivo da magnitude da área de livre comércio das Américas. Queremos garantir que a obra que realizaremos trará a marca da permanência e do interesse consensual de todos os países participantes e, dentro de cada país, dos seus agentes econômicos.

África

Na África, estamos redimensionando nossa presença e adequando-a à nossa capacidade diplomática. Apostamos fortemente na pacificação e na reconstrução de Angola e Moçambique, que têm todo o potencial para serem dois dos nossos mais importantes parceiros no mundo em desenvolvimento. Esse é o sentido da nossa participação na UNAVEMIII, a Força de Paz das Nações Unidas que ali conta com mais de 1.100 soldados brasileiros — nossa maior força militar fora do país desde a Segunda Guerra.

Estamos também repensando nosso relacionamento com a África do Sul, país que surge, com a sua democratização, como um dos pólos mais dinâmicos de desenvolvimento no Hemisfério Sul, além de ser o foco da atenção quase universal pelas suas potencialidades e pelo seu vigor econômico. Esses exemplos falam de uma nova perspectiva que se abre para o Brasil na África, que volta a figurar no horizonte das nossas prioridades graças a uma feliz combinação de fatores internos brasileiros com progressos sensíveis no cenário africano. As próximas visitas presidenciais a Angola e África do Sul refletem

este propósito.

Oriente Médio

Também no Oriente Médio estamos reequilibrando nossa presença, a partir da própria evolução do processo de paz que tenta pôr fim a um conflito que por décadas assolou a região e virtualmente subtraiu-a ao convívio internacional e aos esforços pelo desenvolvimento. Embora conturbado por atos de oposição violenta e pelas complexidades próprias de um intrincado mecanismo negociador, que coloca em presença muitos interesses e visões conflitantes, o processo de paz no Oriente Médio merece o apoio imparcial e decidido da comunidade internacional, e o Brasil não poderia agir diferentemente. Estamos atentos às oportunidades que a região vem produzindo e ao efeito multiplicador que cada etapa do processo de paz vem tendo sobre essas oportunidades.

Ásia-Pacífico

Na Ásia, estamos reforçando nossa presença diplomática, equipando melhor algumas Embaixadas em países dinâmicos, definindo uma agenda e pondo em prática uma ampla iniciativa de diplomacia presidencial, que começou, em dezembro de 1995, com a visita à China e à Malásia, dois casos de sucesso na revolução econômica mais recente que transforma a região da Ásia-Pacífico no pólo mais dinâmico da economia mundial nos anos 90. Essa iniciativa prosseguiu em janeiro com a visita à Índia, devida há mais de duas décadas e voltada a colocar virtualmente aquele país na tela dos nossos interesses e das nossas boas parcerias na região. E completamos a primeira fase dessa diplomacia asiática com a visita ao Japão, que sinalizou a retomada da relação bilateral sobre uma nova base de confiança recíproca. Os resultados foram apreciáveis, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico.

MTCR e outros mecanismos regulatórios

Graças aos compromissos que assumiu e

consolidou em matéria de controle de exportações de materiais e tecnologias sensíveis e de não-proliferação de armas de destruição em massa, o Brasil foi admitido, em outubro do ano passado, no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. A participação no MTCR foi resultado de um processo de coordenação interna do Governo brasileiro e de atualização das nossas posições em face de desenvolvimentos internacionais. Percebendo o desinteresse de manter uma posição principista contrária ao caráter restrito do MTCR, o Brasil passou a ver no regime uma garantia de acesso a tecnologias indispensáveis ao desenvolvimento do seu programa espacial.

Não abrimos mão do nosso programa. Ao contrário, ele se mantém absolutamente intacto dentro de suas características de programa pacífico controlado por uma agência civil, a Agência Espacial Brasileira, e já começa a colher os benefícios da nossa adesão ao MTCR na forma do interesse desimpedido de grandes empresas em participar e da possibilidade de ter facilitado o acesso a tecnologias e componentes que ainda não temos condições de desenvolver internamente.

Essa mesma abordagem pragmática nos orientou em nossa adesão ao Grupo de Supridores Nucleares, formalizada no dia 23 de abril, na reunião de Buenos Aires. Reconhecendo nossa condição objetiva de supridor, estamos assumindo as responsabilidades internacionais inerentes a essa condição e garantindo aos nossos parceiros que nós nos pautamos por regras estritas em matéria de comércio de bens e insumos da área nuclear. Trata-se de mais uma credencial em nossa atuação na área de desarmamento e não-proliferação, que ao mesmo tempo facilita o nosso acesso a tecnologias e fortalece a credibilidade geral do país — uma moeda particularmente apreciada nas relações internacionais de hoje.

Conselho de Segurança.

Finalmente, para encerrar esta lista de

exemplos, temos procurado influir positivamente nas discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Defendemos a tese de que a maior eficácia do órgão, para cumprir o papel que lhe cabe no sistema internacional pós-Guerra Fria, depende do aumento da sua legitimidade internacional e da sua representatividade — o que se traduz em um aumento criterioso de membros permanentes e não-permanentes.

Sem nos mobilizarmos em uma campanha por uma candidatura a membro permanente, temos deixado claro que defendemos uma reforma do Conselho nesses moldes e que estamos dispostos a colaborar em um Conselho ampliado, se formos chamados a fazê-lo. Mais uma vez, convém que se reafirme: não se trata de um pleito ou de uma candidatura. Não se trata tampouco de uma iniciativa de busca de prestígio e liderança.

E muito menos estamos subordinando qualquer interesse da nossa em geral ou da intensa teia de relacionamentos com nossos parceiros em todo o mundo a esse objetivo. Fazemos, isso sim, uma defesa sincera da necessidade de reformar as Nações Unidas, até como signo de sua vitalidade, ao iniciar-se seu segundo meio século de existência em um ambiente internacional inteiramente diverso daquele que lhe deu origem.

Conclusão

Esta é, em grandes linhas, a diplomacia que nós procuramos empreender. Ainda é cedo para anteciparmos resultados ou para julgarmos se estamos no melhor caminho. Para esse exercício, a participação da sociedade brasileira, através do mundo acadêmico, do Congresso, dos partidos, das associações de classe, dos sindicatos, das organizações não-governamentais temáticas, é essencial e insubstituível.

O voto de confiança que pedimos à sociedade brasileira para a que implementamos é sua participação, seu interesse, seu julgamento crítico construtivo. O Itamaraty não inventa interesses nem define prioridades, ele apenas cumpre um mandato.

Esse é o verdadeiro sentido da em uma sociedade democrática.

As Instituições de reflexão e formação de quadros, como a Universidade, têm um papel fundamental na identificação objetiva de muitos desses interesses. Por isso, o diálogo entre o Itamaraty e a Academia é importante para nós. É nesse intercâmbio de idéias e informações que o Itamaraty também se baseia para encontrar seu sentido maior: fazer da o instrumento de defesa e projeção de uma Nação independente e soberana.

Muito obrigado.

Brasil-China

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Peng, Brasília, 8 de novembro de 1996

Quero mais uma vez expressar a satisfação com que revemos Vossa Excelência e o recebemos, com a sua ilustre comitiva, aqui em Brasília.

Nós interpretamos essa visita do Chefe do Governo chinês como mais uma demonstração do grande interesse que a China tem pelo Brasil e pela parceria que nos associa. Por isso, estamos honrados com a sua presença entre nós.

Nós o acolhemos como um amigo do Brasil, como um estadista da China moderna, que se abre ao mundo e procura os caminhos do desenvolvimento em crescente sintonia com a história e as tendências do nosso tempo.

Percebemos o quanto o Brasil é prioritário nesse projeto diplomático chinês e sabemos a importância de que o Governo chinês seja capaz de mobilizar-se em torno desse objetivo, como vem fazendo.

Vossa Excelência retorna ao Brasil, onde esteve chefiando a delegação chinesa à histórica Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na qual mais uma vez nossos países exploraram convergências e interesses comuns.

Pôde naquela ocasião estender sua permanência no Brasil para conhecer um pouco melhor o país e identificar, no nosso desenvolvimento, áreas de interesse para a China e pontos a explorar no nosso relacionamento bilateral.

Sua visita a Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo e um exemplo de cooperação entre dois

países em desenvolvimento, certamente lhe terá dado uma noção das nossas dimensões, dos nossos desafios e da nossa capacitação.

Vossa Excelência reencontra agora uma nação politicamente transformada, mais integrada ao mundo, mais auto-confiante e determinada, cujos êxitos internos a habilitam melhor para as relações internacionais.

Têm sido numerosas as visitas de altas autoridades chinesas ao Brasil, cobrindo as mais diversas áreas do nosso relacionamento e dando um apoio político claro ao projeto comum de construir uma parceria estratégica entre os dois países. Graças a essa intensa presença de autoridades chinesas no Brasil, o Governo chinês é um dos que melhor conhecem a nossa realidade.

Minha visita à China, menos de um ano atrás, quis também significar a importância que atribuímos aos grandes parceiros tradicionais do Brasil, desenvolvidos e em desenvolvimento, em todo o mundo.

Entre eles, por sua importância política, por seu vigor econômico e pela originalidade e força do seu processo de desenvolvimento nacional, a China ocupa lugar de prioridade.

Graças aos desenvolvimentos positivos que temos conseguido no Brasil em matéria de estabilização da economia, reforma econômica e estabilidade e funcionalidade do sistema político, pude levar a Beijing e Xangai a palavra de um novo

Brasil, de um Brasil que se sente mais preparado e com melhores atrativos para aprofundar os seus laços com o mundo de vertiginoso dinamismo a que se convencionou chamar de mundo da globalização.

A China é uma das expressões desse mundo, uma referência obrigatória para a sua compreensão. É um mundo que transformou o comércio internacional, a transnacionalização da produção e a busca da competitividade e dos investimentos em forças motoras da história e das relações entre os povos.

Um mundo em que a presença e o peso político da China se ampliaram para acrescentar-lhes a dimensão inédita de um crescimento acelerado e sustentado, com uma média anual de mais de onze por cento desde 1991, uma participação intensa e mesmo desafiadora no comércio internacional de bens e uma inigualada capacidade de atrair investimentos produtivos.

A essa nova dimensão, graças ao retorno próximo de Hong Kong à plena soberania chinesa, a China acrescentará a pujança econômica e comercial dessa vitrine do desenvolvimento econômico e social da Ásia, desse monumento à capacidade empreendedora do povo chinês e à sua vocação internacional.

Nós saudamos com entusiasmo esse histórico desdobramento, a realização dessa antiga e legítima aspiração do povo chinês. Juntamente com a incorporação, em 1999, de Macau —um canto do mundo a que nos sentimos particularmente ligados, graças à comum herança portuguesa —, a reincorporação de Hong Kong fecha um capítulo na história da humanidade para abrir, na convivência de sistemas diferentes, uma era de esperança para a toda a China.

Senhor Primeiro-Ministro,

Separados pela história, pela geografia e pela cultura, mas em contato desde o início do século passado, brasileiros e chineses souberam identificar, nestes 22 anos de relações cuidadosamente

construídas, aqueles espaços que os aproximam, aquelas áreas em que necessariamente podem e devem ampliar o seu diálogo, a sua cooperação e o seu entendimento.

Era natural que dois países em desenvolvimento, de proporções continentais, com grande variedade regional e notável dinamismo e potencial econômico, soubessem ir criando ao mesmo tempo em que iam identificando possibilidades concretas de intercâmbio e de cooperação geradas pela grande e crescente complementaridade entre as duas economias.

Os nossos são países com muitas características próprias, que os definem e singularizam no concerto das nações. Somos diferentes em muitos aspectos, e é preciso respeitar essas diferenças, como temos sabido fazer ao longo dos anos, mas os nossos desafios são em grande medida comuns, ou aproximados, e o contexto internacional em que procuramos avançar nossos interesses nacionais nos afeta em forma bastante semelhante.

É um mundo de desafios e riscos, mas também um mundo de oportunidades que convém explorar, e sempre que possível em parcerias criativas como se tem revelado a relação sino-brasileira.

Temos uma intensa pauta de temas de interesse comum, que vai de uma agenda ambiental ao projeto de desenvolvimento conjunto do satélite de observação terrestre, exemplo de cooperação científica, técnica e tecnológica entre países em desenvolvimento.

Todas as áreas básicas para o nosso desenvolvimento individual têm uma projeção e um potencial na nossa relação bilateral: o desenvolvimento da infra-estrutura básica, a energia, a petroquímica, as comunicações, a área espacial.

A crescente abertura das duas economias tem proporcionado um notável aumento do comércio, que hoje já alcança dois bilhões de dólares, fazendo da China nosso segundo parceiro comercial na Ásia. Surgem novas oportunidades na área de serviços. A

dimensão do mercado chinês e a dimensão do mercado brasileiro, reforçado pela nossa participação no Mercosul, geram um interesse cada vez maior dos agentes econômicos.

A perspectiva do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio, que conta com nosso pleno apoio, terá um desdobramento importante no nosso relacionamento comercial, que caminha para uma crescente maturidade. Colocar esse relacionamento sob o amparo das regras universais e transparentes da OMC contribuirá para consolidar o perfil de uma relação mutuamente importante entre países que ainda se adaptam aos novos tempos de abertura comercial e econômica e aprendem a lidar com as novas realidades do comércio internacional.

Senhor Primeiro-Ministro,

Em português como em tantas línguas, nós utilizamos a expressão “fazer amigos” com o sentido literal que ela encerra: um sentido de construção, de permanente atenção, de continuada disposição de entreter e de conviver.

Em poucas parcerias brasileiras esse sentido da expressão “fazer amigos” se aplica como no caso das nossas relações com a China. É um projeto ambicioso, esse de aproximar países antípodas, tão diversos pela sua história e cultura — um, milenar, o outro, jovem, na adolescência da história. Mas nós temos sabido construir a nossa amizade sobre a base

sólida de algumas identidades determinantes, a maior delas o fato de sermos os dois maiores países em desenvolvimento.

Se é verdade que a construção dessa amizade gera expectativas que se vão cumprindo apenas pouco a pouco, não é menos certo que é de muitas dessas expectativas que se alimenta o próprio processo.

Nós estamos vivendo um momento decisivo desse processo. Vinte e dois anos de amizade deixam já um patrimônio considerável de muitas realizações no campo político e econômico-comercial. É esse patrimônio que estamos valorizando agora que queremos dar um salto qualitativo nas nossas relações, adaptando-as aos avanços que temos realizado internamente em um e outro país e às mudanças aceleradas que vêm ocorrendo no mundo.

A permanente atenção dos dois Governos aos novos vetores que orientam a nossa relação é garantia de que estaremos avançando no sentido certo. A visita de Vossa Excelência é uma expressão desse compromisso.

É para saudar esse compromisso que peço a todos que me acompanhem em um brinde pela prosperidade do povo chinês, pela continuada e crescente amizade e cooperação entre a China e o Brasil, pela saúde do líder Deng Xiao Ping e do Presidente Jiang Zemin e pela felicidade e ventura pessoais de Vossa Excelência e da Senhora Li Peng.

Muito obrigado.



VI Conferência de Cúpula Ibero-Americana

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão de abertura da VI Conferência de Cúpula Ibero-Americana, Santiago do Chile, 10 de novembro de 1996

Quero juntar-me a todos nas palavras de agradecimento pela hospitalidade com que o povo e o Governo chilenos nos estão recebendo. A amizade chilena é dos bens que eu mais prezo. Dela já tive muitas e inesquecíveis provas, desde quando aqui morei com a minha família e fui recebido com a melhor amizade.

A Conferência Ibero-Americana é hoje um espaço político com identidade própria, uma ponte entre dois mundos, a Europa e as Américas, e um projeto político e diplomático.

Nosso grupo tem alguns traços que o distinguem de forma clara e que constituem base sólida para ação. A herança cultural e histórica, o compromisso com a democracia, com a liberdade, e com o respeito aos direitos humanos, o desafio do desenvolvimento sustentável são traços que não apenas devem identificar-nos, mas também ampliar o nosso espaço de atuação conjunta. Outras regiões e grupos de países fazem o mesmo: reforçam suas identidades através de parcerias e esquemas de coordenação ou integração e, assim, preparam-se melhor para atuar no cenário internacional e promover os seus interesses.

Os países devem agir solidariamente também para marcar suas individualidades. Nós somos mais fortes como membros de um grupo de integração regional ou de um esquema de consulta, concertação e cooperação como é a nossa Conferência.

Essa solidariedade é ainda mais importante no mundo contemporâneo, palco de acontecimentos que estão mudando a vida das nações e alterando as relações de força. Nos últimos anos, vimos desaparecer referências básicas das relações internacionais, enquanto outras, muito poderosas, ocuparam um lugar de destaque. Hoje, o fenômeno histórico da globalização é uma componente incontornável das decisões de Governo e da sociedade, condicionando escolhas, não apenas no plano externo, mas também no plano interno.

O tema que o Presidente Frei nos propôs para esta reunião não poderia ser mais oportuno: governabilidade para uma democracia eficiente e participativa. Nós temos a tendência a ver a democracia como um fim em si mesmo, e de certa forma ela é um fim em si mesmo, porque ela encarna o ideal de harmonia social e política que está na base do contrato social fundamentado no humanismo. Mas esquecemos às vezes de que a democracia é também um instrumento de transformação da sociedade, especialmente das sociedades como as nossas, mesmo a espanhola e a portuguesa, que estão em desenvolvimento, ainda que em graus e ritmos distintos. E, para ser instrumento, a democracia tem que ser eficiente, operacional, respeitando os ritmos próprios de um processo decisório complexo, mas capaz de produzir resultados tangíveis para a cidadania, para os agentes econômicos, para os

grupos e regiões.

Não estamos falando de abstrações, ou de conceitos vagos. Estamos falando de capacidade de governar, de resolver problemas, de equacionar situações, de tomar decisões e escolher entre opções em nome do interesse público. Entre a legitimidade do sistema representativo de maiorias, do diálogo e da composição, e a urgência e eficácia da implementação das políticas, é preciso que se encontre esse vetor que se convencionou chamar de governabilidade.

A forma de encontrá-lo não tem segredos. Primeiro, é preciso aprimorar a cidadania e os mecanismos de controle da sociedade civil sobre o Estado. As experiências totalitárias algumas vezes criaram a ilusão da eficiência e da governabilidade. Não foram poucas as vezes que a democracia em nossos países foi sacrificada em nome da governabilidade. Hoje, ao contrário, a democracia representativa, o pluralismo político e o respeito aos direitos humanos constituem requisitos essenciais da boa governabilidade. Mais ainda: são as verdadeiras condições da estabilidade política.

Segundo, é preciso desenvolver os mecanismos de controle dos órgãos do poder público, para que as políticas sejam, além de adequadas, transparentes e coerentes, relevantes do ponto de vista do interesse público.

E, terceiro, é preciso dar ao Estado, aos poderes públicos, os meios, os instrumentos para serem eficientes e competentes no desempenho das suas tarefas. A reforma do Estado, a valorização do servidor público, a obtenção dos recursos necessários através de uma política fiscal eficiente e justa, a aplicação de critérios que valorizem a criatividade e o zelo público da máquina — todas essas são formas muito palpáveis de gerar condições de governabilidade. E o critério para aferir essa governabilidade não são padrões de países mais avançados, mas os resultados obtidos no combate à miséria, na geração de empregos e riqueza, na distribuição de renda, na aplicação de políticas

eficientes de educação, saúde, habilitação, proteção ambiental, defesa nacional, segurança da população — em suma, desenvolvimento econômico e social.

Para além da vontade política dos governantes, o ambiente para que tais esforços possam se provar eficazes depende, também, em grande medida, do estabelecimento de condições econômicas favoráveis. Daí a grande importância do êxito dos planos de estabilização econômica, da quebra do círculo vicioso da inflação e da retomada, em vigor, do crescimento. Daí a importância, também, da implantação de reformas que levem em conta a necessidade de redimensionar o papel do Estado, que continua e continuara a ser essencial. Ninguém se iluda com a idéia de que a ação do mercado basta como elemento regulador infalível, como única força capaz de orientar as decisões do Governo.

Não há fórmula universal ou mágica para encontrar a perfeita governabilidade. Cada país, de acordo com suas prioridades e condições objetivas específicas, deverá buscar seu próprio caminho. O certo é que os povos são capazes de chegar a condições ótimas de governabilidade na medida em que possam exercer plenamente a cidadania e na medida em que possam fazer operar a democracia, sem constrangimentos, sem imposições.

A cooperação no âmbito ibero-americano sempre teve presente o respeito irrestrito à soberania, à integridade territorial, à autodeterminação e à independência de cada país. Esse respeito, que reafirmamos, não deve inibir iniciativas que entre nós, sirvam ao nosso objetivo comum de promover e aperfeiçoar a democracia, o pluralismo político e o respeito aos direitos humanos.

Portanto, em benefício da governabilidade, o nosso dever, no plano internacional, é reforçar o compromisso com a democracia, ajudando-a a florescer onde esta brotando, e protegendo-a onde se sentir ameaçada. É o que temos feito e é o que vamos continuar a fazer.

Muito obrigado.

Inauguração da Expotecnia

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Inauguração da Expotecnia, na presença de sua Alteza Real o Príncipe das Astúrias, São Paulo, 24 de novembro de 1996

O Brasil está acolhendo por primeira vez esta grande exposição industrial espanhola e a recebe com um grande entusiasmo.

A presença entre nós do Príncipe de Astúrias é um testemunho da importância que o Governo espanhol está atribuindo a esta grande iniciativa de aproximação entre o setor produtivo espanhol e o mercado brasileiro.

Nós estamos honrados com a presença de Sua Alteza Real e o recebemos com a admiração e o apreço que a Espanha moderna desperta em todo o mundo, ao combinar a sabedoria das suas tradições com o arrojo moderno de uma economia plenamente integrada à Europa e competitiva em nível mundial.

A Expotecnia que se inaugura neste momento em São Paulo é a maior de todas as realizadas até o momento.

Está congregado aqui o impressionante conjunto de cerca de 400 empresas espanholas, dos mais variados setores, interessadas em criar ou ampliar vínculos com o Brasil e com parceiros brasileiros.

Ela nos apresenta a capacidade industrial e tecnológica de uma economia moderna, diversificada e com grande dinamismo.

É importante que o Brasil possa conhecer a capacidade industrial e comercial espanhola. Que perceba as oportunidades de associação e de cooperação empresarial que se tem criado graças

ao desenvolvimento das nossas duas economias.

Essa é uma aposta firme que o empresariado espanhol está fazendo no Brasil e nós recebemos essa mostra de interesse com muita satisfação.

É bom confirmar que o Brasil cada vez mais desperta interesse dos agentes econômicos internacionais — graças certamente, aos avanços que fizemos na estabilização da economia, à expansão do nosso mercado consumidor, à abertura econômica e reformas.

E, com o prosseguimento do programa de privatizações um número sem precedentes de oportunidades concretas se abrem para os investidores espanhóis que serão muito bem recebidos no Brasil.

Também o Mercosul é um elemento central na nova projeção internacional do Brasil. Afinal, o Mercosul é uma história de êxito que se converteu em um importante acréscimo para as economias dos países que o compõem.

Quem olha o Brasil hoje, ou o Uruguai, a Argentina e o Paraguai não vê mais esses países isoladamente, e sim como parte de um conjunto maior ao qual cada um deles está fortemente ligado.

A Espanha tem compreendido essa nova realidade e em grande medida acredito, a Expotecnia é uma resposta política e empresarial a ela, como tem sido também, aliás o grande apoio que a Espanha tem prestado no processo de diálogo e cooperação

entre o Mercosul e a União Européia.

Nós valorizamos muito especialmente o papel construtivo e mobilizador que a Espanha tem desempenhado nesse processo e este é um momento apropriado para fazer esse reconhecimento.

Alteza Real,

As relações entre o Brasil e a Espanha precisavam deste impulso que a Expotecnia representa. Nosso comércio, hoje na casa de 1,5 bilhão de dólares, com bom equilíbrio, cresceu nos últimos dois anos muito mais em função da abertura comercial brasileira. Mas é preciso dar sustentabilidade a esse crescimento das correntes comerciais, dando uma dimensão econômica mais completa às nossas relações.

Nós temos um exemplo extraordinário do potencial dessa cooperação entre a Espanha e o Brasil na área aeronáutica. A EMBRAER tem uma associação com a empresa espanhola GAMESA para a construção do jato regional EMB-145, que eu tive o prazer de experimentar recentemente num voo para Santiago. É o tipo de parceria que envolve tecnologia sofisticada em um projeto de grande arrojo empresarial, já destinado a ser um grande sucesso internacional de vendas.

É disso que nós precisamos. Que os empresários de um e de outro país se conheçam, conheçam suas empresas, seus projetos, suas capacidades. Que sejam audaciosos na concepção de projetos conjuntos visando os nossos próprios

mercados ou terceiros mercados. Que se inspirem no exemplo da EMBRAER e da GAMESA cujo resultado é um produto de alta sofisticação que nos dá orgulho dos nossos respectivos parques industriais.

Por isso, o Governo brasileiro dá todo o apoio a esta iniciativa do Governo e do empresariado espanhol. Esse apoio se estenderá a todas as iniciativas que visem a aproximar os agentes econômicos e os mercados dos dois países, porque nós queremos que as relações entre o Brasil e a Espanha se fortaleçam sobre uma base econômica concreta. Nós esperamos também que o Comitê Empresarial Brasil-Espanha, criado ontem no marco do lançamento da Expotecnia, possa servir a esse propósito.

Alteza Real,

Senhoras e Senhores,

Quero também fazer uma exortação aos empresários brasileiros para que procurem reciprocamente a iniciativa espanhola, levando à Espanha uma mostra expressiva da nossa capacidade industrial e tecnológica.

Ao declarar aberta a Expotecnia 96, quero desejar muito êxito aos organizadores e expositores. Que a Expotecnia seja o começo de um intenso processo de conhecimento recíproco e cooperação entre a Espanha e o Brasil, entre os empresários brasileiros e espanhóis.

Muito obrigado.

Brasil-Angola

Discurso do Senhor Presidente da República no Almoço oferecido pelo Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, Luanda, 25 de novembro de 1996.

Quero agradecer a Vossa Excelência e ao povo irmão de Angola pela hospitalidade que Ruth e eu recebemos nesta nossa visita a Luanda.

Nós recebemos essa hospitalidade como uma homenagem do povo e do Governo angolanos à amizade especial entre nossos dois países.

Fiz questão de estar aqui para trazer pessoalmente a todos os angolanos o apoio e a solidariedade do povo brasileiro e para renovar-lhes de viva voz o compromisso do Brasil com a causa da paz e da prosperidade de Angola.

Vim reiterar-lhes um sentimento genuíno, do sentido de dever de um país amigo que, desde a primeira hora, esteve sempre ao lado de Angola.

A presença de nossos soldados na UNAVEM-III dá expressão viva a esse compromisso de amizade que nos une. Mais de mil e cem brasileiros encontram-se em solo angolano, a maior força militar que enviamos ao exterior desde a Segunda Guerra Mundial.

É uma prova de confiança no processo político angolano. É uma exortação que fazemos pelo futuro generoso que espera este país quando a paz e a democracia deitarem raízes definitivas neste solo.

Nós sabemos que esse futuro será, antes de tudo, uma obra da coragem e da determinação dos homens e mulheres de Angola, uma obra de reconciliação nacional, de restauração da confiança e da fraternidade — uma obra de união e de harmonia.

Confiamos em que as lideranças deste país tão cheio de promessa terão a sabedoria de concluir que o gesto recíproco da concessão, em favor da paz e da concórdia, é infinitamente menos doloroso do que o sacrifício insensato de milhares de vidas angolanas em nome de posições extremas e irreconciliáveis.

Esse é o caminho.

E é como um amigo de Angola que gostaria de fazer um apelo a todos os angolanos para que persistam na complexa obra de engenharia que é a construção da paz e da democracia. E que o façam com o espírito e o coração desarmados, sem abrir mão de suas convicções, mas com a consciência de que não há nada a ganhar com o confronto e o impasse.

A nossa própria experiência nos ensinou muito sobre as virtudes da conciliação e do compromisso.

Reconstruímos a democracia no Brasil por meio de duros embates políticos. Foi uma conquista árdua, mas compensadora. Não oferecemos essa conquista como exemplo ou fórmula, porque cada povo é capaz de encontrar o seu próprio caminho.

Mas para nós foi uma lição, uma lição de que é possível dar aos povos a oportunidade de dedicar-se ao que é importante: o desenvolvimento e a justiça social.

O mundo e a África em particular precisam

de uma Angola em paz e reconciliada consigo mesma, uma Angola que seja um fator de unidade e não de divisão neste grande continente, uma Angola que recorde a todos os que ainda vivem sob o signo da conflagração que é possível reencontrar o caminho.

Queremos ver Angola ocupando plenamente o espaço que lhe cabe na África e no mundo. Mas sabemos que isto não pode ocorrer como o resultado de um impulso externo. É preciso que a semente da unidade seja cultivada aqui, para firmar na sociedade angolana as raízes que permitirão a Angola dedicar-se à urgente tarefa da reconstrução e à retomada do desenvolvimento.

A assinatura do Protocolo de Lusaca apontou o caminho da paz através de um duplo compromisso: um compromisso da comunidade internacional de apoio ao processo de paz em Angola e, mais importante, um compromisso dos próprios angolanos, de negociar, de entender-se, de buscar soluções criativas e justas para as diferenças que ainda persistem.

Um compromisso de fazer o gesto recíproco da concessão.

A comunidade internacional tem mantido firme o compromisso que assumiu em Lusaca.

O Brasil está na vanguarda desse compromisso.

Por isso vim a Angola.

Senhor Presidente,

Este encontro é uma oportunidade para fortalecer ainda mais a nossa amizade e para estreitar os nossos laços de cooperação.

O Brasil reencontrou-se com o caminho do desenvolvimento sustentado e está-se projetando no mundo com um novo ímpeto, renovando parcerias e forjando outras novas.

Olhamos para a África com interesse renovado, mas partindo da mesma base sólida: a forte herança africana que compõe a identidade nacional brasileira e que nos distingue no mundo.

Devemos muito dessa herança a Angola.

Falamos a mesma língua e hoje pertencemos à Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que reúne mais de duzentos milhões de pessoas — um projeto comum que agrega uma dimensão multilateral à rede de relações dos países que a compõem.

Somos vizinhos atlânticos, que se olham com a certeza de que a geografia está em nosso favor.

Temos uma tradição de relacionamento e cooperação que atravessou momentos difíceis, mas que só fortaleceu o sentimento de confiança recíproca.

Tudo isso nos aproxima e nos permite trabalhar com um projeto que reflete as afinidades entre brasileiros e angolanos.

Tudo isso singulariza a nossa parceria.

E, para que possamos dar um novo impulso a essa parceria e capitalizar as múltiplas vertentes da cooperação bilateral, a continuidade do processo de paz em Angola é fundamental.

Demos passos importantes há um ano, quando Vossa Excelência esteve no Brasil. Temos hoje uma agenda positiva e sem pendências, que aponta para o adensamento de nosso intercâmbio em diversos campos.

Com minha visita, quero reafirmar o interesse brasileiro em estabelecer uma linha de ações concretas com Angola. Estamos prontos para colaborar na formação de recursos humanos, em agricultura, saúde, educação, cultura e ciência e tecnologia.

Queremos ampliar o nosso intercâmbio econômico-comercial e a presença de empresas brasileiras em Angola.

Em suma, queremos estar presentes na nova etapa de paz, democracia e prosperidade que se vislumbra para Angola.

Senhor Presidente,

Depois da independência da Namíbia, do fim do *apartheid* na África do Sul e da eleição de Nelson Mandela, a consolidação da paz e da democracia em Angola será o próximo sinal de que esta região está destinada a ocupar um lugar de destaque no

mundo em desenvolvimento.

Temos a certeza de que, sob a condução de Vossa Excelência, as lideranças angolanas saberão encontrar o equilíbrio fundamental de uma paz duradoura para todos os cidadãos deste país, uma paz que seja o início de uma nova era de desenvolvimento em Angola.

Queremos ser parceiros nessa etapa, como temos sido até aqui.

E é com esse espírito que quero fazer um brinde à amizade que une os nossos dois povos, à coragem e determinação de todos os angolanos — para que sejam iluminados na tarefa de construção de um futuro de paz e entendimento — e à saúde e bem-estar pessoal do Presidente José Eduardo dos Santos e de sua família.

Muito obrigado.



Brasil-África do Sul

Discurso do Senhor Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do banquete que lhe oferece o Presidente da República da África do Sul, Nelson Mandela. Pretória, 27 de novembro de 1996

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado por suas palavras tão inspiradas.

É uma honra para mim estar aqui esta noite e compartilhar esta refeição entre amigos como o primeiro Presidente brasileiro a visitar a África do Sul.

É uma honra ser o porta-voz de todos os brasileiros ao trazer-lhes os nossos sentimentos de profunda admiração e amizade pelo povo sul-africano e suas lideranças.

Peço ao Presidente Mandela, símbolo e guia dessas lideranças, que faça com que aqueles sentimentos ecoem por todo este vasto e belo país, para que cada sul-africano saiba que, do outro lado do Atlântico, um povo orgulhoso de sua herança africana pede a Deus que abençoe esta terra para sempre com a dádiva da paz e da liberdade.

Durante o minuto para reflexão há alguns instantes, nossos pensamentos se dirigiram àqueles que, através de sua luta e ao custo de sua liberdade e mesmo de suas vidas, deram à África do Sul um “novo raiar da liberdade”, para que este grande país pudesse entrar na grande corrente da história contemporânea. Nós honramos e celebramos a coragem, a força, a sabedoria e a generosidade daqueles que tornaram isto possível.

Nós devemos àqueles guerreiros da liberdade uma África do Sul capaz de fazer uma contribuição importante para o seu continente e para o mundo —

uma contribuição que toma a forma não só da pujança econômica e de um enorme potencial, mas também de uma esperança renovada.

Senhoras e Senhores,

Estou aqui em nome do povo brasileiro para render homenagem a um homem, Nelson Mandela, e a um povo, os sul-africanos, que ofereceram à humanidade um exemplo de determinação e dignidade e uma prova duradoura de que é possível forjar um compromisso com a liberdade e com a paz a partir da desesperança e da opressão.

Estou aqui para visitar uma terra em que a História dos nossos tempos se desenrolou com toda a sua ferocidade e poder, desespero e esperança, injustiça e promessa. Uma terra que foi o berço do passo mais recente rumo à liberdade humana, ao afirmar, para sempre, que todos os homens e mulheres nascem iguais e têm o direito de conquistar a sua felicidade independentemente de sua crença, da cor de sua pele ou da cultura de seus antepassados.

A África do Sul, um país que agora brilha com a perspectiva de um futuro cintilante entre os países em desenvolvimento, tornou-se uma razão viva para renovar a esperança na África quando Nelson Mandela e o seu povo concluíram a tarefa de enterrar, de uma vez por todas, o flagelo do apartheid.

Assistimos ao nascimento de uma nova nação, construída a partir da confiança, do respeito e da

amizade de seus cidadãos, todos iguais e dignificados, vivendo em uma terra fértil, mãe de todos.

Fomos as testemunhas do maior movimento pela liberdade desde a Revolução Francesa, desde a luta contra a escravidão nas Américas, desde a vitória dos Aliados sobre o nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial, desde a campanha vitoriosa e pacífica de Mahatma Gandhi pela independência da Índia e desde as grandes passeatas dos anos sessenta pelas liberdades civis.

Senhor Presidente,

Nós brasileiros ficamos ao seu lado, porque a sua luta era a nossa luta e a sua cruzada pela liberdade, pela igualdade e pela justiça representou, em última instância, a busca de cada ser humano neste planeta.

Essa luta põe os sul-africanos ao lado dos povos que fizeram a História em seu sentido mais amplo, pois a história do homem é uma epopéia em busca da paz e da dignidade humana para todos, sem exceção, incondicionalmente e sem medo.

Nós estivemos ao seu lado na luta pela liberdade porque queríamos tê-los ao nosso lado na luta comum pelo desenvolvimento e pela democracia. Pois não haverá verdadeira realização ou liberdade em qualquer lugar do mundo enquanto um único ser humano for privado de suas necessidades essenciais, dos direitos humanos básicos e da cidadania, ou for oprimido em razão de sua raça, de suas raízes étnicas, de sua religião do seu sexo ou de suas convicções políticas.

Senhoras e Senhores,

O Brasil e a África do Sul estão se encontrando em um contexto de esperança e de justificado otimismo. Nós aguardamos este momento por tanto tempo, mas agora podemos finalmente olhar para o futuro. O sonho de uma parceria sólida entre o Brasil e a África do Sul está finalmente ao nosso alcance.

Nós estamos fazendo uma promessa, a promessa de uma nova era de amizade entre a África do Sul e o Brasil, dois grandes países em

desenvolvimento que nasceram para serem amigos e parceiros. Fazemos essa promessa porque estamos destinados a caminhar juntos na busca pelo desenvolvimento com justiça social, pela democracia com real oportunidade para todos e pela paz em nossas regiões e em todo o mundo.

É chegada a hora de assumirmos o compromisso de fortalecer os laços entre nossos povos.

Aproveitemos as nossas muitas identidades e interesses comuns, a nossa vizinhança atlântica, para construir o que certamente será uma parceria única no nosso Hemisfério Sul.

Vamos fazer isso já.

Se nos conhecermos melhor uns aos outros, nós certamente seremos capazes de construir uma parceria tão forte quanto seria possível entre dois povos com tanto para compartilhar.

Nós temos diante de nós a oportunidade de estreitar nossos laços, pois somos povos abençoados com terras repletas de oportunidades e com imenso potencial, que estão vivendo a revolução de nossos tempos — a democracia em toda a sua plenitude, a liberdade econômica, a busca determinada do desenvolvimento sustentável e a reforma econômica e social.

Nós somos parceiros nessa revolução, e por isso devemos ser parceiros também em outra revolução, que elevará nossas relações a um patamar compatível com as nossas próprias aspirações a uma maior participação nas relações internacionais.

Há um lugar para as relações brasileiro-sul-africanas em nossos respectivos projetos nacionais.

Juntos, podemos ser mutuamente úteis um para o outro.

Juntos, podemos partir em busca de um futuro melhor.

O comércio, os investimentos, a cooperação e um diálogo intenso trarão benefícios a nossos países no esforço que estamos envidando para aumentar a competitividade econômica, para melhorar os índices sociais, para criar mais empregos com melhores

salários.

Nossos países e nossos continentes têm que trabalhar em uma parceria autêntica na tarefa comum de enfrentar os desafios do novo século.

Vamos trabalhar juntos.

Vamos fazê-lo já.

Vamos construir uma ponte sobre o Atlântico.

Senhor Presidente,

O seu exemplo inspira todos os povos do mundo. Graças a tudo o que a sua pessoa representa e a tudo o que ajudou a conquistar, a África do Sul é

hoje uma promessa realizada no continente africano.

Nós brasileiros estamos aqui para assumir o compromisso de forjar uma relação forte com esta grande nação.

Como uma homenagem a nossa amizade e admiração pelo povo da África do Sul, peço-lhes que levantem suas taças em um brinde à continuada prosperidade e crescente bem-estar de todos os sul-africanos, ao lançamento de uma parceria sólida entre o Brasil e a África do Sul e à saúde, à felicidade e à continuada liderança de estadista de Nelson Mandela.

Muito obrigado.



Globalização e Política Internacional

Conferência do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Universidade de Witwatersrand, sobre “Globalização e Política Internacional”, Joanesburgo, 27 de novembro de 1996

I - É com grande prazer que encontro colegas sul-africanos para conversar sobre alguns temas de política internacional.

Quero que esta palestra se acrescente aos passos iniciais que estamos dando para um intercâmbio cultural mais profundo. Ao que eu saiba, já se organizaram dois seminários que procuraram comparar as nossas realidades, e o resultado, segundo constatei, foi dos mais proveitosos.

Temos muito que aprender com as semelhanças e os contrastes que existem entre os nossos dois países. Aliás, da leitura dos textos produzidos para aqueles encontros, o que impressionou é a facilidade com que se estabeleceu o diálogo entre temas tão diversos quanto os padrões de convivência étnica e as soluções econômicas que Brasil e África do Sul articulam em um mundo globalizado. A percepção de que vivemos problemas comuns, que podem ser “pensados” de forma comum, já é um passo importante para nos aproximarmos.

De muitas maneiras, nós, brasileiros, nos identificamos fortemente com a luta sul-africana contra o *apartheid*. Seu fim foi recebido também como uma vitória nossa. Agora é o momento de ampliar os temas e o foco de nosso diálogo, conhecer, em todas as suas dimensões, o que é a África do Sul de hoje, que desafios encontra, quais os seus caminhos.

Não sei, porém, qual a imagem que o Brasil

terá para os intelectuais sul-africanos, de que maneira nos “olham”. O que sei, sim, é que hoje, neste universo de comunicações instantâneas, mas altamente seletivas, não haverá outra alternativa para nossos dois países que não seja a de, deliberadamente, com clara intenção política, construirmos com paciência os canais de compreensão mútua. É algo que vai depender de vários movimentos simultâneos, no campo da economia, da política, da cultura.

Em cada um deles, os atores serão diferentes; as lógicas de aproximação, distintas.

No campo da economia, são os empresários na busca de oportunidades de negócios e também da criação de confiança nas possibilidades da economia do parceiro. Às vezes, para os países em desenvolvimento, não se articula imediatamente esse movimento de reforço da confiança que é necessário para o estabelecimento de vínculos de longo prazo. Mas, falando pelo lado brasileiro, com o que conseguimos em matéria de estabilidade monetária, de abertura comercial, de ganhos de investimentos, a possibilidade de aproximação econômica entre os dois países encontrará terreno propício.

Se pensarmos em cultura, sabemos que nossos artistas e criadores ainda se conhecem pouco. Certamente, porém, interessará aos sul-africanos o contacto com as expressões de um Brasil em que as formas de convivência, mescla e integração de nossas raízes européias e africanas constituem o substrato

mesmo da originalidade de nossa cultura e de nossa arte. Em uma palavra, a sensibilidade brasileira é o resultado de uma forma única de encontro étnico.

Do ângulo da , há avanços significativos na cooperação entre as nossas diplomacias, conquistados em relativamente pouco tempo. A força com que a nova diplomacia sul-africana se projeta regional e mundialmente abre vários espaços para a ação comum em muitas atividades.

Além disso, como indiquei, há uma outra área natural de aproximação, que é a da reflexão sociológica, da reflexão política. E, neste sentido, quero propor, sem a preocupação de aprofundá-los, uns tantos temas que creio que cabem nesta perspectiva de “aproximação natural”.

II - Da mesma maneira que, no século XIX, as indagações em torno do capitalismo se tornaram o centro do pensamento sociológico e, na realidade, o fundaram, é hoje em torno da *globalização* que se articula parte significativa da reflexão nas ciências sociais.

Certamente, não estamos, agora, diante de um fenômeno — ou de uma série de fenômenos — que tenha claramente propiciado o desenho de uma nova perspectiva científica, como o fizeram, em posições opostas, Marx e Weber, ao propor formas novas de entender a relação entre economia e sociedade. Ainda são os clássicos que conformam o universo conceitual que nos dá as chaves para a compreensão da globalização, um fenômeno que, na verdade, leva ao extremo tendências do capitalismo.

Sabemos, todavia, que o pensamento clássico, embora forneça referências, é claramente insuficiente. De um lado, não existem mais fórmulas que dêem conta, com facilidade, dos movimentos gerais da globalização; não existe uma teoria geral da globalização, como houve para os primórdios do capitalismo. É como se o avanço do modo de produção guardasse certos traços que ainda não o descaracterizam completamente e, ao mesmo tempo, adquirisse outros que significariam talvez uma

mudança qualitativa. Os modos materiais de produzir, a dispersão dos sistemas de propriedade da empresa, a expansão de classes médias, a importância dos mecanismos de comunicação de massas na política, as formas múltiplas de mobilização das sociedades, são sinais de diferença que impedem reduzir a análise do capitalismo ao que nos propõem os clássicos. De outro lado, se as melhores compreensões analíticas advertem para problemas tais como o desemprego, a marginalização e o aumento da desigualdade, não chegam ao estágio de propor claramente soluções políticas globais que levem a maior nível de igualdade, a mais emprego. O problema clássico da combinação entre expansão do mercado e exclusão não tem soluções globais, como aliás a experiência histórica das fórmulas liberais e social-democratas demonstra.

Exatamente por isto e, também, pelos ganhos da democracia no sistema de estados, os ideais de sociedades mais justas não se amorteceram. Ao contrário, tornam-se até mais amplos. Aumenta a *demandada por equidade, por sociedades mais justas, mais equilibradas ecologicamente, mais respeitadoras dos direitos humanos*, embora nem sempre estejam indicados ou sequer claros os meios disponíveis para realizar tais ideais. Diria mesmo que o avanço do capitalismo terá mostrado que as expectativas deterministas — os desenhos das estruturas econômicas escondem o destino do povo e basta desvendar os primeiros para conhecer o que a humanidade será — arrefeceram diante de um mundo em que as escolhas sociais e, portanto, a política, reinam soberanas. A globalização poderá ou não oferecer as condições para um mundo mais justo; mas, para tanto, não existem fórmulas acabadas ou atores privilegiados.

Evitaremos o pior se soubermos fazer as escolhas políticas corretas nos planos nacional e internacional.

A afirmação pode parecer paradoxal em um momento em que a tendência predominante, entre os analistas da realidade social, é a de sublinhar os processos de uniformização, acentuados pela

globalização e, de uma certa maneira, identificar um componente determinista na globalização. O velho tema da uniformização, que estava em Comte, em Marx e, modernamente, em Aron, volta, para muitos, como se agora suas “promessas”, positivas, estivessem a ponto de materializar-se.

Para países como o Brasil e a África do Sul, a globalização é uma realidade palpável. Mas, para a nossa sociologia, talvez seja também importante indagar o que, no mundo contemporâneo, *a globalização não explica*. E certamente ela não explica porque os Estados tem *reações diferentes* diante do próprio processo de globalização.

III - Valem umas poucas palavras sobre a questão.

Em primeiro lugar, na medida em que o núcleo analítico é a uniformização, a tendência natural é acreditar que o que não se encaixa dentro da globalização é o seu contrário. Neste sentido, as interpretações que opõem forças de globalização às de fragmentação, as modalidades de adaptação às de inadaptação às realidades econômicas, fazem, mais ou menos explicitamente, um contraponto de valores “positivos” e “negativos”.

Nessa ordem de idéias, as diferenças entre os Estados seriam explicadas dentro do próprio marco da globalização. Temos aí o perigo de um “reducionismo analítico” que atribuiria o êxito ou fracasso de cada sociedade, de cada nação, à sua capacidade ou não de integrar-se nos fluxos internacionais de comércio, investimento, tecnologia, capacidade esta que seria definida em termos de alguns requisitos considerados essenciais para que um país se transforme numa “success story”, outro termo da moda. Basicamente, o que se enfatiza são os *valores da performance econômica; e a competitividade passa a ser a chave da projeção internacional*. A globalização passa da condição de um dado da realidade — que temos de reconhecer e dentro qual opções devem ser feitas — a um padrão que serve de base para juízos de valor. Os níveis

“numéricos” de performance existem, diferenciam, mas não são tudo.

Neste quadro, haveria países mais ou menos preparados – em termos de grau de abertura da economia, da gestão das contas públicas, de qualificação dos recursos humanos, de capacitação tecnológica – para enfrentar os desafios impostos pela ordem internacional. A globalização valoriza um elenco, conhecido, de “boas políticas”, a partir dos quais os Estados são julgados e medidos, especialmente pelos que tomam, como referência, o mercado. Os desvios em relação às “boas políticas” explicariam, em última análise, as dificuldades individuais e, portanto, as diferenças nacionais.

Então a pergunta será a seguinte: Por que há desvios, positivos ou negativos? Dou dois exemplos. O primeiro diz respeito à extraordinária “adaptação” dos tigres asiáticos, que se deveu a opções de política bem engendradas, em tempo certo, e, em parte, a modos de aproveitamento moderno de alguns valores culturais, embora estes também estivessem vivos nos momentos em que aqueles países eram pobres. É essa combinação complexa de cultura e política, de modelos de estrutura social e posição internacional, que explicará, em última instância, o “sucesso” e, neste sentido, parte substancial do sucesso se explicará pelas diferenças nacionais.

Um segundo exemplo dirá que a referência a processos de globalização, a adesão a valores de eficiência e competitividade, não explicam, também, porque os países sul-americanos não podem explorar plenamente a sua vocação exportadora agrícola em função, entre outros motivos, do protecionismo europeu e da exportação subsidiada de gêneros agrícolas por praticamente todos os países desenvolvidos. A política agrícola comum européia, de sua parte, tampouco pode ser entendida sem uma compreensão histórica do modelo de organização espacial e social de alguns países europeus, que buscaram manter fixada a população no campo, ainda que à custa de um ônus para o contribuinte.

Reverter situações como a descrita é um

processo complexo, que envolverá transformações nacionais e na própria maneira pela qual a comunidade internacional atua sobre processos de mudança.

IV - Não será assim, por simples referência ao “global”, que poderemos entender o complexo jogo das forças em atuação no cenário internacional, nem as linhas de evolução política e econômica que têm origem em modos diferenciados de desenvolvimento. Não se pode reduzir tudo aos atributos considerados necessários para uma integração bem sucedida nos processos de globalização.

Na realidade, volto ao mesmo recurso metodológico que inspirou a “teoria da dependência”. O capitalismo se expande de forma diferenciada e o elemento central para compreender a lógica de seu movimento está na ligação entre a dinâmica da expansão e as “situações concretas” que encontra, que dizem respeito ao modo de articulação das leis de expansão com as estruturas sociais e políticas nacionais. Agora, é certo, as leis da expansão ganham maior força e velocidade, mas as situações concretas continuam a existir, e é preciso entendê-las.

O marco da globalização é uma moldura estreita para dar conta das situações sociais de cada país, para explicar modos de inserção no capitalismo contemporâneo. Sem um conhecimento dos limites de globalização e da relevância da especificidade das histórias nacionais, qualquer análise fica imperfeita, prejudicada. Perde-se o movimento dialético entre o que é universal e o que é particular. E, politicamente, perde-se a compreensão das oportunidades positivas de integração, que apenas se concretizarão se baseadas numa visão nacional das tendências — limites, oportunidades, desafios — das forças globalizantes, do que é o capitalismo hoje no plano mundial, como se expande, como gera padrões de uniformização.

Nesse sentido, cabe uma palavra sobre o papel do Estado. A globalização não fornece

elementos suficientes para situar o Estado no desenvolvimento de cada sociedade. Em geral, tende a diminuí-lo, a vê-lo, no limite, como simplesmente cumprindo funções de gestor das finanças públicas, no plano doméstico, e de negociador de tarifas sempre mais baixas, no plano internacional. Em alguns casos, novamente tendo como pano de fundo o êxito dos países asiáticos, admite a “intervenção seletiva” do Estado naqueles setores em que um país poderia desenvolver vantagem comparativa.

Na verdade, parece haver atualmente uma certa confusão sobre o papel do Estado, que a referência simplista à globalização não ajuda a esclarecer. O que importa é menos o tamanho do Estado, definido a priori por critérios doutrinários, do que a qualidade de sua atuação, sobretudo na área social. Hoje, o Estado necessário num país como o Brasil será aquele que intervenha menos e melhor, que tenha capacidade de definir prioridades claras e mobilizar os recursos necessários para implementá-las.

De certo modo, o Estado deve, em vez de enfraquecer-se, antes fortalecer-se para que seja instrumental na promoção do desenvolvimento.

Na realidade, o papel do Estado é bem mais complexo. Além das funções clássicas, como segurança, saúde e educação, tem de atender, no marco da democracia, a demandas crescentes, por mais equidade, por mais justiça, por um meio ambiente saudável, pelo respeito aos direitos humanos. A uma cidadania mais exigente deve corresponder um maior refinamento também das ações do Estado. Um Estado coeso e organizado, portanto forte, terá melhores condições de atender às necessidades oriundas da própria globalização.

Outro ponto significativo é o de que o Estado deve também estar bem aparelhado para que, na definição política das regras da globalização, os interesses nacionais que defende sejam preservados. Ou seja, o Estado que deve definir políticas de meio ambiente, escolher as melhores soluções internacionais para questões complexas de comércio

e finanças, que deve lutar contra o narcotráfico, que deve equilibrar tendências contraditórias em praticamente toda a agenda política, como é natural nas democracias, deve adquirir condições de escolha e decisão que são obviamente muito mais complexas do que as que teria o Estado “forte” dos anos 30. O Estado deve refinar-se, tornar-se mais agudo e mais aberto, porque o espectro de temas com que lida é mais complexo e difícil. Estamos longe da morte do Estado, como alguns profetizaram. Mas, precisamos de um Estado diferente do que, até hoje, existiu.

Um tema paralelo é o da política internacional da globalização.

Seria um erro grosseiro enxergar a globalização como resultante exclusiva das forças de mercado. Os contornos dentro dos quais o mercado atua são delineados politicamente, num contexto em que o jogo de poder entre as nações está sempre presente de modo inequívoco. As negociações sobre comércio, sobre as regras da competição internacional, sobre padrões de preservação ambiental, sobre mecanismos de integração regional são conduzidas através do diálogo tradicional entre Estados, em foros onde eles têm assento. Os Governos têm como influenciar a direção destes processos. Não podem renunciar a este papel em nome de uma falsa ideologia do mercado.

É do embate direto entre posições negociadoras distintas que nasce o arcabouço de regras e parâmetros que fixará os limites dentro dos quais os processos de globalização terão de operar. Nas rodadas de negociações comerciais multilaterais, por exemplo, como na Rodada Uruguai, embora se pudesse admitir como pressuposto que houvesse um interesse geral em que fossem adotados compromissos adicionais no sentido de “liberalizar” o comércio mundial, cada país tinha visões distintas sobre os ritmos e as modalidades destes compromissos, assim como os produtos a serem neles incluídos. Estas diferenças reais na mesa de negociações têm a ver, antes de tudo, com o grau diferenciado de desenvolvimento de cada país, com

as peculiaridades de sua organização social e política, com a especificidade de sua trajetória, com tudo aquilo, em suma, que as forças da uniformização não são suficientes para explicar de maneira satisfatória.

Neste processo, economia e política, mercado e poder, se combinam com enorme clareza.

V - A globalização não elimina, conseqüentemente, a hierarquia entre Estados, não os coloca forçosamente num mesmo patamar, num nível de igualdade. Mas há duas diferenças na maneira pela qual a hierarquia se reflete no comportamento dos atores internacionais.

A primeira é a de que agora a hierarquia não se apresenta apenas em termos de diferencial de poder militar estratégico, embora este continue a ser decisivo, como a Guerra do Golfo terá demonstrado de maneira inequívoca. A hierarquia se estabelece em função de uma complexa equação que inclui como variáveis cada vez mais importantes o poder econômico e aquilo a que se denominada “soft power”, ou seja, a capacidade de coletar e processar informação, o poder de irradiar cultura e padrões coletivos de comportamento, a projeção diplomática e o prestígio internacional. A hierarquia se manifesta sobretudo no momento de definição das regras que compõem o quadro institucional da globalização, em que se tornam evidentes os distintos graus de capacidade de influenciá-las.

Como evitar que as negociações consagrem regras que aprofundem a hierarquia? Como criar regras comuns quando existe graus significativos de diferença entre Estados? Como criar poder de barganha para poder intervir positivamente neste processo?

Fique claro, por outro lado, que é preferível dispor de regras transparentes e estáveis — ainda que não tenhamos sido protagonistas centrais em sua elaboração — que prevaleçam sobre o uso arbitrário do poder. De novo, o desafio de adaptação, de incorporação da regra como estímulo positivo, é grande para países médios, como o Brasil e a África

do Sul.

A segunda é a de que os deslocamentos, as manobras dentro da hierarquia obedecem a movimentos variados. Existem diversas possibilidades de associação de interesses entre grupos de países que se unem em torno de temas específicos. Há uma ampla gama de geometrias possíveis com interesses comuns em áreas como comércio de bens agrícolas, liberalização de serviços, meio-ambiente, direitos humanos. A capacidade de resistir às forças transnacionais “negativas” como o narcotráfico, o crime organizado ou aos ataques especulativos contra moedas leva também a novas formas de agrupamento, na medida em que ações nacionais isoladas sejam percebidas como insuficientes. Já não há assim uma política previsível ou pré-determinada que corresponda a uma posição dentro da hierarquia.

Paradoxalmente, a globalização leva assim a que estejamos obrigados a ter uma consciência maior, muito mais aguda e profunda de nossa individualidade, daqueles elementos que nos diferenciam no conjunto das nações. Porque será a partir desta consciência que se desdobrará o leque de nossas possibilidades de atuação internacional, através tanto de alinhamentos variados em diferentes temas da agenda internacional, quanto da construção de parcerias bilaterais que sejam promissoras para aumentar os fluxos de intercâmbio e as iniciativas de cooperação.

É o conhecimento de nossa identidade que levará a um refinamento de nossas opções diplomáticas, à busca de formas de atuação internacional condizentes com os melhores interesses da nação. É assim com base em nossa realidade específica, em nossa situação dentro da hierarquia internacional, que trataremos de inserir nossa economia nos processos de globalização, obedecendo a um ritmo que seja compatível com a necessidade de modernizar nossas estruturas produtivas, de prepará-las para poderem suportar, internamente, níveis crescentes de competição e terem também condições de sucesso num mercado internacional em que cada espaço é disputado.

VI - O Brasil e a região em que está inserido, a América do Sul, sentem-se afinados com as forças de mudança no cenário internacional. Vêm com naturalidade as tendências de liberdade econômica e da democracia, porque são valores abraçados por todos os países da região. São parte de nossa história, parte, portanto, de nossa especificidade.

Vemos a globalização antes pela ótica das oportunidades que oferece do que pelos riscos que também acarreta. Já começamos a colher os frutos de um maior grau de integração nos fluxos econômicos e financeiros internacionais. Em velocidades distintas, mas num movimento coletivo, deixamos de lado os modelos econômicos de nosso passado recente, baseados na industrialização protegida para substituir importações, na forte presença do Estado no setor econômico produtivo.

A América do Sul também se engaja nos mecanismos de integração regional que se multiplicam nesta década dos 90. Sabemos que é necessário alargar nosso espaço econômico com o objetivo de proporcionar mercados ampliados, os quais são exigidos para que possam operar as economias de escala associadas aos modernos processos produtivos intensivos em tecnologia. Os países da região estão negociando uma série de acordos comerciais bilaterais ou sub-regionais que deverão concorrer para a conformação de um espaço integrado de livre comércio na América do Sul. Mas a integração na América do Sul não se limita aos fluxos de comércio; estende-se também à infra-estrutura, o que criará vínculos mais sólidos, com sentido de permanência. Para o Brasil, o núcleo primordial de nossa integração na região é o MERCOSUL, cuja consolidação se tornou uma prioridade de nossa .

Também, neste ponto, temos uma vantagem que decorre de uma tradição — que começa com a CEPAL — de refletir sobre a melhor forma de inserção econômica no sistema internacional. É outro traço específico que nos deu vantagens quando desenhamos os processos modernos de integração. Não criamos sobre o nada. Criamos sobre tentativas,

frustradas algumas, é verdade, mas tentativas que engajaram a melhor vontade política das lideranças do continente.

A América do Sul é também uma região em que predominam a paz e a democracia. Nossa diferença específica é a paz entre os Estados e a capacidade de diálogo. A democracia é a melhor garantia de permanência da mudança, na medida em que, ao refletir o desejo da maioria, assegura previsibilidade, coerência e transparência ao processo de transformações.

Temos, cada país sul-americano, um compromisso com a defesa da democracia em nossa área. Não preciso acentuar as vantagens da paz, da boa convivência regional, em um momento em que decisões complexas de integração à economia mundial são tomadas. A paz facilita a projeção internacional; e, não por acaso, o MERCOSUL terá origem em um processo de efetiva aproximação política entre Brasil e Argentina, processo que dissipa formas velhas de rivalidade. A paz regional é um requisito para que fluxos de investimento e comércio cresçam e ganhem contornos de permanência.

Mas também sabemos, no Brasil, que ainda há muito por fazer em nosso país, que nossos processos de mudança ainda estão de certo modo incompletos. Estamos tratando de encaminhar as reformas necessárias, dentro dos limites de tempo que impõe o funcionamento de nossas instituições democráticas. No campo social, é enorme a tarefa que temos pela frente para corrigirmos os históricos desequilíbrios de repartição da renda e melhorarmos nossos indicadores sociais. Avançamos muito em algumas áreas, como na consolidação da democracia e no campo da tolerância racial e religiosa. O Plano Real e a estabilização da economia proporcionaram, por outro lado, uma ampla redistribuição de renda em benefício dos menos favorecidos. Mas nossa dívida social ainda é enorme.

Resgatá-la é tarefa para mais de um Governo, para mais de uma geração.

Teremos de fazê-la com o melhor

entendimento do que queremos, integrados na economia mundial, mas conscientes de que isto não basta como solução.

A consciência de nossas qualidades e de nossas dificuldades não nos impede de vermos como positivas as perspectivas do Brasil de participar com êxito dos processos de globalização. Mas nos baliza o caminho, nos dita ritmos próprios, nos diferencia em relação a outros países, fixa campos prioritários de ação, determina a escolha de parceiros em temas específicos da pauta internacional e para a cooperação bilateral.

VII - E um destes aliados será necessariamente a África do Sul. Temos graus similares de desenvolvimento e perspectivas também semelhantes diante do cenário internacional. A remissão ao global aproxima, em vez de diferenciar, nossos dois países. Nossas posições estão próximas na hierarquia internacional em uma série de temas. Que o Brasil e a África do Sul participem juntos da defesa de seus interesses na cena internacional é o corolário natural de nossas afinidades. Para isto vim à África do Sul.

Vim também para que possamos dar ímpeto à exploração das oportunidades de cooperação bilateral, em todas as áreas. Somos próximos em termos de geografia. O Atlântico Sul é um espaço de união entre nossos dois países. As linhas de transportes marítimos e aéreos operam a favor de uma intensificação dos fluxos de comércio e de investimentos. O MERCOSUL oferece à África do Sul uma perspectiva ampliada de negócios, assim como sabemos que este país tem laços comerciais com toda a África Meridional, é uma porta de entrada para uma série de países. Tratemos de criar um quadro normativo que propicie uma expansão dos fluxos comerciais entre o sul da África e o Cone Sul.

Tratemos de dar vida e expressão concreta ao imenso potencial existente entre nossos países. Isto reforçará nossas credenciais para que possamos nos inserir de maneira bem sucedida na economia

internacional.

Volto ao início de minhas palavras nesta tarde, quando dizia que um passo importante para que nossos países se aproximem é o sentimento de que temos problemas comuns, que podem ser pensados conjuntamente e dar possivelmente origem a caminhos a serem percorridos também em conjunto, em particular naquelas situações concretas com que nos defrontamos nas mesas de negociação em diferentes foros internacionais.

Enfrentamos o mesmo desafio da globalização, a partir de perspectivas similares. Terei cumprido a contento a missão a que me propus nesta tarde se as idéias por mim expostas tiverem contribuído para reforçar a percepção de que temos muito a fazer juntos num mundo em que ações políticas da parte de atores do peso da África do Sul e do Brasil são indispensáveis na conformação dos processos atuais de globalização.

Seminário sobre Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, sobre o tema “Política Externa e Defesa Nacional”, por ocasião do Seminário sobre Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Brasília, 28 de novembro de 1996

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar a Comissão de Defesa Nacional, especialmente seu presidente, Deputado Elias Murad, pela iniciativa oportuna de realizar um Seminário sobre Política de Defesa Nacional, um tema indubitavelmente importante e atual, que diz respeito a toda a sociedade brasileira. Conforme afirmou o Deputado José Genoíno em artigo publicado anteontem no jornal “O Globo”, o Congresso Nacional desempenha papel-chave na discussão dos problemas relativos à defesa e segurança do país. Esse evento representa hoje um passo importante para o fortalecimento do diálogo envolvendo a questão das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Durante a reunião da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN), que teve lugar no dia 6 de setembro passado, o Presidente Fernando Henrique Cardoso expôs a necessidade de que o Brasil conte com uma política de defesa que leve em conta os objetivos políticos do país, basicamente no que se refere às suas relações com os países estrangeiros. Naquela ocasião, determinou que fosse preparado um documento que se referia ao problema, definindo, como sua diretriz básica, que fossem levados em conta os princípios relacionados no artigo 4º da Constituição Federal, que regem as relações internacionais do Brasil.

A defesa nacional, juntamente com o desenvolvimento econômico e social, tem sido um objetivo permanente para a diplomacia brasileira.

Já no processo de consolidação da Independência brasileira foi possível detectar o principal objetivo que iria direcionar a política externa do País: manter a unidade nacional e a vasta área territorial por meio da consolidação de um aparato de estado pronto para intervir em nome dos interesses econômicos, políticos e de segurança da nova nação.

Quando terminou o período imperial, também chegou ao fim a primeira fase da formação da política externa brasileira, a chamada consolidação do estado nação. Com a República, e com o Barão do Rio Branco na chefia da Chancelaria, teve início a fase de definição das fronteiras, a qual, devido ao seu sucesso, conferiu peso irreversível à dimensão jurisdicional e legalista da política externa brasileira.

A política de consolidação das divisas com os dez Estados fronteiriços, abrangendo uma extensão de quase 16.000 quilômetros, constituiu-se uma experiência histórica desafiadora e extremamente bem-sucedida. Não seria exagero afirmar que parte substancial da credibilidade do Brasil junto aos seus parceiros americanos resulta do fato de ter o Brasil suas fronteiras claramente delimitadas através de negociações bilaterais e avaliações, em processos

transparentes, pacíficos e juridicamente concluídos.

No entanto, o problema da preservação da integridade territorial, um objetivo permanente da política externa e de segurança, ultrapassa a delimitação, demarcação e proteção da linha de fronteira. O Brasil aprendeu a manter relações pacíficas com seus vizinhos nos últimos cento e vinte anos. Essa política, no entanto, não se caracterizou por uma atitude passiva, pela simples negação dos conflitos. Pelo contrário, tem sido ativa, deliberada e diligente na consolidação de laços econômicos, políticos e culturais com os países sul-americanos.

O documento “Política de Defesa Nacional”, mencionado anteriormente, apresenta algumas das iniciativas brasileiras no plano externo, as quais, mais recentemente, têm consolidado as relações pacíficas e, mais do que isso, de cooperação, mantidas pelo Brasil com seus vizinhos. Entre elas, podem ser mencionadas, em nível multilateral, o fortalecimento do processo de integração levado a efeito pelo Mercosul, o fortalecimento das relações com os países da Amazônia – desenvolvido no âmbito do Tratado de Cooperação da Amazônia – a intensificação da cooperação com os países africanos de língua portuguesa e a consolidação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul.

Ainda no plano bilateral, por muitos anos fomos capazes de tecer uma rede de interesses comuns que contribui para o fortalecimento dos laços e consolida as relações do Brasil com os países vizinhos. A construção e operacionalização da hidrelétrica de Itaipu, o sistema hidroviário do Paraguai-Paraná, o fornecimento crescente de petróleo por parte da Argentina – nosso maior fornecedor atualmente – a construção do gasoduto realizada em parceria com a Bolívia, o fornecimento de energia por parte da Venezuela, são alguns exemplos dos muitos empreendimentos cujos resultados ultrapassam, em grande parte, o significado meramente econômico ou comercial. Juntamente com o crescimento contínuo do comércio e dos fluxos de investimentos, a constante melhoria nas relações

políticas gera um processo de cooperação e interdependência que leva estados nações a se preocuparem com a estabilidade e a prosperidade de seus parceiros.

Os esforços históricos brasileiros para construir suas relações internacionais e regionais calcadas na paz e cooperação também se reflete no plano político. O nível de proximidade política entre os países da América do Sul tem aumentado consideravelmente devido a mecanismos de ações diplomáticas combinadas como o Grupo do Rio, o Tratado de Cooperação da Amazônia e o Tratado da Bacia do Prata, além de planos de integração regional. Atualmente, há uma intensa familiaridade entre os Presidentes latino americanos e entre os chanceleres dos países localizados naquela região. Tanto esse conhecimento como essa coordenação forneceu-nos capacidade para rápida mobilização, em alguns casos através de reduzidos grupos de países envolvidos em certas questões, a fim de enfrentar situações conjunturais. No plano econômico, um exemplo desse tipo de situação encontra-se na crise causada pela evasão do capital especulativo, no início de 1995, e, no plano político, na tentativa de desestabilizar o regime político do Paraguai, alguns meses depois.

A integração econômica, a intensificação dos laços e contatos de natureza política e, sobretudo, o fato de todos os países da América Latina estarem mantendo sistemas democráticos de governo, certamente facilitam o estabelecimento de uma atmosfera de confiança, na qual se insere a segurança continental. Os avanços alcançados no âmbito do Comitê Hemisférico de Segurança da OEA, o tipo de diálogo ocorrido durante as reuniões dos Ministros da Defesa, em Williamsburg, em 1995, e em Bariloche, em 1996, a multiplicidade de reuniões de coordenação levadas a efeito entre os militares brasileiros e de diversos países vizinhos são exemplos eloquentes da nova mentalidade relativa à segurança entre nós.

A atuação externa brasileira visa não apenas

a garantir a segurança nas fronteiras e a integridade territorial mediante a minimização dos focos de conflito em escala regional. O mundo dos anos 90 apresenta novas oportunidades, novos desafios e novos riscos, diretamente relacionados com as forças e tensões que vieram a dominar o cenário mundial, com a redução das tensões de natureza ideológica ou estratégico-militar, que caracterizaram o período da Guerra Fria.

Conforme lembrou muito bem o Ministro Luiz Felipe Lampreia em recente palestra na Escola Superior de Guerra, “mais do que estar preocupado com a preservação de seu estilo de vida frente às ameaças apresentadas por outro sistema político-estratégico, atualmente os Estados estão muito mais envolvidos com o jogo das forças econômicas, conscientes de que a soberania, o poder nacional e a capacidade de influência aumenta com o fortalecimento da economia e dos indicadores sociais. Os elementos fundamentais para a preservação do Estado, como a estabilidade política e econômica, o crescimento econômico sustentável, a geração de empregos e o bem-estar da população, dependem do progresso econômico e social – não mais da proteção do guarda-chuva estratégico de uma superpotência ou de uma doutrina de “segurança nacional”. É a partir dessa conquista, não de políticas de prestígio, que depende a projeção internacional dos países.” Uma política de defesa nacional é, portanto, inseparável de uma política econômica de desenvolvimento.

Regras econômicas estáveis e previsíveis, como aquelas que garantem a operacionalização do sistema multilateral de comércio, passam a afetar, embora indiretamente, a defesa de um país, especialmente aqueles com relativamente menos poder. Com a globalização, práticas econômicas injustas podem ser potencialmente tão ou menos adversas para um país, do que as ameaças comuns de natureza geopolítica. Nesse contexto, por exemplo, a ação de especuladores nos mercados globais pode causar mais danos à segurança de um

país do que um eventual conflito de fronteira.

Em relação a isso, o desempenho brasileiro junto às agências econômicas internacionais constitui importante aspecto da defesa dos interesses brasileiros. A diplomacia econômica constitui a linha de frente da defesa do país no que diz respeito ao acesso aos mercados, medidas anti-dumping e protecionistas, subsídios ilegais, garantia de permanência de mercadorias, fluxos de capital e tecnologia, entre outros. Em suma, ela visa à melhor inserção da economia brasileira na economia internacional.

A diplomacia brasileira tem atuado no sentido de fortalecer as credenciais, confiabilidade e credibilidade brasileiras no exterior, com base na percepção de que o Brasil é um membro efetivo da comunidade internacional, identificado com as regras básicas de relacionamento no âmbito das relações internacionais contemporâneas. A preservação do Estado legítimo, democrático, a defesa dos direitos humanos, a prevenção dos problemas em áreas como a não-proliferação de armas nucleares, o terrorismo, drogas e meio ambiente, entre outras, são questões fundamentais para uma estratégia de defesa nacional. Certamente, elas contribuem para manter a legitimidade internacional do país e evitar o surgimento de pressões externas. Tais pressões são exercidas, por exemplo, mediante legislações com jurisdição extraterritorial, manifestações neo-protecionistas ou tendências unilaterais em relação ao comércio e investimentos.

Apenas lembraria, como exemplos de iniciativas recentes do Governo brasileiro, destinadas a reafirmar os compromissos assumidos relativos ao controle das exportações de matérias-primas e tecnologia sensível, bem como a não-proliferação de armas nucleares de destruição massiva, a admissão do Brasil no Regime de Controle da Tecnologia de Mísseis (RCTM) e no Grupo de Fornecedores de Materiais Nucleares (GFMN). Além dessas iniciativas, nesse ano o Brasil aderiu ao Tratado sobre Total Banimento de Testes Nucleares e ratificou a

Convenção sobre Interdição da Produção, Estocagem e Utilização de Armas Químicas.

O Brasil foi também o quarto país a contribuir individualmente com tropas às operações de paz das Nações Unidas. Na UNAVEM III, para mencionar apenas uma, o Brasil enviou uma tropa de 1.115 militares, o que constitui o maior contingente da operação de apoio à paz em Angola.

A defesa permanente dos interesses nacionais no exterior constitui uma atribuição básica da diplomacia. No que concerne ao Ministério das Relações Exteriores, essa tarefa é desenvolvida em diversos níveis. A rede de postos no exterior, por exemplo, desempenha tarefas relacionadas à promoção das exportações brasileiras e apoio ao ingresso de investimentos estrangeiros. Fornece também informações e recomendações aos empresários brasileiros no exterior, e busca incentivar a participação de empresas brasileiras em licitações internacionais.

No plano da defesa e difusão dos valores culturais brasileiros, o Itamaraty patrocina o ensino do idioma nacional em todos os países latino americanos e em alguns países europeus e africanos, e apoia, no exterior, as diferentes formas de expressão da arte brasileira. Os Centros de Estudos Brasileiros (CEB's) estão sendo reestruturados com o intuito de serem transformados em instituições autônomas do ponto de vista financeiro e administrativo. No plano multilateral, o estabelecimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) surgiu como um novo espaço para atuação e cooperação, voltado para promover nossas identidades e atuar em defesa da língua portuguesa, sem colidir com os esforços integracionistas levados a efeito pelos países de língua portuguesa em seus respectivos contextos regionais.

A defesa de interesses nacionais no exterior encontra sua expressão mais visível na atuação consular, estabelecida e regulamentada no serviço exterior brasileiro, mesmo antes da própria função diplomática. Refiro-me particularmente ao movimento de emigração de brasileiros ocorrido

recentemente. Estima-se em um milhão e meio o número de brasileiros vivendo fora do seu país. Para fins de apoio consular, soma-se a esse contingente turistas, estudantes e empresários, que viajam cada vez mais ao exterior, devido, especialmente, à estabilidade da moeda brasileira.

Procuramos responder a essa nova e crescente demanda por meio de serviços notariais e assistência consular prestada de forma criativa e original, cientes de que estamos fornecendo no exterior, o apoio ao qual os cidadãos brasileiros têm direito de receber do Estado. O alcance das medidas tomadas, especialmente nos últimos dois anos, é muito amplo. Mencionarei apenas algumas delas:

- ampliação da rede consular, com a instalação de repartições consulares em Tóquio e Cape Town por exemplo;

- contatos freqüentes com autoridades portuguesas com vistas a resolver problemas relacionados a profissionais brasileiros, especialmente cirurgiões-dentistas que vivem e trabalham em Portugal;

- incentivos à organização das comunidades brasileiras no exterior, especialmente em cidades com maior concentração de cidadãos brasileiros;

- instalação de vários Conselhos de Cidadãos, entidades que propiciam a interação permanente entre as autoridades consulares e os indivíduos que representam as comunidades brasileiras;

- organização de consulados itinerantes, uma forma rápida, eficaz e econômica de estender a atuação consular às comunidades que se encontram em locais distantes da sede do consulado, geralmente aqueles com poucos recursos e meios financeiros;

- distribuição de cartilhas consulares com informações úteis para viajantes e turistas;

- monitoramento sistemático de cerca de 700 nacionais presos no exterior; e

- negociação de instrumentos jurídicos, estendendo proteção aos nacionais brasileiros que se encontram no exterior, desde acordos para

isenção de vistos a acordos para a transferência de prisioneiros e para cooperação judiciária com os países de vários continentes.

Essa breve referência a algumas das atividades levadas a efeito no exterior pelo Itamaraty visou a ilustrar a total identidade entre a ação diplomática e a defesa nacional. A diplomacia brasileira cumpre, invariavelmente, os objetivos relacionados na “Política de Defesa Nacional”. Entre eles, gostaria de destacar o conceito de garantia do patrimônio nacional. É nosso dever – e o Ministério das Relações Exteriores está totalmente ciente disso – defender o legado de nossos ancestrais e o produto do trabalho de milhões de cidadãos brasileiros.

O conceito patrimonial implica a diversidade de visões sobre a defesa nacional, desde a soberania à integridade territorial, desde os valores sociais e morais aos bens materiais, desde os interesses brasileiros no exterior à nossa capacidade de preservar e ampliar nossos recursos de natureza financeira, comercial e econômica. Esse é o significado de uma ampla política de defesa, voltada para a proteção do território, da mesma forma que para a preservação dos interesses nacionais em seus mais diversos aspectos, tanto no plano político, como econômico, social e cultural.

Muito obrigado.

(versão em inglês)

First of all, I want to compliment the National Defense Committee, and especially its president, deputy Elias Murad, for the opportune initiative of holding a seminar on National Defense Policy, an unquestionably important and updated issue, which concerns the whole Brazilian society. As stated by deputy José Genoíno, in an article published the day before yesterday in the newspaper “O Globo”, the National Congress has a key role in the discussion of matters concerning the defense and security of the country, and today’s event represents an important step toward strengthening the dialogue on the issue

between the Executive and the Legislative Powers.

During a meeting of the External Relations and National Defense Chamber (CREDEN), held on last September 6, President Fernando Henrique Cardoso addressed the need for Brazil to count on a defense policy which would take into account the country’s political objectives, basically in what concerns its relations with foreign countries. On that occasion, he ordered that a document be prepared, which would address the matter, and determined, as its basic guideline, that the principles listed on article 4 of the Federal Constitution, which rule Brazil’s international relations, should be taken into account. As a result of the efforts made by CREDEN and the National Defense Committee established by CREDEN, President Fernando Henrique Cardoso has signed and made public, on November 7, a document known as “National Defense Policy”, which assembles basic concepts on the country’s external defense.

National defense, together with social and economic development, has been an enduring objective for Brazilian diplomacy.

Already in the process of consolidating Brazilian Independence, it was possible to detect the main purpose which would guide the country’s external policy: keeping the national unity and the vast territorial area by means of consolidating a state apparatus ready to intervene on behalf of the economic, political and security interests of the young nation.

As the Imperial period came to an end, the first phase of the formation of Brazilian external policy, the so-called consolidation of the nation state, was also over. With the Republic, and with Baron of Rio Branco at the head of the chancery, it began the phase of equating boundaries, which, due to its success, conferred an irreversible weight to the juristical and legalist dimension of Brazil’s external policy.

The policy of consolidating Brazil’s boundaries with ten frontier States, comprising an arch of almost 16.000 kilometers, has been a challenging and extremely well-succeeded historical experience. It

would be no exaggeration to state that a substantial part of Brazil's credibility next to its American partners results from the fact of Brazil having its borders clearly delimited through bilateral negotiations and appraisals, in transparent, peaceful and juridically concluded proceedings.

However, the issue of preserving the territory's integrity, an enduring objective of both foreign and security policies, goes beyond the delimitation, demarcation and protection of the borderline. Brazil has learned to carry on peaceful relations with its neighbours over the last one hundred and twenty years. This policy was not characterized by a passive attitude, by a simple denial of conflicts, though. On the contrary, it has been an active, deliberate and laborious building of economic, political and cultural ties with South American countries.

The "National Defense Policy" document, which I have mentioned before, presents some of the Brazilian initiatives on the external plan, which, in more recent times, have been consolidating the peaceful and, more than that, cooperative relations Brazil and its neighbours have. Among them, it may be mentioned, on the multilateral plan, the strengthening of the integration process brought about by MERCOSUR, the strengthening of relations with the Amazonian countries – developed within the scope of the Amazonian Treaty of Cooperation -, the intensification of cooperation with Portuguese-speaking African countries and the consolidation of the Zone of Peace and Cooperation in the South Atlantic.

Also on the bilateral plan, over many years, we have been capable to weave a network of shared interests which contribute to strengthen the ties and to consolidate Brazil's relations with neighbour countries. The construction and operation of the Itaipu hydro-electric power station, the Paraguai-Paraná river system, the increasing oil supply from Argentina - our largest supplier nowadays -, the construction of the gas pipeline undertaken jointly with Bolivia, the supply of power from Venezuela, are but a few

instances of the many undertakings whose results go, to a large extent, beyond their mere economical or commercial meaning. Together with the increasing growth of trade and investment flows, the constant improvement in political relations generates a process of cooperation and interdependence which leads nation states to be concerned with the stability and prosperity of their partners.

Brazil's historical efforts to build its international, hemispherical and regional relations upon peace and cooperation is also reflected on the political plan. The level of political proximity between South American countries has considerably increased due to mechanisms of combined diplomatic action, such as the Group of Rio, the Amazon Cooperation Treaty and the Plate Basin Treaty, besides the regional integration schemes. At present, there is an intense familiarity between Latin American Presidents and between the chanceries of the countries located in that region. Both this knowledge and coordination have provided us with a capacity of rapid mobilization, in some instances through reduced groups of countries directly involved in certain issues, to face adverse conjunctural situations. In relation to the economic plan, an example of these situations was the crisis caused by the evasion of speculative capital, early in 1995, and, in relation to the political plan, the attempt to destabilize Paraguai's democratic regime a few months later.

The economic integration, the intensification of ties and contacts of a political nature, and, above all, the circumstance that all Latin American countries are living up to the democratic system of government, certainly facilitate the establishment of an atmosphere of trust in which the continental security is concerned. Progresses made within the scope of OAS's Hemispherical Security Committee, the kind of dialogue that went on during the meetings of Defense Ministries, in Williamsburg, in 1995 and in Bariloche, in 1996, the multiplicity of coordination meetings held between Brazilian military and those from several neighbour countries, are eloquent examples of the new

mentality regarding security around us.

Brazil's external action aims not only to guarantee security on the borders and territorial integrity by means of minimizing focuses of conflict on a regional scale. The world of the 1990s presents new opportunities, new challenges and new risks, directly related to the forces or tensions which came to dominate the world's scene with the reduction of tensions of an ideological or strategical-military nature, which characterized the Cold War period.

As Minister Luiz Felipe Lampreia well recalled in a recent lecture at the National War College, "rather than being concerned with the preservation of their way of life in face of threats posed by other politicalstrategic system, at present, States are much more involved with the play of economic forces, aware that the sovereignty, the national power and the capacity of influence increase with the strenghtening of the economy and the social indicators. The fundamental elements for the preservation of a State, such as, political and economical stability, sustainable economic growth, job generation and well-being of the population, depend on the economical and social achievement - no longer on the protection of the strategical umbrella from a superpower or from a "national security" doctrine. It is from this achievement, not from policies of prestige, that the countries' international projection depends upon." A defense policy is therefore inseparable from an economic development policy.

Stable and predictable economic rules, such as those which guarantee the operation of the multilateral system of trade, start to affect, although indirectly, the defense of a country, especially those with relatively smaller power. With the globalization, unfair economic practices may be potentially as much or more adverse to a country, as the usual threats of a geopolitical nature. In this context, for instance, the action of speculators on the global markets may cause more harm to the security of a country, than an eventual border skirmish.

In this connection, Brazilian performance next

to international economic agencies constitutes an important aspect of the defense of Brazilian interests. The economic diplomacy constitutes a front line of the country's defense on what regards access to markets, anti-dumping and protective measures, illegal subsidies, guarantee of stay of goods, capital and technology flows, among others. In sum, it is intended to a better insertion of the Brazilian economy into the international economy.

Brazilian diplomacy has been acting to strenghten Brazilian credentials, reliability and credibility abroad, based upon the perception that Brazil is a full member of the international community, identified with the basic rules of relationship in the contemporary international relations. The preservation of the lawful, democratic State, the defense of human rights, the prevention of problems in areas such as nonproliferation of nuclear weapons, terrorism, drugs and environment, among others, are major issues for a strategy of national defense. Certainly, they contribute to maintain the country's international legitimacy and to avoid the emergence of external pressures. These pressures exert themselves, for instance, by means of legislations with extraterritorial jurisdiction, neoprotective manifestations or unilateral tendencies regarding trade and investments.

I would only recall, as examples of recent initiatives of the Brazilian government aimed at the restatement of undertaken and consolidated commitments concerning the control of exports of materials and sensitive technology, as well as the non-proliferation of mass destruction weapons, the admittance of Brazil into the Missile Technology Control Regime (MTCR) and into the Nuclear Suppliers Group (NSG).

Besides these initiatives, this year Brazil has adhered to the Treaty on the Complete Ban of Nuclear Tests and ratified the Convention on the Interdiction of Production, Stocking and Utilization of Chemical Weapons.

Brazil has also been the 4th individual country

to contribute with troops to the United Nations peace support operations. At UNAVEM III, to mention just one, Brazil has deployed 1115 military, which constitute the largest contingent of the peace support operation in Angola.

The permanent defense of national interests abroad constitutes a basic attribution of diplomacy. In which the Ministry of External Relations is concerned, this duty is carried out on several plans. The network of offices abroad, for instance, performs duties that are related to the promotion of Brazilian exports and support to the uptaking of foreign investments. It also provides information and advice to Brazilian businessmen abroad, and seeks to encourage the participation of Brazilian companies in international biddings.

On the plan of the defense and diffusion of Brazilian cultural values, the Itamaraty provides all Latin America, and some European and African countries with teaching the national language, and supporting Brazilian different ways of expressing Art abroad. The Centers for Brazilian Studies (CEBs) are being restructured, with a view to turn them into autonomous institutes, from a financial and administrative standpoint. On the multilateral plan, the establishment of the Community of Portuguese-speaking Countries (CPLP) emerged as a new space for action and cooperation, intended to foster our identities and to act in defense of the Portuguese language, without colliding with the integrationist efforts undertaken by the Lusitanian countries in their respective regional contexts.

The defense of national interests abroad finds its most conspicuous expression in the consular capacity, established and regulated in the Brazilian foreign-service even before that of the diplomatic capacity itself. However, there are new elements which involve immense challenges for Brazilian diplomacy. I am particularly referring to the emigration movement of Brazilians occurred in recent years. The number of Brazilians living outside their country is estimated in one million and a half. For purposes of consular

support, add to this contingent tourists, students and businessmen who go more and more abroad, due especially to the stability of Brazilian currency.

We have sought to respond to this new and increasing demand by means of notarial services and consular assistance delivered in a creative and ingenious way, aware that we are providing abroad the support Brazilian citizens are entitled to receive from the State. The scope of measures taken, specially in the last two years, is very comprehensive. I will mention only a few of them:

- enlargement of the consular network with the installation of consular offices in Tokyo and Cape Town, for instance;
- frequent contacts with Portuguese authorities with a view to solve problems related to Brazilian professionals, especially surgeon-dentists, who live and work in Portugal;
- incentive to the organization of Brazilian communities abroad, especially in cities with greater concentration of Brazilians citizens;
- installation of various Citizen Councils, entities which provide for permanent interaction between consular authorities and individuals representative of Brazilian communities;
- organization of itinerant Consulates, a fast, efficient and economic way to extend consular action to communities distant from the main office, usually those with smaller resources and economic means;
- distribution of consular guidebooks with useful information for travellers and tourists;
- systematic monitoring of about 700 nationals emprisoned abroad; and
- negotiation of juridical instruments extending protection to Brazilian nationals abroad, from agreements for exemption of visas to agreements for the transfer of prisoners and for judiciary cooperation with countries of several continents.

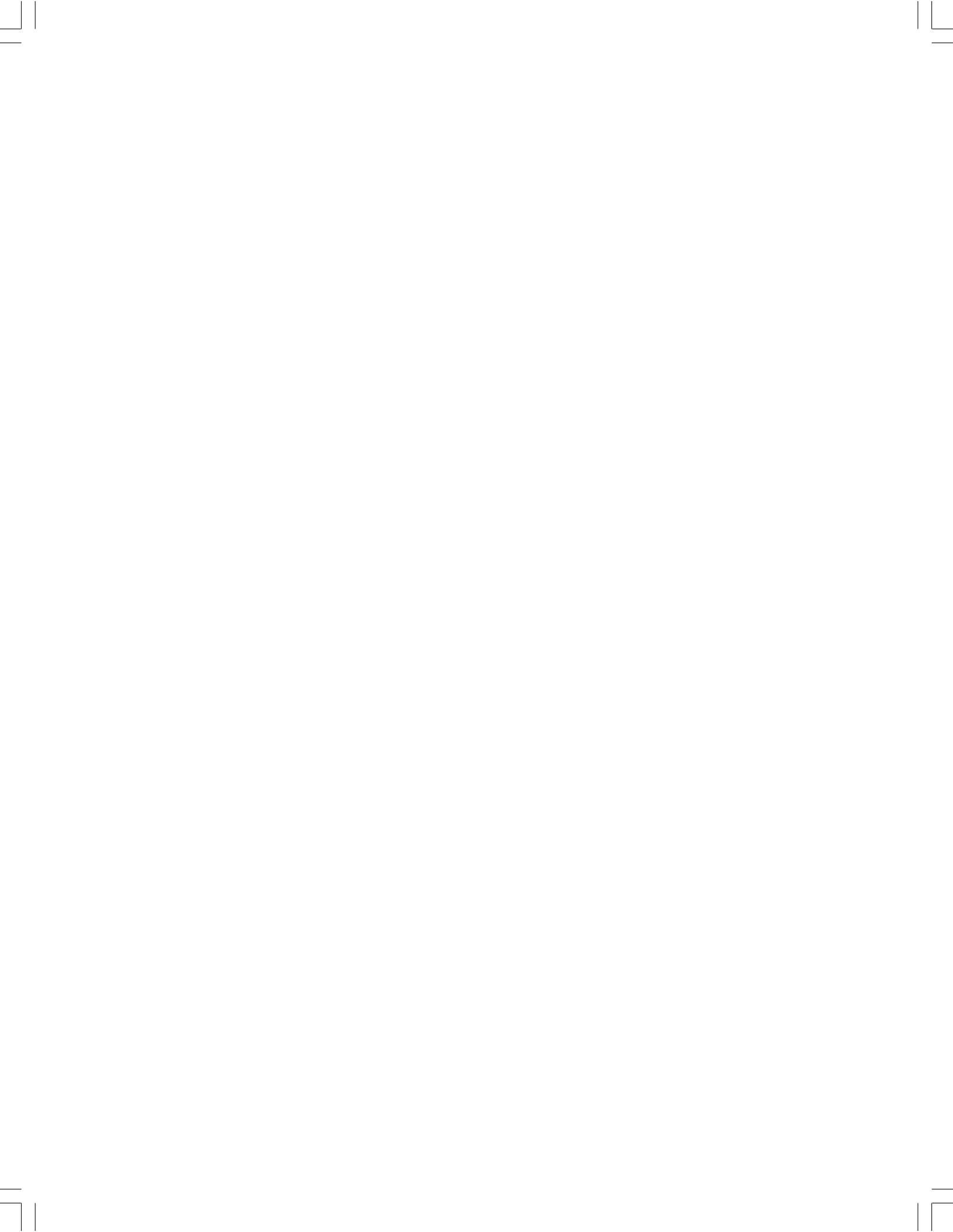
This brief reference to some activities carried out abroad by the Itamaraty has aimed to illustrate the full identification between diplomatic action and national defense. Brazilian diplomacy complies

invariably with the objectives enlisted in the “National Defense Policy”. Among these, I would like to emphasize the concept of guarantee of the national patrimony. It is our duty - and the Ministry of External Relations is fully aware of this - to defend the legacy of our ancestors and the offsprings of the labour of millions of Brazilian citizens.

The patrimonial concept comprehends the diversity of views on national defense, from sovereignty to territorial integrity, from social and

moral values to material assets, from Brazilian interests abroad to our capacity to preserve and enlarge our resources of a financial, commercial and economic nature. This is the meaning of a comprehensive defense policy, aimed at the protection of the territory as much as at the preservation of national interests in their most diverse aspects, on the political, economic, social and cultural plan.

Thank you very much.



Brasil-Portugal

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do banquete oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, Lisboa, Palácio das Necessidades, 4 de dezembro de 1996

Quero antes de mais nada agradecer as inúmeras demonstrações de amizade e de carinho que venho recebendo em mais esta estada em Lisboa, entre tantos amigos.

Embora essas demonstrações em absoluto sejam uma surpresa para nós, brasileiros, e sobretudo para mim, que tenho uma ligação tão forte com Portugal, elas não deixam de nos emocionar e encantar a cada vez que se repetem. Elas falam com eloqüência desse sentimento de irmandade tão próprio de povos que têm quase quinhentos anos de História comum e cuja amizade está entranhada em seu próprio ser.

E, porque temos orgulho, como brasileiros, de haver nascido para a História no auge da era das grandes navegações, nós já começamos a viver no Brasil a expectativa de comemorar o quinto centenário do nosso descobrimento.

Podem todos imaginar a emoção com que nos preparamos para celebrar esse capítulo tão especial da aventura nacional portuguesa, que levou a Europa aos confins do mundo — às costas da África, à América, ao Japão, a Macau e à China, a Goa, ao Timor, no que seria talvez a mais forte e criativa saga do Ocidente, que Camões immortalizou n'Os Lusíadas com a melhor lírica universal e que na verdade se encontra na origem histórica desse processo que hoje nos acostumamos a chamar de

globalização ou mundialização.

O Ministro Jaime Gama teve a felicidade de propor esta visita oficial do Chanceler brasileiro como uma forma de dar continuidade aos vários encontros que têm marcado uma nova etapa das relações entre Portugal e o Brasil, a partir da posse do novo Governo português no primeiro semestre deste ano.

Eu quero expressar a gratidão do Governo brasileiro por mais esta oportunidade de exercitarmos, na prática diplomática, a nossa amizade tão especial. Cada vez mais Portugal e o Brasil desempenham papéis importantes em suas respectivas regiões e em algumas partes do mundo, onde temos interesses concretos e naturais e onde a nossa ação concertada pode ser útil e criativa.

O diálogo freqüente, franco e incondicional é, portanto, uma exigência da própria dinâmica das nossas políticas eternas e das nossas relações. E o desejo de dar a essas relações um conteúdo econômico mais forte e consistente é uma exigência dos nossos próprios processos econômicos e uma conseqüência das oportunidades que vão surgindo neste e no outro lado do Atlântico.

Fomos parceiros próximos, íntimos mesmo, em momentos menos promissores e menos criativos, em que não acertávamos em dar às nossas relações outra dimensão que não a do afeto fraterno e a da identidade cultural e lingüística. Desde que o Brasil

se redemocratizou e Portugal entrou para a União Européia, começamos a mudar gradualmente a concepção das nossas relações. Hoje, a determinação de dar um perfil mais moderno e dinâmico a essas relações faz parte do nosso discurso e tem estado presente nas nossas conversas.

Falamos a mesma língua e compartilhamos a mesma matriz cultural.

Mas é bom não esquecer que falamos também a linguagem dos negócios, das joint-ventures, dos investimentos, da capacidade e da necessidade de aproveitarmos conjuntamente as oportunidades que surgem em Portugal e no Brasil com as privatizações, com a abertura da economia, com a busca de competitividade e de escala na produção.

Já temos um exemplo do que poderemos fazer nesta nova fase das nossas relações na associação entre a EMBRATEL e a Portugal Telecom no projeto “Aliança Atlântica”.

Esse é o caminho. A amizade, a simpatia, o sentimento de fraternidade e de identidade entre dois povos e os laços insubstituíveis que o elemento humano cria nas relações entre os Estados não podem ser fins em si mesmos, nem os objetivos para os quais a diplomacia deve trabalhar.

Eles são o ponto de partida, o instrumento, a base para o que no fundo é o grande objetivo das diplomacias de todo o mundo: construir parcerias firmes e produtivas, que contribuam para o desenvolvimento social e econômico, para a criação de empregos, para a geração de comércio e de produção, para a geração de riqueza, enfim.

Esse desejo de resgatar, literalmente, as relações luso-brasileiras já havia encontrado expressão na visita do Primeiro-Ministro Antônio Guterres ao Brasil, a primeira que fez ao exterior, e que por certo nos honrou e sensibilizou pela força do gesto. Nós pudemos apreciar, no Governo português, um sentido de pragmatismo, insubstituível no mundo de hoje, e que nós compartilhamos plenamente.

Depois daquela visita, já tivemos outros

encontros entre o Presidente e o Primeiro-Ministro de Portugal e o Presidente do Brasil, aqui mesmo em Lisboa, durante o lançamento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e em Santiago, durante a Reunião de Cúpula Iberoamericana.

Já estamos trabalhando na próxima Cimeira luso-brasileira. O que o meu amigo Jaime Gama e eu estamos fazendo nesta visita, portanto, é continuar um processo que já se iniciou, e se iniciou bem.

Nada melhor para as nossas relações do que dois Governos jovens e conscientes de que é possível e necessário assumir as relações luso-brasileiras como prioridade, não apenas como manifestação de um simbolismo diáfano e volátil quando se trata das questões que interessam concretamente aos dois povos.

Não é exagero dizer que há um novo tom nessas conversas, uma nova química entre os Governos do Brasil e Portugal.

Depois de algumas acomodações necessárias nas relações bilaterais, em função dos desenvolvimentos ocorridos em ambos os países e do seu envolvimento nas respectivas regiões e sub-regiões, era natural que aproveitássemos a circunstância da mudança, tão própria da democracia, para fazer uma revisão crítica da relação e assumir com ela um novo compromisso.

Foi o que fizemos e devo dizer que a contribuição do novo Governo português foi insubstituível.

Essa determinação tem se manifestado no bom entendimento entre Portugal e o Brasil em torno da necessidade de dar um caráter operacional ao acordo-quadro entre a União Européia e o Mercosul.

Portugal tem sido um advogado fervoroso dessa causa e nós apreciamos e agradecemos esse empenho, que deriva da sensibilidade especial que o Governo português tem demonstrado em relação à importância da dimensão transatlântica da sua diplomacia.

É importante para nós que assim seja, mas ousou dizer que é também importante para Portugal e

para a Europa que assim seja.

Não queremos que a Europa perca a posição relativa que tem em nosso comércio exterior e nos investimentos em nossa região, porque prezamos e valorizamos o equilíbrio relativo em que repousam nossas relações econômicas com o mundo inteiro.

Também em relação à África temos encontrado maior facilidade de diálogo e disposição de cooperação, especialmente agora, em que podemos ajudar a consolidar uma dimensão multilateral própria dos países de língua portuguesa. A CPLP haverá de ser um instrumento de cooperação, entendimento e concertação entre os países africanos de língua oficial portuguesa, o Brasil e Portugal, sem qualquer veleidade de hegemonia, mas com um espírito construtivo e a determinação de ocupar um espaço condizente com o peso específico da própria comunidade.

Nosso compromisso com a África de língua portuguesa é firme.

Expressa-o a presença em Angola da maior força militar enviada pelo Brasil ao exterior desde a Segunda Guerra. O que o Presidente Fernando Henrique pôde ver e sentir em sua recente visita a Luanda e às tropas brasileiras em Cuito Canavale apenas reforçou o nosso sentimento de solidariedade e o nosso compromisso com a reconstrução de uma Angola democrática.

Quero por último dizer-lhes que também o Timor, tema caro ao sentimento português, tem ocupado um lugar nas preocupações brasileiras. O Presidente Fernando Henrique está enviando a Oslo, para representá-lo na cerimônia de outorga do Prêmio Nobel da Paz ao Professor José Ramos Horta e ao Bispo Dom Carlos Ximenes Belo, expoentes da liderança timorense, o Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional e um amigo dileto de Portugal e de todos os países de língua portuguesa.

É mais uma forma que o Presidente encontrou

para reiterar o apoio brasileiro à autodeterminação do povo do Timor Leste e a uma solução justa, pacífica e duradoura para a questão timorense, dentro do mais estrito respeito aos direitos humanos e à causa da boa convivência entre as nações.

Senhor Ministro, meus amigos,

Sabem todos que Portugal é como uma segunda pátria para mim, e Lisboa e seus arredores um cenário privilegiado de recordações e de reflexões.

Minhas ligações de família, meus antepassados, minha estada aqui como Embaixador do meu país, as lembranças e o orgulho do meu bisavô que foi Encarregado de Negócios e depois Embaixador de Portugal no Brasil, cem anos atrás, a filha que aqui ficou, os muitos amigos que aqui fiz, alguns dos quais tenho a emoção de rever esta noite, tudo, evoca em mim um compromisso com a amizade brasileiro-portuguesa e com o futuro das nossas relações.

Quero que saibam que vim a Lisboa como parte desse compromisso.

Quero que saibam que trago da parte do Presidente Fernando Henrique Cardoso uma saudação muito entusiasmada a um novo tempo nas relações entre os nossos países e a garantia de que, também de nossa parte, essas relações são uma prioridade, e uma prioridade concreta.

Porque somos tão intimamente amigos, podemos ser os bons parceiros que os tempos reclamam e as oportunidades aconselham.

E é com esse espírito que peço a todos que me acompanhem em um brinde à prosperidade do povo português, à amizade fraterna e sempre renovada entre o Brasil e Portugal, à saúde e ventura pessoais do Presidente Jorge Sampaio e do Primeiro-Ministro Antônio Guterres e à felicidade dos nossos queridos amigos Jaime Gama e Senhora.

Muito obrigado.



I Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na I Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, Cingapura, 9 de dezembro de 1996.

Senhor Presidente,

Permita-me em primeiro lugar felicitá-lo e expressar nossos agradecimentos às autoridades e ao povo da república de Cingapura, os quais não pouparam esforços no sentido de propiciar excelentes condições de trabalho para os participantes da Conferência.

Gostaria também de manifestar nosso apreço pelo trabalho realizado pelo Embaixador Renato Ruggiero na qualidade de Diretor-Geral da Organização Mundial de Comércio.

O grau de importância que o Brasil atribui a esta I Conferência Ministerial da OMC pode ser medido pela presença de três Ministros de Estado em nossa Delegação, bem como de destacados membros do Congresso Nacional e de importantes representantes do setor privado.

Durante o trabalho preparatório da Conferência, insistimos em que a Conferência Ministerial de Cingapura deveria se concentrar prioritariamente na avaliação da implementação dos acordos da Rodada Uruguai e do funcionamento da OMC.

O Brasil avalia positivamente os dois primeiros anos de funcionamento da Organização Mundial de Comércio. Já incorporamos completamente os acordos da Rodada Uruguai à

nossa própria legislação interna e também adotamos regulamentação complementar em várias áreas. Para ampliar a coordenação em nível ministerial, o Presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu criar a Câmara de Comércio Exterior, diretamente subordinada à Casa Civil e composta dos Ministros e funcionários graduados responsáveis por nosso comércio exterior.

Temos observado integralmente nossos compromissos no que tange à redução de tarifas com base na cláusula de nação mais favorecida. Nas ocasiões em que fomos compelidos a recorrer à adoção de medidas de defesa contra práticas comerciais desleais ou medidas de salvaguardas, seguimos rigorosamente as regras e procedimentos contidos nos acordos da OMC.

Do ponto de vista do Brasil, uma das realizações fundamentais da Organização Mundial do Comércio diz respeito ao funcionamento do mecanismo solução de controvérsias. Acreditamos que o funcionamento do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) e do Órgão de Apelação tem representado um progresso significativo em relação aos procedimentos de soluções de controvérsias previstos no antigo GATT. O mecanismo em vigor na OMC associa a possibilidade de se criar jurisprudência com a busca de soluções criativas pelas

partes em litígio. A relativa automaticidade no processo de estabelecimento de painéis incorporada no “Entendimento sobre Solução de Controvérsias” tem sido fundamental para que as partes em conflito explorem todas as possibilidades de solucionar suas diferenças por meio de consultas.

Devemos insistir na imediata e completa observância das decisões no âmbito do “Entendimento sobre Solução de Controvérsias”.

Com relação aos temas pendentes da Rodada Uruguai, o Brasil reafirma seu compromisso com a modernização e a liberalização em todos os setores ora em negociação. Apresentamos, assim, ofertas substantivas em transportes marítimos e telecomunicações básicas. Em ambos os setores, assim como em serviços financeiros, temos buscado empreender reformas legislativas amplas e coerentes no nível nacional. Os resultados alcançados até agora no nível multilateral enfatizam a importância da idéia de liberalização progressiva. Dado que nem todos os países começaram do mesmo ponto, nem todos poderão alcançar imediatamente o mesmo nível de comprometimento. O estabelecimento, agora, de objetivos excessivamente ambiciosos somente serviria para colocar em risco nossas possibilidades de sucesso.

Em Marraqueche adotamos uma Decisão sobre Comércio e Meio Ambiente, a qual estabeleceu um foro para discutirmos a relação entre a defesa e a preservação de um sistema multilateral de comércio aberto, não discriminatório e equânime, de um lado, e a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável, de outro. Logo depois, durante as reuniões que tive o privilégio de presidir, ainda na fase preparatória da OMC, teve início um interessante debate, baseado na agenda definida na Decisão de Marraqueche.

O trabalho do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente, presidido pelo Embaixador Sanchez Arnau, tem servido ao propósito de identificar as sinergias entre liberalização comercial e a promoção do desenvolvimento sustentável. A OMC começou,

dessa forma, a cumprir sua função de ajudar a alcançar as metas de desenvolvimento sustentável incorporadas na Declaração do Rio de Janeiro. Em um aspecto, em particular, ela pode contribuir para alcançar o desenvolvimento sustentável: a eliminação das restrições comerciais que afetam os países em desenvolvimento. Esperamos que se possa obter brevemente avanços nessa direção.

Gostaria agora de discorrer sobre pontos específicos de especial importância para o Brasil.

Em sua condição de país com interesses comerciais globais, com participação significativa dos produtos agrícolas em sua pauta de exportações, o Brasil conclama todos os membros a cumprir, integralmente e nos prazos previstos, os compromissos relativos ao Acordo de Agricultura. Nesse sentido, apoiamos fortemente o início, a partir de 1997, de trabalhos preparatórios consistentes no Comitê de Agricultura, com vistas a iniciar a troca de informações necessárias para encetar as negociações mencionadas no artigo 20 daquele Acordo.

Após termos cumprido a difícil tarefa política de incorporar o setor agrícola às regras da Organização, devemos enviar um claro sinal à opinião pública de nossos países de que a agricultura é uma prioridade em nosso trabalho futuro. Um processo verdadeiramente significativo de liberalização comercial deve necessariamente incorporar disciplinas mais fortes no sentido de reduzir subsídios, bem como compromissos efetivos e ampliados de acesso a mercados. Infelizmente, verificamos que falta claramente vontade política nessas áreas.

Na verdade, dificilmente poderíamos conceber qualquer declaração Ministerial emanada dessa Conferência que não contivesse uma forte referência específica ao trabalho futuro nesse setor.

A proposta de inclusão de alguns novos itens na já sobrecarregada agenda da Organização Mundial do Comércio merece consideração mais detalhada.

Já indicamos nossa disposição de aceitar a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito da

OMC para tratar do tema comércio e investimento. Esse Grupo de Trabalho deveria permitir a plena compreensão, pelos Estados Membros, de todas as implicações do relacionamento entre comércio e investimento. Estaremos preparados para nos engajar em amplas negociações acerca de um acordo sobre investimentos e consideramos que as mesmas devem ser conduzidas no âmbito de uma organização verdadeiramente multilateral, como a OMC.

No que tange ao papel que a UNCTAD poderia desempenhar em tal processo, acredito que a cooperação entre as duas organizações certamente contribuiria para um melhor entendimento das implicações de um acordo negociado na OMC, permitindo, dessa maneira, que os membros desta Organização tomem a decisão apropriada acerca de como tratar o tema no futuro.

O Brasil considera que o trabalho proposto sobre “políticas de concorrência” é um complemento necessário ao trabalho na área de investimentos. Nesse sentido, apoiamos a criação de um Grupo de Trabalho para examinar as regras da OMC existentes na área de comércio e concorrência, bem como a necessidade de fortalecer as disciplinas relativas a práticas comerciais restritivas.

No que tange a compras governamentais, poderíamos nos associar à proposta de criar um Grupo de Trabalho para discutir e negociar um conjunto de princípios e procedimentos relativos à transparência das práticas de compras governamentais quanto aos métodos de licitação, bem como a notificação de oportunidades licitatórias oferecidas por governos federais ou centrais. O Grupo de Trabalho deveria reportar suas conclusões à II Reunião Ministerial da OMC em 1998.

O Brasil não tem nenhuma dificuldade com a questão do respeito aos padrões trabalhistas básicos. Assinamos um número significativo de convenções da Organização Internacional do Trabalho relativas a esses temas. O Governo brasileiro tem apresentado um histórico firme e coerente de respeito aos direitos humanos fundamentais, particularmente na área de

direitos trabalhistas.

No Brasil não há limites ou obstáculos à livre negociação entre empregados e empregadores, nem à criação de sindicatos trabalhistas.

Nossa legislação não tolera trabalho forçado, nem a exploração de mão-de-obra infantil, e casos isolados de violações têm sido investigados e punidos. Não obstante, temos dificuldade em ver como uma organização orientada para o estabelecimento de regras, como a OMC, poderia tratar do tema do cumprimento de padrões trabalhistas. O Brasil deseja enfatizar sua preocupação com a possibilidade de que a proteção de padrões trabalhistas básicos, que é em si mesma uma meta a ser buscada por todos, seja utilizada como pretexto para lidar com o problema do desemprego estrutural nas economias desenvolvidas.

Acreditamos que a Organização Internacional do Trabalho é o foro adequado para tratar do tema do cumprimento de padrões trabalhistas básicos e que qualquer declaração sobre esse ponto pela Conferência Ministerial não deveria contemplar qualquer seguimento do tema no âmbito da OMC.

Por fim, gostaria de tratar do tema do regionalismo no contexto do sistema multilateral do comércio, com base na experiência brasileira na matéria. O Brasil apóia o trabalho em curso na OMC no sentido de analisar as implicações dos acordos regionais de comércio para o sistema multilateral. Acreditamos que tal exercício servirá para esclarecer dúvidas suscitadas pelo estabelecimento de acordos regionais de comércio, mais ambiciosos por definição do que qualquer iniciativa multilateral.

Nossa própria experiência tem demonstrado que acordos regionais de comércio podem reforçar e beneficiar o sistema multilateral de comércio.

O MERCOSUL representa não somente um compromisso de liberalização mas também — e principalmente — uma decisão de fortalecer o diálogo político e a coordenação propiciados pela redemocratização da região. A necessidade de integrar nossos países numa economia globalizada

levou-nos a adotar uma forma aberta de regionalismo, como evidenciada pelo significativo aumento do comércio com países não-membros desde a criação da união aduaneira. Esse aumento — de 25 para 55 bilhões de dólares em cinco anos — é a prova cabal da natureza aberta do Mercosul.

Do ponto de vista político, o MERCOSUL representa somente parte de um processo em que outros componentes democráticos estão presentes,

tais como respeito aos direitos humanos, proteção do meio ambiente e iniciativas relacionadas à paz e segurança internacionais. Vamos fortalecer e aprofundar o Mercosul ao mesmo tempo em que o manteremos plenamente compatível com a OMC, que é a base e o principal suporte do sistema multilateral de comércio.

Muito obrigado.

XI Reunião do Conselho do Mercosul

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na XI Reunião do Conselho do Mercosul, Fortaleza, 17 de dezembro de 1996

Senhores Presidentes e companheiros da Argentina, do Paraguai, do Uruguai,
Senhores Chanceleres,
Senhores Ministros,
Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar, quero expressar a satisfação do povo e do governo do Brasil pela presença do presidente Carlos Menem, do presidente Julio Sanguinetti, Juan Carlos Wosmosy, aqui entre nós, em Fortaleza, aguardando a presença dos presidentes do Chile e da Bolívia que, em breve, se juntarão a nós. E essa satisfação hoje é redobrada.

Primeiro, por estarmos juntos numa reunião de consolidação do Mercosul. Segundo, por estarmos juntos no Brasil mas, muito especialmente, por estarmos aqui em Fortaleza, uma cidade do Nordeste do Brasil.

Era nosso empenho, e eu tenho certeza que é o empenho de todos os senhores presidentes que nos visitam de, simbolicamente, demonstrar com a nossa presença, aqui numa região mais ao Norte do Brasil, essa vocação integracionista do Mercosul. Dadas as dimensões do território do país, muitas vezes, quando se fala de Mercosul pode ficar a impressão de que se trata da integração da parte sul do Brasil. Nada mais distante do nosso pensamento do que isso. Na verdade, é uma integração do conjunto do país. E o fato de nós estarmos, hoje, aqui, em Fortaleza, indica esta vontade de todo o país, de todo o Brasil, de estarmos juntos com o Mercosul.

E há, também, alguns fatos importantes que eu creio que conviria manifestar nesse primeiro encontro, que é o que de que, na verdade, houve um aumento muito grande das exportações desta região do Brasil para os países competentes do Mercosul. Contrariamente ao senso comum, na verdade, relativamente, o intercâmbio da Região Nordeste do país com os países do Mercosul cresceu mais depressa - é verdade que a partir de uma base menor, mas cresceu mais depressa, se multiplicou mais rapidamente do que o intercâmbio feito pelo conjunto do Brasil com os demais países do Mercosul.

De modo que eu acho que é muito importante assinalar essa nossa presença, aqui, em Fortaleza, e eu espero que os presidentes tenham gostado do encontro de ontem à noite. Sei que alguns gostaram tanto que foram a um forró, coisa que é vedada ao presidente da República do Brasil.

Por outro lado, eu queria, também, expressar a nossa satisfação pelo avanço que nós temos conseguido nos nossos encontros com o Mercosul.

E creio que estamos chegando a uma fase em que já não basta a atenção para os êxitos no que diz respeito ao fluxo de comércio, que é muito grande. Nós sabemos que passamos de um comércio de cerca de 5 bilhões, em 91, para 15 bilhões, em 95, no conjunto dos países. É alguma coisa assim muito expressiva, realmente muito expressiva. E sabemos, também, que isso não se deu em detrimento do comércio da nossa região com outras regiões, porque

passamos de 29 bilhões para 55 bilhões no conjunto do comércio industrial.

De modo que não tem nenhum fundamento a idéia de que o Mercosul aumentou as trocas entre os países da região em detrimento das trocas globais. Não aconteceu isso. Houve um aumento significativo tanto das trocas no Mercosul com o resto do mundo, como das trocas internas ao Mercosul. Mas eu acho que isso nós já sabemos que é uma aquisição dos nossos povos. Agora, nós estamos partindo para dimensões, digamos, de maior profundidade na nossa integração. Refiro-me aos aspectos políticos e aos aspectos culturais e sociais. Os aspectos políticos, claramente. Nós temos, hoje, indiscutivelmente, um compromisso comum dos países do Mercosul. Compromisso que se desenvolve com muita naturalidade, sem nenhuma afetação.

Nós não precisamos estar reiterando a nossa vocação democrática, por nós estamos praticando, e isso é que é o mais importante. E praticando com naturalidade. E nós todos sabemos, aqui, o modo pelo qual os governos dos nossos 4 países compõem suas eventuais divergências. Da forma latino-americana, conversando. E se possível, com algum senso de humor.

O presidente Menem eu comentávamos que os nossos ministros das Finanças precisam rir um pouco mais, porque nós presidentes compomos as nossas diferenças de uma maneira mais alegre. Eu imagino que os ministros, não só das finanças, da área econômica em geral podiam seguir os exemplos presidenciais, porque vão chegar a composições mesmo, então vamos aproveitar e fazê-lo com alegria.

Bom, isso, hoje, já é um dado da nossa relação de cordialidade, de amizade, mas nós estamos dando passos que vão além desse relacionamento de governos. Estamos dando passos importantes da integração cultural e na atenção cultural a alguns aspectos sociais da integração.

Aqui em Fortaleza, é a primeira vez, eu creio, que se faz um encontro desse tipo no âmbito de Mercosul, onde produtores de cultura, intelectuais

dos nossos países tiveram juntos discutindo algo que vale a pena ressaltar, que é a nossa identidade. Nós, temos as nossas identidades nacionais, elas não serão obscurecidas, mas nós começamos a ter, além delas, e para dar até relevo a elas, uma identidade de Mercosul, uma experiência cultural que começa a ser intercambiada de forma muito ativa, muito viva. E isso marca os povos.

A nossa marca Mercosul, hoje, não se refere apenas ao fluxo comercial, aos investimentos que fazemos reciprocamente em nossos países, mas tem a ver também, com a nossa sensibilidade, com o nosso modo de refletir sobre nós próprios, a busca de fatores culturais que nos aproximam, e aproximam muito, e eu creio que isso se desenvolve, também, com muita força.

Quero também mencionar, nossas palavras de boas vindas e introdutórias, o aspecto que começa a ser de preocupação crescente nossa, positivamente, que é o fato de que nós estamos começando a lidar com questões de integração no plano das pessoas, no plano social. A um entendimento que aqui se avançou bastante no que diz respeito a um código de defesa do consumidor.

No mundo moderno é fundamental que nós prestemos atenção crescente ao consumidor, à defesa do consumidor, que é da pessoa, que é do cidadão. Nós adiantamos a discussão sobre as questões da previdência social, sobre os direitos trabalhistas. Nós vamos, progressivamente, organizando o marco jurídico. E, no momento oportuno, esse marco estará, com naturalidade, definindo sem que nós precipitemos decisões que podem ter aspectos mais complexos relativos à soberania, que não é o caso de nós entrarmos nessas matérias, nem é necessário, dado o grau de coincidência e convergência dos nossos interesses, mas nós estamos sentido que existe uma acomodação crescente no modo de ver as coisas, nos países do Mercosul.

Por fim, eu queria dizer que nós, os 4 países aqui reunidos, temos, como todos sabemos, muita

ação comum. Ainda recentemente, em Cingapura, nós vimos que houve coincidência de pontos de vista, e é muito importante isso. Cingapura, de alguma maneira, é um indicador de que nós precisamos estar cada vez mais juntos, porque se nós não estivermos cada vez mais juntos, outros estarão definindo com mais presteza, com mais rapidez, o modo pelo qual o mundo vai se organizar e nós podemos ter, eventualmente prejuízos. E nós não queremos tê-los. E porque não queremos tê-los nós queremos, precisamos, efetivamente, estar cada vez mais agindo em comum. Foi o que fizemos em Cingapura.

Queria também lhes dizer que, nessa ocasião eu estou terminando a presidência *pro-tempore*, nós avançamos bastante no que diz respeito à vigência da nossa união aduaneira, construída a partir de Ouro Preto e nós acrescentamos, agora, com a questão da Bolívia, além do Chile que já vinha do outro semestre, nós estamos acrescentando algo muito significativo que são esses acordos de área de livre comércio e ampliando, por consequência, o raio de influência do Mercosul no nosso âmbito de América Latina.

Tudo isso se faz, só para repetir, mas eu gostaria de mencionar, sem que tenhamos como objetivo afastarmo-nos da integração hemisférica. A integração hemisférica é um compromisso. O compromisso assinado e assumido em Miami por todos nós será mantido e nós estamos, nesse processo, qualificado de regionalismo aberto, preparando-nos para essa integração de uma maneira sólida e madura.

Finalmente, senhores presidentes, senhores ministros, queria fazer referência a algo que tem um caráter simbólico: nós acabamos de descerrar uma

placa, onde vimos que havia uma logomarca - não sabia nem que existia essa expressão em português - a logomarca Mercosul, que aí está exposta. Este símbolo foi feito a partir de uma concorrência internacional, onde houve, não sei, centenas de ...1300 candidatos, 1300 propostas. Saiu vencedora a proposta que é de um artista argentino e, enfim, eu creio que foi muito feliz porque ela faz referência, é simples.

Mercosul, existe aí o Cruzeiro do Sul, realmente, nos une. É alguma coisa que marca esse hemisfério e tem uma grande vantagem: é que o Cruzeiro do Sul é uma constelação infinita. Eu disse há pouco que ele tem geometria viável. Quantos mais países entrarem mais estrelas haverá no Mercosul. A bandeira do Brasil já faz certa referência ao Cruzeiro, e que aqui nós fomos criando vários Estados, foi possível também ampliar as estrelas na nossa bandeira sem que isso desorganizasse o desenho e o simbolismo que nele existe. Aqui essas quatro que estão aí e aquela que se destaca mais é por rodízio, depende da presidência *pro-tempore*.

Daqui a pouco vai ser o Paraguai, aqui nós estamos dentro de um marco de irmandade e, dentro de pouco tempo, vamos ter mais algumas estrelas nessa marca Mercosul. E com essa facilidade extraordinária do português e espanhol, é só trocar uma letra, o "l" pelo "r" e já se muda de idioma sem que ninguém perceba. De modo que eu acho que, realmente, essa logomarca foi muito bem achada e simboliza o nosso espírito de integração.

Ao reiterar as boas vindas, e o faço em nome de todos aqui presentes, àqueles que nos visitam, dou portanto por aberta essa sessão.



Política Externa

Mensagem de fim-de-ano do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Brasília, 30 de dezembro de 1996

Ao concluir o ano de 1996, quero agradecer a todos os funcionários que, no exterior, com a lembrança da pátria por inspiração - “ubique patriae memor”-, ajudaram a concluir mais uma etapa na construção de uma nova relação do Brasil com o mundo, sob a condução pessoal do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Creio que 1996 completou um ciclo na redefinição da nossa a partir dos novos dados da realidade brasileira - a estabilização e a abertura econômica e comercial sustentadas, a melhoria do padrão médio de vida dos brasileiros, a ampliação do nosso mercado interno com a incorporação de setores antes marginalizados do consumo básico, o grande e persistente interesse que o Brasil vem despertando na comunidade internacional em geral e os agentes econômicos internacionais em particular.

Concluindo o ano com a histórica visita a Luanda, às nossas tropas em Kuito e à África do Sul, o Presidente realizou um grande programa de visitas a parceiros-chave do Brasil no mundo desenvolvido e em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o País intensificou o recebimento de visitas de retribuição que sinalizam claramente a importância de que voltou a desfrutar na comunidade internacional e em especial junto a parceiros, como a França e Japão, que haviam diminuído sensivelmente o perfil do seu relacionamento conosco. O Presidente poderá agora, com maior tranquilidade e embasamento, dedicar-se a alguns temas de interesse nacional no

campo externo, como o meio ambiente, por exemplo, enquanto completará, com algumas visitas, a sua obra de reinserção internacional do Brasil.

Entre as várias realizações em 1996, defendemos sistemática, mas serenamente, os nossos interesses na organização mundial do comércio, ao tempo em que continuamos a dar uma contribuição construtiva para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Ajudamos a consolidar o Mercosul, ampliando-o horizontalmente com a associação do Chile e recentemente a da Bolívia, e verticalmente, iniciando a exploração sistemática das vertentes da União Aduaneira relacionadas ao comércio, como a defesa do consumidor e os mecanismos de salvaguardas. Nossa contribuição na área do desarmamento, para citar um exemplo na esfera política multilateral, foi reconhecida por diversos dos nossos parceiros. A eleição do Ministro Francisco Rezek para a Corte Internacional de Justiça representou não apenas o coroamento de uma campanha séria e conduzida com profissionalismo por todos os postos e unidades desenvolvidos, mas também uma prova de que o Brasil é hoje um país com trânsito internacional. Na área consular, consolidamos um novo padrão de atendimento aos cidadãos brasileiros no exterior, inclusive através de fórmulas imaginativas que se revelaram de grande operacionalidade, como os consulados itinerantes e os conselhos de cidadãos.

Todos esses bons resultados, que fazem da

uma área de grande consenso nacional, só foram possíveis graças ao trabalho, à dedicação e à exaustão com que os funcionários desta casa, no Brasil e no exterior, cumpriram com suas obrigações. A todos, em nome do Presidente da República e em meu próprio nome, desejo um ano novo pleno de felicidades e de realizações profissionais, ao lado de

suas famílias e amigos. Exorto-os a repetirem em 1997 as mostras de dedicação ao serviço público que fizeram em 1996, pois somente assim será possível manter a nossa casa forte e respeitada em um Brasil que cada vez mais exige das instituições públicas eficiência, zelo e respeito aos direitos dos cidadãos.

ATOS INTERNACIONAIS

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto Pro-renda Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda da Periferia Urbana de Porto Alegre (26.7.1996)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto Serviço Integrado de Assessoria para o Desenvolvimento Econômico-Industrial das Pequenas e Médias Empresas do Paraná (26.7.1996)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto Controle de Defensivos Agrícolas (26.7.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Isenção parcial de Vistos (30.7.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico (31.7.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Isenção de Impostos Relativos à Implementação do Projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia (5.8.1996)

Protocolo de Consulta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador (10.8.1996)

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão relativo a um Empréstimo Japonês Concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais (26.8.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica para Atividades na Área de Biotecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai (27.8.1996)

Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai (27.8.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica nos Campos de Metrologia Científica e Legal e da Informação Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai (27.8.1996)

Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia (5.9.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica de 19 de dezembro de 1964 da ONU, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a

Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, em Matéria de Pesquisa e Desenvolvimento dos Ecótonos Brasileiros (6/9/1996)

Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Coreia do Sul (11.9.1996)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Coreia do Sul para Estabelecer Consultas Políticas (11.9.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Coreia do Sul sobre Concessão de Vistos para Viagens de Negócios, Investimentos de Cobertura Jornalística (11.9.1996)

Termo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comissão Econômica para a América Latina (12.9.1996)

Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha (17.9.1996)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação na Área de Transporte (17.9.1996)

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Realização de um Projeto Conjunto na Área de Recolhimento, do Tratamento e da Disposição Final de Resíduos Urbanos (17.9.1996)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia para Estabelecer Consulta Bilateral (18.9.1996)

Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia (24.9.1996)

Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai (16.10.1996)

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre Contrabando de Armas (17.10.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico (23.10.1996)

Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai (23.10.1996)

Acordo, por Troca de Notas, de Isenção de Visto, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Coreia do Sul (6.11.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Manutenção do Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China (8.11.1996)

Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China relativa às Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologia Espacial (8.11.1996)

Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Agenda Comum para o Desenvolvimento Sustentável (8.11.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do “Projeto Apoio à Reforma Administrativa” entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (12.11.1996)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba sobre Turismo (14.11.1996)

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência (18.11.1996)

Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Agenda Comum Brasil-Alemanha para o Meio Ambiente (20.11.1996)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola (25.11.1996)

Ata de Cerimônia de entrega da Contribuição do Governo da República Federativa do Brasil ao Programa de Reabilitação Nacional do Governo da República de Angola (25.11.1996)

Acordo sobre Cooperação e Assistência Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e Assuntos Correlatos (26.11.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Serviços Aéreos entre seus Territórios e Além (26.11.1996)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação no Campo da Cultura (26.11.1996)

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Dispensa de Visto em Passaporte Diplomático, Oficial e Comum (26.11.1996)

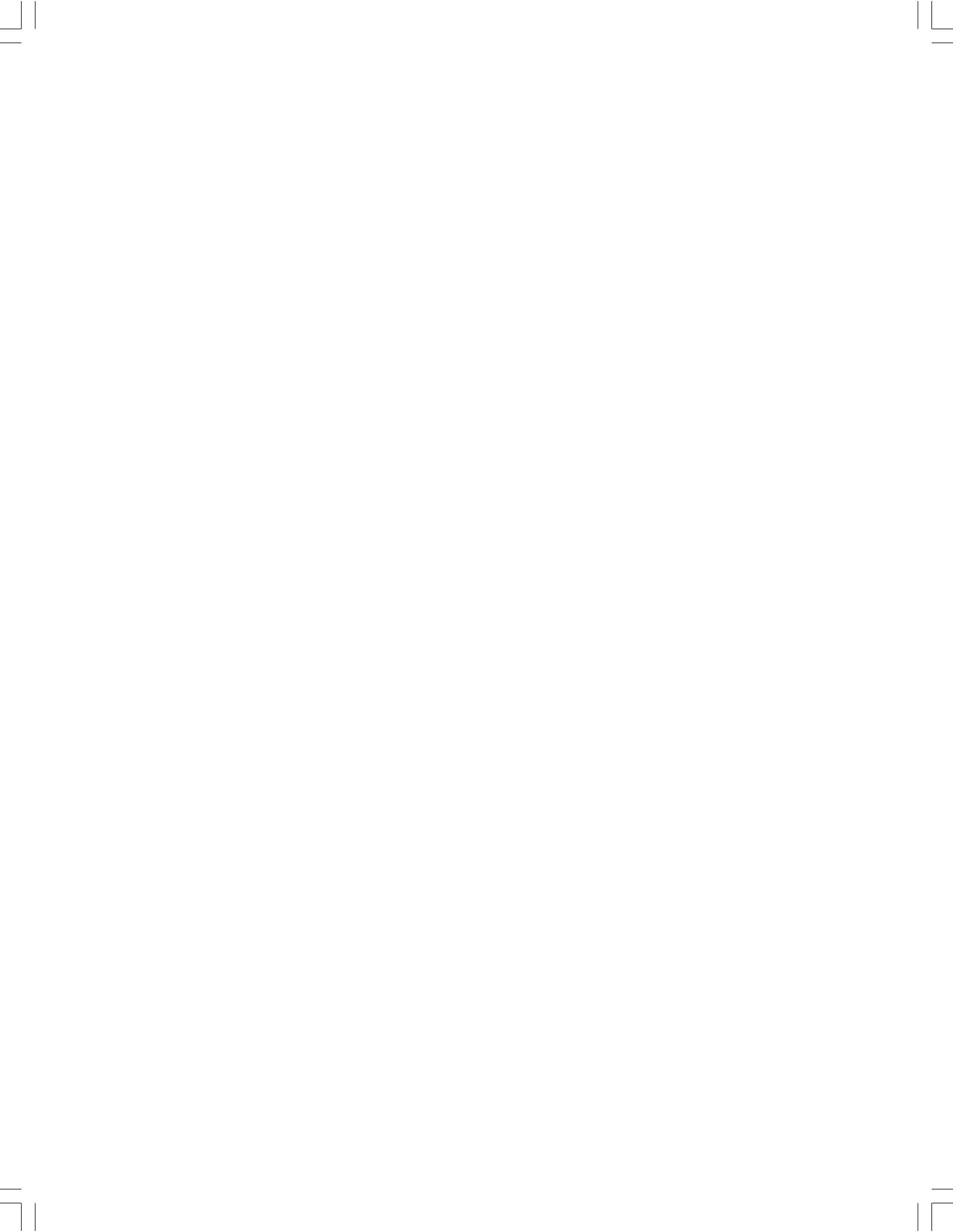
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Consultas e Cooperação em Matéria Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável (26.11.1996)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre a Ampliação do Fundo para Estudos Técnicos (“POOL” DE PERITOS) (3.12.1996)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Projeto “Apoio à Estruturação e Implementação de Sistemas de Qualidade na Indústria” (13.12.1996)

Memorando de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina no Âmbito de Defesa da Concorrência (17.12.1996)

Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia (17.12.1996)



COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Informação à imprensa sobre “fatos sobre a questão timorense: a posição brasileira”, 15 de julho de 1996

Fatos Históricos: na seqüência da Revolução dos Cravos de 1974, Portugal deixou, em 1975, o território oriental da ilha de Timor, sem completar o processo de descolonização. À luz da guerra civil que então se deflagrou, o Governo indonésio ocupou militarmente a parte oriental da ilha.

O papel das Nações Unidas: a ONU condenou a invasão e a anexação de Timor Oriental pelo Governo indonésio. A Organização atribuiu a Portugal o encargo de “potência administradora” do território.

Nenhum movimento de resistência timorense é reconhecido como observador junto à Assembléia Geral das Nações Unidas.

Até 1982 a Assembléia Geral da ONU aprovou Resoluções condenatórias da invasão indonésia. O Brasil apoiou todas essas Resoluções. Em seguida, a ONU criou um foro próprio para o encaminhamento da vertente política da questão timorense: o diálogo entre os chanceleres de Portugal e da Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, complementado por diálogo paralelo intratimorense (reunindo facções pró-anexação à Indonésia e pró-independência), também convocado sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas.

A vertente de direitos humanos da questão timorense passou, em 1983, a ser tratado no âmbito da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), que se reúne em Genebra. O Brasil

apoiou (e em alguns casos chegou a co-patrocinar) as Resoluções condenatórias do desrespeito dos direitos humanos da população maubere pelas forças de ocupação indonésia. Nos últimos 3 anos (1994 a 1996), a CDH não mais votou resoluções, havendo adotado, em seu lugar, consensuais (aprovadas, portanto, por Portugal e pela Indonésia), sobre a situação dos direitos humanos naquele território.

A posição brasileira: o Brasil dá irrestrito apoio ao diálogo entre os Chanceleres de Portugal e da Indonésia realizado sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, foro privilegiado para que se logre uma solução justa, global e internacionalmente aceita para a questão.

O Brasil atua com firmeza na CDH em defesa dos direitos humanos da população maubere.

O Governo brasileiro entende que qualquer interferência de terceiros no processo de diálogo entre os Chanceleres das partes diretamente interessadas na questão poderá afetar adversamente o curso das negociações, em prejuízo, em última análise, da própria população timorense.

Alguns erros comuns de percepção sobre a posição brasileira na questão do Timor Leste:

a) afirma-se que o Governo brasileiro não tem posição definida sobre tão importante matéria: o que não é verdadeiro, conforme acima exposto. Ao contrário, o Brasil esteve ativo e atuante, nos dois foros das Nações Unidas que trataram do assunto - a Assembléia Geral e a CDH;

b) confundem-se as responsabilidades do Brasil e de Portugal sobre a questão: Portugal, como ex-Metrópole, tem responsabilidade direta em relação

ao processo de descolonização de Timor Oriental, e por isso está envolvido no diálogo com a Indonésia sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU;

c) parte-se às vezes do pressuposto de que existe unanimidade entre os timorenses em torno da auto-determinação. Tal não é o caso. Existem duas grandes linhas - uma pró-indexação à Indonésia, outra pró-autodeterminação que mantêm diálogo periódico, conforme apontado anteriormente; e

d) atribui-se a interesses econômicos o alegado descaso do Brasil no que diz respeito a Timor Oriental. As relações econômicas com a Indonésia, ainda modestas, não interferem na formulação da posição brasileira quanto à questão timorense. Essa posição é orientada pela solidariedade para com a população maubere, com a qual o Brasil compartilha a herança cultural, pelo tratamento que o Governo brasileiro dá às discussões sobre a defesa dos direitos humanos mauberes realizadas em Genebra e na sólida posição diplomática brasileira de privilegiar a via de negociação para a solução dos contenciosos entre as nações. No caso timorense, entre duas nações amigas e duas facções mauberes.

Informação à imprensa sobre a aprovação do tratado sobre proibição completa de testes nucleares - CTBT, 11 de setembro de 1996

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação a notícia de que a Assembléia-Geral das Nações Unidas, no dia 10 de setembro, adotou, pela ampla maioria de 158 votos favoráveis, resolução patrocinada por 123 países, inclusive o Brasil, que aprova o Tratado sobre Proibição Completa de Testes Nucleares, conhecido internacionalmente por suas iniciais em língua inglesa - CTBT.

O Brasil, na figura do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assinará o Tratado na cerimônia solene que deverá realizar-se em 24 de setembro, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.

A adoção do CTBT atende a uma antiga aspiração da comunidade internacional e do Brasil em particular à cessação completa de testes nucleares,

que impedirá o desenvolvimento de novos tipos de armas nucleares.

Nota sobre o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos na área de combate ao tráfico e uso de drogas, 1º de outubro de 1996

O Governo brasileiro considera que o relacionamento bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos da América na área de combate ao tráfico e uso de drogas se tem caracterizado por alto nível de cooperação e fluidez.

O Governo brasileiro tomou a decisão de não renovar a validade de um memorando de Entendimento anual, que define o valor da assistência financeira fornecida pelo Governo dos Estados Unidos para execução de programas conjuntos nessa área, por entender que o montante dessa assistência (710 mil dólares) sinalizaria de forma errônea, a intensidade dos esforços brasileiros na luta contra o tráfico e consumo de drogas e a verdadeira dimensão da cooperação entre os dois países na matéria.

O Governo brasileiro está empenhado em combater o problema das drogas e delitos conexos tanto por meio da cooperação internacional – nos planos multilateral regional e bilateral – , quanto por meio de medidas adotadas no plano interno, de que são exemplos entre outros, a elaboração e implementação do Programa de Ação Nacional de Combate às Drogas e a preparação, para submissão ao Congresso Nacional de projetos de lei destinados a tipificar e punir os delitos de lavagem de dinheiro e coibir o porte de armas.

O Brasil e os Estados Unidos da América partilham, portanto, da mesma preocupação com o problema do uso indevido de drogas e da determinação de combatê-lo. O Governo brasileiro entende que a suspensão de um programa de alcance limitado não afetará a cooperação crescente com os Estados Unidos nesse campo e reitera sua determinação de dar continuidade aos esforços bilaterais.

Nota sobre o regime automotivo brasileiro e os interesses exportadores norte-americanos
1º de outubro de 1996

O Governo brasileiro tomou conhecimento do comunicado de imprensa pelo qual a Representante Comercial dos EUA (USTR) em exercício Charlene Barshefsky anunciou hoje, 1º de outubro de 1996, o início de investigações de medidas que estariam afetando interesses exportadores norte-americanos.

O Governo brasileiro esclarece que:

- (1) o regime automotivo brasileiro, ao contrário do que consta do comunicado, visa justamente ao incremento da produção, do comércio e dos investimentos no setor, e representa um estímulo às exportações de automóveis e de autopeças do EUA para o Brasil;
- (2) o regime automotivo não tem qualquer impacto discriminatório sobre as exportações norte-americanas;
- (3) tomou nota da disposição norte-americana de realizar conversações a respeito do tema e se pronunciará a respeito tão logo lhe seja encaminhada solicitação nesse sentido;
- (4) estará pronto a examinar, como foi o caso das consultas realizadas com outros parceiros comerciais sobre o assunto, efeitos que o regime possa estar tendo sobre o comércio bilateral.

Comunicado conjunto Brasil-Chade, 8 de outubro de 1996

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chade, desejando desenvolver ainda mais as relações amistosas existentes entre os dois países e promover a cooperação nas áreas de interesse comum, decidiram estabelecer relações diplomáticas.

Os dois Governos acordaram desenvolver suas relações com base no respeito mútuo da

soberania e da integridade territorial, de não-agressão e coexistência pacífica, a fim de manter a paz no seio da Comunidade Internacional, de acordo com os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas e as disposições das Convenções de Viena sobre relações diplomáticas e relações consulares.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa do Chade acordaram trocar Embaixadores (residentes ou não-residentes).

Nova York, 8 de outubro de 1996

Comunicado conjunto Brasil-Djibouti, 22 de outubro de 1996

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibouti com o desejo de desenvolver as relações amigáveis que existem entre os dois países e de promover a cooperação nas áreas de interesse comum, decidiram estabelecer relações diplomáticas.

Os dois Governos acordaram desenvolver suas relações com base no respeito mútuo a suas soberania e integridade territorial, à não-agressão e à coexistência pacífica, a fim de manter a paz no seio da Comunidade internacional, conforme os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas e as disposições da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas e consulares.

Nova Iorque, 22 de outubro de 1996

Assinaram, pelo Governo da República Federativa do Brasil, o Embaixador Celso Amorim, Representante Permanente junto à ONU, e, pelo Governo da República do Djibouti, o Embaixador Roble Olhaye, Representante Permanente junto à ONU.

UNESCO - cerimônia comemorativa do 50º aniversário da organização, 4 de novembro de 1996

Será realizada no dia 04 de novembro de 1996, às 12:00 horas, no Palácio do Itamaraty,

cerimônia comemorativa do 50º aniversário da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO - que será presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e contará com a presença do Ministro da Educação.

O Ato Constitutivo da UNESCO foi assinado em 16 de novembro de 1945, por 37 países, e entrou em vigor com a vigésima ratificação, em 04 de novembro de 1946. O objetivo principal da Organização foi então definido como: “contribuir para a manutenção da paz e da segurança ao promover a colaboração entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, a fim de assegurar o respeito universal à justiça, à lei, aos direitos do homem e às liberdades fundamentais a todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou de religião, de acordo com a Carta das Nações Unidas”.

Como membro fundador, o Brasil tem atuado incisivamente na UNESCO em defesa de uma entidade sensível aos seus ideais históricos, comprometida com o desenvolvimento de seus Estados-Membros e promotora da paz mundial justa e solidária. Nessa perspectiva, a atuação do Brasil tem sido determinante nos principais órgãos constitutivos da UNESCO, quais sejam: a Conferência-Geral, o Conselho Executivo e o Secretariado.

A UNESCO tem gradualmente investido, por iniciativa do Brasil, na vertente cultural da integração latino-americana. Exemplo disto é a aprovação, pelo Conselho Executivo, de projetos como os da “Comunidade Latino-Americana e Caribenha”, do “Centro de Pensamento Crítico” e das “Capitais Culturais Rotativas”. Ainda na vertente cultural, o Governo brasileiro tem defendido, com sucesso, o uso do Português como língua de trabalho das Nações Unidas dentro da UNESCO, liderando a comunidade de países lusófonos.

O cinqüentenário da UNESCO constitui oportunidade para a redefinição de seu papel no âmbito do sistema das Nações Unidas, a partir da reinterpretação de conceitos clássicos como segurança, paz, democracia e direitos humanos.

Notas sobre a eleição do Ministro Francisco Rezek para a Corte Internacional de Justiça, do Embaixador Baena Soares para a Comissão de Direito Internacional e do Embaixador Álvaro Alencar para o Comitê de Contribuições das Nações Unidas, 6 de novembro de 1996

Na data de hoje, 6 de novembro, durante a 51ª Assembléia Geral das Nações Unidas, foram realizadas eleições para renovar cinco dos quinze assentos da Corte Internacional de Justiça. Na ocasião, para cumprir mandato de nove anos, foram eleitos os seguintes candidatos:

- Ministro Francisco Rezek, do Brasil, com 97 votos na Assembléia Geral e 8 votos no Conselho de Segurança;
- Juiz Stephen Schwebel, dos Estados Unidos;-
- Senhor Vladen Vereschetin, da Rússia;
- Senhor Pieter Kooijmans, dos Países Baixos;
- Senhor Mohammed Bedjaoui, da Argélia.

O Ministro Francisco Rezek será o quarto representante brasileiro a ocupar um assento na Corte Internacional de Justiça, tendo sido precedido por José Philadelpho de Barros Azevedo (eleito em 1946), Levi Fernandes Carneiro (nomeado em 1951, para cumprir o restante do mandato de Barros de Azevedo, que faleceu no exercício do cargo) e o Embaixador José Sette Câmara (eleito em 1978).

Nota sobre assinatura do tratado sobre cumprimento de pena no país de origem entre Brasil e Espanha, 7 de novembro de 1996

O tratado sobre cumprimento de pena no país de origem, denominado Tratado sobre Transferência de Presos, entre o Brasil e a Espanha, a ser assinado no dia 7 de novembro às 17:15 horas na Sala dos Tratados do Itamaraty, foi rubricado em Madri, em 30 de junho de 1992. Tratados dessa natureza são cada vez mais freqüentes entre os Estados e decorrem de razões de ordem humanitária, fundadas na evolução do Direito Penal contemporâneo.

Tais acordos, contudo, têm cláusulas de salvaguardas, que conferem ao Estado remetente a

exclusividade da iniciativa de transferir presos, bem como exige a exequibilidade de cumprimento, no Estado recebedor, da pena imposta no Estado remetente. Deve-se ressaltar que não haverá impunidade do condenado em nenhum caso.

As situações são consideradas caso a caso e a transferência só é efetuada se o Estado remetente a aprovar, não sendo nunca automática, o que resguarda plenamente o direito soberano do Estado de autorizar ou não a transferência.

Esta se faz desde que a pena seja exequível no Estado recebedor e como tal considerada pelo Estado remetente.

Deve-se ressaltar, ademais, que o Tratado, além de definir especificamente procedimentos e regras para a transferência de presos, estabelece claramente os direitos e obrigações das partes, respeitando-se integralmente as respectivas legislações internas. No que se refere às razões de ordem humanitária que estão na base do desenvolvimento deste tipo de acordos, deve-se sublinhar que a transferência do prisioneiro para seu país de origem, além da proximidade da família, que constitui apreciável suporte psicológico e emocional, facilita a reabilitação social após o cumprimento da pena, um dos principais objetivos dos sistemas penitenciários.

Há atualmente cerca de 70 presos brasileiros na Espanha e cerca de 40 espanhóis cumprindo pena no Brasil, os quais poderão vir a ser beneficiários do Tratado.

Nota sobre reféns na Embaixada do Japão em Lima, 18 de dezembro de 1996

Na noite de ontem, integrantes do chamado “*Movimento Revolucionário Tupac Amaru*” (MRTA) invadiram a Embaixada do Japão em Lima e tomaram como reféns todas as pessoas que aí se encontravam por motivo de uma recepção oficial. Dentre essas está o Embaixador do Brasil no Peru, Carlos Luiz Coutinho Perez, juntamente com o Chanceler do Peru, Francisco Tudela, e outras altas

autoridades do Governo peruano, bem como representantes diplomáticos de outros países.

O Governo brasileiro deplora profundamente o ocorrido e manifesta sua solidariedade com o Governo do Peru e com os reféns e suas famílias, em especial o Embaixador Coutinho Perez que, segundo as informações recebidas, se encontra bem de saúde.

O Governo brasileiro recebeu do Governo peruano as garantias de que sua ação tem como objetivo assegurar a integridade física dos reféns e confia plenamente nas medidas que venha a adotar nesse sentido.

O Itamaraty está acompanhando permanentemente a evolução do assunto e está enviando ainda hoje a Lima o Embaixador Adolpho Benevides, que estará em ligação com as autoridades peruanas.

Mensagem do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao Presidente do Peru, Alberto Fujimori, sobre a ocupação terrorista da Embaixada do Japão em Lima, 20 de dezembro de 1996

Senhor Presidente,

Desejo expressar, em nome do Governo e do povo brasileiros, o meu repúdio à violência ocorrida na Embaixada do Japão em Lima.

Recebam Vossa Excelência e o povo peruano a solidariedade brasileira, neste momento em que nossos pensamentos estão voltados para os reféns e suas famílias. A presença entre os detidos do Embaixador Carlos Luiz Coutinho Perez reforça o nosso sentimento de dor e de expectativa.

O Governo brasileiro está pronto a prestar a cooperação que se fizer necessária para alcançar a solução que todos desejamos. Nesse intuito, envie o Embaixador Adolpho Benevides a Lima para assegurar toda a agilidade na coordenação entre nossos Governos.

Confio plenamente em que o Governo de Vossa Excelência está tomando as medidas pertinentes para garantir a integridade física e a

libertação dos reféns.

Reitero a Vossa Excelência minha mais profunda convicção de que será possível fazer prevalecer a serenidade e a razão no encaminhamento favorável desse ato de violência que atenta contra a dignidade humana e os princípios mais elementares da convivência social.

Cordialmente,

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República Federativa do Brasil

Ao Excelentíssimo Senhor
Alberto Fujimori
Presidente da República do Peru

”Mercosul-Chile, um acordo de qualidade”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na “Gazeta Mercantil”, Rio De Janeiro, 12 de julho de 1996

Os Presidentes dos países-membros do Mercosul e do Chile assinaram, em 25 de junho último, durante a reunião presidencial de San Luis, na Argentina, um acordo de complementação econômica que criará uma área de livre comércio entre os cinco países em um prazo de oito anos. Além de sinalizar uma clara opção chilena pelo projeto de regionalismo aberto que o Mercosul está promovendo na América do Sul, o acordo, que entra em vigor em outubro próximo para o primeiro grande conjunto de concessões tarifárias recíprocas, tem como grande efeito político e econômico a virtual associação do Chile ao Mercosul. Nessa qualidade de parceiro privilegiado, o Chile, mesmo não sendo parte do Tratado de Assunção, ajudará a prosseguir na tarefa de construção dessa obra de engenharia diplomática e econômica que é o Mercosul. O Brasil seguirá essa orientação no exercício da Presidência pro-tempore do Mercosul neste segundo semestre de 1996.

De fato, o Chile traz, no seu convívio mais próximo com o Mercosul, uma parceria de grande qualidade, não apenas por ser, dos cinco, o país com mais longa experiência na estabilização e abertura competitiva da economia, mas pela própria natureza do aporte que traz aos fluxos de comércio e investimentos no Cone Sul do nosso Continente. Com uma economia bastante diversificada, um mercado relativamente sofisticado de 14 milhões de consumidores, acesso privilegiado aos mercados da

região do Pacífico e excedentes de poupança interna que podem rapidamente transformar-se em substanciais investimentos produtivos nos países do Mercosul, o Chile passa a constituir uma importante extensão do espaço econômico hoje formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O processo de negociação que culminou com o acordo de associação do Chile foi longo e complexo, como convinha. Afinal, era fundamental que sinalizássemos para os nossos mercados e para o mercado internacional em geral que não estávamos empenhados em um gesto unicamente político, destituído de conseqüências econômicas e comerciais, ou, o que seria pior, em um lance apenas retórico. A complexidade da negociação era função direta da complexidade dos interesses concretos envolvidos e da amplitude das pautas comerciais a serem cobertas e potencializadas pelo Acordo. Não nos impusemos prazos fatais, nem nos valem de artificialismos para chegar ao Acordo final, que amadureceu e ficou pronto em função da sua própria lógica.

A partir de outubro, o comércio Mercosul-Chile terá uma tarifa média de 6% sobre a maioria dos produtos, a qual será reduzida gradualmente a zero em oito anos. O acordo com o Chile tem todas as características de uma obra destinada a dar certo. Parte de um interesse recíproco no mais pleno sentido da expressão. Deve ampliar e diversificar nos dois sentidos o comércio de cada um dos países do Mercosul com o Chile - um comércio que já vinha ganhando uma expressão notável, tendo mais que dobrado no período de 1991 (770 milhões de dólares) a 1995 (1,8 bilhões de dólares). Amplia para 220 milhões de consumidores potenciais o mercado atual do Mercosul, reforçando portanto a escala e a

dimensão das economias que o conformam, ao mesmo tempo em que dá ao Chile um acesso ampliado a esse mercado, em condições mais favoráveis do que aquelas de que desfrutava antes. Acrescenta ao Mercosul um parceiro que tem reconhecida credibilidade e confiabilidade no mercado internacional, ao mesmo tempo em que dá a esse parceiro um acesso facilitado às inúmeras oportunidades de investimentos geradas nos quatro países que integram a União Aduaneira tanto pela integração em si quanto pelas políticas de estabilização, abertura e crescimento econômico em consolidação nesses países e sinaliza claramente que a tese do regionalismo aberto é uma realidade dinâmica no Mercosul, à qual o Chile se incorpora. Juntos, os quatro membros do Mercosul se preparam para prosseguir na busca de outros sócios, a começar pela Bolívia, seguindo-se a Venezuela — ambos reforçando a noção de que o Mercosul tem uma vocação plenamente sul-americana.

O Brasil assume assim a Presidência pro-tempore do Mercosul sob um signo especialmente positivo, o que é bom, se pensarmos na dimensão e na importância da pauta que temos pela frente, tanto na agenda externa do Mercosul quanto na sua agenda interna. A Presidência brasileira será movimentada e intensa, e se desenvolverá sob a atenção crescente que o Mercosul vem despertando dentro e fora da nossa região. Na agenda externa, figuram principalmente a conclusão do processo de associação da Bolívia, o início das tratativas com a Venezuela, a multilateralização do patrimônio histórico negociado entre cada um dos quatro países do Mercosul com os países membros da ALADI, a continuação das negociações para a conformação da Área de Livre Comércio das Américas (o Brasil sediará a próxima reunião ministerial do processo negociador, em Belo Horizonte, em maio de 1997), o prosseguimento das negociações com a União Européia para dar início ao processo esboçado pelo Acordo-Quadro de Cooperação assinado em Madri, em dezembro de 1995, e a coordenação dos países

do Mercosul no âmbito do sistema multilateral de comércio regido pela Organização Mundial do Comércio. Na agenda interna, é prioridade agora dotar o Mercosul de mecanismos de defesa contra práticas desleais de comércio, de um acordo de salvaguardas, de um código de defesa do consumidor e de um protocolo sobre a defesa da concorrência dentro do bloco.

A associação do Chile ao Mercosul e a contribuição que a participação chilena começa a nos trazer serão importantes para ajudar-nos a avançar nessa agenda, para assegurar uma boa gestão brasileira na Presidência pro-tempore e para garantir o sucesso da reunião presidencial de Fortaleza, no fim do ano.

“Brasil e Portugal na Comunidade”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1996

No dia 17 de julho, o Brasil e Portugal unem-se aos países africanos de expressão portuguesa para formar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP. Além da dimensão de cooperação política e econômica transcontinental, a Comunidade representa também mais um importante elo de ligação entre o Brasil e Portugal, mais uma parceira brasileiro-portuguesa que responde às características do mundo pós-Guerra Fria e à exigência de novos tipos de coalizões políticodiplomáticas.

A reafirmação do traço moderno da ligação entre Portugal e Brasil é o sentido a extrair-se do lançamento da CPLP, juntamente com nossos amigos africanos. É preciso mostrar as relações Brasil-Portugal sob o prisma da modernidade dos dois países, da sua participação ativa nos respectivos entornos regionais, a União Européia e o Mercosul, e no lançamento da CPLP, uma empresa voltada para a projeção política e diplomática dos elos históricos e culturais entre os sete países de língua portuguesa.

O Brasil nasceu de Portugal na mais importante transição da História do mundo moderno, a Era dos Descobrimentos. Camões traduziu n' *Os Lusíadas* a gênese puramente lusitana dessa transição. O Brasil e *Os Lusíadas* são a criação de um mesmo espírito nacional. Pela ação de Portugal, rapidamente formamos um mundo criado à sua imagem e semelhança, mas marcado por traços de personalidade próprios. Fomos co-participantes de uma História comum construída ao longo de trezentos anos de regime colonial. Nossa independência foi particular, em contraste com a porção hispânica da América, que rompeu abruptamente os laços com a antiga metrópole e dividiu-se, por força dos localismos, em diversos países.

De Portugal herdamos também, além de língua, História e cultura comuns, três patrimônios fundamentais: a mestiçagem, que no Brasil gerou uma sociedade aberta e universal, em que convivem em harmonia, junto à base luso-afro-brasileira, culturas vindas de todo o mundo; a unidade territorial, produto, em grande medida, da capacidade aglutinadora da administração colonial portuguesa; e o patrimônio diplomático de fronteiras praticamente definidas, ainda durante a colônia, pela habilidade, sensibilidade e sabedoria da diplomacia portuguesa, que teve em Alexandre de Gusmão um profissional que inspiraria e iluminaria a diplomacia do Brasil independente.

É comum que as referências às relações entre o Brasil e Portugal privilegiem a dimensão histórica, ontológica e cultural. Com isso, o relacionamento entre os dois países tende a ser classificado como especial, homologando assim os aspectos afetivos, humanos – familiares, mesmo – da convivência entre os portugueses e brasileiros. Criam-se vínculos profundos: a identidade que nos une e o fato de que Brasil, ao longo de toda a sua vida como colônia e como nação independente, recebeu, em sucessivas levas, grandes contingentes de imigrantes portugueses que, plenamente adaptadas, deram continuada e expressiva contribuição ao desenvolvimento do nosso país.

O velho Tratado de 1953 formalizaria o

conceito de *relação especial* entre os dois países, ao dar um arcabouço jurídico-diplomático à amizade luso-brasileira. Mas a própria evolução do Brasil e de Portugal iria alterando o perfil das relações bilaterais. Hoje, podemos falar de algo mais do que uma *relação especial*, que poderia esgotar-se na própria utilização do conceito. Porque o Brasil e Portugal de hoje pouco têm em comum com o que eram nas décadas de 50 e 60 – as décadas-síntese das relações especiais. A profunda transformação econômica de Portugal, somando-se à democratização, acabaria por levar o país à sua integração plena na União Européia alcançando uma nova projeção internacional e um novo e formidável patamar no seu desenvolvimento econômico, social e político.

Portugal passaria a ser um exemplo de pujança econômica da orla mediterrânea da Europa.

Também o Brasil mudou muito dos anos 60 para cá, e muito particularmente nos últimos dois anos, com o Plano Real. Crescemos a um ritmo sem precedentes, com um desenvolvimento econômico que hoje nos coloca na condição de nona economia do mundo. Em termos de produto, de capacidade industrial e tecnológica, de comércio internacional, de vínculos com a economia mundial, de atrativos para os investimentos internacionais, pouco temos hoje em comum com a nação agrária, exportadora de produtos primários e majoritariamente rural que fomos até o início dos anos 60.

“Política Comercial: os pingos nos is”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Gazeta Mercantil, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1996

Engana-se quem, em uma análise mais apressada das medidas restritivas impostas à importação de alguns produtos, pensa que o Brasil estaria desrespeitando compromissos assumidos nos acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC) e no Mercosul ou tomando um caminho

diverso da política de abertura competitiva do seu comércio externo. Engana-se também quem, convencido da necessidade de expor a indústria nacional à competição internacional, não leva em conta as dificuldades de ajuste estrutural e as ameaças ao equilíbrio das contas externas e logo rotula o governo de protecionista e usuário recorrente de instrumentos típicos da exaurida “substituição de importações”.

É preciso ficar claro, em primeiro lugar, que não interessa ao Brasil - e portanto ao governo brasileiro - retroceder no processo de liberalização comercial e integração econômica regional, que se consolida como uma clara opção da sociedade brasileira. Esse processo tem contribuído para o desenvolvimento econômico do País, para a sua integração competitiva na economia internacional e, convém não esquecer, para a estabilização da nossa economia. Afastar-se dessa rota poria em risco objetivos básicos do Plano Real, criaria ou preservaria bolsões de ineficiência em setores da produção doméstica e submetteria o País a queixas e litígios bilaterais ou multilaterais que, na melhor das hipóteses, desgastariam o capital diplomático acumulado nos últimos anos pelo Brasil e, na hipótese menos favorável, poderiam até resultar na exigência legal de compensações por prejuízos comerciais causados a nossos parceiros ou na aplicação de medidas retaliatórias na forma da suspensão ou retirada de concessões de valor equivalente.

A proteção injustificada é deletéria em todos os sentidos. Mas a proteção condicional, a aplicação de remédios contra práticas desleais de comércio (subsídios proibidos e “dumping”) e o uso de medidas emergenciais para contra-arrestar o dano resultante de um aumento súbito e substancial de importações em setores específicos são recursos legítimos, amparados nos acordos assinados em Marrakesh e, o que é mais importante, necessários em uma conjuntura de transição como a da economia brasileira.

Na verdade, o governo, ao verificar uma

concorrência predatória em determinado setor, toma as providências cabíveis para restabelecer as condições normais de mercado. Se não agisse assim, estaria não apenas favorecendo o desmoronamento de setores produtivos, mas inviabilizando uma política sustentada de abertura competitiva. Nesta etapa de implantação dos compromissos da Rodada Uruguai, em que não têm sido poucos ou triviais os esforços para honrar os pactos subscritos, países como o Brasil vêm procurando demonstrar a seus parceiros comerciais que o êxito sustentado da abertura depende: 1) de uma atitude firme em relação àqueles que desrespeitam as regras do jogo para ingressar no nosso mercado; 2) da obediência ao cronograma de reduções tarifárias negociado na Rodada do Uruguai; e 3) do exercício de autocontenção na apresentação de propostas tendentes a sobrecarregar a agenda da OMC, criando tensões indesejáveis para o sistema multilateral de comércio e introduzindo obrigações novas ainda mais onerosas para os países em desenvolvimento.

Mas convém também exercer o máximo rigor na avaliação dos casos e das situações invocadas para proteção temporária, conforme os dispositivos multilateralmente acordados. Simples erros de procedimentos na aplicação de sobretaxas ou restrições quantitativas podem resultar em recomendações mandatórias para revogação das medidas impostas, mesmo que sejam demonstradas a existência de prática acionável e sua relação causal com o prejuízo sofrido.

Do ponto de vista de um Brasil que pode ser ainda mais competitivo e parelhado para usufruir dos benefícios alcançados na Rodada Uruguai, é essencial contar com regras e disciplinas multilaterais rígidas e estáveis, que protejam economias pequenas e médias contra abusos previstos em legislações comerciais e nacionais e contra ações unilaterais e discriminatórias. É preciso também - e essa é uma prioridade absoluta - contar com um sistema nacional eficiente para combater práticas desleais de comércio, um desafio que não é só de governo, mas também do setor

produtivo.

Respeito à OMC e defesa legítima da concorrência e dos interesses comerciais não se contradizem e devem, na verdade, apoiar-se mutuamente. O Itamaraty é enfático na defesa da abertura competitiva da economia brasileira - por oposição ao que seria uma abertura indiscriminada e irresponsável -, porque está consciente da sua importância para o desenvolvimento brasileiro e para a melhor inserção do Brasil em sua região e no mundo. O Ministério das Relações Exteriores tem agido para a preservação e o uso do capital diplomático que essa política nos tem dado e vem insistindo em que as medidas tópicas que buscam aperfeiçoar a política de abertura competitiva não devem e não podem ser entendidas como sinalização de uma indesejável volta ao passado. Ponham-se, pois, os pingos nos "is".

“O Brasil e a Armênia”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal de Brasília, Brasília, 6 de agosto de 1996

O Brasil que recebeu este ano o patriarca supremo da Igreja Apostólica Armênia é um país orgulhoso de sua diversidade étnica e da contribuição que muitos povos e culturas trouxeram ao seu desenvolvimento material e espiritual. Por isso, foi para nós uma grande satisfação receber em Brasília SS. Karekin I para, através da mais alta distinção honorífica do Brasil - a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul - fazer-lhe uma homenagem de todo o povo brasileiro. A presença de S. Santidade em terras brasileiras teve importante significado não só para a comunidade brasileira de origem armênia, mas também para todo o povo do maior país católico do mundo.

Alma da primeira nação a ser cristianizada pelos santos apostólicos Bartolomeu e Tadeu, a Igreja Apostólica Armênia traduz o sentimento cristão do povo armênio, que se refletiu em outras partes do mundo antigo e contribuiu para a consolidação da fé

cristã no Ocidente.

Após muitos séculos como um farol da fé cristã na Ásia Menor, a Igreja Apostólica Armênia continua sendo um dos bastiões do cristianismo. Manteve sua crença e unidade nas condições mais adversas através dos séculos e por isso merece o respeito e a admiração de todos os cristãos do mundo.

A trajetória do povo armênio é indissociável da Igreja Apostólica Armênia. De sua espiritualidade a nação armênia retirou a força para sobreviver mesmo quando compelida, em diversos momentos da História a abandonar a terra de seus antepassados e a buscar refúgio em outras paragens.

No processo de fixação dos armênios da Diáspora no Brasil e em outros países a Igreja Apostólica Armênia teve um papel central. Como imigrantes distanciados da pátria, os armênios encontravam na Igreja um traço de identidade, um sustentáculo moral para a manutenção de sua cultura, sua língua e sua fé. Uma razão, enfim, para lutar e prosseguir.

Desde o fim do século passado, o Brasil acolheu imigrantes armênios, que hoje formam uma comunidade laboriosa, que em muito tem contribuído para o desempenho material e espiritual do nosso país, onde se integrou em harmonia e com plena e perfeita participação em todos os setores da vida nacional, na esfera privada e no Governo, inclusive na diplomacia.

O espírito empreendedor, corajoso e tenaz dos armênios aqui radicados, faz com que a comunidade de origem armênia tenha participação ativa na construção de um Brasil democrático e próspero, que seja respeitada e admirada. Mas a comunidade de origem armênia é também solidamente apegada aos valores da milenar civilização armênia.

Por esse apego, por essa força interior que vem da identidade cultural e da fé, a comunidade armênia tem dado uma contribuição relevante para a vida brasileira, que ajuda a projetar-se como cultura aberta e universal, de convivência e pluralismo.

Em dezembro de 1991, o Governo brasileiro

reconheceu, com grande satisfação, a independência da República da Armênia e com ela relações diplomáticas poucos meses depois. Desde então, tivemos o prazer de contar com a participação do Presidente Levon Ter Petrossian na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, e de receber a visita particular do Vice-Presidente Gagik Arutiunian, em 1993, marcos importantes no relacionamento entre o Brasil e a Armênia.

Nesse processo de aproximação entre o Brasil e a Armênia, a Igreja Apostólica Armênia tem tido uma importante participação, até mesmo porque ela constitui um elo de ligação espiritual entre os dois países e entre a comunidade armênia no Brasil e o povo armênio. O próprio Ministro Antonio Kandir, que representa a comunidade no mais alto escalão do Governo, esteve na Armênia, na qualidade de enviado especial do Governo brasileiro para a entrega da Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul a S.S. Vazken I, predecessor de Karekin I como Catholicós de todos os armênios. S.S. Karekin I será o portador da mensagem de amizade e admiração do povo brasileiro pelo armênio e da firme vontade política do Governo brasileiro de estreitar, cada vez mais, seus laços de amizade e cooperação com a Armênia. Guardaremos de sua visita ao Brasil uma lembrança afetuosa e respeitosa - um marco simbólico da amizade brasileiro-armênia.

Em reconhecimento de todos os brasileiros à sua missão em prol do aprofundamento da amizade entre o Brasil e a Armênia, como demonstração do profundo respeito pela fé apostólica armênia e como uma homenagem ao povo armênio e à comunidade armênia no Brasil, o Presidente da República houve por bem outorgar-lhe a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. É uma honra para mim impor-lhe essas insígnias como homenagem sincera e um tributo de admiração e respeito dos brasileiros pelo povo e pela sua Igreja.

“Brasil - Chile, Una amistad sin límites”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal “El Mercurio”, Santiago, 11 de agosto de 1996

Amanezco hoy en Santiago para la primera reunión de cancilleres de Brasil y Chile bajo el nuevo sistema ampliado de coordinación y consulta creado en la visita del Presidente Frei a Brasil, en marzo último. El canciller Insulza y yo estamos poniendo en marcha un mecanismo de diálogo de alto nivel que homologa, en el plano político, el estatuto de las relaciones bilaterales generado por el intercambio de visitas presidenciales y la asociación de Chile al Mercosur.

Además de conmemorar, con sobradas razones, la prioridad presidencial que esas relaciones han asumido con la amistad personal entre los Presidentes Frei y Fernando Henrique Cardoso, y de celebrar el paso histórico que han dado Chile y el Mercosur en San Luís, Argentina, se trata aquí de discutir, en lo concreto, una amplia agenda brasileño-chilena.

Esa agenda da la medida exacta de la importancia creciente que las relaciones vienen adquiriendo para ambos países, porque ya se desdobra en cuatro grandes dimensiones: la bilateral, centrada en aspectos económicos, pero también con algunos temas políticos; la subregional, en función de la participación chilena en el Mercosur y del aporte de calidad que trae Chile a un proceso que sigue ganando intensidad económica y diplomática; la hemisférica, en función tanto del proceso de negociación de lo que será el Área de Libre Comercio de las Américas cuanto de los demás aspectos del seguimiento de la Cumbre de Miami, además de los temas de la agenda interamericana y latinoamericana (la Conferencia Iberoamericana, cuya cumbre se celebrará en Chile este año, el Grupo de Rio, nuestro rol como garantes del Protocolo de Rio de Janeiro entre Perú y Ecuador, etc.); y finalmente, internacional, porque tenemos intereses comunes

tanto en el ámbito político (Naciones Unidas, por ejemplo), como económico (la Organización Mundial de Comercio, por ejemplo).

Caracterizadas desde hace muchas décadas como *una amistad sin límites*, porque somos, por todo y en todo, vecinos sudamericanos que tan sólo no comparten fronteras comunes, esas relaciones han asumido un nuevo grado de interés a partir de los avances que Brasil ha hecho en materia de estabilización y apertura competitiva de su economía. El descompás que se había verificado entre Chile y Brasil en lo económico — porque en lo político la democracia hace tiempo es un elemento decisivo de identidad — se ha superado, dejando en su lugar un considerable conjunto de oportunidades comerciales y de inversión que se están aprovechando en ritmo creciente.

Esa amistad sin límites, por lo tanto, ha ganado un acréscimo de substancia económica que es fundamental en el mundo de hoy. El crecimiento de las relaciones comerciales entre Chile y Brasil es la expresión concreta de ese nuevo interés y habla por sí solo. Las exportaciones brasileñas hacia Chile han crecido de 999 millones de dólares en 1994 a 1.210 millones en 1995; ya alcanzaron 254 millones en el primer trimestre de este año. Las exportaciones chilenas hacia Brasil han crecido de 593 millones de dólares en 1994 a 1.106 millones en 1995; en el primer trimestre de este año ya alcanzaron 227 millones. Hoy día Brasil es el tercer socio chileno, con el 6% del comercio exterior de Chile.

El acuerdo entre Chile y el Mercosur tendrá seguramente un efecto multiplicador sobre esa corriente de comercio y, muy especialmente, sobre el flujo de inversiones. Brasil presenta hoy oportunidades ampliadas para inversiones por tres razones fundamentales: primero, la dimensión del mercado consumidor del Mercosur, de 200 millones de habitantes, a los cuáles se suman ahora los catorce millones de chilenos; la apertura económica y financiera; y la estabilización, cuyo efecto inmediato ha sido el de ampliar el poder adquisitivo de un sector

importante de la población brasileña y por ende de ampliar el poder de consumo del mercado brasileño como un todo. La capacidad inversora chilena — un fenómeno nuevo en América Latina se puede dirigir con tranquilidad hacia Brasil porque las oportunidades y garantías son reales. Se estará de esa forma consolidando una tendencia que ya se viene manifestando, incluso con la presencia de inversiones brasileñas en Chile, donde un número significativo de empresas viene contribuyendo al desarrollo del país y al crecimiento de las relaciones bilaterales.

También en el ámbito del Mercosur, con consecuencias importantes en las negociaciones sobre la integración hemisférica, el acuerdo con Chile va a hacer una diferencia. Chile ofrece una amplia experiencia de apertura competitiva, de estabilización y ajuste económico y de recepción de inversiones extranjeras, además de traer la dimensión del Pacífico. El Mercosur ha ganado substancia y fuerza diplomática con el aporte chileno.

Por todo ello, nunca antes el concepto de *amistad sin límites* ha tenido más substancia ni ha sido más preciso para caracterizar las relaciones entre Brasil y Chile. Estamos construyendo una relación de calidad, anclada en intereses muy concretos, en cifras expresivas y, gracias a los pasos concretos que estamos dando, con un potencial efectivamente sin límites.

“Uma contribuição de qualidade”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampraia, para a publicação “Sessenta anos de Brasileira (1930-1990)” editada pela Universidade de São Paulo. São Paulo, setembro de 1996

O leitor tem nas mãos o resultado de um grande esforço conjunto da área acadêmica e do serviço exterior brasileiro para preencher uma lacuna nos estudos sobre a história diplomática mais recente do nosso país, a partir dos anos 30.

Por razões que não caberia analisar aqui, a história diplomática brasileira não tem podido contar com manuais ou estudos abrangentes que cubram,

fatual ou analiticamente, o período da diplomacia brasileira que acertadamente tem sido chamado de “diplomacia do desenvolvimento”, em contraste com a diplomacia da afirmação da independência, do período do império, e com a diplomacia da afirmação territorial, de que o Barão do Rio Branco foi o expoente máximo.

Tanto Delgado de Carvalho, quanto Hélio Viana e José Honório Rodrigues concluem suas histórias diplomáticas quando a diplomacia do desenvolvimento se estava esboçando e afirmando. Há muitos textos esparsos e de boa qualidade sobre aspectos desse longo período em que o tema do desenvolvimento passou a ser a principal linha condutora da brasileira; mas esta é provavelmente a primeira vez em que um grande número de artigos de qualidade, e com uma perspectiva plural, se debruçam sobre a matéria.

Graças à iniciativa da Universidade de São Paulo e do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais - IPRI, da Fundação Alexandre de Gusmão, foi possível motivar diversos especialistas e diplomatas com alguns temas centrais da diplomacia brasileira para buscar, a partir dos anos 30, aqueles elementos de continuidade e de inovação que tão bem ilustram, na brasileira, a reflexão feliz que o ministro Azeredo da Silveira fez sobre a Chancelaria Brasileira: “a melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se”.

Com uma multiplicidade de temas e pontos de vista à sua disposição, o leitor especializado ou simplesmente interessado em ampliar seus conhecimentos sobre a inserção externa do Brasil encontrará aqui um vasto panorama da brasileira através da análises criteriosa e original seja de períodos, seja de temas e áreas de concentração da diplomacia brasileira.

Produzidos originalmente como contribuições para um seminário que levava o mesmo nome desta obra coletiva e que concluiu em 1993, os textos que se apresentam a seguir nem por isso perderam atualidade ou significado.

Ao contrário. Constituem uma contribuição expressiva em uma área dos estudos históricos brasileiros que ainda permanece sob o domínio de especialistas, embora a diplomacia esteja assumindo cada vez mais uma importância central até mesmo na vida cotidiana da sociedade brasileira.

Foi com muita satisfação que o Itamaraty se envolveu na concepção e na implementação do exercício do qual resultaram estes textos e é agora com renovado gosto que, em nome da casa de Rio Branco, posso participar da apresentação desta obra coletiva que haverá de enriquecer a reflexão sobre o nosso país e a nossa história, ao mesmo tempo em que nos fornece elementos valiosos para compreender o presente e preparar o futuro da nossa diplomacia.

“O Brasil e os processos de integração na sociedade global”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para a publicação na obra “Seis cumbrões, uma comunidade”. Outubro de 1996

Os processos de integração econômica são relativamente recentes, tendo adquirido importância após a Segunda Guerra Mundial, período caracterizado por forte crescimento econômico mundial, crescente interdependência e aceleração da transnacionalização do capital.

Dentre as formas clássicas de integração econômica podem ser citadas, dependendo dos respectivos graus de intensidade, as zonas de livre comércio, as uniões aduaneiras e as uniões econômicas ou mercados comuns. De um ponto de vista econômico, a integração em seu grau mais intenso (Mercado Comum) envolve a combinação de dois ou mais mercados nacionais potencialmente complementares, com o objetivo de formar um único mercado, mais amplo e dinâmico e portanto mais favorável ao processo de desenvolvimento econômico de cada país que o integra.

Todo processo de integração econômica

obriga a uma coordenação política mais estreita entre os seus países-membros, podendo ocorrer, a partir de certo patamar, uma progressiva transferência de parcelas das políticas nacionais às instituições comuns.

Qualquer que seja o seu desenho, toda integração econômica se baseia na vontade política dos Estados de, por meio desse processo, obter vantagens econômicas: aumento da produção através da especialização e de um melhor aproveitamento das economias de escala; estímulo à eficiência produtiva, pelo aumento da concorrência interna; melhora das relações de troca com terceiros países; aumento do poder negociador frente a outros países ou grupos regionais; maior atração aos investimentos produtivos internacionais e à transferência de tecnologias.

A integração traz também seu bojo a obrigação de uma formulação mais coerente da política econômica interna e conduz, a médio ou longo prazos, as necessárias reformas estruturais, as quais, em um contexto de puramente nacional, poderiam adiar-se “sine die”.

O Brasil, respondendo às mudanças e às novas estruturas que se delineiam no mundo e que tomam cada vez mais complexo o desafio da inserção competitiva do país na economia internacional, tem participado ativamente do processo integracionista na América do Sul, região que, por óbvias razões geográficas, históricas e econômicas, mobiliza prioritariamente as suas atenções e constitui um espaço natural para as suas relações econômicas externas.

Uma das características mais marcantes da integração econômica na América Latina é a enorme diferença de velocidade do processo antes e depois do início dos anos 80. Até começos da década passada, a integração latino-americana em geral era antes uma intenção de parte das elites nacionais do continente, inspiradas em teses cepalinas ou na teoria da dependência, do que uma realidade histórica, de números e estatísticas incontestáveis. A integração

era mais desejada do que posta em prática, pela simples razão de que as economias não eram suficientemente complementares ou abertas para que houvesse expressivo intercâmbio comercial e financeiro.

Nos anos 80, em contraste com as décadas anteriores, ganhou impulso o processo de integração, o que se expressou tanto pelo aumento do volume de comércio intra-regional como pela proliferação de acordos bilaterais e sub-regionais de desgravação tarifária. Os vizinhos latino-americanos, especialmente os sul-americanos, deixaram de ser parceiros comerciais relativamente inexpressivos e começaram a tornar-se mercados importantes para os países da própria região.

Quatro foram as razões básicas para a aceleração do processo.

A primeira delas foi o efeito-demonstração decorrente das próprias tendências, complementares na economia internacional, de globalização e regionalização. Numa economia mundial crescentemente marcada pelos imperativos da competitividade comercial e, por extensão, de ganhos de escala para a assimilação de tecnologias e investimentos, tomava-se necessária a formação de mercados mais amplos e mais abertos ao comércio exterior. Em suma, a integração regional passou a ser vista como um passo necessário para evitar a marginalização e como “campo de provas” para o projeto de maior inserção na economia internacional. Tomou-se a via obrigatória para a atração de novos investimentos e, em alguns casos, eventual instrumento de barganha para posteriores negociações com blocos regionais já existentes.

A liberalização comercial e o progressivo ajuste econômico empreendidos pelos países latino-americanos a partir do final dos anos 80 foi a segunda razão para a aceleração do processo integracionista no período. Com o esgotamento do modelo autárquico de substituição de importações e o lançamento de programa de desgravação tarifária e de eliminação de barreiras não-tarifárias, inclusive em

função das negociações da Rodada Uruguai do GATT, que levariam à criação da Organização Mundial do Comércio, criaram-se as condições para a assinatura de acordos bilaterais e sub-regionais de liberalização comercial, algo antes muito limitado entre economias fechadas. Com a progressiva estabilização econômica na região e a razoável homogeneização de políticas econômicas e comerciais, tornou-se factível assumir compromissos regionais de longo prazo, inviáveis em um quadro de instabilidade econômica e monetária.

A terceira razão do impulso nos anos 80 refere-se à própria reformulação dos mecanismos de integração no continente, que levou os países da Associação Latino-Americana de Livre Comércio a proceder, em 1980, à revisão do Tratado de Montevideu, que passa a admitir os chamados acordos de alcance parcial e os acordos de complementação econômica.

Os resultados dessa nova estratégia de integração latino-americana mostraram-se bastante positivos. Em torno de relações bilaterais mais densas entre economias de maior desenvolvimento relativo na região, como no caso dos eixos Brasil-Argentina e Colômbia-Venezuela, intensificaram-se as trocas comerciais e criaram-se as condições para a assinatura de acordos sub-regionais que incorporariam, posteriormente, países vizinhos menores. Os eixos bilaterais e sub-regionais de aproximação econômico-comercial criaram, portanto, a estrutura básica que permitiria a intensificação da integração do continente sul-americano como um todo.

A quarta condição para o impulso integracionista sul-americano dos anos 80 foi a distensão política entre os países, decorrente, em boa medida, do processo de redemocratização. A partir desse momento, desanuviaram-se as desconfianças políticas e os vizinhos redemocratizados passaram a ser considerados como parceiros preferenciais, como no caso da relação entre o Brasil e a Argentina. Mais do que isso, as democracias da região, em seu

empenho em consolidar-se, acharam na integração uma forte base de apoio político calcado em uma base econômica e comercial concreta.

Em termos formais, é possível identificar três mecanismos básicos de integração na América Latina, que constituem conjuntos de acordos bilaterais ou sub-regionais: o Pacto Andino, o MERCOSUL e os acordos bilaterais firmados pelo Chile com diversos parceiros latino-americanos.

O caso do MERCOSUL é o mais significativo tanto pela velocidade de sua implementação como pelos resultados alcançados. Apesar da exigüidade do seu tempo de gestação, o MERCOSUL revelou-se o eixo mais avançado da integração latino-americana, seja pelas conquistas institucionais e pela ousadia das metas de liberalização e de harmonização de políticas comerciais, seja pelo volume de comércio entre seus países-membros. O MERCOSUL não apenas gerou comércio intra-regional (que cresceu 300% em quatro anos), mas também contribuiu para aumentar o volume das trocas dos seus países membros com o restante do mundo (o comércio extra-regional cresceu mais de 80% no mesmo período).

Segundo números da ALADI, o comércio intra-MERCOSUL já representaria cerca de 40% do comércio intra-latino-americano, dado tanto mais expressivo quando se tem em conta que o comércio dos países do MERCOSUL com os demais países da América Latina também é bastante significativo.

Além dos ganhos decorrentes do aumento do comércio na região, o MERCOSUL acabou, ademais, por funcionar nos últimos anos como um mecanismo estabilizador das duas maiores economias da região: a brasileira e a argentina. Neste caso, não se trata apenas do controle da inflação mediante aumento de importações, mas também dos efeitos positivos da desgravação tarifária sub-regional como elemento moderador dos ciclos de desaceleração e recessão econômica. De 1991 a 1993, num período de baixo crescimento econômico no Brasil, a produção brasileira beneficiou-se em larga escala do

acesso ao mercado argentino então aquecido, algo que explica a sucessão de elevados superávits bilaterais do Brasil. A partir de 1994, ocorreu o inverso, com o aquecimento da economia brasileira em função do Plano Real.

A integração latino-americana atravessa, nos dias de hoje, um período de consolidação dos avanços recentes em vista da perspectiva de concretização do projeto de integração hemisférica lançado pela reunião de cúpula de Miami, em dezembro de 1994. Discutem-se agora as próximas etapas da integração continental: a de articulação e convergência entre os acordos sub-regionais.

Se os anos 80 foram marcados pelo aprofundamento dos acordos de integração bilaterais, como o argentino-brasileiro e o colombiano-venezuelano, e se a primeira metade dos anos 90 foi marcada pela bem-sucedida construção ou consolidação de acordos sub-regionais, como o MERCOSUL e o Pacto Andino, a segunda metade dos anos 90 será caracterizada pelos esforços de integração entre os blocos.

À medida em que se consolida o MERCOSUL, desenvolvem-se negociações com os demais países da América Latina com vistas à eliminação de tarifas e barreiras não-tarifárias. Segundo a proposta, a negociação com os demais parceiros é feita com base no modelo 4+1, em que os quatro países originais do MERCOSUL, por disporem de tarifa externa comum, negociam em conjunto com uma contraparte que tanto pode ser um país isolado, tal como concretamente ocorreu com Chile e vem ocorrendo com a Bolívia, quanto um agrupamento sub-regional, como o Pacto Andino.

Esta iniciativa brasileira respondeu a dois princípios básicos da abordagem brasileira do projeto de integração hemisférica: o gradualismo, de forma a não submeter a economia a novos choques de abertura sem antes consolidar os avanços já feitos, e a conformação de “building blocks” sucessivos — os agrupamentos sub-regionais em vias de consolidação.

Tomando-se de empréstimo uma expressão tão cara aos autores geopolíticos, pode-se dizer que a estratégia de integração brasileira respeita uma seqüência de “círculos concêntricos”, sendo o núcleo central a consolidação do MERCOSUL, o primeiro entorno as negociações com países sul-americanos, como com o Chile e a Bolívia, e o círculo seguinte as negociações simultâneas de uma área de livre comércio hemisférica. O objetivo de se alcançar um acordo inter-regional MERCOSUL-União Européia é o contraponto necessário da integração hemisférica, pois permitirá que se mantenha o equilíbrio das relações econômico-comerciais entre o MERCOSUL e o NAFTA e entre o MERCOSUL e a União Européia.

Pela sua tradição diplomática e pela sua condição de “global trader” com bom equilíbrio na sua inserção econômico-comercial externa, com uma pauta de exportações diversificada, o Brasil precisa manter-se aberto a todas as perspectivas possíveis dentro dos múltiplos esquemas de integração em âmbito mundial, de modo a tornar parte em todos os movimentos e beneficiar-se de cada um deles. A integração regional aberta, a partir do núcleo, para nós central, do MERCOSUL, é uma opção estratégica de longo prazo, cujo acerto vem sendo comprovado a cada dia pelo significativo aumento do comércio intra-regional e extra-regional, pela atração que a união aduaneira vem exercendo sobre investidores externos e pelo expressivo reforço de identidade política e diplomática que proporciona aos países que o compõem. Como resposta aos desafios, oportunidades e riscos do chamado mundo da globalização, a integração sul-americana vem correspondendo às necessidades da região em termos de desenvolvimento econômico, estabilidade e maior participação no produto mundial. Como projeto, é ao mesmo tempo um objetivo e um instrumento de ação que se vem mostrando de grande utilidade nesta etapa decisiva do desenvolvimento das nossas sociedades.

**“O marketing no Mercosul”,
*Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Diário Catarinense. Florianópolis, outubro de 1996***

O êxito do Congresso de Marketing e Negócios do Mercosul, que chega à sua terceira edição com toda a força, confirma que o Mercosul já deixou de ser uma obra de engenharia diplomática para tornar-se realidade palpável para os agentes econômicos e os consumidores dos países que o formam. A preocupação com a definição de estratégias de marketing no âmbito do Mercosul prova que a nossa união aduaneira adquiriu uma identidade própria e um papel relevante no planejamento empresarial e na estratégia publicitária. Do ponto de vista diplomático, esse dado é fundamental e bem-vindo: não estamos mais discutindo a viabilidade política ou econômica do Mercosul, mas a forma de operar com ele como um dado da realidade objetiva.

Essa realidade tem impacto sobre a vida cotidiana de produtores e consumidores dos países que integram a União Aduaneira e daqueles que, como o Chile e a Bolívia, se estão associando ao bloco através de um acordo de livre comércio. No momento em que estamos lançando o concurso para a criação do logotipo do Mercosul — uma identidade visual, gráfica e simbólica típica do marketing e da publicidade —, a marca Mercosul se consolida. Ela tem estado presente nas prateleiras dos supermercados, nas lojas de bens de consumo, nas revendedoras de automóveis, nas feiras. Tem sido um dado importante no processo de crescimento e estabilização das nossas economias, como mecanismo de ampliação de mercados e de regulação da oferta de bens e alimentos e, portanto, dos preços. Tem sido um fator de alargamento do leque de escolhas do consumidor. E tem sido um elemento de projeção dos nossos países no mundo exterior, reforçando as identidades nacionais e agregando interesse nas relações com outros países

e regiões, na permanente busca de parcerias, investimentos e mercados.

O papel dos agentes econômicos e dos consumidores foi decisivo para a consolidação do Mercosul. Sem a percepção positiva desses dois grandes grupos econômicos, a iniciativa teria sido um projeto diplomático sem conseqüência. Produtores e consumidores passaram a operar, em suas infinitas decisões, tendo em conta, consciente ou inconscientemente, a realidade do mercado ampliado, da competitividade e das facilidades por ele geradas. O marketing aproxima esses pólos fundamentais da relação econômica, que operam hoje em um ambiente muito distinto daquele que prevalecia cinco ou seis anos atrás, quando o Mercosul começava. Daí a importância de que os agentes econômicos, os publicitários, as empresas de comercialização e as entidades que representam os consumidores, prossigam na tarefa de construir o Mercosul também por esse lado do marketing.

Para a consolidação do Mercosul, temos novos passos a dar no processo, ampliando a integração para abarcar áreas como a proteção contra práticas desleais de comércio, propriedade intelectual e defesa do consumidor, entre outras. Mas é preciso que se avance também na área de marketing e promoção de negócios. É uma tarefa que incumbe primordialmente à iniciativa privada, nessa grande parceria Governo/ sociedade em que o Mercosul se transformou. O III Encontro de Marketing e Negócios do Mercosul é um foro sob medida para ajudar nessa tarefa e consolidar a imagem do Mercosul como um espaço econômico vigoroso e completo.

**“O Brasil e a integração hemisférica”
*Artigo do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, publicado na Gazeta Mercantil. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1996***

Com a participação de representantes de todo o continente americano, realizou-se, nos últimos dias

16 e 17, em Florianópolis, reunião vice-ministerial sobre a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Foi a primeira de uma série de três reuniões viceministeriais preparatórias para a Reunião Ministerial de Belo Horizonte, prevista para maio de 1997, e o primeiro encontro sob a Presidência pro-tempore do Brasil, que, ao assumir o compromisso de sediar e presidir as negociações hemisféricas, reafirmou o seu mais alto interesse no sucesso dos trabalhos com vistas à integração comercial do continente.

Florianópolis representou um começo bem-sucedido desta nova fase das negociações com vistas à conformação da ALCA. Os debates demonstraram a maturidade das delegações, que, com espírito aberto e desarmado, discutiram temas tão diversos quanto o ritmo de construção da futura área de livre comércio e a ampliação da participação de segmentos sociais no processo de negociação. Em que pese o passado de solidariedade americana, o continente reúne países de características econômicas, sociais e culturais muito diferenciadas e, somente com a disposição e a diligência demonstradas em Florianópolis, será possível conciliar os interesses para que possamos concluir, até 2005, conforme decidido na Cúpula Presidencial de Miami, de 1994, as negociações da ALCA.

Para o Brasil, a Reunião de Florianópolis teve duplo mérito.

Desfizeram-se dois mitos. O primeiro, e mais falacioso, é o da resistência brasileira ao processo de integração hemisférica. Em reuniões passadas, tanto nos Estados Unidos como na Colômbia, o Governo brasileiro foi identificado, por alguns, como o defensor de excessiva cautela e moderação nas negociações. A posição brasileira de que somente passos prudentes assegurariam a construção de uma ALCA livre de tropeços e retrocessos era, por vezes, interpretada como escassa disposição para avançar rumo à liberalização comercial hemisférica.

Se esta impressão equivocada persistia para alguns, a reunião vice-ministerial da semana passada

a desfez. O Brasil e seus parceiros do Mercosul foram os mais construtivos na apresentação de proposta concreta sobre as etapas da negociação hemisférica, em que se distinguiria uma fase inicial de “business facilitation”, uma segunda etapa de harmonização de normas técnicas e medidas sanitárias e uma fase posterior de discussão sobre acesso a mercados. Sem abdicar da exigência de moderação e prudência ante um processo de liberalização comercial que trará profundas conseqüências para as economias de todos os países do continente, o Mercosul, com uma só voz, identificou prioridades e apresentou, de forma objetiva, a sua visão sobre as negociações rumo à ALCA.

Para o Brasil e seus parceiros do Mercosul, liberalização comercial e integração regional não são peças de retórica, mas sim objetivos efetivamente praticados dentro de uma estratégia de desenvolvimento de nossos países. Exemplos recentes deste propósito são o fortalecimento do Mercosul por meio da negociação de políticas comuns em novas áreas, como defesa do consumidor, e a celebração de acordos de livre comércio com nossos vizinhos sul-americanos. Na semana que vem, no dia 1 de outubro, entrará em vigor o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Chile, o primeiro celebrado pelo Mercosul, que deverá ser seguido, em breve, por acordos semelhantes com a Bolívia e o Grupo Andino.

A segunda falsa impressão desfeita por Florianópolis, dessa vez de âmbito doméstico, é a de que o Governo brasileiro não estimula a participação dos diversos segmentos de nossa sociedade nas discussões sobre integração regional. Vez por outra, leio ou ouço insinuações de que o Poder Executivo, em geral — e o Itamaraty, em particular — evita abrir o processo de negociação do Mercosul ou da ALCA à participação empresarial ou sindical, encapsulando-se em conversações restritas ou definindo de modo olímpico o interesse nacional. Nada mais enganoso ou injusto. Desde o começo das tratativas de integração, o Poder

Executivo vem buscando atrair os mais diversos setores sociais para o processo de negociação, mesmo porque a força de nossas posições e reivindicações junto a nossos parceiros externos é proporcional ao respaldo e ao apoio de que dispomos domesticamente.

O Mercosul, uma vez mais, é o melhor exemplo. Além de contar com uma ativa Comissão Parlamentar Conjunta, cuja Seção Nacional é presidida pelo Deputado Paulo Bornhausen, dispõe, desde o ano passado, de um Foro Consultivo Econômico Social, que reúne representantes sindicais, empresariais e de órgãos de defesa do consumidor dos quatro países. As recomendações do Foro são submetidas diretamente ao Grupo Mercado Comum, órgão executivo de negociação entre os parceiros do Mercosul. O Itamaraty tem-se empenhado também em divulgar informações sobre o Mercosul e demais iniciativas de integração: comparecemos regularmente ao Congresso Nacional, realizamos seminários em diversas cidades do País e distribuímos material informativo, inclusive por meio da Internet. Não se trata, portanto, da falta de mecanismos de veiculação dos interesses dos grupos sociais ou de desatenção governamental; o que falta, talvez, é tradição e prática da nossa sociedade de participação nas discussões sobre temas de .

Em Florianópolis, reafirmou-se o compromisso do Governo brasileiro de atrair a sociedade para as discussões sobre integração comercial. As reuniões hemisféricas sobre a formação da ALCA, que já compreendem um segmento organizado por e para empresários — o Foro empresarial — não incorporaram, ainda, a participação de outros setores, como os sindicatos. Preocupado com este desequilíbrio e coerente com a própria estrutura do Mercosul aberta ao engajamento dos trabalhadores, o Brasil apoiou o tratamento do tema “participação do setor privado” na reunião de Florianópolis e defendeu a inclusão dos sindicatos nas discussões sobre a ALCA. Conforme reiterarei em pronunciamento na abertura

da reunião, a integração hemisférica está voltada para o progresso e desenvolvimento das populações americanas, e seria um contra-senso não contar com a participação de um de seus grupos mais representativos e abrangentes.

Por estar consciente da ampla repercussão econômica e social decorrente do processo de integração sul-americana e hemisférica, o Governo brasileiro - e o Itamaraty, em particular - preocupa-se em ampliar ao máximo o debate interno sobre o tema e sobre suas conseqüências para o futuro do País. É preciso que toda a sociedade brasileira (os sindicatos, os empresários, as associações de defesa do consumidor, a classe política, a universidade) participe dessa discussão, porque seus resultados não afetarão apenas o jogo diplomático ou a projeção do País no exterior, mas também e, sobretudo, o cotidiano de cada um nós.

“Os próximos passos no Mercosul”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 17 de outubro de 1996

O Mercosul já se firmou como uma imagem de marca dos países que o compõem e como uma história de sucesso no mundo. O fato de que já é responsável por um aumento de cerca de 300 por cento no comércio intraregional em quatro anos, e de cerca de 80 por cento no comércio extraregional, demonstra a força de um mercado ampliado e explica em grande medida por que o Mercosul é cada vez mais percebido como um interlocutor importante nas relações internacionais contemporâneas. Com a associação do Chile, em efeito desde 1º de outubro, e a da Bolívia, já negociada, o nosso grupo sub-regional já pode ser visto como o quarto bloco comercial no mundo. Seu perfil internacional se firma e se reforça — e o interesse que tem despertado em nossos parceiros tem-se multiplicado.

A todo momento recebemos novos pedidos de contatos. Investimentos produtivos se dirigem em

grandes volumes para cá. A inegável sinergia que o Mercosul tem com os processos de estabilização e de modernização das economias que o integram agrega-lhe interesse.

Também no plano interno o Mercosul tem-se projetado como uma realidade cada vez mais presente, não só nas atividades e no planejamento dos agentes econômicos, mas também no dia-a-dia dos consumidores, acostumados cada vez mais a ver boa parte da sua demanda por bens de consumo ser atendida pelo Mercosul ou pela indústria nacional, fortalecida e mais competitiva graças ao estímulo da união aduaneira.

Como Estado fronteiriço, com uma grande vocação internacional e uma participação intensa e crescente nos fluxos de comércio gerados pelo Mercosul, o Rio Grande do Sul é talvez o melhor testemunho dessa nova realidade internacional do Brasil. Aqui o Mercosul está presente em todas as suas dimensões, inclusive no que se refere aos aspectos práticos, materiais, físicos da integração: o trânsito de mercadorias e pessoas pelas nossas fronteiras com o Uruguai e a Argentina. Nessa área, o desafio é a agilização através da construção de uma melhor infra-estrutura de transportes e comunicações, da eliminação de gargalos de comunicação e da modernização dos serviços de fiscalização e inspeção aduaneira.

Já estamos avançando nisso, inclusive através de novas fórmulas, como a que permitiu o projeto da ponte São Borja-Santo Tomé, com a participação do setor privado, em um dos trechos mais dinâmicos da nossa fronteira com a Argentina. Conhecer de perto essa realidade a fronteira com a nova perspectiva que lhe dá o Mercosul é o objetivo da minha visita a Santana do Livramento/Rivera, Uruguaiana/Paso de los Libres e São Borja/Santo Tomé.

Esse imperativo do aperfeiçoamento da interconexão física com os demais países-membros é apenas um dos próximos passos que devemos dar na consolidação do Mercosul. Uma avaliação

objetiva e realista do processo de integração sub-regional mostra, ao lado do sucesso, algumas lacunas e algumas necessidades, que o Governo brasileiro, em conjunto com os parceiros, pretende atender. Afinal, a consolidação do Mercosul não pode ser pensada apenas em termos da sua expansão horizontal, através da conclusão de novos acordos de livre comércio (o próximo poderá ser com o Pacto Andino), da intensificação das relações com outras áreas comerciais (como a União Européia, a partir do Acordo-Quadro Inter-regional, assinado em Madri em dezembro de 1995) ou da possível e previsível inclusão de novos membros plenos.

Também há um extenso trabalho a fazer na consolidação vertical do Mercosul — ou seja, o aprofundamento do processo, levando-o à área de serviços, do livre trânsito de pessoas, da defesa do consumidor, da proteção da propriedade intelectual e da criação e fortalecimento de mecanismos ágeis de salvaguardas e de proteção contra práticas desleais de comércio. Dessa perspectiva, fica claro que o livre comércio entre os membros do Mercosul e a tarifa externa comum é um preâmbulo, um núcleo-força original que necessariamente deve ser consolidado. É preciso também engajar ainda mais as sociedades dos países-membros nesse esforço, ampliando a sua percepção sobre os inúmeros benefícios que o Mercosul traz não apenas em termos do abastecimento de produtos de consumo, mas também em fortalecimento dos países que o formam. É preciso incorporar cada vez mais os Estados do Norte e do Nordeste, expandindo os seus contatos com os demais países-membros do Mercosul e ampliando os benefícios que a integração pode trazer para todo o Brasil.

A realização da reunião presidencial de dezembro em Fortaleza deve contribuir para isso. Também o acordo com a Bolívia e o futuro acordo com o Pacto Andino deverão ser instrumentais para cimentar uma percepção nacional do Mercosul, pela proximidade física desses países em relação à região Norte do Brasil.

Finalmente, será preciso fortalecer a identidade interna e externa do Mercosul. O seminário sobre Marketing no Mercosul, que se realiza em Florianópolis, no final de outubro, é uma mostra do que se pode fazer para ir firmando essa identidade do Mercosul como um espaço econômico, comercial, financeiro e publicitário com características próprias. A criação da logomarca do Mercosul, já decidida oficialmente pelo Grupo Mercado Comum será simbólica dessa nova etapa em que o Mercosul ingressou. Com os próximos passos já mapeados, estamos dando início à caminhada nesse novo trecho do projeto Mercosul.

“O Brasil e o mundo no século XXI”

Artigo “do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Folha de São Paulo. São Paulo, 20 de outubro de 1996

Um horizonte de 20 a 25 anos é o razoável para uma reflexão sobre o futuro da inserção do Brasil no mundo. Esse período, que, nas relações internacionais, à falta de melhor nome, poderíamos chamar de consolidação da globalização, poderá assistir ao amadurecimento do Brasil como potência média, economicamente forte e socialmente mais sólida e coesa, com intensa presença regional e considerável intercâmbio com outras regiões, embora sem poderio estratégico e capacidade de influência global. Ou poderá assistir à sua estagnação como país de desigualdades sociais e regionais, que alterna ciclos curtos de desenvolvimento e espasmos de recessão e que se paralisa diante do esfacelamento progressivo da base social, com sérios riscos para a sua integridade e soberania.

O Brasil tem potencial para dar um salto qualitativo no seu desenvolvimento interno e na sua inserção internacional. Para isso, teremos de responder a dois imperativos: a consolidação da cidadania, base fundamental da soberania no mundo moderno e fonte de legitimidade e poder do Estado; e o aproveitamento da inexorabilidade da nossa

inserção internacional para dela extrair o máximo de benefícios concretos — em geração de riqueza, empregos e desenvolvimento econômico e social — ao menor custo possível.

Essas são as novas realidades em que o Estado brasileiro deve mover-se: a crescente preeminência do cidadão/eleitor/consumidor, como objetivo das políticas; e a crescente globalização da economia — um termo que se tornou lugar comum, mas que é efetivo para descrever uma realidade objetiva (não se confundindo, portanto, com um movimento ou uma ideologia contra a qual é possível insurgir-se). A ênfase no cidadão/consumidor e a continuada melhoria da inserção internacional do Brasil dependerão da continuidade das políticas de estabilização, abertura econômica, reformas, desestatização, retomada do crescimento e reforma social — ou seja, da consolidação do Plano Real.

Meus interlocutores no exterior têm sido enfáticos ao louvar os progressos que temos feito e seu impacto positivo nas relações do Brasil com os principais parceiros e ao esperar que as tendências responsáveis por essa alteração qualitativa da inserção externa do Brasil se sustentem e ultrapassem os limites temporais de um mandato presidencial. A mera ameaça de retorno a políticas condenadas — crescimento à base de inflação, populismo, arroubos ideológicos, discriminação dos investimentos produtivos estrangeiros, controle estatal de setores da economia, protecionismo, práticas corporativistas, excessos de regulamentação e tantas outras — seria suficiente para queimar os ganhos como os obtidos na atração de investimentos produtivos.

Da mesma forma, será preciso intensificar as políticas de melhoria dos nossos indicadores sociais. O Plano Real e a perspectiva de uma inflação de um dígito já neste ano têm tido um efeito social sustentado, expresso na melhoria do padrão alimentar e de consumo da população de mais baixa renda. A partir daí será possível ampliar a conquista social da estabilidade monetária para as áreas da educação, da saúde e da habitação.

O consumidor brasileiro já assumiu como conquista a abertura econômica e o choque de competitividade por ela gerado na produção nacional. A definição da política industrial e comercial deverá levar isso em conta, porque qualquer retorno a esquemas de proteção indiscriminada e incondicional prejudica o consumidor e afeta adversamente a perspectiva dos consumidores de baixa renda de ter acesso a bens de consumo, duráveis ou não. O impacto político – e social – dessa preocupação é decisivo e veio para ficar.

Outro elemento básico para a inserção externa do Brasil nestes próximos anos é a definição de uma política de defesa nacional, em elaboração na Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo, que harmonize e maximize a ação das três forças e engaje a sociedade por meio da consciência sobre o imperativo de proteger adequadamente o nosso território, o nosso patrimônio ambiental e os nossos valores e identidades culturais e nacionais. Trata-se de estender a presença do Estado a todo o território, promovendo a inclusão das populações hoje menos ligadas ao resto da Nação.

A diplomacia do presidente Fernando Henrique, que vem promovendo o relançamento das nossas principais parcerias, deixará o patrimônio de uma verdadeiramente universal. Esse patrimônio será enriquecido pela consolidação vertical do Mercosul, ou seja, seu aprofundamento mais além da área de livre comércio com união aduaneira e tarifa externa comum, e sua ampliação horizontal, com a incorporação de novos membros plenos e a associação de parceiros por meio de acordos, deverá ser uma das linhas-mestras da brasileira. Deverá também beneficiar-se do fortalecimento do multilateralismo econômico e comercial, cujas regras, mais universais e transparentes, devem ajudar-nos a lidar com o persistente protecionismo, práticas desleais de comércio e barreiras ao acesso a tecnologias.

Nesses próximos anos, será muito importante

que o Brasil sinalize claramente, pelo seu crescimento, que é de fato a Pátria dos brasileiros em todo o mundo. Se soubermos sustentar e ampliar as tendências atuais, essa etapa nos consolidará como potência média, estável politicamente, saudável economicamente e socialmente justa — algo que multiplicará o orgulho que começamos a sentir hoje quando nos vemos no espelho do mundo e nos preparamos para o início do próximo século.

“A cláusula social no comércio internacional”
Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Folha de São Paulo. São Paulo, novembro de 1996.

“...most of the discussion of international trade issues among those who matter is marked by deep ignorance — all the deeper because it often poses as sophistication.”

Paul Krugman, *Pop Internationalism*, pg.70

Aproximando-se a reunião ministerial de Cingapura — que fará a revisão crítica destes dois primeiros anos de funcionamento da Organização mundial de Comércio (OMC) e examinará seu futuro —, a chamada cláusula social ganha crescente atenção no Brasil e no mundo. Diz-se que ela estará no centro da ampla agenda de Cingapura e será a grande linha de conflito entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, entre “progressistas” e “retrógrados”, entre os que já teriam feito ou propugnam a “revolução do trabalho” e os que resistem às melhorias no padrão de vida dos trabalhadores. Acena-se também com a ameaça de que o Brasil seja colocado sob foco negativo no capítulo da cláusula social, porque se destacaria nessa área.

Há muito de erro, exagero e mistificação nessas suposições. A abordagem da cláusula social não pode comportar maniqueísmos e simplificações. É engano pensar, por exemplo, que o conjunto dos países desenvolvidos propugna a inclusão da cláusula social nas negociações da OMC, ou que haja

consenso entre eles em torno do assunto. Embora enfrentem o desemprego e a cláusula social tenha para eles forte apelo político, diversos países desenvolvidos mantêm perfil discreto na matéria, enquanto outros são francamente contrários à introdução de elemento estranho ao comércio, e imprevisível nas suas conseqüências, na estrutura jurídica da OMC. A própria União Européia está muito dividida e sua posição deverá ser o mínimo denominador comum em relação ao assunto.

Se o tema figurar na agenda de Cingapura, será de forma diluída, entre numerosos assuntos. E, de qualquer forma, o embate entre o ativismo de uns e a militância contrária de outros estará reduzido a poucos países, entre os quais o Brasil certamente não se encontrará.

Tem sido freqüente a confusão estabelecida em torno da cláusula social. Idealmente, ela permitiria que se adotassem medidas de caráter multilateral — sanções, direitos compensatórios, salvaguardas — contra países cujas práticas trabalhistas não estivessem de acordo com certos padrões mínimos mundiais, a serem definidos, obviamente, mais em função do que vige nos países industrializados: salário, segurança social, condições de trabalho, liberdade sindical e outros. Baixos salários, regimes de sobre-exploração do trabalho, trabalho escravo, de presos ou infantil, restrições à liberdade sindical e outros seriam passíveis de punição pela comunidade internacional. A cláusula social seria a garantia adicional de que os trabalhadores possam contar não com a vaga simpatia, mas com pressões concretas dos países do mundo para lograr melhorias nas condições de trabalho.

Isso, num mundo ideal, justamente. Na prática, invocar padrões trabalhistas para regular o comércio internacional poderia abrir o caminho para um sem-número de medidas e práticas de caráter nitidamente protecionista — inclusive unilaterais, a exemplo da utilização da famosa seção 301 da Lei de Comércio dos Estados Unidos, que já nos atingiu duramente com sanções muito prejudiciais. O social

se transformaria em justificativa para a proteção abusiva de setores que se sintam prejudicados pela concorrência de produtos oriundos de outros países. Os padrões trabalhistas serviriam não ao propósito de promover melhorias nas práticas dos países afetados, mas simplesmente para disfarçar novas medidas de protecionismo, novos gestos de satisfação aos trabalhadores que enfrentam o fantasma do desemprego estrutural. Sendo mais difícil hoje ser abertamente protecionista, o protecionismo se traveste em defesa ambiental, progressismo social em terceiros países, e assim por diante.

Mais: os efeitos punitivos dessas medidas poderiam se dar não sobre as áreas ou atividades em que se verificam os padrões trabalhistas ruins que se deseja teoricamente corrigir, mas sobre áreas que competem com vantagens no mercado internacional. Empresas e trabalhadores de setores competitivos poderiam ter de pagar um preço por mazelas e problemas de outros setores ou de regiões específicas — problemas que devem ser corrigidos e enfrentados com os instrumentos apropriados, como as convenções da OIT, a legislação interna, a aplicação da justiça, as reformas sociais e econômicas. Seria um erro de graves conseqüências comerciais, econômicas e sobretudo sociais achar que nossa lição de casa em matéria social pode ser substituída pela cláusula social.

Embora tenhamos nossos problemas na área trabalhista e social, nosso país não é o alvo principal das preocupações dos que acusam a concorrência de países do terceiro mundo como causa do desemprego estrutural que afeta a maioria dos países desenvolvidos. Não participamos do comércio internacional à base de salários iníquos, do uso intensivo de trabalho infantil, escravo ou de presidiários. Ao contrário; temos ampla liberdade sindical, plenas garantias democráticas e alguns setores competitivos onde se pagam salários muito mais altos do que a média dos países em desenvolvimento, e também sofremos alguns efeitos adversos oriundos das práticas trabalhistas de países

que competem conosco em nosso próprio mercado e em terceiros mercados.

Como se vê, é um debate complexo. Felizmente, as lideranças sindicais brasileiras demonstram ter consciência dessa complexidade, não caindo em simplificações ou na ingenuidade de achar que o único propósito dos que defendem a cláusula social é a melhoria das condições de vida dos trabalhadores do mundo em desenvolvimento. O Governo brasileiro tem mantido consultas com os setores da economia diretamente interessados nesse e nos demais temas da agenda de Cingapura e defenderá lá, como sempre tem feito, os interesses da sociedade brasileira, e não teorizações ou abstrações de gabinete.

“Algumas verdades acerca da cláusula social”
Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia., publicado no Jornal o Globo. Rio de Janeiro, novembro de 1996

Há sinais de um engano atrapalhando o debate interno sobre a inclusão ou não de uma “cláusula social” na Organização Mundial do Comércio: a idéia de que o Governo brasileiro, ao manifestar-se contrário a algumas propostas para exame na reunião de Cingapura, esteja de alguma forma favorecendo o desrespeito aos direitos trabalhistas, endossando práticas condenáveis como o trabalho escravo ou o trabalho infantil ou simplesmente agindo com indiferença em relação à luta dos trabalhadores para melhorar o seu padrão de vida e as suas condições de trabalho.

Aquelas propostas, independentemente de suas supostas intenções sociais, visam primordialmente a demonstrar a existência de um vínculo entre os padrões trabalhistas e o comércio e, em nome de corrigir os primeiros, visam na realidade a interferir no segundo. Com base na constatação de que padrões menos rígidos constituem ou propiciam vantagens comparativas para os parceiros menos desenvolvidos, as propostas maximalistas em matéria

de cláusula social na OMC visam a adotar regras que venham a restringir os fluxos comerciais em prejuízo justamente dos países exportadores onde o custo da mão de obra seja mais baixo ou onde a legislação trabalhista não tenha atingido o grau de proteção alcançado nos países ricos. Setores que nada têm a ver com os problemas sociais e trabalhistas de um país poderiam ser penalizados.

Iniciativas unilaterais de suposto sentido social poderiam ser encorajadas. Basta conhecer a natureza e os objetivos do GATT e agora da Organização Mundial de Comércio para entender que um sistema baseado em regras multilateralmente negociadas dificilmente se presta para discussões de cunho ideológico ou imposições ou recomendações de caráter social ou político. A história e a experiência têm provado com riqueza de exemplos que o GATT/OMC, por enfeixar obrigações contratuais por parte dos membros que o compõem, está longe de ser uma mera caixa de ressonância das queixas e preocupações tópicas ou sistêmicas que lhe sejam trazidas para consideração. Antes, a OMC, que serve de guarda-chuva para acordos não apenas sobre tarifas e comércio de bens, mas também sobre direitos de propriedade intelectual e serviços, é vista como passível de abrigar outros tantos temas que, por sua demonstrável relação com o comércio, venham a ser objeto de regulamentação e, o que é mais importante, questionamento ou decisões mandatórias.

Desde que foram referendados os acordos de Marraqueche, tornou-se intrusiva e mandatória, por consentimento da comunidade internacional, a aplicação de disciplinas destinadas a assegurar que o comércio flua mais livremente. Mas a maior eficácia obtida no cumprimento de tais disciplinas — através de um mecanismo de solução de controvérsias muito mais ágil e acessível — estimula a demanda para tratamento de questões alheias ou eventualmente até contrárias à preservação de um sistema multilateral de comércio aberto, equitativo e não-discriminatório.

Já se admite consensualmente que, até para resguardar os direitos e interesses daqueles cujo

comércio exportador se concentra em produtos derivados de recursos naturais, faz-se necessário discutir no seio da OMC meios e modos para efetuar uma harmonização entre medidas ambientais e as regras comerciais. Não se cogita, porém, de criar novas exceções, além das que já figuram no Artigo XX do Acordo Geral e que, a rigor resultariam em barreiras não-tarifárias restritivas e discriminatórias.

E é sempre bom lembrar que o mesmo Artigo XX já permite a adoção de medidas restritivas à importação de bens produzidos por trabalhadores forçados. Não há dúvidas de que nessa e em outras circunstâncias o comércio é gerado de forma ilegítima, não revertendo em qualquer benefício para quem produz a riqueza, mas prejudicando os concorrentes.

O Governo brasileiro apóia, sem ambigüidade, o aprofundamento do debate sobre o respeito aos direitos internacionais básicos do trabalhador nos foros apropriados — a Organização Internacional do Trabalho, a mais antiga instituição multilateral emanada da Liga das Nações, e a Comissão de Direitos Humanos. Também temos de fazer o nosso dever de casa em matéria social. Mas recorrer a instrumentos internacionais de política comercial não seria adequado para o tratamento de questões sociais; seria abrimos um flanco sem nenhuma garantia, sequer, de que as penalidades eventualmente impostas serviriam para impulsionar o progresso social nos países afetados. Sua utilização nesse contexto teria como consequência inevitável acrescentar uma arma poderosa ao arsenal protecionista que ainda existe à disposição de países que, em nome do livre comércio (free trade) ou do comércio leal (fair trade), fecham seus mercados a nossos produtos e com isso comprometem o aumento da produção e a manutenção de empregos em setores da área agrícola e industrial.

Nos encontros em que o tema da “cláusula social” vem sendo examinado, o Brasil não assume, nem precisaria assumir, qualquer liderança na oposição à cláusula social e à crítica que países como o Japão, a Austrália, a Suíça, a Nova Zelândia, o

Reino Unido e a virtual totalidade dos países em desenvolvimento fazem às propostas de sobrecarregar a agenda da OMC com questões cuja relação teórica ou empírica com o comércio está longe de ser comprovada. Tentativas isoladas e levianas de intrigar o Governo com a classe trabalhista mediante exortações demagógicas, argumentos desinformados e citações fora de contexto não surtirão efeito. Em preparação a Cingapura, o Governo tem mantido um diálogo contínuo e construtivo com os representantes sindicais e está atento à necessidade de proteger seus direitos e interesses, apontando engodos que podem gerar consequências adversas para o nosso crescimento econômico, a geração de empregos na agricultura e na indústria e a promoção de melhores níveis de renda para os que trabalham. É o que importa.

“Os Resultados da reunião da OMC em Cingapura”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, publicado na Gazeta Mercantil. Rio de Janeiro, dezembro de 1996

A sensação de anti-clímax na conferência ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC), em Cingapura, derivou mais das expectativas criadas em torno da declaração final do que da ocorrência de perdas ou retrocessos. Como nos tempos do GATT, teria sido quase impossível obter consenso *committee of the whole* com a presença de 127 chefes de delegação, vários deles colocados sob o refletor das suas opiniões públicas internas. O Brasil foi a Cingapura convencido de que a conferência deveria ter permitido um debate em alto nível sobre a agenda da avaliação dos resultados da Rodada Uruguai e o programa de trabalho futuro da OMC. Em vez da análise coletiva, a implementação foi objeto apenas de manifestações individuais, nos discursos feitos num plenário concorrido só na sessão inaugural. Mas, ainda assim, é possível falar do êxito de Cingapura, uma espécie de certificação sobre a

OMC após dois anos de provas.

A reunião teve êxito porque transmitiu em comunicado internacional um sinal claro de que o sistema multilateral de comércio pós-Rodada Uruguai opera satisfatoriamente e que a OMC continuará a ter um papel de liderança na liberalização do comércio e mesmo, eventualmente, dos investimentos, nos termos decididos na Rodada. Além disso, a OMC servirá de quadro institucional para a discussão de temas como políticas de concorrência, de interesse para o Brasil, sem ser contaminada por questões cuja relação com o comércio não pôde ser demonstrada — como no caso dos padrões trabalhistas.

Mas mesmo o parágrafo da declaração sobre os padrões fundamentais de trabalho é prova de que a OMC, embora sem competência para tratar do assunto, está disposta a colaborar com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), através dos respectivos secretariados, traduzindo uma preocupação com os benefícios do livre comércio para os trabalhadores de todo o mundo.

Lida a fio, a declaração ministerial é um primor de equilíbrio e moderação. Nela foram salvaguardados todos os interesses do Brasil e prevaleceram muitas das nossas teses (a compatibilidade do regionalismo aberto com o multilateralismo, a inter-relação entre investimentos e políticas de concorrência, a referência aos direitos dos trabalhadores, a transparência nas compras governamentais e a referência expressa ao relatório do Comitê de Agricultura. A declaração dá razão ao entendimento, ressaltado pelo Brasil, de que a reunião não deveria produzir decisões especulares, uma vez que os resultados da Rodada mal foram internalizados e que já é considerável a carga de trabalho da OMC (em 1996, realizaram-se em média, em Genebra, nada menos do que 46 reuniões por semana, além das consultas informais e dos encontros bi ou plurilaterais, sem os serviços do secretariado).

O que mais captou a atenção da mídia - graças, inclusive, ao alarde feito pelos EUA, a União

Européia e o Japão -, foi sem dúvida a Declaração Ministerial sobre o Comércio de Produtos de Tecnologia de Informação (*ITA* na sigla abreviada em inglês), nome pomposo de um instrumento que acabou interessando, no momento ao menos, apenas a uma dezena de países e territórios (Hong Kong e Taiwan), além dos próprios proponentes. O Brasil preservou seus interesses e atuou em estrito cumprimento de suas políticas nacionais e de seus compromissos no Mercosul. E, no caso do ITA, ainda ficou-nos um alerta construtivo sobre a necessidade de não esmorecermos no empenho de reforçar nossa competitividade no setor de tecnologia de informação.

A frustração dos que se esforçaram por uma menção forte à agricultura só se compreende no contraste com o grande esforço de mídia que cercou o ITA. Para todos os fins práticos, essa menção só teria o efeito de sinalizar a disposição de todos, sobretudo da União Européia, Japão e Coréia, de encetar negociações efetivas em 1999, iniciando já a partir de 1997 um trabalho preparatório sério e necessário. Mas o relatório do Comitê de Agricultura deve ser base suficiente para lançar o processo e descartar manobras dilatórias.

O importante é que o sistema da OMC saiu fortalecido desse desafio, tendo sido possível diluir as expectativas naturais que cercam uma reunião ministerial fora da sede do organismo e fartamente coberta pela imprensa internacional e contornar as tensões do momento — cláusula social, acordo sobre investimentos, negociação agrícola, o ITA. Também foi possível firmar as condições para que possamos seguir a nossa trajetória de liberalização dentro dos compromissos da Rodada. O Brasil esteve em todos os momentos confortável, atuou construtivamente e foi freqüentemente instado a mediar divergências, graças à sua imagem de confiabilidade, coerência e experiência.

O País também mostrou que vai buscando integrar-se na economia mundial de forma segura, não precipitada e atenta à possibilidade de assegurar a estabilidade macroeconômica em um ambiente em

que novas oportunidades coexistem com focos de proteção e políticas que distorcem o comércio.

“A nova política de assistência aos brasileiros no exterior”

Artigo do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros. Dezembro de 1996

Um dos fenômenos mais importantes, e dos menos analisados, nas relações exteriores recentes do Brasil é o crescimento acelerado, a partir dos anos 80, do fluxo de brasileiros — emigrantes e turistas — que se destinam ao exterior. Quando se discute a atuação internacional do Brasil nos últimos dez anos, muitos enfatizam a progressiva atualização da diplomacia econômica brasileira a um modelo de desenvolvimento menos autárquico, alguns chamam a atenção para a apregoada revisão do terceiro-mundismo dos anos 70, outros se detêm sobre uma suposta variação do peso específico do Brasil no cenário internacional ao sabor do desempenho irregular da economia brasileira no passado recente. Poucos são, no entanto, os que buscam avaliar este fenômeno menos aparente das relações externas do País que é o aumento expressivo de brasileiros no exterior e seus efeitos sobre a diplomacia brasileira. O propósito deste artigo é justamente o de analisar, em linhas gerais, a presença de brasileiros em outros países e as medidas que o Governo brasileiro e, em particular o Itamaraty, vem adotando para melhor assisti-los.

Diversos fatores, nos últimos anos, levaram um número expressivo de brasileiros a buscar no exterior uma alternativa de vida. Entre as razões de ordem doméstica, destacam-se as sucessivas crises econômicas do passado recente e a redução do emprego no setor formal da economia.

Entre os fatores de ordem mais geral, não relacionados ao desempenho da economia brasileira na última década, ressalta o avanço extraordinário das comunicações, que permite divulgar oportunidades de trabalho fora do Brasil,

principalmente em países desenvolvidos. Soma-se o fato de que a emigração, uma vez iniciada, criou uma dinâmica própria: brasileiros estabelecidos no exterior passaram a atrair familiares e conhecidos, que chegam ao estrangeiro contando com uma base de apoio, o que torna menos traumática a inserção no novo meio. Como resultado deste conjunto de razões, o Brasil, a partir de meados de 80, deixou de ser um país de imigração para tornar-se também um país de emigração.

Para conhecer melhor essa nova realidade, o Ministério das Relações Exteriores efetuou um censo de brasileiros residentes no exterior, fazendo uso de sua rede de Embaixadas e Consulados. O levantamento realizou-se com base em recenseamentos locais, dados e estimativas dos serviços de imigração, matrículas consulares, participação em eleições, teses e trabalhos acadêmicos e fontes complementares. Apurou-se, desse modo, a existência de aproximadamente um milhão e meio de brasileiros vivendo no exterior, cifra superior à população de vários estados brasileiros. As maiores concentrações de brasileiros residentes foram encontradas em três países: nos Estados Unidos, são cerca de 600 mil; no Paraguai, em torno de 350 mil; e no Japão, aproximadamente 200 mil.

Ao milhão e meio de residentes permanentes acrescem-se cerca de três milhões de viajantes brasileiros ao exterior por ano, principalmente turistas, mas também empresários, estudantes que fazem estágios ou cursos de curta duração e pessoas que viajam por motivos familiares ou de saúde. Os principais destinos desses fluxos são Europa, Estados Unidos e América do Sul. Temos, portanto, todos os anos, um universo de quatro milhões e meio de pessoas que são candidatas em potencial aos serviços consulares.

Em sua maioria, os brasileiros que vivem no exterior não romperam os vínculos com o País. Na verdade, com seu trabalho, auxiliam familiares no Brasil, aqui criando riqueza e dinamizando certos setores. Para se ter uma idéia da importância

econômica do fenômeno da emigração, basta dizer que as remessas dos emigrantes brasileiros somam, em valores anuais, algo em torno de quatro bilhões de dólares. Hoje, em qualquer análise do balanço de pagamentos do Brasil, ressalta a importância do fluxo de transferências unilaterais de recursos.

A existência de um numeroso contingente de brasileiros no exterior é uma realidade que muito provavelmente veio para ficar, ainda que possa ocorrer um ou outro caso isolado de refluxo da corrente migratória. No geral, como disse o Ministro Luiz Felipe Lampreia, em recente palestra, “a tendência previsível nos próximos anos é de consolidação dessas comunidades, que começam a participar intensamente da vida econômica e social de muitas cidades e regiões no exterior e parecem estar destinadas a durar”.

Tendo em conta este novo quadro emigratório brasileiro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso determinou a formulação de uma política consular, que, sem deixar de lado as funções tradicionais, estivesse mais voltada para uma efetiva assistência e proteção ao nacional no exterior, que, como os demais cidadãos brasileiros, tem pleno direito aos serviços prestados pelo Estado. Em outras palavras, todos os cidadãos brasileiros no exterior têm o direito a uma correta e eficiente assistência consular.

Com a determinação presidencial de preservar a plena cidadania do brasileiro no exterior, propôs-se o Itamaraty, na presente gestão, a estabelecer algumas bases conceituais que norteariam suas ações e projetos no campo consular. Em primeiro lugar, definiu-se com clareza a assistência e proteção aos brasileiros no exterior como uma das prioridades da brasileira, o que tem sido reiterado na freqüente menção ao tema em discursos e documentos oficiais do Presidente da República e do Vice-Presidente, bem como do Ministro das Relações Exteriores.

Em segundo lugar, decidiu-se operar uma mudança na cultura administrativa do Itamaraty no tocante ao atendimento ao cidadão brasileiro que

recorre aos Consulados e Embaixadas. No passado, como eram poucos os brasileiros no exterior, o atendimento fazia-se de maneira burocrática, quase mecânica. Hoje exige-se do funcionário consular um atendimento crescentemente profissional, em que cortesia e eficiência se unam para facilitar a vida das pessoas.

Uma terceira mudança conceitual prevê que o Consulado, ou o Serviço Consular da Embaixada, deve ir ao encontro dos cidadãos, ao encontro das comunidades brasileiras, deixando sua posição anterior de mero receptor de demandas. O objetivo é estabelecer um Consulado dinâmico, em permanente interação com a comunidade, a fim de que, também no exterior, Governo e sociedade civil somem esforços na busca de um Estado que atenda com mais eficiência aos interesses do Brasil e às necessidades dos brasileiros.

Um quarto aspecto diz respeito à divulgação das funções consulares.

O Itamaraty vem buscando divulgar, com maior regularidade e freqüência, serviços quase desconhecidos do grande público. A cidadania pressupõe o conhecimento dos direitos e, nesse sentido, é fundamental que os brasileiros no exterior conheçam seus direitos e os serviços oferecidos pela rede consular. Somente desta maneira, a ação consular não será meramente reativa, mas também preventiva.

Esta reformulação da atividade de assistência ao brasileiro no exterior pressupõe uma visão moderna e democrática do que deve ser a brasileira. Para o público em geral, diplomacia sempre pareceu algo distante do cotidiano de cada um, seja pelo fato de que a atividade diplomática é enganosamente associada a uma suposta aura aristocrática, de negociações secretas e de glamour social, seja porque a temática da diplomacia envolve, quase sempre, questões cujos efeitos são de longo prazo e amplo escopo, como as negociações multilaterais, o tratamento do tema do desenvolvimento, e discussões sobre paz e segurança internacionais. Ocorre que a

atividade diplomática não pode circunscrever-se somente aos grandes temas internacionais, por maior que seja o impacto, muitas vezes negligenciado, destes temas sobre o dia-a-dia do País e de cada cidadão brasileiro, de que são exemplos as negociações comerciais e a preservação de relações pacíficas e cooperativas com os países vizinhos. Numa sociedade crescentemente democrática, como a brasileira, a diplomacia deve também voltar-se para uma assistência mais direta e competente dos cidadãos brasileiros, que podem e devem exigir o atendimento de seus direitos.

Outra razão a exigir do Governo brasileiro toda a atenção para as questões consulares é o processo recente de aproximação das agendas consular e diplomática. No passado, estes assuntos não se confundiam. A antiga estrutura do Itamaraty, por exemplo, em que as carreiras diplomática e consular eram distintas, refletia o fato de que as discussões internacionais de temas diplomáticos e consulares seguiam rumos independentes. Nas últimas décadas, no entanto, com a ampliação da agenda internacional, que passou a incorporar questões como imigração, narcotráfico, lavagem de dinheiro e tráfico de armas, alguns problemas de natureza consular ganharam uma dimensão política inédita e passaram a ter importância crescente na condução da .

Em razão da enorme sensibilidade destes novos temas, e de sua crescente importância e projeção tanto na opinião pública mundial quanto no relacionamento entre os países, já não se pode mais tratá-los de forma exclusivamente técnica e legalista, com ênfase em seus aspectos consulares e jurídicos, como se fazia no passado. Nesse sentido, duas são as preocupações maiores do Governo brasileiro. A primeira delas é o efeito que determinadas questões podem ter sobre as relações do Brasil com outros países. Há um cuidado todo especial de nossa diplomacia de evitar que dificuldades de natureza consular degenerem em constrangimentos e atritos políticos. A situação dos chamados “brasiguaios” no Paraguai e a dos dentistas brasileiros em Portugal

são exemplos da necessidade de enfrentar com realismo e espírito cooperativo situações que exigem do Itamaraty a defesa dos interesses dos brasileiros no exterior e a manutenção do bom relacionamento com países amigos. A segunda preocupação diz respeito à imagem do Brasil no exterior.

O atento acompanhamento dos problemas enfrentados pelas comunidades brasileiras no estrangeiro e a pronta e eficiente assistência aos nacionais são importantes fatores da preservação da imagem positiva do País no exterior. E quando menciono a importância da imagem internacional do Brasil não estou me referindo apenas ao tema da credibilidade do Governo no exercício das suas relações exteriores, mas também e principalmente à maneira como são vistos, aceitos e recebidos os brasileiros nos demais países. Os brasileiros serão tanto melhor tratados quanto menos a imagem do País for passível de associação com atividades eventualmente desempenhadas por cidadãos brasileiros em violação às legislações locais e internacionais. O que está em jogo, nessas situações, é, ao mesmo tempo, a credibilidade do País e a respeitabilidade de seus cidadãos, dois conceitos que, numa sociedade democrática, se complementam.

Para dar cumprimento, na prática, às novas diretrizes da política de assistência a brasileiros, o Itamaraty elaborou alguns projetos, que estão em execução e que imprimiram novas e importantes características às funções consulares. A seguir, são brevemente descritos alguns desses projetos e seus resultados.

Criação dos Conselhos de Cidadãos junto aos Consulados e Embaixadas. Consistem os Conselhos em órgãos apolíticos de aconselhamento do Consulado, com vistas a uma melhor adaptação dos brasileiros à realidade de cada país. São integrados, em forma rotativa, por uma variada gama de participantes, todos cidadãos brasileiros residentes na jurisdição ou funcionários da repartição. Os Conselhos permitem a apresentação regular de sugestões da comunidade e a disseminação mais ágil

de informações. Servem como elemento aglutinador da comunidade, com atuação nas áreas de seguro-saúde, aconselhamento psicológico, organização de eventos comunitários e apoio a cidadãos necessitados.

Esta é uma iniciativa de enorme relevância, pois constitui, na linha de orientação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um precioso canal de comunicação, cooperação e interação entre o Governo e a sociedade civil no exterior. Já contamos com 29 Conselhos de Cidadãos, distribuídos pela Europa, Estados Unidos, Canadá, Japão e América do Sul. Em 1997, o número de Conselhos de Cidadãos deverá ser ampliado.

Abertura de novas repartições consulares de carreira. Na medida da disponibilidade de recursos, está sendo ampliada a rede consular, para uma maior cobertura das necessidades dos brasileiros no exterior. Em 1995, foi inaugurado o Consulado-Geral em Tóquio, que atende a cem mil brasileiros residentes. Os outros cem mil brasileiros no Japão são assistidos pelo Consulado-Geral em Nagóia. Em 1996, foram instalados outros dois Consulados de carreira: um na Cidade do Cabo, África do Sul, país que recebe um crescente fluxo de turistas e empresários brasileiros, e outro em Atlanta, importante pólo regional dos Estados Unidos. Para 1997, está prevista a inauguração do Consulado em Córdoba, na Argentina.

Ampliação da Rede Consular Honorária. O Ministério das Relações Exteriores tem também desenvolvido uma política de abertura de Consulados Honorários, os quais, embora possuam funções limitadas, se constituem em importantes pontos de apoio para a prestação de assistência a brasileiros. Suas atividades podem estender-se a outros campos além da função consular propriamente dita, como, por exemplo, apoio a delegações brasileiras que participem em eventos na sua área de jurisdição. Nos últimos dois anos, foram abertos três Consulados Honorários nos Estados Unidos: em Birmingham, (Alabama), Phoenix (Arizona) e Seattle (Estado de

Washington). Também foram abertos os Consulados Honorários em Rovaniemi, na Finlândia, em Gdansk e Cracóvia, na Polônia, e Port Said, no Egito. Há planos para abertura em Riga, na Letônia, Tallim, na Estônia, Cuenca, no Equador, Casablanca, no Marrocos, Pointe-à-Pitre, no Caribe francês, Cancún, no México, San Ignacio de Velasco e Trinidad, ambos na Bolívia, e Santander, na Espanha.

Instituição do Sistema de Consulados Itinerantes. Experiência que começou no Paraguai, consiste no deslocamento, a localidades de maior concentração de brasileiros, de uma equipe integrada pelo Cônsul e outros funcionários consulares, a qual presta atendimento "in loco". Trata-se aqui da política consular de ir ao encontro da comunidade, evitando-se que o cidadão brasileiro, muitas vezes de baixo poder aquisitivo, deixe de praticar algum ato notarial ou de registro civil por falta de meios para deslocar-se uma ou mais vezes ao Consulado, localizado longe de sua área de trabalho e residência. Já se realizaram mais de 30 missões consulares itinerantes, com destaque para as feitas nos Estados Unidos, onde a comunidade de brasileiros é maior. Foram atendidos aproximadamente 4.000 cidadãos brasileiros, com o auxílio das próprias comunidades, que indicam, com frequência, voluntários para assessorar os funcionários consulares nos seus trabalhos.

No Paraguai, tem-se buscado atender às necessidades de trabalhadores rurais brasileiros, dos quais cerca de 70.000 não dispunham de permissão de residência (e muitos sequer dos documentos brasileiros que os habilitassem a obtê-la), vivendo, por isto, em situação de ilegalidade. Após negociações realizadas entre as Chancelarias de Brasil e Paraguai, foi possível realizar, entre 15 de setembro e 30 de novembro de 1995, ampla campanha para a documentação de nacionais que se encontravam à margem da lei. Por meio dessa operação, executada em conjunto pela rede consular brasileira, autoridades de imigração paraguaias e funcionários da Polícia Federal, cerca de 35.000 compatriotas receberam certificados de residência e

8.000 os atestados de antecedentes criminais que lhes permitem regularizar sua situação.

Assistência a presos brasileiros no exterior. Dentro do universo de um milhão e meio de brasileiros residentes no exterior e de três milhões de viajantes por ano, é compreensível que muitos se envolvam em situações jurídicas as mais diversas, inclusive de cunho penal. Consciente da necessidade de enfrentar também essa nova realidade específica, o Itamaraty, desde 1995, vem efetuando levantamento sobre os brasileiros presos no exterior, por meio de solicitações, às Embaixadas e Consulados, de informações sobre os encarcerados, com vistas a aprimorar o serviço de assistência que lhes é prestado. Segundo o mais recente levantamento, há cerca de 900 brasileiros presos no exterior, distribuídos em mais de 40 países. Observada sempre a praxe internacional consagrada de respeito às leis e às autoridades do país onde estão situadas, as missões diplomáticas e repartições consulares são orientadas a verificar se o nacional está sendo bem tratado, se precisa de cuidados médicos e se conta com assessoria jurídica. As repartições brasileiras também realizam visitas periódicas aos presos, com vistas a um acompanhamento regular de sua situação.

Prestação de assistência jurídica em situações determinadas. Sempre que julgada necessária, de acordo com o critério de desvalimento, tem sido prestada assistência jurídica aos cidadãos brasileiros no exterior. Em alguns países, dadas as peculiaridades locais, as repartições brasileiras contam com assessoria legal permanente. Na maioria dos casos, são solicitados pareceres jurídicos para situações concretas, tópicas, de molde a orientar tanto a repartição brasileira quanto, principalmente, o cidadão brasileiro interessado. Em casos mais graves de violação de direitos, tem-se contratado advogado para ajuizamento de ação.

Reserva de Assistência Consular. Tem por objetivo custear despesas urgentes e imprevistas de assistência consular. Embora em montante limitado, em razão da escassez de recursos, beneficia a mais

de sessenta repartições no exterior, justamente as de maior movimento consular. É uma espécie de fundo de recursos, que são adiantados preventivamente no início de cada exercício. A disponibilidade imediata permite aos Consulados e Embaixadas o atendimento ao brasileiro desvalido, evitando assim situações constrangedoras para a repartição e, principalmente, para o cidadão.

Edição de Cartilhas Consulares. As Cartilhas consistem em folhetos bastante simples, com conselhos práticos para evitar situações desagradáveis e facilitar a vida das pessoas no exterior. Editou-se, por exemplo, uma cartilha especial para os Jogos Olímpicos de Atlanta, que foi distribuída junto às companhias aéreas e nos hotéis onde se hospedavam brasileiros na cidade. Também estão sendo editados 500 mil exemplares de cartilhas de viajantes, em três versões, destinados às pessoas que se destinam para a Europa, América do Norte e Japão. Há ainda cartilhas para brasileiros residentes em determinados países e para estrangeiros que viajam ao Brasil. O próximo passo nesse campo é desenvolver uma cartilha especial de instalação, destinada aos brasileiros que chegam a certos países para neles residir.

Criação da Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior. Em 1995, foi criada essa Direção-Geral no Itamaraty, tendo como uma de suas incumbências específicas, como o próprio nome indica, a assistência aos cidadãos brasileiros no exterior. Além disso, a Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior (DCJ) passou a responder diretamente à Secretaria-Geral do Itamaraty, o que lhe confere maior autonomia, agilidade e acesso direto à alta direção do Ministério. Essa elevação de categoria também é clara sinalização da relevância política que a proteção a brasileiros ganhou dentro da estrutura do Itamaraty. Contatos diretos com as comunidades brasileiras no exterior.

Identificados, por intermédio do censo, os

principais núcleos de presença de brasileiros no exterior, o Diretor-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior desenvolveu e continua a desenvolver programa de visitas às comunidades - intituladas ouvidorias consulares -, em que promove contatos diretos com entidades e personalidades mais representativas da colônia. Julga-se, dentro do objetivo do Itamaraty de ir além das funções consulares clássicas, ser essa uma das formas de identificar as necessidades das comunidades e de avaliar a melhor maneira de satisfazê-las. Com esse propósito, foram visitadas comunidades de brasileiros nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa, no Japão e no Paraguai.

Criação do Núcleo de Assistência ao Brasileiro. Em 1995, foi criado, no âmbito da Divisão de Assistência Consular - que se subordina à Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior -, um Núcleo de Assistência ao Brasileiro, formado por funcionários especializados no atendimento de situações de emergência. O Núcleo constitui elo ágil e desburocratizado entre o brasileiro no exterior em situação de dificuldade e seus familiares ou amigos no Brasil. É dotado de telefone/fax próprio e faz uso de um boletim especial, o Boletim de Ocorrência Consular, que facilita, em linguagem simples e direta, as comunicações urgentes com a rede consular no exterior.

Há ainda diversos outros projetos de reforço das bases de assistência consular que estão em execução, como realização de reuniões consulares de coordenação por áreas geográficas para Cônsules e responsáveis pelo Serviço Consular de Embaixadas, programa de visitas às fábricas - sobretudo no Japão - que empregam grande número de brasileiros, realização de palestras de divulgação dos serviços consulares, revisão e atualização do Manual de Serviço Consular e Jurídico, padronização dos documentos consulares e atos notariais, intensificação do treinamento dos funcionários consulares, entre outros.

Esse conjunto de projetos traduz, na prática, a prioridade atribuída pelo Governo à assistência e proteção ao brasileiro no exterior. A execução de tais projetos está redefinindo as funções do Serviço Consular Brasileiro, hoje cada vez mais voltado para a comunidade e seus anseios.

O que se busca é aproximar o Consulado das colônias e aprofundar o diálogo entre ambos, de modo a poder recolher comentários, ouvir problemas e promover soluções. Esta interação confirma o compromisso do Governo com o aperfeiçoamento e a democratização dos serviços e assistência consulares, desenvolvimento que permitirá a tantos milhões de brasileiros se sentirem crescentemente amparados, mais cidadãos e menos distantes do País.



ENTREVISTA

Entrevista do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para a Revista da Embaixada do Chile em Brasília. Brasília, agosto de 1996

Revista: O acordo Mercosul-Chile foi qualificado pelo Senhor como “um acordo de qualidade” e “um bom sinal” que ajudará na gestão brasileira na presidência pro-tempore do Mercosul. Concretamente, quais são, na sua opinião, os aportes mais importantes que essa associação do Chile traz?

Ministro: São dois tipos de aportes. De um lado, muito concretamente, esta o próprio mercado chileno, que agrega 14 milhões de habitantes e consumidores potenciais ao Mercosul, além de quase 70 bilhões de dólares de Produto e uma notável capacidade de investimento decorrente das altas taxas de poupança da economia chilena em torno de 27 por cento, talvez sem precedentes na história latino-americana.

O Chile passa, assim, a ser um importante fator econômico para o Mercosul. De outro lado, está a longa experiência que o Chile tem em matéria de estabilização, ajuste e abertura da sua economia, o que lhe valeu um grande prestígio internacional juntamente com resultados que alteraram complementemente, para melhor, a natureza da sua inserção internacional. E um aporte político, porque o Chile reforça a imagem de consistência do Mercosul, sua vocação de regionalismo aberto e sua capacidade de incorporar novos parceiros de qualidade que ajudarão na tarefa de continuar consolidando o processo e aprimorando tanto as suas relações com outros países e regiões, quanto a sua própria organização interna, seus mecanismos para lidar com práticas desleais de comércio, salvaguardas

e direitos do consumidor, etc.

Revista: Entre os elementos positivos mencionados pelo Senhor está o fato de que o Chile “permitirá um acesso privilegiado ao Pacífico”. No entanto, há opiniões de funcionários do Governo brasileiro no sentido de que essa possibilidade não seria viável no momento. O Senhor considera possível implementar em um prazo razoável corredores bioceânicos que permitam a saída de produtos brasileiros ao Pacífico?

Ministro: Eu creio que a importância dos corredores bioceânicos será antes de mais nada facilitar a comunicação entre o Chile e os países do Mercosul. A utilização dos corredores como acesso aos mercados do Oceano Pacífico dependerá de fatores muito precisos que os agentes econômicos avaliarão em função das suas prioridades, como custo e tempo do transporte, segurança, possibilidade de utilização de frete de retorno e assim por diante. Nós devemos fazer um esforço para fazer a interconexão viária, utilizando as opções mais economicamente viáveis, para vermos depois se, além de servirem de interconexão física entre os países do Cone Sul da América do Sul, eles poderão também servir de interconexão da parte oriental do continente com os países da outra margem do Pacífico.

Revista: O Senhor considera que os corredores bioceânicos podem cumprir o objetivo de desenvolvimento interno das regiões que atravessam? Em que prazos pensa que poderiam vislumbrar-se resultados positivos?

Ministro: Sem dúvida as obras de infraestrutura e interconexão física são ao mesmo tempo uma resposta e um estímulo ao desenvolvimento das regiões que atravessam e que colocam em contato.

Não tenho dúvida de que a região centro-oeste do Brasil será grandemente beneficiada com um melhor acesso aos mercados boliviano, chileno e peruano e eventualmente com o próprio acesso facilitado aos mercados da região da Ásia-Pacífico. Alguns resultados poderiam dar-se mais rapidamente, inclusive tendo em vista que já está concluída a ligação La Paz-Arica e que a ligação do Brasil com La Paz poderia avançar em função da própria densificação das relações econômicas e comerciais com a Bolívia, graças ao acordo em gestação com o Mercosul e graças também ao bom desfecho das negociações sobre o gasoduto Brasil-Bolívia.

Revista: Apesar de que o Governo do Presidente Cardoso, e especialmente o Itamaraty, favorecem uma abertura real do comércio brasileiro, medidas do Ministério da Indústria e Comércio poderiam se consideradas “protecionistas”. Há condições de resolver essas aparentes contradições na política comercial do Brasil?

Ministro: Não há contradições. O Brasil fez uma ampla e rápida abertura do seu comércio exterior e precisou fazer alguns ajustes de curso para que pudéssemos justamente consolidar essa abertura. Tenho sido enfático ao dizer que não se trata de volta ao passado. O Brasil está comprometido com a abertura econômica e comercial não apenas por decisões de política econômica, mas também por vários acordos internacionais, a começar pela Organização Mundial do Comércio e pelo Mercosul. Nós queremos assegurar que essa abertura se consolide em termos que sejam positivos para a sociedade brasileira, para o consumidor brasileiro e também para os agentes econômicos brasileiros, que ganharão melhores condições de competitividade e produtividade. Para isso, precisamos estar atentos a alguns pontos básicos.

Primeiro, não criar desvantagens para o Brasil em relação a outros sócios em matéria de investimento; segundo, não comprometer o Plano Real, seja reduzindo a oferta de bens, seja permitindo um desequilíbrio arriscado na balança de

pagamentos; terceiro, impedir práticas desleais de comércio; e, quarto, garantir reciprocidade de acesso dos produtos brasileiros aos mercados dos nossos parceiros, sem para isso ter de expor a economia brasileira a um segundo choque de abertura ao exterior, que seria precoce e contraproducente, além de muito arriscado. E isso o que estamos promovendo, seja ao fazer pequenos ajustes na política comercial, seja ao participar de negociações internacionais no âmbito do Mercosul, entre o Mercosul e outros países ou regiões e no âmbito da formação da Área de Livre Comércio das Américas.

Revista: Poderia fazer um breve balanço da sua visita ao Chile?

Ministro: A visita não poderia ter sido melhor. Na verdade, serviu mais que nada para corroborar que as relações entre o Chile e o Brasil de fato chegaram a um novo patamar em termos políticos e econômico-comerciais, com as duas visitas presidenciais e com o Acordo Chile-Mercosul, e que de agora em diante devem desenvolver-se com muito dinamismo. Já somos o terceiro parceiro comercial do Chile e nosso comércio bilateral ultrapassou em 1995 os dois bilhões de dólares, com bastante equilíbrio. Os chilenos me disseram que o comércio exterior do Chile cresceu como um todo em uma proporção sem precedentes no ano passado, mas o comércio com o Brasil cresceu muito mais.

Já havíamos resolvido a questão do tráfego aéreo, que agora deve repercutir muito positivamente nas relações entre os dois países, inclusive ampliando o turismo recíproco, um elo de ligação importante porque tem uma dimensão humana que não pode faltar nas parcerias privilegiadas como a brasileiro-chilena.

Realcei a importância de que os investimentos recíprocos aproveitem essa expressiva mudança para melhor das relações para crescer e colocar-se à altura dos demais aspectos do relacionamento. Acho que as privatizações no Brasil, a estabilização e o crescimento brasileiro, além das facilidades criadas pelo Acordo Chile-Mercosul, criaram um novo ambiente em que o crescimento dos investimentos

poderá se tornar o carro-chefe das relações. De resto, fui muito bem recebido pelo Governo e pelo povo chilenos e minha visita teve da imprensa chilena

uma cobertura que, quero crer, é produto do interesse novo com que os chilenos estão olhando para o Brasil.



INDICE REMISSIVO

A

África 41
África do Sul
23, 46, 152, 164, 171, 173, 175, 177,
178, 201, 205, 237
ALADI
53, 61, 62, 63, 64, 119, 120, 139, 214, 222
Alemanha
13, 20, 39, 43, 52, 79, 80, 81, 113,
125, 126, 127, 128, 149, 150, 203, 204,
205
Meio Ambiente
14, 34, 51, 71, 97, 104, 114, 126, 139,
155, 174, 194, 196, 201, 205, 218
América do Sul
19, 22, 53, 54, 59, 76, 78, 80, 120,
141, 149, 151, 176, 177, 213, 221, 234,
237, 241
América Latina
12, 16, 18, 22, 38, 42, 43, 46, 49, 64,
78, 89, 90, 96, 119, 137, 146, 147, 149,
151, 152, 199, 204, 219, 221, 222, 223
Americas Society 91
Angola
23, 30, 46, 83, 87, 115, 152, 163,
164, 165, 191, 205
Armênia 34, 217, 218
Assembléia Geral das Nações Unidas
53, 207, 210
Azeredo da Silveira 37, 220

B

BNDES 35, 36
Brasileiros no Exterior
11, 20, 117, 149, 201, 234, 235, 236, 237, 238

C

Caribe 73, 89, 90, 106, 107, 146, 237
Chade 209
Chile
19, 22, 46, 50, 53, 54, 55, 59, 68, 80,
89, 98, 106, 120, 129, 133, 139, 141,
149, 151, 199, 201, 213, 214,
218, 219, 222, 223, 225, 241, 242
China
15, 19, 20, 24, 41, 43, 47, 50, 54, 111,
113, 115, 149, 153, 155, 156, 157,
189, 204
Cingapura 51, 193, 199, 229, 230, 231, 232
Cláusula social 229, 230, 231, 232, 233
Colômbia 54, 133, 222, 225
Comissão de Direito Internacional 210
Comitê de Contribuições das Nações 210
**Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
(CPLP)** 29, 30, 31, 191, 214
Cone Sul 137, 141, 142, 177, 213, 241
Conselho de Segurança 24, 45, 47, 153, 210
Conselho do Mercosul 139
Cooperação
21, 22, 30, 34, 35, 36, 45, 46, 50, 60,
63, 75, 78, 79, 80, 81, 120, 121, 126,
127, 129, 131, 133, 145, 146, 151, 155,
156, 157, 159, 160, 161, 162, 164, 172,
176, 177, 191, 195, 208, 209, 211, 214,
218, 237
Coréia 75, 76, 204, 233
Corte Internacional de Justiça 201, 210
CTBT 87, 88, 208
Cúpula Iberoamericana 190
Cursos jurídicos no Brasil 37

D

Democracia

12, 14, 18, 30, 39, 44, 60, 62, 71, 72, 76, 80, 89, 90, 100, 105, 106, 107, 112, 113, 116, 120, 126, 137, 148, 159, 160, 163, 164, 172, 174, 176, 177, 190, 210, 219, 222

Descobrimento do Brasil 27, 28

Dinamarca 133

Diplomacia 19, 36

11, 15, 18, 19, 20, 24, 25, 33, 37, 38, 41, 44, 45, 46, 47, 73, 105, 106, 112, 119, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 172, 190, 215, 217, 220, 229, 234, 235, 236

Djibouti 209

E

Equador 54, 203, 237

Escola Superior de Guerra 11, 25

Espanha 112, 119, 161, 162, 210, 211, 237

Estabilização

13, 16, 17, 18, 21, 22, 43, 44, 45, 46, 60, 62, 76, 80, 116, 126, 139, 150, 155, 160, 161, 177, 201, 213, 214, 216, 222, 224, 227, 228, 241, 242

Estados Unidos

20, 21, 39, 45, 50, 52, 99, 105, 111, 113, 126, 133, 149, 150, 151, 205, 208, 210, 225, 230, 234, 237, 239

Expotecnia 161, 162

F

Fundação Alexandre de Gusmão 147, 220

G

Globalização 95

12, 13, 14, 15, 36, 40, 41, 51, 55, 72,

76, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 137, 138, 156, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 189, 221, 223, 228

I

Itália 20, 150

Itamaraty

11, 25, 35, 36, 37, 47, 91, 95, 109, 154, 209, 210, 211, 217, 220, 225, 226, 234, 235, 236, 238, 239, 242

Integração hemisférica

19, 20, 21, 22, 45, 54, 62, 150, 151, 199, 223, 224, 225, 226

J

Japão

12, 13, 16, 18, 19, 20, 24, 39, 42, 43, 50, 59, 60, 111, 113, 121, 126, 139, 149, 153, 189, 201, 203, 211, 232, 233, 234, 237, 238, 239

L

Lisboa 28, 29, 189, 190, 191

M

Marketing 141, 143, 223, 224, 228

Mercosul

137, 138, 139, 140, 142, 150, 151, 152, 157, 161, 162, 176, 177, 190, 196, 197, 198, 199, 201, 213, 214, 216, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229

MTCR 24, 153

N

Nações Unidas

19, 21, 24, 25, 30, 34, 45, 46, 47, 53, 75, 80, 127, 152, 154, 203, 207, 208, 209, 210, 218

O

OEA 71, 72

Ordem do Cruzeiro do Sul 34, 217, 218

Organização Mundial do Comércio

23, 75, 152, 157, 193, 194, 201, 214, 231, 242

Oriente Médio

15,
19, 23, 41, 43, 45, 46, 115, 117, 149, 153

P

Pernambuco 37

Política Externa

38, 42, 44, 45, 47, 53, 64, 71, 76, 80, 105

Polônia 203, 237

Portugal

20, 29, 30, 83, 149, 189, 190, 191, 207, 214, 215, 236

R

Reformas

15, 17, 21, 43, 44, 45, 60, 61, 77, 80, 106, 107, 111, 116, 119, 122, 138, 150, 160, 161, 177, 194, 221, 228, 230

Reino Unido 119, 205, 232

República Tcheca 77, 78

S

Século XXI

39, 110, 111, 116, 117, 139, 228

Setor Privado

95, 139, 193, 226, 227

T

Timor Leste 191, 207

U

UNESCO 95, 145, 146, 204, 209, 210

União Européia 214

19, 20, 22, 30, 45, 50, 51, 54, 80, 98, 113, 117, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 139, 141, 142, 149, 150, 151, 152, 162, 190, 215, 223, 227, 230, 233

Universidade 145, 147, 154, 219, 22, 225

Uruguai

49, 50, 51, 54, 62, 97, 119, 120, 129, 130, 131, 133, 137, 139, 161, 175, 193, 194, 197, 203, 204, 213, 216, 222, 227, 232, 233

V

Venezuela

22, 46, 50, 54, 80, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 133, 151, 214, 222

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 79, 2º semestre de 1996

Ano 23

Capa / Editoração eletrônica e projeto gráfico

Hilton Ferreira da Silva

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman 12 x 18 (textos);

Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Papel

Supremo 250 g/m², plastificação fosca (capa),
e 75 g/m² (miolo)

Número de páginas

248

Tiragem

500 exemplares

Impressão / Acabamento

Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação